

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

EDUARDO CASTEDO ABRUNHOSA

**AS CIDADES UNIVERSITÁRIAS NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O XX:
SALAMANCA E CAMPINAS, DOIS MODELOS REFERENCIAIS TÍPICOS**

SÃO PAULO

2020

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

E

UNIVERSIDADE DE SALAMANCA
PROGRAMA DE HISTÓRIA MODERNA, CONTEMPORÂNEA E DA AMÉRICA

EDUARDO CASTEDO ABRUNHOSA

**AS CIDADES UNIVERSITÁRIAS NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O XX:
SALAMANCA E CAMPINAS, DOIS MODELOS REFERENCIAIS TÍPICOS**

Tese para dupla titulação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e ao Programa de História Moderna, Contemporânea e da América da Universidade de Salamanca, como requisito final à obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela UPM e de Doutor em História pela USAL.

ORIENTADOR UPM: Profº Dr. Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota

ORIENTADOR USAL: Prof. Dr. José Manuel Santos Pérez

CO-ORIENTADOR UPM: Prof. Dr. Valter Caldana

SÃO PAULO

2020

A164c

Abrunhosa, Eduardo Castedo.

As cidades universitárias na passagem do século XIX para XX: Salamanca e Campinas, dois casos referenciais típicos. / Eduardo Castedo Abrunhosa.

185 f. : il. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

Orientador: Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota.

Referências bibliográficas: f. 183-185.

1. Cidade. 2. Universidade. 3. Desenvolvimento. 4. Políticas públicas. I. Mota, Carlos Guilherme Santos Serôa da, *orientador*. II. Título.

CDD 727.3

EDUARDO CASTEDO ABRUNHOSA

**AS CIDADES UNIVERSITÁRIAS NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O XX:
SALAMANCA E CAMPINAS, DOIS MODELOS REFERENCIAIS TÍPICOS**

Tese para dupla titulação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e ao Programa de História Moderna, Contemporânea e da América da Universidade de Salamanca, como requisito final à obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela UPM e de Doutor em História pela USAL.

APROVADA EM: ____ / ____ / ____

Orientador - Profº Dr. Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Orientador – Prof. Dr. José Manuel Santos Perez

Universidade de Salamanca

Co - Orientador – Prof. Dr. Valter Caldana

Universidade Presbiteriana Mackenzie

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Nádia Someck
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Antonio Claudio Pinto Fonseca
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Ignacio Berdugo Gomez de la Torre
Universidade de Salamanca

Prof. Dr. Lucio Gomes Machado
Universidade de São Paulo – FAU

Prof. Dr. Francisco Cabral Alambert Júnior

Universidade de São Paulo - FFLCH

AGRADECIMENTOS

Não foram 4 anos de pesquisa e trabalho acadêmico, esse duplo doutorado é a realização de um compromisso pessoal que me traz à memória cada uma das partes que me constituem. Porque, antes de qualquer outra coisa, esse período permitiu conhecer melhor a mim mesmo, retomar contato com minhas raízes, conviver com familiares com os quais não tinha convivido ainda, lembrar do garoto que corria pelas ruas de Ramos, no subúrbio carioca, que cresceu na cidade mais violenta do mundo (segundo a ONU) nos anos 80 na Baixada Fluminense. Aquele que fez política e aprendeu a acreditar que valia a pena sonhar como sonharam seus avós ao deixarem seu país e tentarem a vida no Brasil, que entendeu logo cedo o que era ser periférico e que isso não poderia ser um limitador.

Nessa jornada tive muita ajuda, muito auxílio, mas nenhum se compara ao que eu recebi permanentemente do Pai Celestial. À Ele minha gratidão, porque estar chegando onde estou agora só é possível porque Ele, em Sua misericórdia e graça, assim permitiu.

Agradeço à minha família, aos meus pais que me apresentaram a vida e nunca permitiram que eu me acovardasse diante dela; à meu irmão Ricardo e à minha irmã Maria Eduarda que eu possa servir de referência para eles; ao meu filho Lucas, minha inspiração em muitos momentos; e à minha esposa Luciene, companheira de jornada, que abriu mão de minha companhia para que eu buscasse meu sonho. Aos meus sogros, cunhados, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas pelas palavras de apoio, risadas, companhia e orações, que sempre chegaram em bom momento, me sustentando ao longo da caminhada.

Apreendi que existem amigos, ao longo da vida, que são mais chegados que irmãos, faço aqui meu registro de profunda gratidão a esses a quem assim considero. Meu irmão de rua, de vida, de sonhos: Márcio, que tanto me ensinou e me desafio - cheguei mano, agora falta pouco pra você. Hésio, meu irmão mais velho, que tantas vezes “puxou” minha orelha, me orientou, me acolheu, me ajudou e que foi o primeiro a exigir, quando cheguei em São Paulo, que eu não poderia sair daqui sem ser doutor. Cid, meu irmão, parceiro, quase gêmeo, de tão parecidos nos entendemos só de olhar, quantas vez chorei com você e outras tantas rimos, quantas pensei em desistir e você

me proibiu. Não poderia deixar de destacar aquele que é uma inspiração para mim, meu querido Maldonado, com quem divido nuvens e tragos de resistência ideológica.

Meu registro carinhoso a um grupo de amigos que se reúne em uma confraria virtual, que durante meu período de estadia em Salamanca me fez grande companhia e foi verdadeiramente uma família, contribuindo para manter meu equilíbrio emocional e espiritual; à turma do Boteco Teológico, meu muito obrigado, sem vocês eu não seria eu e não teria chegado aqui.

Essa caminhada seria impraticável sem a ajuda de tantos colegas de trabalho, que ao longo desse tempo me ajudaram na jornada. À Eva, secretária do Programa, foi sempre a profissional eficiente e pronta a cooperar. À Profa. Maria Lage, que sem sua ajuda não teria conseguido viabilizar o convênio com a USAL. À Profa. Susana, que quando estive em Salamanca me substituiu e me ajudou manter minhas atividades, mesmo à distância. À Profa. Maria Cristina que, como Coordenadora do Stricto Sensu, me auxiliou em diversos momentos a encontrar as soluções adequadas para as questões burocráticas do acordo bilateral. À minha antiga equipe da CPLAN, Daniel, Patrícia, Adriana, Felipe e Cassia, que se desdobraram em todo o tempo, especialmente em meu período de afastamento, para que tudo continuasse no mais alto padrão. À minha atual equipe do Centro Histórico, Karina, Anderson, Ruth e Raquel que sempre estiveram prontos a me ajudar com pesquisas no acervo, Jorge, Alexandre, Letra, Alessandra, Taynan e Marta que mantiveram tudo sempre funcionando, especialmente agora na reta final.

Em minha passagem por Salamanca também fiz amigos, encontrei companheiros de jornada e pessoas que me ajudaram, muito agradeço e destaco a fidalguia com que fui recebido por D. Ignacio Berdugo, Diretor do Centro de Estudos Brasileiros da USAL, que desde o primeiro encontro, em 2017, franqueou as portas do Centro e colou-se à disposição.

Registro ainda Ana Maria do Arquivo Provincial, que me orientou e ajudou a caminhar pelos documentos e arquivos de Salamanca, me proporcionando verdadeiros momentos de prazer como historiador. Profa. Pilar, Secretária Geral da USAL, que foi figura importante para reatarmos as relações entre as duas instituições, sempre esteve pronta a me receber em seu gabinete e me ajudar. À vocês duas, meus

sinceros agradecimentos, saibam que sem vocês não conseguiria chegar ao final da jornada.

Meu agradecimento ao meu amigo, irmão na fé e chefe durante a maior parte da caminhada, Prof. Benedito, de quem sempre tive o apoio e a cobrança, o estímulo e a admoestação, que sempre me fez acreditar que eu conseguiria. Muito obrigado pelo exemplo e pela confiança.

Ao meu novo chefe e mais, antigo amigo, Rev. Robinson. Sua compreensão, seu ombro amigo, sua mão, sua palavra, suas orações, mas acima de tudo, sua amizade, me permitiram trabalhar no fechamento da Tese nesse ano tão conturbado. Muito obrigado meu amigo.

Ao meu novo amigo, meu orientador e colega historiador Prof. José Manuel, sua simplicidade, sua disponibilidade, capacidade de com poucas palavras chegar ao ponto certo da análise, são, sem dúvida para mim, um exemplo a ser seguido como pesquisador. Muito obrigado, espero poder continuar sendo seu parceiro em novos projetos.

Ao meu parceiro, amigo e Co-orientador desse trabalho, Prof. Caldana, por suas palavras fui convencido a ingressar no Programa de Arquitetura e Urbanismo. Com você divido sala de aula, dividimos trabalho, alegrias, tristezas e a certeza que entre nós se solidificou uma verdadeira amizade, obrigado por tudo meu querido VALTÃO.

Por fim, meu principal agradecimento para aquele que foi o maior motivo do meu ingresso no Programa de Arquitetura e Urbanismo, aquele que, sem sombra de dúvidas, está entre os maiores pensadores brasileiros do Século XX, e que continua a influenciar a reflexão e a crítica. Aquele que como o jovem historiador interessado em história social e cultural no Brasil, o tinha como principal referência sem nunca imaginar que um dia poderia conhecê-lo, muito menos ser orientado por ele, menos ainda poder dizer que hoje o tenho como meu mentor, mestre e inspiração, mas sobretudo, como meu amigo.

A você meu querido Prof. Carlos Guilherme, minha profunda gratidão por toda nossa jornada que começou no mestrado e que é coroada hoje com esse doutorado. Eu creio profundamente que a vida é a arte do encontro embora haja tanto desencontro, como disse o poeta. Mas a meu modo de ver, os encontros somente são possíveis

porque o Eterno autor da vida a escreve certo por linhas certas, nós que entortamos as linhas porque não O entendemos.

Assim, sou grato à Ele por ter me permitido lhe encontrar e aprender com você. Espero daqui por diante, fazer valer o que você me ensinou e representar dignamente esse Clã que já conta com centenas de doutores brilhantes. Muito obrigado por me permitir ingressar nesse grupo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO REFERENCIAL.....	14
1.1 A questão proposta e seus objetivos.....	15
1.2 Modelos, casos, fontes e métodos	19
1.3 Cenário histórico e estrutura da Tese.....	30
2. UMA CIDADE, UMA UNIVERSIDADE.....	39
2.1 A cidade com linguagem e expressão de uma modernidade	39
2.2 A tradicional Universidade diante da modernidade.....	52
2.3 Cidade e Universidade uma relação dialógica.....	65
3. CIDADES UNIVERSITÁRIAS DISTINTAS ENTRE SI	81
3.1 A consolidação de dois modelos	81
3.2 Salamanca, a cidade da Universidade	99
3.3 Campinas, a Universidade da cidade	126
4. CIDADES UNIVERSITÁRIAS	144
4.1. Mais que uma tipologia, um conceito	144
4.2. Uma cidade típica	156
4.3. Univer Cidade	168
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	178
7. ANEXO I.....	181
8. ANEXO II.....	187
9. ANEXO III.....	217
10. ANEXO IV	248

RESUMO

A presente Tese doutoral aborda a conceituação sobre “cidade universitária”, tomando como recorte temporal a passagem do século XIX para o século XX e sua consolidação ao longo deste, tem como objeto o fenômeno relacional entre a cidade e a universidade na busca por compreender e conceituar o que realmente pode caracterizar uma cidade universitária. Partindo de uma construção histórico conceitual, passando pela identificação e demonstração de modelos, o trabalho destaca as cidades de Salamanca e Campinas como dois modelos referenciais que serão analisados. Tendo elas então como parâmetro, outros exemplos são apresentados para demonstrar que o fenômeno relacional é o elemento central da construção identitária dessas cidades que tem um conjunto de marcas distintivas, elas são Transversais, Interdisciplinares, Plurais, Criativas, Inclusivas e Acolhedoras. Ao apresentar esse conjunto distintivo, pode-se afirmar que a cidade é uma cidade universitária, contudo, sabe-se que a implementação de políticas públicas, atividades integradoras e ações comunitárias extensionistas que demonstrem essas características só serão percebidas naquelas cidades em que o Projeto universitário for conjugado com os interesses locais, de forma a promover o desenvolvimento local, articular o território e consolidar a identidade de cidade universitária.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade. Universidade. Desenvolvimento. Políticas públicas.

ABSTRACT

The present doctoral thesis approaches the conceptualization about “university city”, considering the transition from the 19th to the 20th century and its consolidation throughout this period. Its object is the relational phenomenon between the city and the university in the search for understanding and conceptualize what can really characterize a university city. Starting from a conceptual historical construction, passing by identification and demonstration of models, this work highlights the cities of Salamanca and Campinas as two references that will be analyzed. Having them as a parameter, other examples are presented in order to demonstrate the relational phenomenon is the central element of the identity construction of these cities, which have a set of distinctive marks, they are Transversal, Interdisciplinary, Plural, Creative, Inclusive, and Welcoming. Presenting these distinctive set, it is possible to state that the city is a university city, however, it is known that the implementation of public policies, integrative activities and community extensive actions which demonstrate these characteristics, will be only noticed in those cities that the University Project is combined with local interests, in order to promote local development, articulating the territory and consolidate the identity of a university city.

KEYWORDS: City. University. Development. Public policy.

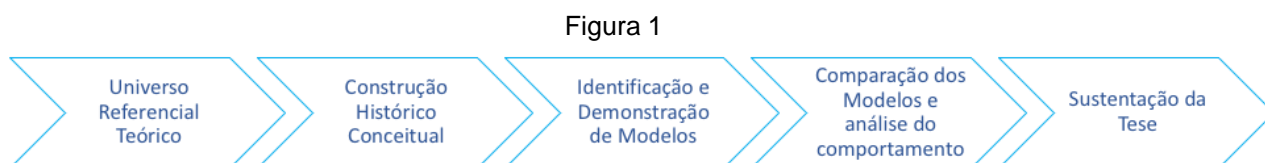
1. INTRODUÇÃO REFERENCIAL

Esta introdução tem por intenção auxiliar o leitor desta tese na compreensão do raciocínio desenvolvido ao longo do trabalho empreendido. Parte-se da premissa que a investigação transcorrerá por ao menos três campos do conhecimento, qual sejam, História, Arquitetura e Urbanismo, e Educação, e encontrar-se-á no universo de interesse primário. Sempre relacionando-os à tríade fundamental, serão tratados também elementos próprios da economia, cultura, memória, das políticas públicas, do comportamento social, ensino, entre outros, que faz dessa tese doutoral um trabalho transdisciplinar em sua essência.

Contudo, para o melhor desenvolvimento da temática definiu-se como interesse focal a relação histórica existente entre a cidade e a educação, de forma que urbanismo e educação enquanto fenômenos históricos são analisados sempre na perspectiva da observação relacional. A tese é, portanto, de história das cidades e de história da educação, que visa identificar os impactos e demonstrar os resultados a partir da evolução de estruturas urbanas e universitárias, suas dinâmicas, organizações e desdobramentos na sociedade local e regional.

A conjugação entre o interesse local e o projeto universitário, a construção de uma identidade simbiótica e a articulação do território a partir da implantação do *campus* universitário estão presentes na elaboração da tese que se pretende defender. O projeto universitário, quando conjugado aos interesses locais, apresenta-se como elemento promotor e articulador do desenvolvimento do território e consolidador da identidade local.

Assim, essa Introdução serve de referência para demonstrar o caminho seguido evidenciando a construção lógica da tese e de sua sustentação, conforme demonstrado na figura abaixo.



Fonte: Compilação do autor.

1.1 A QUESTÃO PROPOSTA E SEUS OBJETIVOS

O filósofo Frank Leopoldo, ao falar sobre a relação existente entre as universidades e as cidades afirma que estas são "...cidades universitárias porque se constituem – política, histórica, social e culturalmente – em torno da universidade e passam a se distinguir por isso..." (2014, p. 119). Este é o elemento gerador primário que impulsiona toda a investigação, em torno da qual se organizam as questões norteadoras fundantes: Será que o simples fato de ter em seu território uma universidade, faz de uma cidade, uma cidade universitária? Até que ponto a relação político administrativa de uma cidade que tem em seu território uma universidade é determinada por esta?

Ao tomar essas inquietações como ponto de partida para a investigação, rapidamente se organiza uma lista de locais por todo o mundo que ao longo do tempo passaram a ser reconhecidos como Cidades Universitárias. Algumas pela presença histórica secular da universidade, outras pelo pleno reconhecimento e notoriedade acadêmica dessas Instituições para além de seus limites; em todos os casos o que se percebe é a constituição de uma relação simbiótica onde as partes acabam por se confundir.

Exemplos como Oxford, Coimbra ou Salamanca se encaixam perfeitamente no primeiro grupo citado, cidades que pela presença secular de instituições acabam tornando-se sinônimos umas das outras. Boston (MA) com os *colleges* e centros de pesquisa, e Campinas (SP) da mesma forma, já integram o segundo grupo onde as cidades, sendo anteriores à fundação dos Institutos, acabaram por receber suas instalações. A Universidade de Campinas – UNICAMP e a Boston College ganharam notoriedade por sua excelência acadêmica e passaram a designar a cidade, bem como a cidade passou a designar as Instituições.

Ao olhar com um pouco mais de atenção para esse quadro, fica evidente que ao longo do tempo, a construção de uma vida universitária cidadina é decorrente da presença da Universidade. Todavia, isso somente é possível graças a capacidade de estruturação do território em atender as necessidades provenientes da atividade educacional superior, o que exige envolvimento, ainda que não voluntário de diversos níveis, da comunidade local.

Tipificar a cidade a partir de seu modelo econômico predominante acabou por gerar, no final do século XIX e ao longo do XX, as designações de cidade industrial, cidade comercial, cidade balneário, entre outras podendo sempre haver cidades que abarcam

mais de uma potencialidade. Mas, em todos os casos citados, a presença da instituição de ensino superior servia e era vista como elemento secundário que tinha como objetivo alimentar toda a engrenagem econômica e fazer da cidade universitária um satélite de outro centro maior; como nos casos de Cambridge e Londres ou Campinas e São Paulo.

O que é pouco evidenciado e percebido é que a notoriedade desses centros educacionais possui o poder de transformar suas cidades em espaços cheios de serviços qualificados, com mão de obra bem formada, seguros e atrativos para que outras pessoas acabem por se estabelecer, podendo trabalhar direta ou indiretamente com a atividade educacional.

Michel Porter (1989) desenvolve o conceito de *cluster*, conglomerados econômicos que se relacionam e se associam por conta de fatores e interesses estratégicos, com o objetivo de se sustentar e fortalecer. A aplicação desse pensamento ao universo que interessa esta tese favorece a investigação a respeito da relação entre a cidade e a educação superior, conduzindo-o a questões subjacentes às duas primeiras.

Em que momento do tempo a presença de instituições de ensino superior em um determinado local, faz com que essa área possa ser considerada um aglomerado econômico de ensino? Como a presença da universidade promove a articulação e organização territorial? Esse nível de impacto depende da conjugação e relação dialógica entre o interesse local e o Projeto Universitário? Existe um tipo específico que caracteriza uma cidade universitária?

Essas perguntas se colocam diretamente na definição dos objetivos, que se estabelecem como elementos de busca final para o desenvolvimento da tese. Isto posto, identificar modelos distintos de organização urbana a partir da presença da atividade de ensino é condição primeira para que todo o trabalho progrida, uma vez que a existência de modelos diversos pode apresentar características comuns ou não, revelando um eixo central definidor do que pode vir a ser considerado efetivamente uma Cidade Universitária.

Observar as relações existentes entre a cidade e as instituições de ensino superior nela estabelecidas, buscando perceber até que ponto esse relacionamento é dialógico ou não. Compreender como este contato favorece a construção desse território e

como a estrutura física da Universidade contribui para o desenho urbano e o desenvolvimento local é, sem dúvida, um objetivo a ser perseguido.

As relações a serem observadas também se estendem para aquilo que Bourdier¹ chama de Capital, compreendido em suas dimensões cultural, social e simbólica. Para ele, o Capital é uma resultante do processo hereditário que transcende as amarras econômicas, portanto, capital é um recurso, um patrimônio pessoal ou institucional. Nessa perspectiva o encontro dos capitais social, cultural e econômico de uma cidade ou instituição universitária irá definir seu capital simbólico, sua capacidade de ser percebida com elementos e valores agregados, que simbolicamente a caracterizarão a partir do momento que o indivíduo estiver em contato.

Ter Projetos de Política Institucional e Pública que caminhem alinhados é importante para que cidade e Universidade avancem, progredam sendo nesse sentido que a conjunção de interesses se faz um elemento estratégico, portanto, observar essa relação em suas variantes e variações se coloca de maneira a favorecer a sustentação ou refutação final da tese, enquanto conhecimento desenvolvido.

Outro objetivo a ser buscado é a análise dos impactos decorrentes desta relação e dos modelos adotados. É sabida a existência de uma resultante proveniente da relação entre cidade e Universidade, basta observar alguns indicadores sociais e econômicos para percebê-la. Mas para além da observação superficial, faz-se necessário analisar dados objetivos do comportamento institucional, social e econômico.

Dados populacionais com sua dinâmica demográfica, por exemplo, demonstram que cidades como Salamanca e Coimbra, possuem alta taxa de população flutuante, especialmente no período próximo ao início e ao término do ano letivo. Se observado superficialmente seriam apontados apenas o fluxo e o refluxo de alunos; todavia, quando analisado em conjunto com outros dados pode-se também apontar momentos de baixa arrecadação tributária dessas cidades, uma vez que o conjunto de serviços nelas estruturados em torno da atividade educacional é afetado diretamente. Analisar

¹ Pierre Bourdier (1930-2002), filósofo e sociólogo francês considerado o principal nome do estruturalismo construtivista, corrente do pensamento sociológico que analisa a sociedade a partir de estruturas sociais objetivas que se constituem em torno do *habitus* social. Nessa direção ele teoriza o conceito de capital que derivado da idéia própria da economia, se estende aos demais campos, onde os indivíduos podem constituir os seus próprios capitais, social, cultural e simbólico.

os impactos dessa relação na organização do território, na dinâmica cultural e política da cidade de modo que se consiga perceber a influência da universidade como auxiliadora na construção da identidade local também compõem esse objetivo de pesquisa.

Por fim, como último objetivo, serão demonstrados os resultados práticos e tangíveis dessa relação. Ou seja, uma vez identificada como a relação é estabelecida, observado o modelo utilizado, analisado o impacto, serão descritos claramente quais são os resultados. Estes devem responder às perguntas apontadas anteriormente, de tal sorte que, a reflexão sobre elas produza conhecimento suficiente para embasar, sustentar ou refutar a tese que se coloca como proposição. O Projeto universitário quando conjugado aos interesses locais, apresenta-se como elemento promotor e articulador do desenvolvimento do território e consolidador da identidade local.

Para o devido desenvolvimento das questões e objetivos propostos foram elencados modelos e casos, selecionados a partir de critérios metodológicos claros, possibilitando assim a busca e o contato com fontes que auxiliaram em toda a investigação. Esses componentes da pesquisa passam a ser descritos na próxima parte desta Introdução, servindo assim como um guia para leitura e compreensão do todo.

Figura 2 – Mapa mental



Fonte: Compilação do autor

A figura acima apresenta o esquema mental referente ao desenvolvimento do raciocínio até aqui apresentado. Descortina-se, de maneira visual, o universo inicial de interesse com destaque para o foco específico da investigação, o que dele norteará todo o processo (a relação existente), ao apontar as questões, os objetivos e a tese, apresentada no quadro vermelho.

1.2 MODELOS, CASOS, FONTES E MÉTODOS

Como já afirmado, a presente tese é uma investigação transdisciplinar com foco nos campos da urbanística e da educação, visando especificamente a relação existente entre a cidade e a universidade, sob a perspectiva histórica. Cabe então, lembrar o historiador Lucien Febvre², para quem a história é uma unidade não havendo uma história econômica, outra social, uma história do urbanismo e outra da educação, há somente história.

Essa afirmação é o referencial epistemológico inicial desta tese, que busca na história da educação e na do urbanismo os seus elementos constitutivos. Todavia, é fundamental compreender que não existe uma história fracionada da educação, da arquitetura ou do urbanismo, mas sim uma história enquanto fenômeno, que deve ser analisada sob diversos ângulos e contextos.

Deve-se, portanto, sublinhar outro aspecto importante na compreensão da construção referencial dessa tese, a ideia analítica de história como um fenômeno de longa duração. Fazendo com que os acontecimentos sejam mais bem observados e compreendidos com o devido distanciamento temporal, conceito exaustivamente trabalhado por Fernand Braudel³, sucessor de Febvre a frente da Revista *Annales*. Para ele, o tempo da longa duração só pode ser compreendido se observado com distância de séculos, de maneira tal que o movimento do fenômeno histórico quase não é percebido se olhado pontualmente. São ajustes e fluxos estruturais que só aparecem quando amplificados e lidos no decorrer de uma sequência longa de décadas e fatos.

² Lucien Paul Victor Febvre (1878-1958), historiador francês um dos idealizadores da Revista dos *Annales*, principal referência para a chamada história das mentalidades, que levou a produção historiográfica para intersecção com outros campos das ciências humanas e sociais especialmente.

³ Fernand Braudel (1902-1985), historiador francês, integrou o grupo e coordenou a Revista dos *Annales*, notabilizando-se pela sua reflexão crítica da história a partir dos fatores socioeconômicos.

Sendo tanto a educação quanto a urbanística dois elementos presentes na sociedade que se manifestam no tempo e que em seu decorrer revelam suas principais características, faz-se adequada a análise histórica da forma proposta. Especialmente por tratar de um recorte temporal de 170 anos a ser analisado, que se prolonga da segunda metade do século XIX para o XX, até as primeiras décadas do XXI.

Sendo o objeto a relação, e por entender que nela há um núcleo duplo que comporta cidade e universidade, a verificação comportamental do objeto dar-se-á por meio da expressão material no espaço urbano e no campo acadêmico.

Tendo como objeto a relação e entendendo que nele há um núcleo duplo, onde estão contidas cidade e universidade, a verificação comportamental do objeto dar-se-á por meio da expressão material dessa relação no espaço urbano e no campo acadêmico. Portanto, é no campo urbano que serão feitas as principais observações da relação proposta por essa tese. É no diálogo entre cidade e universidade, expresso no tecido urbano, na ocupação dos espaços, na articulação do território, e na promoção do desenvolvimento local, potencializando as características da cidade que a levam a ser considerada efetivamente uma Cidade Universitária, podendo ser encontrada a matriz relacional sustentadora da afirmação que a presença da universidade contribui para a cidade.

Esta tese, enquanto investigação no campo da arquitetura e do urbanismo, procura compreender a dinâmica da cidade a partir da análise material, da articulação e da composição do território, sem abrir mão, todavia, da vertente de análise, que encontra na materialidade e concretude da cidade, sendo a chave de interpretação para compreender o fenômeno social, cultural, econômico e histórico. Nesse sentido, a cidade também será analisada e considerada enquanto meio físico edificado, a partir de sua geometria, forma e composição sobre o território. Será, ainda, objeto de análise enquanto representação das relações e organizações sociais, dos interesses e das próprias estruturas universitárias.

Para o desenvolvimento metodológico da pesquisa proposta, arquivos públicos foram acessados possibilitando assim o contato com fontes primárias, tais como cartografias, legislação e documentação de apoio analítico. Contudo, considerando a possibilidade de analisar dois modelos diferentes, um no Brasil e outro na Europa, se

faz necessário registrar que existe uma discrepância na organização e acesso aos acervos, que criaram certa dificuldade para eventuais análises comparativas.

Necessária se faz pontuar que para todo e qualquer trabalho no campo da história as fontes são o alicerce de toda reflexão, leitura e interpretação de uma determinada sociedade. Elas trazem consigo a impressão de um tempo, das circunstâncias, para o historiador a fonte é sempre um canal de conexão espaço-temporal, um espelho da sociedade, por isso a aproximação com técnicas e métodos específicos que favoreçam a melhor leitura sempre é buscada.

Não obstante, quando o pesquisador se depara com a falta de organização, tratamento e sistematização das fontes, particularmente daquelas chamadas primárias, se encontra diante de um problema estrutural para seu trabalho. Uma vez que são elas elementos eivados de intenção específica, podem desvelar um sem número de interpretações sobre o tempo, a sociedade e o fenômeno histórico investigado.

Foi justamente esse o problema encontrado na busca pelas fontes primárias dos casos referenciais escolhidos para o trabalho de investigação e comparação. A distância entre as maneiras em que as fontes primárias foram encontradas foi definidora para a busca auxiliar de fontes secundárias, que já tivessem trabalhado sobre o acervo arquivístico documental de maneira a criar condições de similaridade comparativa no andamento da investigação. Diante desse quadro, a utilização de fontes secundárias, comentários e bibliografias especializadas para nortear a análise, se fizeram importantes para estruturar o argumento, uma vez que as fontes primárias, especialmente as ligadas à cidade, estavam fragilizadas.

Ao pontuar a escolha do método histórico comparativo como fio condutor do processo de pesquisa, alguns aspectos precisam ser destacados como a real necessidade de se perceber semelhanças e diferenças nos modelos de cidades universitárias identificados, bem como buscar os fatores determinantes para os elementos de aproximação e distanciamento entre eles. Outra necessidade, mediante esta escolha, é o estabelecimento de quadros comparativos que incluam itens de verificação paralela, definindo a forma de aplicação e delimitando a comparação de sociedades urbanas com estruturas análogas na sua importância locoregional, ou por terem passado por processos semelhantes.

Estabelecido esse quadro, resta guiar a busca pelos fatores determinantes para que os modelos e casos comparados possam ser reproduzidos ou não, em maior ou menor escala, tomando como base a diversidade dos elementos comparados e das realidades nas quais estão inseridos. Diante do exposto e considerando as limitações encontradas junto às fontes, estabeleceu-se como itens de composição do quadro comparativo entre as cidades universitárias que foram estudadas, os seguintes:

- ⇒ Evolução do quadro populacional;
- ⇒ Evolução do serviço educacional;
- ⇒ Evolução do quadro econômico por setor;
- ⇒ Planos Diretores, Urbanísticos ou Similares;
- ⇒ Configuração do Campus Universitário;

A partir destes itens, dois casos referenciais foram analisados, um para cada modelo de cidade universitária. A comparação possibilitará alcançar um dos objetivos, sendo justamente aquele em que se pretende demonstrar o resultado do impacto produzido pela relação entre a cidade e a universidade.

Com isto, a hipótese central da pesquisa se coloca como instrumento de teste, verificadora das questões já apresentadas na seção anterior desta introdução. Tal hipótese, tem fundamento no pensamento de Jacques Le Goff (1998, p. 63) ao tratar sobre o surgimento das Universidades: “[...] uma Universidade é, para uma cidade, um bom negócio[...]”.

Diante dessa afirmação em seus estudos sobre a Idade Média, o historiador já apontava as vantagens que a implantação de uma universidade poderia promover a uma cidade. Pensar essa hipótese como ponto de inflexão da investigação, buscando compreender o elemento relacional presente nas intencionalidades da cidade e da universidade, leva a duas reflexões: uma na direção do projeto educacional e a outra na do projeto urbano. A primeira visa compreender o contexto histórico e como ele se apresenta à cidade; a segunda busca entender a própria cidade e o conjunto de decisões que possam ter sido tomadas, direta ou indiretamente, em virtude da implantação e/ou da presença do projeto universitário.

Quanto ao recorte temporal da pesquisa, a investigação está circunscrita ao século XX, tendo a segunda metade do XIX como período antecedente e de referência histórica e as primeiras décadas do XXI como momento de desdobramento das

observações e considerações decorrentes da análise. Logo, a tese trabalhará com o recorte efetivo de 170 anos divididos em três grandes períodos onde o segundo e maior período, será o núcleo da investigação. Assim ter-se-á:

- ⇒ Período de embasamento e contextualização primária – 1850 a 1900;
- ⇒ Período central da pesquisa – 1900 a 2000;
- ⇒ Período de desdobramentos – 2000 a 2020.

O que é possível ver, tanto no campo do urbanismo quanto da educação superior, é que em ambos se observam mudanças significativas que acabaram por estabelecer por exemplo, modelos universitários distintos na sua proposta acadêmica, na forma de organização do campus e sua consequente implantação no território.

No que tange a cidade, a segunda revolução industrial e todos os seus desdobramentos, associados à reflexão social decorrente das revoluções liberais do XIX e na estruturação das novas nações. A necessidade de se apresentar urbanisticamente como evoluída e moderna, promoveu um avanço sem igual no desenho e na forma de pensar a *urbis*.

O modelo de ensino superior que surge no XIX se distancia em muitos aspectos daquele presente no medievo e em grande parte da modernidade. Na verdade, para muitos estudiosos do tema, há praticamente uma refundação das universidades tendo como preceptora a organização da Universidade de Berlim, que passa a servir como referência para a reformulação de instituições já existentes ou para implantação de novas.

Ao voltar no tempo e buscar pontos de conexão para a identificação dos modelos existentes de cidades universitárias, vale destacar que, quando observada a maneira como as universidades foram implantadas originalmente, é possível perceber uma associação, no mundo Ocidental, com outras instituições, como a Igreja. Essa associação, por vezes, é tão forte que a universidade pôde se utilizar, inclusive, das propriedades dessas outras instituições como infraestrutura básica para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas.

A *universitas* é a nova corporação que se estrutura e se apresenta à cidade, reunindo todos os envolvidos na busca por conhecimento. Portanto, a exemplo de outras, a universidade surge como uma corporação de estudantes e mestres que passam a

ocupar a cidade e as instalações da Igreja, para o desenvolvimento de seus estúdios *generales*.

Com o passar dos anos, a influência direta da Igreja diminuiu, enquanto o Renascimento e, principalmente, a Revolução Industrial estabeleceram uma nova relação entre o desenvolvimento do conhecimento e a sociedade. Nesse contexto, a universidade reestruturou-se plenamente na virada dos séculos XVIII e XIX, cenário em que o ideal teocrático universitário foi substituído pela visão humanista e pela concepção iluminista de progresso.

As cidades que abrigaram secularmente as universidades e, tendo nelas sua principal atividade, se viram obrigadas a reordenar as próprias funções e estruturas, além de reconfigurar a relação com a instituição educacional, para que se mantivessem no eixo de reconhecimento e relevância nacional. Ou seja, a afirmação de que é um “bom negócio” para uma cidade abrigar uma universidade significa, sobretudo, um negócio bom, valorizado e reconhecido por outras cidades.

De fato, as chamadas cidades universitárias são caracterizadas por essa relação estreita entre o seu modelo de desenvolvimento acadêmico e a vida cidadina. Não é a simples presença da instituição que promove a cidade à condição de “cidade universitária”, mas sim a forma como a universidade, se fazendo presente, contribui para a organização, estruturação e desenvolvimento da cidade. No âmbito desta tese, a evidência a ser buscada para a comprovação da hipótese, reside justamente em verificar como a presença da universidade auxilia a cidade na construção ou reconstrução de sua identidade, em sua estruturação e na organização de seu território e em seu conseqüente desenvolvimento local.

Daí passamos a ter claramente dois modelos de cidades universitárias quanto a implantação e ocupação da estrutura acadêmica no território. O modelo clássico europeu ocidental com o campus urbano integrado ao núcleo da cidade, tendo seus edifícios implantados em diálogo com o traçado vivenciado cotidianamente por todos os cidadãos, envolvidos direta ou indiretamente com a atividade educacional. E o modelo norte-americano do campus isolado, que guarda distância do centro urbano, constituindo-se em uma nova centralidade dedicada especificamente a atividade educacional, próximo, porém destacado, do núcleo central da cidade.

Basicamente estes são os dois modelos que se mantêm presentes por todo século XX. Com algumas distintas situações, que mais à frente serão abordadas, de cidades que acabam por apresentar um modelo que conjuga as duas experiências de implantação de *campus*.

Outro aspecto fundamental nesse processo de construção analítica é a relação identitária que as tradicionais universidades europeias acabaram construindo com suas cidades, muito em virtude da espacialidade de seus edifícios e claro da vida intensa produzida pela presença de professores e alunos. Resultando nas cidades se vendo obrigadas a prover serviços para dar sustentação a todos. Desta forma, a pesquisa deteve-se nestes dois modelos de organização territorial:

- ⇒ Cidade Universitária com *campus* integrado ao desenho urbano; e
- ⇒ Cidade Universitária com *campus* isolado, construindo uma nova centralidade.

Importante sublinhar que ambos os modelos possuem exemplos que antecedem o recorte temporal da investigação, como no caso da cidade de Toulouse na França. Sua universidade de mesmo nome, criada em 1229, que foi integrada ao cenário cotidiano da cidade ou a cidade norte-americana de Cambridge, com a tradicional universidade de Harvard, criada em 1636, implantada em um *campus* afastado do núcleo urbano criando assim uma centralidade.

A implantação dos espaços acadêmicos no que corresponde ao modelo europeu, leva a própria redefinição do espaço urbano que ocorre na transição da Idade Média para a Modernidade. Neste sentido, como já afirmado por diversos estudiosos, as universidades como são conhecidas, são filhas das cidades, da urbanização que se acelera com o processo de consolidação do capitalismo burguês. A ideia de um processo contínuo e inexorável de evolução civilizatória associou a universidade moderna ao fenômeno histórico da época e a colocou a serviço desse ideário, da construção e estruturação das cidades.

Ao pensar na perspectiva da cidade enquanto elemento material representativo de uma sociedade, percebe-se que, de modo geral, as cidades modernas são resultantes de aglomerados urbanos estruturados em torno do comércio ou da indústria. Pode-se observar, portanto, que as cidades se organizaram em função das atividades principais, acompanhando a geografia, mas também as necessidades impostas pela

dinâmica local. O tecido urbano estruturou-se e sua importância cresceu, e esse fato pode ser observado desde a cidade medieval.

Do ponto de vista urbanístico, até o advento da revolução industrial no século XVIII, as grandes transformações ocorriam somente nas capitais imperiais, sempre em função do abrigo que elas ofereciam à estrutura de serviços estatais. O século XIX e o avanço tecnológico trouxeram consigo uma significativa mudança para as cidades: uma necessidade de pensar o espaço urbano de maneira mais funcional, no qual organização do território estaria subordinada à atribuição de atividades que nele estavam presentes.

Se, de um lado, as universidades foram repensadas e reestruturadas à luz do pensamento liberal, como já exposto anteriormente, a cidade, de outro, também não esteve imune às transformações promovidas por esse novo olhar: a ideia da organização funcionalista do espaço urbano é decorrente do pensamento iluminista, à medida em que se pensa a sociedade como um sistema integrado, com atores e partes setorizadas.

Nesse contexto, cabe ainda salientar que os dois modelos de *campus* universitário destacados para essa investigação, trazem consigo a força do olhar e do pensamento de uma época que se coloca com a força das transformações.

A ideia de uma área desconectada do núcleo central remonta, sem dúvida alguma, à concepção medieval de que para obter conhecimento era necessário manter-se afastado das “coisas do mundo”. Contudo, isso também está presente quando se nota a planta dos chamados Colégios, herdeiros da tradição monástica com suas salas, distintas, isoladas e silenciosas.

De todo modo, o que se vê em ambos, é a preocupação de como implantar essas edificações no tecido urbano de modo a promover a integração e conjugação adequada de espaços para todos, alunos, professores, trabalhadores da atividade educacional e toda a população. No caso das cidades universitárias há o envolvimento direto ou indireto com o setor produtivo, que cresce ao longo da Renascença e se consolida definitivamente na sociedade contemporânea.

Uma vez definidos os modelos de cidades universitárias que serão investigados, resta a escolha de casos referenciais, em cada um dos respectivos modelos citados, para que o processo de análise individual e comparativa pudesse então ser desenvolvido.

Para essa escolha alguns aspectos foram levados em consideração e serão apontados aqui. Primeiro e o mais determinante deles, é o fato desta tese estar sendo desenvolvida no âmbito de duas instituições de ensino postas em continentes distintos, mesmo que com grande aproximação histórica quando pensado sob o guarda-chuva da educação Ibero-Americana. Logo, a decisão pela escolha de um caso europeu, especificamente na Espanha, e outro americano, especificamente no Brasil, mostrou-se uma escolha natural. Uma vez considerado esse primeiro critério, passou-se a observação de cidades espanholas e brasileiras que sejam notadamente reconhecidas e tratadas como cidades universitárias.

Por fim, encontrar pontos de aproximação histórico-social entre as cidades e a relação por elas desenvolvidas com as instituições de ensino, implantadas em seus territórios e que acabaram por lhes conferir a identificação de cidades universitárias, foi importantíssimo. Vale salientar mais uma vez, que o objeto da tese não são as cidades e tão pouco as instituições de ensino superior, mas sim a relação que se construiu e estabeleceu entre elas que as levou a serem assim designadas. Portanto, mesmo cidades com escalas populacionais muito distintas podem ser comparadas nesse estudo, desde que a relação entre ela – cidade – e a universidade se dê proporcionalmente da mesma maneira.

Consideradas as diversas opções tanto do lado espanhol quanto do lado brasileiro, os dois casos escolhidos foram as cidades universitárias de Salamanca na Espanha e Campinas no Brasil. A primeira uma icônica representante do modelo de campus integrado, uma histórica e clássica cidade universitária, enquanto a segunda uma representante do modelo de campus isolado e responsável por parte significativa da produção científica brasileira.

Salamanca com suas duas grandes universidades, a Universidade de Salamanca (1218) pública e que se espalha por toda cidade, desde o centro histórico até aos assentamentos mais recentes, e a Pontifícia Universidade (1942) que se organiza seguindo o mesmo critério. Uma cidade que ao longo de sua história viu sua economia ser organizada cada vez mais em torno das suas universidades, sofrendo com o esvaziamento promovido por invasões, conflitos internos, pestes entre outros desafios e que chegou a ter na metade do século XIX apenas 35 alunos matriculados e 1 curso em funcionamento na USAL. Tendo que praticamente ser refundada, o que só foi

possível graças ao esforço conjunto do poder público local e os dirigentes universitários de então.

Do ponto de vista urbanístico esse período é complexo, uma vez que a cidade estava umbilicalmente vinculada à atividade educacional que, na última década do século sofreu barbaramente. Diversas edificações estavam diretamente ligadas à atividade educacional, uma vez que a universidade era poli nucleada e espalhava-se pela cidade. Assim, o esvaziamento e a redução da atividade impactaram a vida urbana, momento o qual inicia o nascer de uma nova cidade, ainda que sobre aquele plano original que persistia já alguns anos.

A Salamanca monumental que é conhecida no dias atuais, tem seu início no século XVI, sobre o núcleo medieval e tendo seu traçado de cidade passado por diversas modificações a fim de atender a religiosos, docentes e cavaleiros, atores sociais que naquele momento acumulam riqueza, prestígio e poder, o que impulsionou tais transformações. Passado o declive do século XVII, foram retomadas no XVIII o conjunto de requalificações que promove uma séria de mudanças na paisagem urbana, especialmente na região da Plaza Mayor, com destaque para as instalações universitárias e religiosas. Na segunda metade do XIX, há uma retomada do diálogo e união de forças entre a universidade e a cidade que, juntas, se recompuseram. É neste período que surgirá a Salamanca moderna enquanto cidade e universidade.

Campinas por sua vez, sendo a principal cidade da Província de São Paulo, tendo população superior à da capital durante o terceiro quartel do XIX e o maior número de nobres residentes fora da corte, além de ser o principal entreposto comercial da região, vê toda sua pujança e força econômica sendo desmobilizada com duas ondas de febre amarela, pela industrialização da capital, e o deslocamento da aristocracia local para o interior ou para capital. Esse quadro obriga a liderança local a repensar a cidade e seu arranjo econômico o que a leva gradual e paulatinamente a se tornar ao longo do XX um polo de desenvolvimento científico e acadêmico, onde se destacam a UNICAMP – Universidade de Campinas e a Pontifícia Universidade de Campinas – PUC.

Com papel marcante da vida nacional ao longo do século XIX, a cidade de Campinas assume destaque por conta das condições de contorno que a envolvem. Em especial como núcleo do movimento republicano, na intensa modernização da infraestrutura

econômica garantindo a produção cafeeira. Sendo este um entroncamento ferroviário articulando os ramais pertencentes às Companhias Paulista, Sorocabana e Mogiana, ao ter na própria cidade a Companhia Ramal Férreo Campineiro e a Companhia Carril Agrícola Funilense.

A vida urbana da cidade muda completamente figuras como Antonio Francisco de Paula Souza⁴, é contemporâneo de Ildefonso Cerdá⁵, é influenciado por este e por sua forma moderna, higienista e positivista de ver o desenho urbano. Campinas reúne o que há de mais qualificado naquele momento, sua força econômica parece conduzi-la da condição de entreposto agrícola, para cidade moderna, transformando a aristocracia rural cafeeira em burguesia urbana capitalista industrial.

Uma cidade que pulsava ao ritmo das locomotivas que transportavam as sacas de café, viu o seu ideal republicano ganhar força e dois de seus filhos chegarem a presidência. A suntuosidade dos palacetes fez com que essa elite buscasse estrutura de ensino para seus herdeiros, aí está o gênesis da sua vocação para o serviço educacional que se consolida no século seguinte como o eixo econômico central.

As duas ondas de febre amarela na década final do século XIX, a Gripe Espanhola na segunda década do XX e o crescimento industrial na capital, são elementos que dificultam a reorganização econômica da cidade. Ao perder sua força na agricultura, flerta com a indústria, mas não se consolida, e passa a ser empurrada para o setor terciário, como será visto com mais detalhe ao longo desta tese.

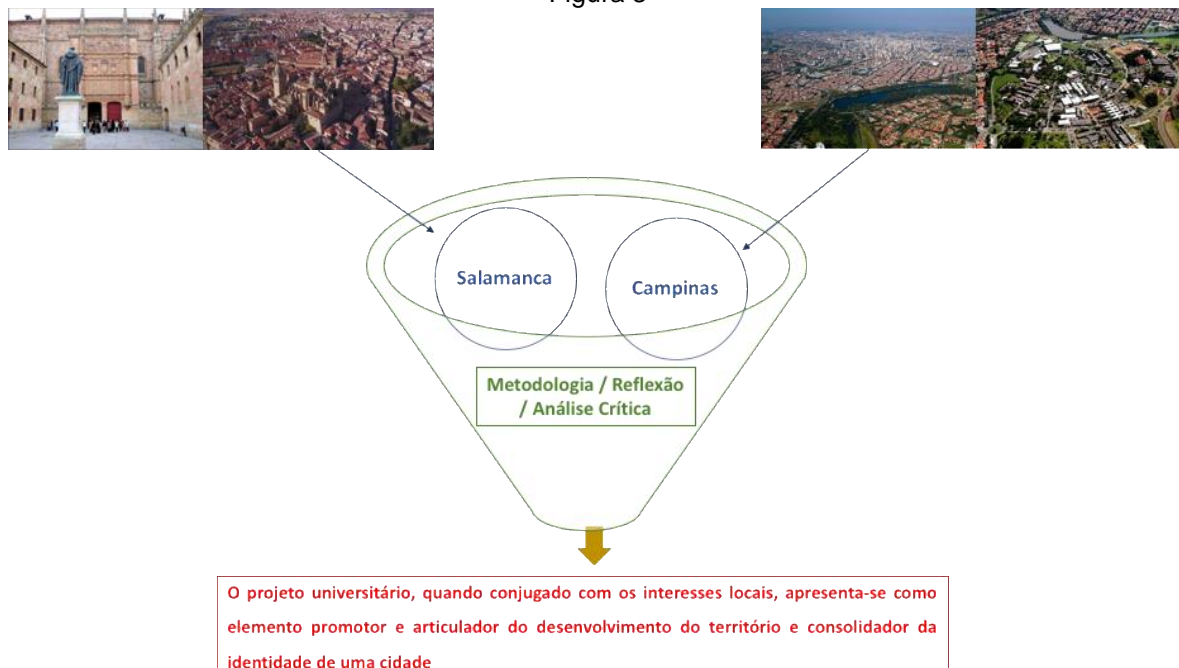
Salamanca e Campinas são cidades que, do ponto de vista urbanístico, tem desenvolvido seus planos e organizado seu território de forma sistêmica ao longo do século XX. Estruturando o tecido urbano e levando em consideração a atividade educacional e científica intensa presente em seus limites, tendo a clareza que sua vocação é prioritariamente a de desenvolver potencialidades individuais e coletivas,

⁴ Antonio Francisco de Paula Souza (1843-1917), engenheiro brasileiro que dedicou sua vida profissional as questões de infraestrutura nacional, em especial a implantação da malha ferroviária na Província de São Paulo. Republicano, abolicionista, presente a convenção que cria o Partido Republicano em 1873 na cidade de ITU (onde conhece Antonio Queiroz Telles – Barão de Parnahyba, presidente da Província de São Paulo), entre outras ações que o notabilizaram está a luta pela criação da Escola Politécnica de São Paulo, organizada em 1893, sendo seu primeiro diretor.

⁵ Ildefons Cerda i Sunyer (1815-1876), engenheiro, arquiteto, urbanista, considerado o pai do urbanismo moderno. Foi o primeiro a usar a expressão “urbanização” ao escrever para seus alunos o que ficou conhecida como sua principal obra teórica “*Teoría General de la Urbanización*” (1867), responsável pelos Planos de urbanização de Barcelona (1959) e de Madri (1961).

por meio da formação e da pesquisa, estruturando-se cada vez mais para a sociedade do conhecimento.

Figura 3



Fonte: Compilação do autor

A imagem traduz o exposto até aqui e a forma como a pesquisa se desenvolveu. Uma vez identificados os modelos de cidades universitárias e escolhidos os dois casos a serem estudados, estes foram submetidos aos processos de análise e reflexão conforme metodologia descrita na busca por respostas para as perguntas apresentadas na seção anterior. De modo a atingir os objetivos também já apresentados e, por fim, sustentar ou refutar a tese mais uma vez exposta.

1.3 CENÁRIO HISTÓRICO E ESTRUTURA DA TESE

Como já apontado, a investigação é estruturada em uma períclope temporal de 170 anos, onde os primeiros 50 (1850-1900) compõem o prelúdio e os 20 últimos (2000-2020) o poslúdio dos cem anos que estão efetivamente postos como núcleo investigativo. A reflexão está imersa no ambiente de consolidação e desenvolvimento do capitalismo industrial, que por sua vez é decorrente dos movimentos sócio político econômicos do século XIX, da mesma forma que o cenário atualmente vivido pelas chamadas cidades universitárias, está envolto na revolução tecnológica, do capitalismo digital, na sociedade do conhecimento.

Portanto, para a plena compreensão do contexto que envolve a cidade e a universidade que se apresentam ao século XX, é fundamental uma leitura do cenário histórico antecedente que define os contornos para ambos. O conjunto das Revoluções Burguesas de caráter liberal que ocorrem a partir da segunda metade do século XVIII, tendo a Revolução Francesa consagrada como seu principal marco, acabam por estabelecer uma nova forma de olhar a sociedade em todos os seus níveis e setores.

O que se vê é a crítica frontal ao Estado nobiliárquico absolutista, o fortalecimento da burguesia como classe social protagonista e sua consolidação com a II Revolução Industrial, que estabelece o capitalismo industrial definitivamente como novo estágio econômico social. Este ambiente possibilitará o crescimento do ideário nacionalista burguês, apoiado pelo positivismo que por sua vez trará consigo o pensamento tecnicista e a concepção de progresso. O que se observa ao longo do século XIX, como característica marcante associada ao ordenamento social, é a estruturação da sociedade capitalista contemporânea baseada nas relações estabelecidas pelo seu ponto fulcral, a indústria.

Quando se pensa isso à luz da presente investigação, se faz necessário o ajuste da “lente” para os dois elementos que se unem no foco do interesse dessa tese doutoral, cidade e universidade, ambos elementos que ganharão novos contornos diante de tais mudanças. No caso específico da cidade europeia, ela deverá ser redesenhada a partir de suas pré-existências por não atenderem mais as necessidades de uma sociedade que caminha da vida rural para a vida urbana.

O aumento da população urbana em decorrência das novas oportunidades de emprego e sobrevivência, acelerará, especialmente, durante a segunda metade do século XIX. Esse aumento trará como consequência imediata um crescimento no volume de serviços e de bens ligados a convivência e sobrevivência coletiva, o que, por sua vez, resultará numa relativa melhora das condições de vida.

Porém há sempre um limite para essa melhoria. Uma vez que o adensamento populacional desordenado provocará surtos epidêmicos, que associados aos conflitos políticos sociais em cada região, acabarão por determinar a reflexão sobre o espaço urbano, passará a ser estabelecida a estratificação do tecido sempre obedecendo os critérios econômicos. Estes, por sua vez, passarão a ser uma das características

funcionais preconizadas pela cidade moderna, a cidade setorizada, divida em zonas de interesse e acomodação.

Surge, portanto, a Cidade Industrial. Aquela que, tendo sua economia estruturada em torno dessa atividade, passaria a ser a referência de modernidade. Por certo que muitas das cidades assim chamadas, estivessem localizadas em regiões favoráveis ao seu desenvolvimento, passam a permitir a maior e melhor circulação de produtos beneficiados e de colheitas do campo para a cidade. Podendo suceder pela confluência de rios, entroncamentos viários de forma a potencializar suas qualidades, dada a implantação de estradas, ferrovias, e a substituição dos navios tradicionais com propulsão a vela por modernas embarcações impulsionadas por caldeiras a vapor.

Não se pode esquecer que a cidade europeia ocidental passa por uma série de agressões físicas durante esse mesmo período. As guerras Napoleônicas que tomam toda a região, seguidas por conflitos locais de independência e lutas nacionais, como no caso da Espanha, Portugal, Itália e Alemanha (estas só unificadas já na segunda metade do XIX), favorecem a possibilidade de repensar as cidades em suas funcionalidades. Em particular as capitais que passam a viver a égide daquilo que Leonardo Benévolo⁶ vai descrever como a cidade pós-liberal, fruto do pensamento liberal clássico e resultante dos interesses mais latentes das classes dirigentes.

Assim, deve-se notar, para a boa compreensão da proposição da tese, que a cidade é em si um documento histórico que se apresenta como resultante dos fenômenos sociais que a circunscrevem. A materialidade apresentada na cidade pelos seus edifícios, praças, ruas, quadras, áreas cívicas e religiosas expressam a forma como determinada sociedade se organiza, pensa e percebe-se, sendo em muitos casos o único elemento que permite a interpretação e a identificação daquela comunidade.

Nesse sentido, pode-se compreender a cidade simplesmente por sua materialidade, organização do tecido urbano e estruturação setorial. Ou, ainda, a perceber em sua dimensão cultural, não material, intangível, a cidade materializada é uma resultante da história, da cultura, das experiências coletivas e das tradições comunitárias. Uma

⁶ Leonardo Benevolo (1923 – 2017), arquiteto e historiador italiano que se dedicou a analisar a arquitetura e o urbanismo em sua relação com a história, entre suas principais obras destaca-se a História das Cidades, como um livro panorâmico sobre a evolução da cidade ao longo da história.

característica significativa da cidade que, definitivamente, a coloca na categoria de objeto histórico. A cidade, de uma vez por todas, pertence ao tempo.

Esta tese busca observar a cidade por meio da perspectiva de longa temporalidade, bem como entender como se organiza territorialmente, quais são os elementos estruturadores do seu desenho urbano ao longo do tempo e sua relação com a educação, mas especificamente com aquela chamada superior, as universidades. Considerando o recorte temporal já apresentado, e tomando por princípio analítico a ideia de que a cidade é produto das tensões e dos interesses coletivos no tempo, é fundamental compreender que esta será investigada como uma resultante entre o pensamento ilustrado das revoluções liberais e do capitalismo monopolista de um mundo em plena reestruturação.

A relação do indivíduo com a cidade durante seu processo de formação, seja ele formal ou não formal, está estreitamente relacionada desde a antiguidade, em um período livre de ocupações diárias e cotidianas, tempo do ócio, que seria dedicado à busca do conhecimento, ao convívio social com os amigos, à cultura do espírito e à troca de experiências. Caminhando pela cidade com seu amigo e seu mestre, ouvia e refletia sobre as questões que envolviam a comunidade, sua história e cultura, nesse sentido, a educação na antiguidade era eminentemente cidadina e aristocrática, preocupada e comprometida em formar um cidadão belo, justo e bom. Viver e conviver com a cidade era algo tão natural, que seria inconcebível pensar em outra forma de organização para os homens dignos. Ou seja, um indivíduo que afirma sua existência na medida em que convive com seus pares na *pólis*, é um cidadão bem formado, informado e político em sua natureza.

Do ponto de vista urbanístico, até o advento da revolução industrial no século XVIII, as grandes transformações ocorriam somente nas capitais imperiais. O século XIX e o avanço tecnológico trouxeram consigo uma significativa mudança para as cidades: a necessidade de pensar o espaço urbano de maneira mais funcional, no qual a organização do território estaria subordinada à atribuição de atividades que nele estavam presentes.

A crescente necessidade de reestruturação das cidades durante o XIX, acabaram por estabelecer uma nova forma de se pensar e organizar a cidade. Em 1867, acompanhando este movimento, foi lançada uma obra que se tornaria referência no

estudo da cidade, escrita pelo engenheiro espanhol Ildefonso Cerdá. A *Teoria geral de Urbanização*, estabelece de forma clara a conceituação de urbanização pela primeira vez, é a tradução teórica de um momento materialmente presente no mundo de então consagrado pelas transformações promovidas em Paris, pelo Barão Hausmann ou pelo próprio Cerdá em Barcelona.

A cidade, que emergiu nessa forma de pensar, passou a ficar nas mãos de engenheiros e técnicos, para os quais o interesse do capital econômico pós-industrial havia se imposto e a gestão pública havia se adequado a esse cenário. Ao acomodar e prover os espaços distintos para as atividades, instituições e atores sociais em busca do progresso, sem perder o controle e a manutenção da ordem.

Cresce o número de cidades, seus desenhos e populações. Implantações são determinadas pela presença da indústria e sua interrelação com a localidade, contudo, existe um elemento que está adjacente a todo esse fenômeno de desenvolvimento e consolidação do sistema capitalista; o domínio, o controle, o avanço técnico, tecnológico e científico. Justamente aí estão situados os centros de conhecimento, as cidades universitárias.

No final do século XIX os centros de conhecimento estavam fundamentalmente ligados às universidades, já secularmente reconhecidas e afamadas, mesmo que naquele momento, passassem por uma profunda crise decorrente do iluminismo. Portanto, da mesma forma que a cidade, a universidade se reestrutura ao longo do século XIX a partir de reflexões e necessidades que se lhe apresentam diante do novo quadro social, político e econômico.

A reflexão sobre o papel desempenhado pela Instituição de Ensino Superior, que pela primeira vez questiona a relação sacralizada existente entre o ambiente de ensino e a igreja, é o documento “Conflito das Faculdades”⁷, publicado em 1798, de Immanuel

⁷ “O Conflito das Faculdades”, texto publicado por Kant em 1798, onde ele reflexiona sobre a estrutura de estudos que colocava como superiores os cursos de Teologia, Medicina e Direito e a Faculdade de Filosofia como inferior. Sua crítica era frontalmente contra esse modelo, onde segundo ele, o chamado conhecimento superior era tutelado, no caso da Teologia pela Igreja, no caso do Direito pelo Estado e seu governante e no caso da Medicina pelo princípio da autoridade. Nesse sentido, Kant aponta que as Faculdades inferiores, como a Filosofia, tem todo o direito de integrar a estrutura universitária uma vez que sua autoridade reside na reflexão científica e racional sobre a vida, a sociedade e o mundo.

Kant⁸, onde entre outras coisas apontava a necessidade de uma ruptura definitiva com o processo histórico que tinha trazido a Universidades até ali.

A discussão sobre o novo papel da universidade em uma sociedade que se reorganiza vai ganhando cada vez mais força em uma Europa varrida pelos conflitos Napoleônicos. No caso direto da região da Germânia, essa reflexão Kantiana terá como consequência direta um outro documento, mais conhecido e aqui já citado, o Relatório Humboldt “Sobre a Organização Interna e Externa das Instituições Científicas Superiores em Berlim”⁹, publicado em 1810 e considerado o manifesto de fundação da universidade moderna, uma vez que a Universidade de Berlim foi organizada sob seus parâmetros.

Na França Napoleônica estabeleceu-se o modelo derivado da Reforma Cabanis, ocorrida no final do XVIII. Uma proposta de ensino tecnológico resultante do cartesianismo, se desdobrou em várias formas nos séculos seguintes especialmente pela Europa Continental, chegando inclusive ao Império Ibero-americano.

Já no século XIX, é concretizado o projeto de estruturação do ensino superior e profissional francês em um modelo de Faculdades isoladas, profissionalizantes, atendendo assim aos objetivos da burocracia de Estado e do capitalismo industrial. Estruturas de ensino com autonomia curricular e flexibilidade, como por exemplo, a Escola Normal Superior e a Escola Politécnica, deixando a investigação para as Escolas de Altos Estudos associadas a Universidade.

Outro Modelo marcante de ensino superior nesse período é o norte-americano, com forte traço de influência do modelo alemão, na perspectiva da junção entre ensino e pesquisa. Por outro lado, também traz em si a perspectiva de proximidade com as necessidades do mercado e de atendimento da sociedade. Desta forma este modelo se estruturará basicamente em dois níveis, tendo as universidades dedicadas prioritariamente a investigação e pesquisa, ao desenvolvimento do conhecimento

⁸ Immanuel Kant (1724-1804), filósofo Prussiano um dos principais nomes da filosofia moderna, destacado no campo da epistemologia, graduado em Filosofia, Física e Matemática na Universidade de Königsberg, onde em 1770 recebeu a Cátedra de Ciências Naturais.

⁹ O Relatório Humboldt preconizava a integração entre o ensino e a pesquisa, entre as até então chamadas Faculdades Superiores e Inferiores, levando a cabo o pensamento de Kant, ou seja, na reforma humboldtiana a base do conhecimento está fundamentada na pesquisa cientificamente embasada.

refletido sobre os diversos aspectos da sociedade e da vida; e os *Colleges* destinados a uma formação mais pragmática profissional de bom nível e de cultura geral.

No caso norte-americano ainda há outra característica importante, o permanente diálogo comunitário. E com a sociedade promoverá uma terceira vertente, que se associará as outras duas, a atividade de extensão. Assim, nesse modelo, ensino, pesquisa e extensão se conjugam à serviço da sociedade.

Na perspectiva desse trabalho de tese, entender essas propostas educacionais implica em compreender a organização espacial do próprio campus. Ou seja, um modelo de ensino poli nucleado em Faculdades isoladas se organiza mais facilmente na malha urbana em meio ao desenho próprio da cidade; por outro lado, um modelo de centros integrados favorece uma implantação circunscrita a um território específico que crie em si uma nova dinâmica, uma nova centralidade e busque sua integração com o restante do território citadino.

O cerne da tese reside precisamente em verificar até que ponto a presença de um projeto educacional de ensino superior em uma determinada cidade pode contribuir com o seu desenvolvimento territorial, sua organização, sua dinâmica. E mais, como a cidadã, por sua vez, contribui para o crescimento e consolidação desse projeto disponibilizando serviços e infraestruturas. Até que ponto essa relação simbiótica molda e amalgama a identidade de ambas as pontas, cidade e universidade.

A estrutura da tese, então, visa desenvolver de maneira gradual o raciocínio analítico que está em torno desta relação. Para tanto, está organizada em três capítulos descritos a seguir.

O primeiro capítulo chamado **UMA CIDADE, UMA UNIVERSIDADE**, busca refletir sobre a cidade enquanto linguagem e expressão de uma modernidade que se coloca presente a partir do final do XIX e se consolida ao longo do XX, estruturando o espaço urbano de maneira funcional e setorial. Por outro lado, neste mesmo período surge também toda uma nova forma de pensar e fazer universidade no mundo, tendo como ponto de partida a reforma *humboltiana*. As antigas universidades precisam se reestruturar e já encontram um novo cenário acadêmico, agora sob às luzes do enciclopedismo francês e do racionalismo alemão. Esse capítulo chega ao seu ponto final traçando a relação dialógica existente entre esses dois atores, cidade e

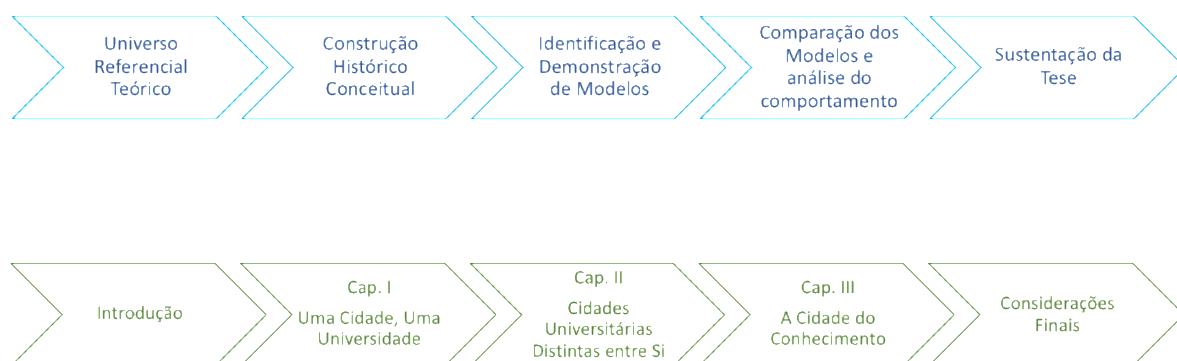
universidade; como isso se dá nesse cenário de construção de uma mentalidade moderna, de mudança estrutural da sociedade e da política.

O segundo capítulo, **CIDADES UNIVERSITÁRIAS DISTINTAS ENTRE SI**, tratará da diversidade existente entre as chamadas cidades universitárias, apresentando aquelas que historicamente se constituíram de maneira umbilical com a universidade, e outros casos onde a universidade chega em cidades que já eram reconhecidas. Diante deste cenário, o capítulo se desdobra em uma análise de dois casos referencias tais quais já apresentados anteriormente. Fazendo isso de maneira a compreender melhor o processo de integração, implantação, desenvolvimento e relação presente nas duas realidades elencadas.

No terceiro capítulo denominado **A CIDADE DO CONHECIMENTO**, tendo já refletido sobre a composição da cidade e da universidade moderna, sobre os modelos existentes e a relação destes com suas cidades, este se debruça em discutir qual o impacto da presença de uma universidade em uma cidade hoje, em plena sociedade do conhecimento. Como essa presença pode transformar a cidade em um núcleo desenvolvedor de conhecimento e, por consequência, promotor de riqueza, o que em si pode promover desenvolvimento local.

Cabe então, ao encerrar essa introdução, alinhar esquematicamente a estrutura da tese com o desenvolvimento proposto, de maneira a explicitar a intencionalidade do trabalho.

Diagrama



Fonte: Compilação do autor

O diagrama acima demonstra, portanto, o processo de evolução do raciocínio neste trabalho de Tese. Partindo da apresentação do universo referencial nesta introdução, seguindo pela construção histórico conceitual no primeiro capítulo, a identificação e

demonstração dos modelos de cidades e universidades no segundo capítulo, que no terceiro serão analisados e comparados diante do cenário próprio do século XX e da sociedade do conhecimento. Ficam então para as considerações finais a sustentação, apontamentos e observações que a investigação pode proporcionar.

Documentos utilizados como fontes e que foram permitidos digitalização encontram-se ao final em anexo, tais como, o Manifesto Humboldt, discursos reitorais, planos diretores entre outros.

2. UMA CIDADE, UMA UNIVERSIDADE

2.1 A CIDADE COM LINGUAGEM E EXPRESSÃO DE UMA MODERNIDADE

Considerando a estruturação urbana da cidade medieval, pode-se afirmar que essa estava mais próxima das atuais do que daquela existente na antiguidade, na medida em que havia uma concentração de atividades em determinadas áreas, a fuga do campo começa a dar seus primeiros sinais, o que apontava para uma nascente população urbana, ainda que pequena e dependente do campo mas uma população com traços e comportamentos sociais de outra ordem e isso vai definindo o próprio desenho desse núcleo citadino.

Do ponto de vista da cidade renascentista, o desenho urbano pouco se altera nesse período. Contudo, há uma clara proposta de ordenamento do espaço urbano em função da nova realidade social e econômica dos Estados Nacionais onde o indivíduo volta a ter o espaço público demarcado pelos ícones e símbolos do poder de seu soberano.

O advento da Revolução Industrial contribuiu decisivamente para o rearranjo das cidades durante o século XVIII. A consolidação do capitalismo produtivista industrial promoveu o surgimento de centros urbanos associados ao desenvolvimento de novas tecnologias, acelerando a dinâmica econômica, o que determinou o aumento populacional nas principais cidades.

A população da Inglaterra quase dobrou ao longo do século XVIII, segundo Benevolo (1994, p. 15): “[...] em 1700 a população da Inglaterra e do País de Gales era de cinco milhões e meio, e em 1750 de seis milhões e meio; mas em 1801, quando se faz o primeiro recenseamento, já subira para nove milhões”.

Essa explosão populacional urbana, resultante da redução da taxa de mortalidade e aumento da taxa de natalidade, além, claro, do deslocamento de grandes contingentes para as novas áreas produtivas, transformou o cenário urbano, exigindo soluções para as novas questões que se colocam prementes diante do desafio do desenvolvimento. Por conta disso, a cidade que surgiu com a Revolução Industrial se caracterizou pela constante aglomeração e pelo adensamento.

Todas as suas escalas foram alteradas, não apenas o número de habitantes, mas também a necessidade por serviços públicos de infraestrutura urbana, educação e

saúde. Durante os séculos XVIII e XIX o que se observa é o rearranjo da cidade (sob a égide da luta contra o antigo regime), a influência das ideias liberais e da efetivação do capitalismo industrial.

Enquanto a cidade liberal era marcada por essa metamorfose estrutural, misturando áreas de habitação com áreas industriais, tudo passou a ser mais rápido. Os desafios ficaram maiores e o cenário urbano – objeto de análise, crítica e reflexão por analistas sociais como Engels¹⁰, que escreve uma extensa análise sobre as cidades Inglesas, em 1844 – começou a carecer de intervenções e apoio das novas tecnologias para solucionar as questões que surgiram. Contudo, o ambiente gerado pelas revoluções liberais, do final do XVIII e da primeira metade do século XIX, também transformaram a forma de pensar, as estruturas de governo e as relações sociais.

O Iluminismo ofereceu a todos um novo credo, fortaleceu a crença no progresso, no desenvolvimento contínuo da humanidade mediante o desenvolvimento do conhecimento. A ciência, enfim, assumiu destaque, reforçando o seu papel na construção das cidades, na busca por soluções para os problemas que surgiram com a nova ordem social e econômica, a questão do redesenho e o uso do solo na nova configuração urbana.

O enciclopedismo assumiu contornos próprios que alimentaram o progresso científico e tecnológico, reforçando cada vez mais a crença na ciência moderna, sustentada pela concepção de que o progresso era consequência direta do uso da razão e do controle da natureza. O século XIX presenciou uma nova onda de ruptura social e política decorrente das revoluções liberais, sobretudo após o período napoleônico, que apresentou ao mundo uma nova configuração de Estado e de cidades. É nessa migração do campo das ideias para a materialidade construída do território que se observa a tensão e o movimento de construção da cidade contemporânea.

Segundo Benevolo (1994, p. 115): “A revolução de 1848, por ser o momento decisivo da história da cultura e da experiência política do século XIX, é também por isso o ponto crucial na história da urbanística moderna”. A afirmação do arquiteto e

¹ Friedrich Engels (1820-1895), teórico Prussiano que junto com Karl Marx é considerado o fundador do socialismo científico, juntos publicaram diversas obras entre as quais em 1848 o famoso “Manifesto do Partido Comunista”, de uma família de empresários da indústria têxtil inglesa, depois de conviver e trabalhar nas fabricas da família observar as condições oferecidas ao trabalhadores em 1845 em publica “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, onde aponta o estado de miserabilidade em que se encontrava a classe trabalhadora inclusive em suas condições de moradia.

historiador não deixa dúvida: a “profissão de fé” no progresso, com base no avanço científico, espelhava o domínio de novas técnicas que privilegiavam o bem-estar humano e a melhoria da qualidade de vida. De fato, ocorre a consolidação da concepção dos elementos ideológicos e culturais para a nova ordem que se apresenta influenciando o ambiente urbano.

No campo do urbanismo, o domínio da técnica e do raciocínio estruturado sobre a ocupação e a articulação do tecido urbano desembocam em um conjunto de intervenções urbanas de grande escala. Sobretudo nos principais centros e capitais, nos quais se estabelece o novo modelo da “cidade do progresso”, da “cidade do bem-estar e da higiene”. Kenneth Frampton¹¹, reforça essa compreensão ao afirmar que

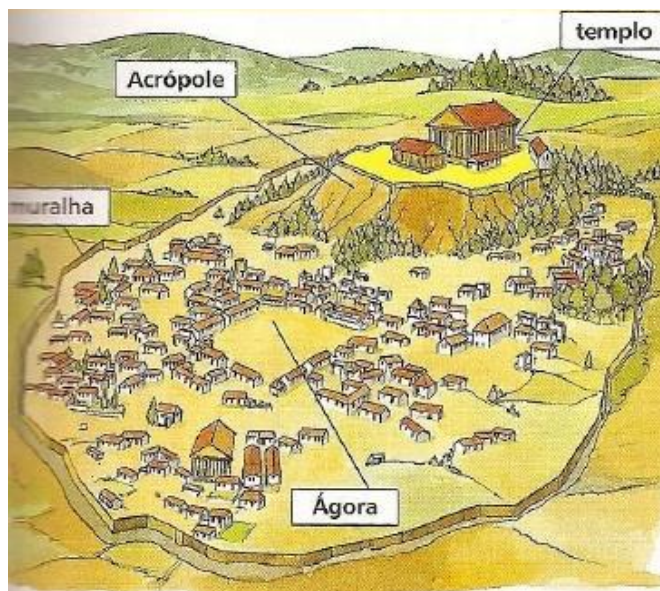
“[...]A cidade finita, tal como chegou a existir na Europa ao longo dos quinhentos anos precedentes, foi totalmente transformada, no lapso de um século, pela interação de forças técnicas e econômicas sem precedentes, muitas das quais emergiram pela primeira vez na segunda metade do século XVIII. [...]” (FRAMPTON, 2012, p.12)

Na perspectiva de se perceber a cidade como uma linguagem, uma expressão, o historiador Fernand Braudel (1995) analisa as cidades em sua morfologia e as organizou basicamente em três tipos: cidade aberta, cidade fechada e cidade nominada.

A primeira corresponde a um modelo de cidades na Antiguidade, em que a vida no campo e na área urbana estava absolutamente integrada, mesmo com a existência de fortificações e obstáculos de defesa.

Fig.1: Ilustração de Cidade Antiga Grega

¹¹ Kenneth Frampton (1930) arquiteto e historiador inglês que tem dedicado seus trabalhos a crítica e a história da arquitetura moderna, com diversos livros publicados.



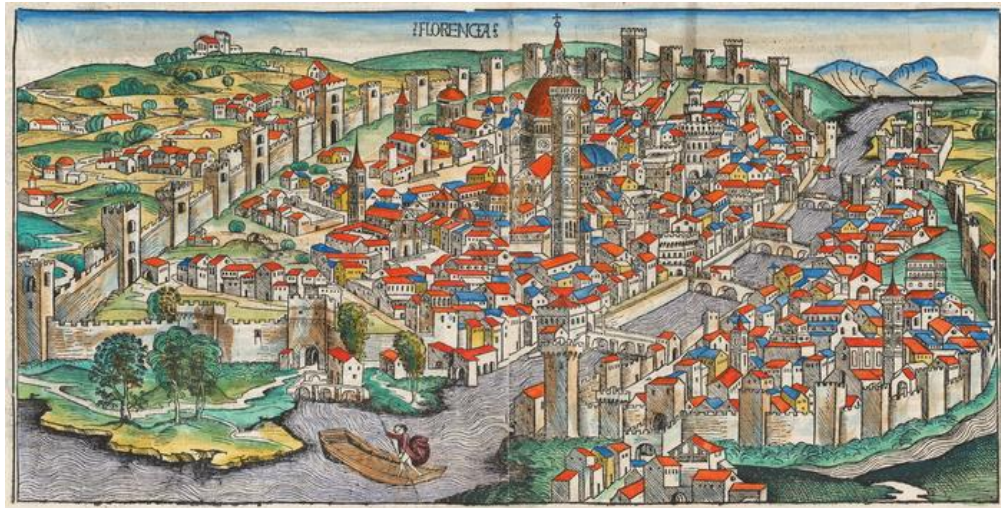
Já a cidade fechada, em posição oposta à cidade antiga, segue o modelo típico medieval estabelecendo seus limites com as muralhas ao aprofundar o adensamento populacional. Além de ter em seus muros a materialização de um sistema político social também fechado.

Fig. 2: Ilustração de Cidade Amuralhada



Braudel aponta que, já na chamada Era Moderna, com o advento dos Estados Nacionais, a arquitetura das cidades passa a traduzir as feições de seus soberanos. Grandes avenidas, jardins, largos, praças, conjuntos e composições buscavam vincular o espírito do indivíduo e sua cidadania ao Estado.

Fig. 3: Ilustração de Cidade Aberta



Na perspectiva de Braudel (1995), a cidade terá o desenho decorrente do fenômeno histórico social em que está imersa. Portanto, como artefato histórico que perpassa eras, é natural encontrar determinadas cidades que possuem em seu território marcas superpostas, registros de vivências anteriores.

O urbanista norte-americano Kelvin Lynch¹², teoriza ao longo de sua obra três formas estruturais de cidades que, de certa maneira, vão ao encontro da apresentada por Fernand Braudel.

A primeira forma estrutural é a da Cidade Cósmica, cujo desenho obedece a uma concepção anterior, uma representação específica, um desenho preconcebido organizando a vida coletiva de maneira setorizada, tendendo a interesses religiosos, cívicos, políticos ou militares. Nessa categoria entrariam tanto cidades da antiguidade, quanto modernas como Brasília, por exemplo.

A Cidade Prática refere-se às novas áreas que são acrescentadas às já existentes. Estas, por sua vez, são renovadas. Ambos os casos obedecem ao interesse local e à necessidade de expansão da malha urbana, dos serviços e da estrutura para a dinâmica da cidade, ou ainda para construir um elemento de sua representatividade.

¹² Kelvin Lynch (1918-1984), urbanista norte-americano, estudioso do comportamento formal, funcional e morfológico das cidades com diversas obras públicas entre as quais destaca-se “A Imagem da Cidade”, publicado em 1960.

A cidade que ocupa seu território e organiza-se ao longo do tempo espontaneamente, sem planejamento ou intencionalidade prévia, é a Cidade Orgânica. Esta se amolda ao terreno conforme as oportunidades e necessidades.

Ao entender a cidade como uma linguagem e refletir a partir das duas abordagens apresentadas, nota-se que existem pontos similares entre as “cidades orgânicas”, de Lynch (ANO), e as “cidades fechadas”, de Braudel (1995). Um destes pontos é a caracterização da materialidade no medievo.

Numa forma clara de retratar o Estado e suas ações, as “cidades dominadas” estão na direta relação com as “cidades práticas”, uma vez que suas malhas obedecem ao interesse expresso de seus governantes,

O que se pode depreender a partir dessa análise é que observar a cidade como um artefato, é em si, um dos meios de leitura histórica capaz de revelar os processos pelos quais o ambiente esteve submetido. Entendendo particularmente a chamada Idade Contemporânea, mais especificamente no século XX.

Mas afinal, que cidade é essa que se estrutura e desenha na segunda metade do século XIX se consolidando ao longo do XX? Que modernidade é essa que ela pretende traduzir?

A cidade que surgiu e se estruturou no século XIX era, portanto, resultante das convulsões ideológicas, políticas e econômicas daquele momento. A Universidade como ator social-urbano e espaço próprio para o debate e desenvolvimento do conhecimento. Espaço no qual promovia a disseminação das novas ideias e o avanço tecnológico necessário à transformação urbanística, seus intelectuais eram contratados pelos governos para que suas intenções fossem referendadas tecnicamente por projetos e soluções.

O cenário urbano começou a conhecer novas tipologias que surgiram do desenvolvimento econômico e do adensamento populacional, como as “cidades empresariais”. Estas surgiram nos arredores dos centros industriais, como a francesa *Le Creusot*, completamente modeladas para atender às necessidades dos habitantes que viviam em função da indústria. Além delas, surgiram as “cidades portuárias”, que se consolidaram por conta do incremento comercial e transmigratório. Tanto no Mediterrâneo quanto no Atlântico, como Liverpool, Roterdã, Barcelona, Trieste.

A compreensão do espaço urbano, sua organização, estruturação e articulação foi modificada ao longo do século XIX, distanciando-se do modelo imóvel circunscrito ao desenho preexistente. Muralhas e outros obstáculos físicos impediam a livre circulação de mercadorias e pessoas ou deixavam de traduzir esse ideário com uma nova sociedade em progresso e evolução.

Dessa forma, o ambiente urbano assumiu o papel de campo de provas para os experimentos técnicos desenvolvidos na Universidade, objetivando a produção dessa nova face da cidade. O historiador e arquiteto Italiano, Guido Zucconi¹³, evoca o elemento invisível, porém presente, da latente intencionalidade de recriação do espaço urbano à luz das questões políticas, econômicas e filosóficas que se impunham naquele período.

“[...]O século XIX representa o segmento principal desse longo percurso, um século cujo a obra de dismantelamento assume um caráter sistemático: em uma época dominada pelas noções de progresso técnico e de crescimento ilimitado, a ela pertence a conscientização do fenômeno, sua ideologização e sua espetacularização[...]” (ZUCCONI, 2011, p. 36)

É justamente nesse momento que as cidades em sua caminhada modernizadora caminham, se lançam em um movimento pendular invisível que a aproxima da cidade medieval. Encerrada não por suas muralhas, mas pelas relações invisíveis do mercado que se impõem na vida social cotidiana e se expressam nas ruas, praças, mercados e bairros.

A cidade industrial estabelece claramente o antagonismo entre o campo e a *urbis*, além das relações espaciais de poder que são nítidas ainda que não estejam fisicamente delineadas. Relações como centro-periferia, rural-urbano, entre outras, passam a fazer parte da vida cotidiana, estabelecendo assim o esquema que será traduzido no desenho urbano que separa os indivíduos conforme suas classes, propriedades e atividades.

Na segunda metade do século XIX as principais cidades da Europa e da América viviam momentos bem distintos, contudo, se aproximavam no que tange aos seus processos locais de reestruturação. A Europa continental tentava se reestruturar pós guerras napoleônicas, os Reinos Germânicos e Italianos em processo de unificação,

¹³ Guido Zucconi (1950), Arquiteto e Historiador Italiano, destacado por sua atuação na defesa e preservação das cidades históricas italianas, foi Presidente da Associação Italiana de História Urbana.

a Península Ibérica vivendo a crise de suas Monarquias, a França se reinventando. Enquanto isso, a Inglaterra estava em franco processo de consolidação do seu poder econômico e de sua industrialização, e os Estados Unidos saindo de sua guerra civil para a definitiva consolidação do seu poderio regional.

Nas cidades industriais, o crescimento populacional mudou a feição de bairros mais antigos, dando ares de miserabilidade e insalubridade plena, habitações plurifamiliares, acúmulo de lixo nas ruas e vias públicas provocando alagamento e desastres. Cenário apontado por diversos cronistas do período entre os quais, Engels (1845) reafirma:

“[...]O doutor Lee, pastor da old church [igreja velha] de Edimburgo, declarou perante a Commission of Religious Instruction [Comissão de instrução religiosa], em 1836: Até hoje, nunca em minha vida vi tanta miséria como a que existe em minha paróquia. As pessoas não têm móveis, não têm nada; é comum que dois casais vivam num mesmo quarto. Num só dia, visitei sete casas onde não havia camas – em algumas, nem palha havia; octogenários dormiam no chão, quase todos conservavam à noite as roupas usadas durante o dia. Num porão, encontrei duas famílias vindas do campo; pouco tempo depois de sua chegada à cidade, morriam duas crianças e uma terceira agonizava quando da minha visita; para cada família, havia um monte de palha suja num canto e, ainda por cima, o porão, tão escuro que não permitia distinguir-se um ser humano em pleno dia, servia de estábulo a um burro. Mesmo um coração de pedra sangraria diante da miséria de um país como a Escócia. [...]” (ENGELS, 2010, p.78)

Todo esse cenário passa a criar uma onda de pensamento, fala e ordenamento social higienista, funcionalista e positivista que gradualmente será materializado na cidade. Os projetos organizadores do espaço público passam a ser a prioridade do Estado como forma de responder aos interesses das classes dominantes.

Dois grandes exemplos se destacam e tornam-se referenciais para o modelo de cidade moderna nesse período; a experiência francesa com o Barão Georges Haussmann e a espanhola com o Engenheiro Ildefonso Cerdá.

Em 1853 Haussmann é nomeado por Napoleão III como Prefeito do departamento do Sena. Em regime autocrático, o segundo Império francês necessitava resgatar a opulência de Paris para que o Estado e seu Soberano pudessem estar refletidos na cidade. Todavia, essa não era uma tarefa simples.

O Sena completamente poluído, tendo sido o principal responsável pelos surtos de cólera da primeira metade do século, a cidade urbanisticamente desestruturada e sem condições para os desafios desejados por Napoleão III. O Barão, advogado, apoiado

por um excelente corpo de engenheiros da Escola Politécnica, organizaram o plano que passou a ser referência em diversas cidades do mundo.

Figura 4 - Mapa de Paris em 1853



Figura 5 - Mapa de Paris em 1870 (último ano de Hausmann na Prefeitura)



O caminho adotado é o da regulamentação urbanística geral sustentada por um amplo plano de intervenções que promoverá a abertura de amplas avenidas cruzando a cidade em diversos sentidos, o fim dos cortiços e habitações inadequadas em áreas centrais, a implantação de diversos jardins, parques e boulevards, e a construção de um desenho apropriado para o controle urbano social. Cria-se assim espaços de convivência para a burguesia francesa, afastado da classe trabalhadora, deslocada para bairros periféricos, sob a alegação de que com a amplas avenidas o sistema viário garantiria o fácil deslocamento.

Figura 6 - Av. Opera durante a intervenção e atualmente

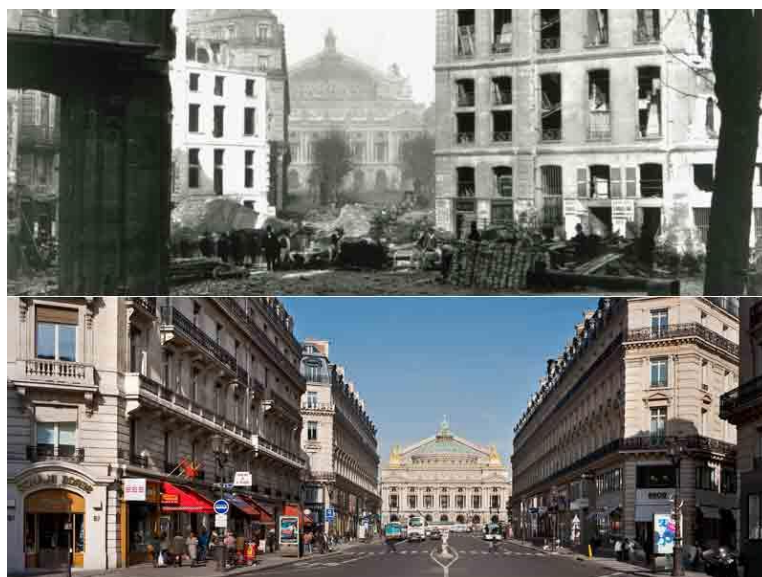


Figura 7 - Boulevard Henrique IV durante a intervenção e atualmente



O outro caso modelar e emblemático para o período, na perspectiva analisada até o momento nessa Tese, qual seja, a cidade como uma expressão de modernidade, como uma linguagem, é o da Espanha, que vê a cidade de Barcelona crescendo economicamente com sua indústria nascente e sua atividade portuária intensificada.

Em 1859 o engenheiro Cerdá dá início ao plano de expansão da cidade que ampliaria definitivamente sua área para além da antiga cidade amuralhada. Baseado na ideia dos fluxos rápidos e da plena circulação, da regulamentação do uso do solo e da priorização de áreas para o poder público, ele dá início a total transformação de Barcelona.

Figura 8 - Plano de Ampliação de Barcelona – Cerdá 1859



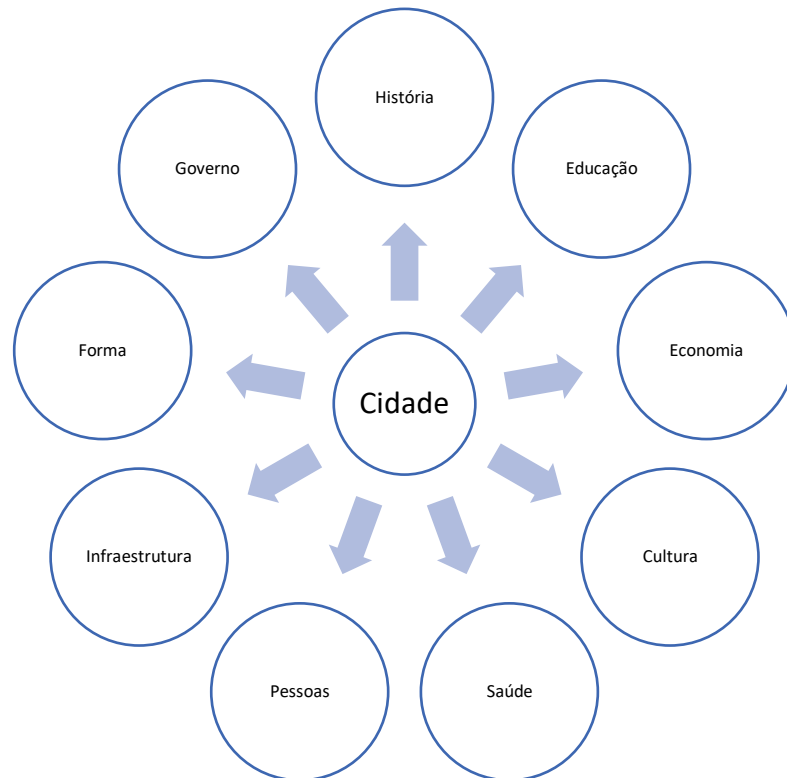
Nitidamente o que se vê é a cidade sendo desenhada para atender ao interesse de escoamento da produção e do deslocamento da mão de obra. A cidade passa a ser pautada pelo interesse do capitalismo liberal de base industrial, que por sua vez vai criando seus bolsões de pobreza periféricos em cidades como Chicago e Londres.

Por outro lado, precisa preservar e manter os espaços de desenvolvimento do conhecimento, saber técnico e científico, para que possam continuar a contribuir com a investigação de alto nível, e com a formação de mão-de-obra qualificada. Isto porque foram justamente esses avanços que possibilitaram inovações, como do elevador de passageiros em 1853, que associado à melhoria nas técnicas de fundição do ferro permitiram a maior verticalização das cidades.

Entendendo, portanto, a cidade como um artefato, cabe aqui um resgate da visão do historiador Argan, ao afirmar que, “[...]a cidade não é apenas um invólucro ou uma concentração de produtos artísticos, mas um produto artístico ela mesma [...]” (ARGAN,1992, p.73).

A cidade é resultante do interesse coletivo, sendo sempre revista, repensada e reestruturada de acordo com as ondas políticas e econômicas. As diversas alternativas e desenhos de cidades vão se apresentando como tradução dessa modernidade, desse liberalismo industrial que se afirma cidade jardim, cidade industrial. Mas o que se percebe é que o artefato cidade é, em si, uma tela sobre a qual se imprimem registros de diversos elementos da sociedade.

Figura 9 - Esquema de multiplicidade temática das cidades



Fonte: Compilação do autor.

Pensar em cidade, seja ela qual for, é pensar na complexidade desses elementos. Vê-la como expressão de uma visão de um momento de transição mais amplo, multiplica essa complexidade.

Exatamente essa complexidade face a onda modernizadora pós-liberal na virada do século é que se pretende na gestão das cidades e se espera dos urbanistas nesse momento. Que tenha olhos voltados para o futuro e não para o passado clássico, que ouse no domínio da técnica sem abrir mão do belo, construindo uma nova estética.

Justamente dessa expectativa que começa a se desenhar a cidade fruto do movimento moderno, inovações tecnológicas são incorporadas ao trabalho e aos cenários na escala das cidades, como bem ressalta Benevolo (2011).

“[...]A invenção do processo Bessemer (1856) facilita a difusão do aço, que permite construir novas máquinas eficientes e novas estruturas nunca vistas no passado: ...pontes suspensas cada vez mais longas [...]” (BENEVOLO, 2011, p. 615)

Esse novo ambiente, explicitamente exposto pelo Manifesto Futurista Italiano, publicado em 1914, sob a liderança de Filippo Tommaso Marinetti, exaltava o domínio e a velocidade da máquina sobre o homem como irreversível. Traz à cena o

movimento de artistas, arquitetos e trabalhadores alemães que darão início a Bauhaus, declarando-se “uma guilda de artesões”.

Conceitualmente falando, toda essa construção semiótica da cidade como expressão do ideário moderno chega ao seu ápice no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM. Especificamente em sua quarta edição, realizada na cidade de Atenas que teve como tema “A cidade Funcional”, sob a liderança do Arquiteto e Urbanista francês Le Corbusier, que durante boa parte do século XX foi a referência de discussão sobre cidade moderna com seu documento final a chama “Carta de Atenas” dividida em categorias funcionalistas moradia, lazer, trabalho, transporte e edifícios históricos.

O que fica claro é que as cidades ao final do século XIX precisavam se reorganizar em decorrência da consolidação do capitalismo industrial, do pensamento liberal e de todas as suas consequências; o aumento da população nas cidades, a reestruturação de sistemas de governo e de Estado, por exemplo.

Isso se estende pelas primeiras décadas do século XX onde o modernismo vai se colocando como uma linguagem, uma expressão nas artes, na arquitetura, no comportamento social e na expressão material da sociedade. Seu principal artefato, aquele que a apresenta para gerações futuras, materializando seus fluxos e refluxos sociais, políticos e econômicos, se apresenta em seu desenho, em sua composição. Sobre o tempo como uma dimensão da forma da cidade, afirma o arquiteto português Carlos Dias Coelho (2014).

“[...] o objeto urbano mesmo de um ponto de vista estritamente físico não pode ser definido apenas pelas três dimensões dos corpos físicos, mas pelas quatro dimensões, incluindo o seu movimento. Torna-se então pertinente reflectir sobre o conceito de tempo que trazemos para o debate das dimensões da forma da cidade. [...]. Nesta medida, a forma da cidade tal como se nos apresenta hoje não contém apenas uma informação que se estende pelo passado, mas contém também uma informação que permanecerá no futuro. A forma física da cidade de hoje é em alguma medida aquela que, mais ou menos reinterpretada, constituirá a forma construída dentro de 100, 500 ou 1.000 anos. [...]” (COELHO, 2014, p. 14)

Tomando essa compreensão de que a leitura da cidade no tempo se dá por meio do seu desenho, sua forma e das possíveis variações resultantes de políticas públicas e dos diversos interesses manifestos, o arquiteto português Sérgio Barreiros Proença clarifica essa posição ao afirmar:

“[...]Na cidade, parte da importância que atribuímos à sua forma é a de transportar consigo a memória de si mesma, ou seja, a memória do *locus* da cidade. [...] Enquanto edificação no tempo longo, a cidade é necessariamente resultado de diferentes ações e pode ser entendida como uma edificação coletiva, [...] e cuja forma complexa reflete a constante tensão entre os diversos agentes que edificam a cidade, [...]” (PROENÇA, 2014, p. 47)

Considerando o recorte temporal desta tese, e tomando por princípio analítico a ideia de que a cidade é produto das tensões e dos interesses coletivos no tempo, é fundamental compreender que a cidade será investigada como uma resultante entre o pensamento moderno e o interesse do capital, em meio a essa tensão que se investigará a chamada cidade universitária. Afinal, a cidade universitária que surge nesse período tem que lidar com a sociedade liberal que se organiza em meio a costumes e tradições, industrializantes e focadas no ordenamento social.

Nessas cidades a vida universitária e a vida comum se misturam, tornando-se, em muitos momentos, sinônimos. É estabelecida uma relação na qual a Universidade se serve da cidade para atrair professores e alunos, enquanto a cidade se serve da Universidade para manter as demais atividades econômicas.

A “cidade universitária” viveu fenômeno semelhante ao da “cidade industrial”, no que diz respeito à sua reestruturação, uma vez que também foi alvo dos novos regimes de poder que buscam a construção de seus discursos, de suas estratégias de governo e, sobretudo, de sua identidade. Essas alterações devem-se à sociedade pós-liberal, que acarretou mudanças nos modelos universitários para atender às novas demandas tecnológicas e formativas.

Essas cidades, ao longo dos séculos XI ao XVIII, viram sua identidade e notoriedade vinculadas às Universidades e, na virada do século XIX para o XX, precisaram se reestruturar a partir de uma nova pauta. Mas, para isso, as próprias Universidades precisavam também ingressar, definitivamente, no mundo moderno.

2.2 A TRADICIONAL UNIVERSIDADE DIANTE DA MODERNIDADE

Há um certo consenso em afirmar que a origem das Universidades tal qual se conhece está na organização das aulas de Direito Canônico em Bolonha que em 1088, na sequência outras são criadas transformando-as em um legado efetivo da Idade Média.

Tabela 1: 50 primeiras Universidades implantadas no Ocidente

UNIVERSIDADES IMPLANTADAS ENTRE OS SÉCULOS XI E XV			
	ANO	PAÍS	CIDADE / UNIVERSIDADE
1	1088	ITÁLIA	BOLONHA
2	1096	INGLATERRA	OXFORD
3	1170	FRANÇA	PARIS
4	1175	ITÁLIA	MODENA
5	1209	INGLATERRA	CAMBRIDGE
6	1218	ESPANHA	SALAMANCA
7	1220	FRANÇA	MONTEPELLIER
8	1222	ITÁLIA	PÁDUA
9	1224	ITÁLIA	NÁPOLES
10	1229	FRANÇA	TOULOUSE
11	1240	ITÁLIA	SIENA
12	1241	ESPANHA	VALLADOLID
13	1272	ESPANHA	MURCIA
14	1290	PORTUGAL	COIMBRA
15	1293	ESPANHA	ALCALÁ HERNARES
16	1300	ESPANHA	LÉRIDA
17	1300	ITÁLIA	ROMA
18	1308	ITÁLIA	PERUGIA
19	1321	ITÁLIA	FLORENÇA
20	1336	ITÁLIA	CAMERINO
21	1343	ITÁLIA	PISA
22	1348	REP. TCHECA	PRAGA
23	1361	ITÁLIA	PAVIA
24	1364	POLONIA	CARACÓVIA
25	1365	AÚSTRIA	VIENA
26	1367	HUNGRIA	PÉCS
27	1386	ALEMANHA	HEIDELBERG
28	1388	ALEMANHA	COLÓNIA
29	1391	ITÁLIA	FERRARA
30	1396	CROÁCIA	ZADAR
31	1402	ALEMANHA	WURZBURG
32	1404	ITÁLIA	TURIM
33	1409	ALEMANHA	LEIPZIG
34	1412	INGLATERRA	ST. ANDREWS
35	1419	ALEMANHA	ROSTOCK
36	1425	BELGICA	LOVAINE
37	1431	FRANÇA	POITIERS
38	1434	ITÁLIA	CATANIA
39	1450	ESPANHA	BARCELONA
40	1451	ESCÓCIA	GLASGOW
41	1456	ALEMANHA	GREIFSWALD
42	1457	ALEMANHA	FREIBURG
43	1460	SUIÇA	BASILÉIA
44	1472	ALEMANHA	MUNIQUE
45	1477	SUÉCIA	UPPSALIA
46	1477	ALEMANHA	TUBINGEN
47	1477	ALEMANHA	MOGUNCIA
48	1479	DINAMARCA	COPPENHAGEN
49	1494	INGLATERRA	ABERDEEN
50	1495	ESPANHA	SANTIAGO DE COMPOSTELA
51	1499	ESPANHA	VALENCIA

Fonte: Compilação do autor.

Nesse período as Universidades estavam diretamente ligadas e dependentes do poder eclesiástico, em especial. Sem ele elas não tinham as devidas autorizações de cátedras para a emissão dos títulos doutorais.

Outro aspecto marcante do século XV é o fato de diversas Universidades, apoiadas por autoridades locais, civis e eclesiásticas, passarem a edificar áreas próprias dentro dos limites da cidade, destinadas às atividades acadêmicas. Espaços normalmente próximos às estruturas clericais, cedidos pelos Bispos.

Do ponto de vista do conteúdo formacional oferecido, o ensino superior pouco diferiu entre os séculos XIV e XVII. A estrutura curricular clássica por meio das chamadas setes artes liberais, eram divididas em dois caminhos ou currículos: o *trivium* e o *quadrivium*.

O primeiro é uma trilha de formação que tinha por intenção dotar os estudantes de capacidade de raciocínio e reflexão, permitindo que pudessem manusear com habilidade as palavras durante seus discursos de forma coerente e clara. Neste caminho formacional estavam a Retórica, a Lógica e a Dialética.

O segundo caminho, quadrivium, diz respeito à segunda trilha de formação. Nela o estudante teria contato com áreas ligadas aos cálculos, em que o raciocínio lógico era aplicado, associado a linguagem numérica. Compunham esse caminho a Aritmética, a Geometria, a Música e a Astronomia.

Na verdade, a composição desses dois caminhos constituía o chamados *Estudos Generales*:

“[...]Na Antiguidade e Idade Média, a formação era mais ampla e feita por meio da educação liberal, isto é, uma formação visando um homem com ampla cultura, com visão humana e social e capacidade de pensar amplamente as questões da humanidade em sua integração. Nestas Universidades, a educação liberal era dada a todos os estudantes por meio das sete artes liberais, tidas como os conhecimentos necessários a todo indivíduo. [...] Artes liberais se refere a um conceito que se contrapõem ao de artes mecânicas, isto é, estritamente técnicas. [...]” (PEREIRA, 2016, p.95)

Essa estrutura conceitual-inicial das Universidades remontava na verdade o Liceu de Aristóteles e a Academia de Platão. Estruturas estas voltadas para a formação dos filhos da nobreza e perpetuação do poder aristocrático. Cumprido os Estudos Gerais, o estudante então partiria para as Escolas Superiores de Direito, Teologia e Medicina.

Ao nascer sob a proteção da Igreja, a Universidade absorve inicialmente as estruturas mentais de pensamento, comportamento e inserção social na vida da cidade da própria Igreja. Em contrapartida, em pouco tempo, a Igreja passa a se valer dos estudos e do conhecimento desenvolvidos na Universidade. Logo, podemos até mesmo afirmar que, em igual medida, a Universidade se valeu da Igreja para promover o próprio desenvolvimento, bem como a configuração da cultura cristã ocidental foi intensamente fortalecida pelo uso que a Igreja fez da Universidade.

A *universitas* é a nova corporação que se estrutura e se apresenta à cidade, reunindo todos os envolvidos na busca por conhecimento. Portanto, a exemplo de outras, a Universidade surge como uma corporação de estudantes e mestres que passam a ocupar a cidade e as instalações da Igreja, para o desenvolvimento de seus *estúdios generales*.

A ideia de um processo contínuo e inexorável de evolução civilizatória associou a Universidade ao fenômeno histórico da época, e a colocou a serviço desse ideário. Com o passar dos anos, a influência direta da Igreja diminuiu e já no Renascimento se observa a presença de mestres não ligados ao clero, financiados por parte da burguesia mercantil crescente, o que começava a apontar uma nova associação de interesses.

Do ponto de vista da mentalidade acadêmica e do processo formacional, já se observa uma distinção no modelo que se estenderá e manterá por toda a Renascença. O *lectio* e o *disputatio*, a lição e a disputa, o momento de exposição onde só o mestre tem a palavra e o momento do debate amplo onde todos devem participar.

O período entre os séculos XVI e XVIII será de bastante turbulência para as Universidades de forma geral, pode-se inclusive indicar uma crise na base pós-Renascimento científico. Essa crise reside exatamente no fato de parte desse desenvolvimento não ter necessariamente sido fruto do trabalho realizado pelos mestres e alunos nas escolas existentes.

Esse modelo de ensino escolástico não atendia aos interesses dos crescentes Estados Nacionais e da Burguesia Mercantil, que buscava se consolidar como novo ator social nesse cenário. Governantes, necessitando de pessoas formadas para a burocracia estatal e para desenvolverem novas técnicas de guerra, navegação e construção, passam a recorrer a sociedades científicas isoladas e desconectadas das Universidades.

Observatórios, laboratórios, e sociedades científicas começam a ser organizadas como forma de escapar do formalismo medieval das Universidades. Esses agrupamentos acabam cumprindo um papel decisivo na reestruturação da instituição universitária à luz do renascimento científico e do humanismo.

Esse processo será distinto em cada país, na Inglaterra e nos Reinos Alemães o caminho será o de entregar à Universidade a função de formar mão-de-obra para a

máquina dos governos e para a formação técnico-científica de base. Na França, a Revolução eliminará os privilégios das Universidades reorganizando-as em Faculdades e Academias Militares e *Grandes Écoles*.

No caso Ibérico, a influência do Pontífice era ainda muito forte, especialmente após a Contrarreforma¹⁴ em 1545, com a presença marcante dos Jesuítas. Em Portugal ocorrerá um interregno justamente durante o período Pombalino, quando se empreende uma ampla reforma no ensino, cria-se por exemplo o primeiro estabelecimento de ensino do mundo a se ensinar formalmente contabilidade. Isso se dá com a criação da Aula de Comércio em 1759.¹⁵

O historiador inglês Kenneth Maxwell, especialista em história Ibérica e nas relações Portugal-Brasil, analisa o período pombalino, especificamente no que tange a educação aponta algumas intencionalidades claras nessa direção de reestruturação do Estado português, que levavam o Marquês a buscar rapidamente uma reestruturação da sua principal Universidade, no caso Coimbra.

Ele aponta o interesse de reforçar a máquina estatal, mas não apenas isso. Livrando a sociedade portuguesa da visão tacanha imposta pela religião, daí seu interesse em secularizar e padronizar o ensino em diversos níveis, “[...] seria aqui, entre esses burocratas e clérigos recém forjados, que as reformas pombalinas encontrariam seus perpetuadores e defensores [...]” (MAXWELL, 1996, p. 110)

Na Espanha durante o século XVIII, os jesuítas também foram afastados de suas cátedras produzindo grande impacto, em especial, na Universidade de Salamanca. Em 1771 a Universidade passa por uma reforma reduzindo a autonomia universitária e aumentando a intervenção real, modificando o método de ensino ao abolir

¹⁴ Contra Reforma ou Reforma Católica é o movimento de reação promovido pela Igreja Católica no ano de 1545 com a convocação de uma reunião de seus principais líderes, que ficou conhecido como Concílio de Trento. Decorre desse período reformador católico a criação da Ordem dos Jesuítas, da definição da vulgata latina de São Jerônimo como a tradução oficial das Escrituras a serem utilizadas, entre outras decisões.

¹⁵ Sebastião José de Carvalho e Melo, (1699-1782), nobre português, Marquês de Pombal e Conde de Oeiras, Secretário de Estado de Negócios Interiores da Coroa Portuguesa no Reinado de Sua Majestade o Rei D. José I (1750-1777). Seu período marcado por grandes controvérsias e desafios, faz do Marquês um dos muitos Despostas Esclarecidos Europeus, um homem Ilustrado que busca, particularmente, retirar Portugal das mãos da Igreja Católica. Como grande prova dessa intenção passa para o controle do Estado a fiscalização das obras que até aquele momento cabia aos representantes da Igreja nas localidades, expulsa o jesuítas de Portugal e suas colônias, proibindo-os inclusive de lecionar e promove em 1772 a Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra promovendo alterações significativas na vida da escola.

definitivamente os Estudos Gerais. Nesse período propriedades dos jesuítas são incorporadas ao patrimônio da Universidade, entre os quais a sua Biblioteca que se une à já existente, o que ampliou significativamente o acervo universitário. Agora sem a presença dos clérigos, é autorizada a ministração de disciplinas experimentais, tanto na medicina quanto na física e na química.

A Universidade, como parte do edifício educacional, não está isenta das transformações pelas quais a sociedade passa. O que se tem particularmente na segunda metade do século XVIII é o amplo questionamento do Estado Absolutista, da sociedade estamental e a gradual evolução do capitalismo mercantil para o seu estágio industrial, ainda em sua primeira fase.

O Iluminismo, enquanto movimento de questionamento, não estava apenas provocando inquietudes no campo da política, mas também e sobretudo no campo do saber, do conhecimento. E, nesse sentido, o que se presencia são os últimos suspiros daquela estrutura, ainda com traços renascentistas e até mesmo sob alguns aspectos medievais, para o surgimento de uma nova Universidade.

No bojo dos acontecimentos históricos da segunda metade do século XVIII, Guerra de Independência das Treze Colônias (1776), Revolução Francesa (1789), I Revolução Industrial, todo o movimento Iluminista em seus diversos desdobramentos, ainda se tinha a Universidade organizada em Escolas Superiores (Teologia, Direito e Medicina) e Inferiores (Artes, Letras, Filosofia).

Justamente nesse ambiente que, como já apontado na introdução, surge o primeiro documento efetivo de questionamento sobre a estrutura organizacional universitária. Pela primeira vez, a tradicional Universidade se vê diante dos ventos modernizadores que a viriam transformá-la.

Isso se dá pelas mãos do filósofo Immanuel Kant, na obra intitulada “O Conflito das Faculdades” (1778), como uma forma de questionar o lugar das chamadas Faculdades Inferiores diante das ditas Superiores. Já no início ele deixa absolutamente clara a sua crítica ao governo e à estrutura aristocrática universitária, que constituía essa ideia de inferioridade para algumas áreas do conhecimento.

[...]Segundo o uso adoptado, elas dividem-se em duas classes: a das três Faculdades superiores e a da Faculdade inferior. Vê-se bem que, nesta divisão e denominação, não foi consultada a ordem dos eruditos, mas o governo. Com efeito, entre as Faculdades superiores contam-se somente

aquelas em cujas doutrinas o governo está interessado, se elas devem ser constituídas assim ou assado ou publicamente expostas; pelo contrário, aquela que unicamente tem de velar pelo interesse da ciência diz-se inferior, porque pode lidar com as suas proposições como lhe aprouver. O que mais interessa ao governo é o meio de ele manter a mais forte e duradoira influência sobre o povo, e desta natureza são os objectos das Faculdades superiores. Por isso, reserva-se o direito de ele próprio sancionar as doutrinas das Faculdades superiores; [...]” (KANT, 1993, p.21)

Ao abrir o primeiro dos três escritos que compõem o documento, que afirma que o governo tem interesse na estrutura existente, Kant aponta diretamente para o cerne da questão naquele momento. O Direito era superior porque lidava e tratava com os interesses do Estado e de seu Soberano, a Teologia porque defende os interesses do clero e a Medicina porque garante a possibilidade de viver. Em outro momento ele dirá:

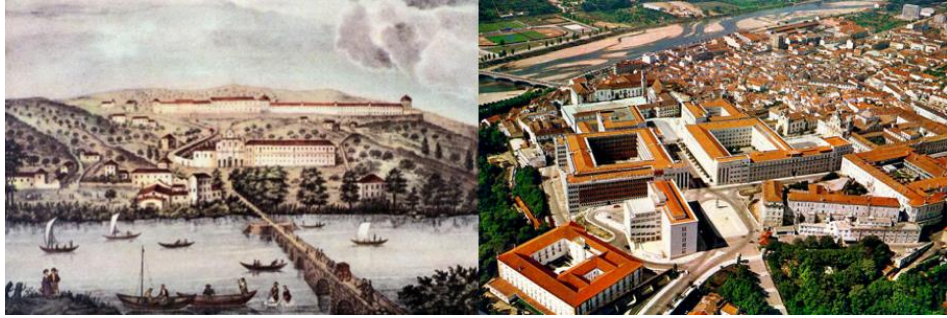
“[...]Este antagonismo, ou seja, esta disputa de dois partidos entre si unidos para um fim último comum (concordia discors, discórdia concors), não é, pois, uma guerra, i.e., uma discórdia por oposição dos propósitos finais no tocante ao erudito meu e teu que, como o político, consiste na liberdade e na propriedade, em que aquela, como condição, deve necessariamente preceder esta; por conseguinte, não pode conceder-se às Faculdades superiores direito algum sem que, ao mesmo tempo, a inferior fique autorizada a apresentar ao público erudito as suas dúvidas.[...]” (KANT, 1993,p. 41)

É a primeira vez que, formalmente, se coloca diante de todos uma reflexão em que se propõem igualdade para todas as áreas do conhecimento, não havendo supremacia de uma em detrimento de outra.

A situação das Universidades nesse momento da história, de modo geral, era bem complicada. Na Europa continental os países arrasados pelas guerras napoleônicas precisavam se reorganizar; os Estados Unidos acabara de sair de uma guerra de independência para em menos de 100 anos entrar em uma guerra civil; na América Espanhola os movimentos independentistas começam a se levantar e aproveitar o momento para romper com a Coroa. A passagem do século XVIII para o XIX promove, do ponto de vista da educação, uma verdadeira paralisia geral.

Não se pode deixar de lado outra característica importante, particularmente das Universidades europeias e latinas do período. Todas se organizaram espacialmente de maneira difusa em meio ao território da cidade, de modo que os edifícios destinados às atividades educacionais estão incorporados à paisagem local. Essa é a principal característica do modelo de campus integrado.

Fig. 10: Coimbra Sec. XVIII e atualmente



Como já apontado, no decorrer dos séculos XV ao XVIII, diversas Universidades são apoiadas por autoridades locais, civis e eclesiásticas, e edificam suas estruturas acadêmicas, no espaço da cidade plenamente integrada. Um exemplo é a cidade de Paris nesse período; a atividade universitária começou a ocupar a margem esquerda do Sena, diferenciando aquela área como de intensa atividade acadêmica, instalando ali espaços para aulas, pesquisas e dormitórios.

Percebeu-se a quase conformação de uma área da cidade dedicada à Universidade. Contudo, sem que fosse espacialmente segregada por muros ou edificações que se distinguíssem das existentes na cidade. Na verdade, o que ocorreu foi a construção de edifícios com a mesma tipologia já existente, que se integraram ao tecido urbano parisiense, dando personalidade a uma parte do território sem criar ruptura tecidual.

Muitos são os elementos edificados que demonstram a integração das Universidades ao cenário local, um exemplo dessas edificações clássicas e simbólicas são as bibliotecas. Eram elas que guardavam os maiores tesouros dessas instituições e serviam como ponto de encontro e estudos pra alunos e professores. Muitas cidades ficaram conhecidas pelas obras de seus acadêmicos depositadas nas bibliotecas, como Heidelberg, na Alemanha, que até hoje funciona em edifício especificamente construído com essa finalidade. E a da Universidade de Barcelona que funciona no edifício histórico da instituição, articulando todo o território a sua volta.

O que se pode imaginar, portanto, diante da composição de *campus* integrados é que diante do processo de esvaziamento das cidades por conta dos conflitos, as Universidades foram diretamente afetadas, uma vez que sua dinâmica estava absolutamente ligada à da cidade.

Assim, o grande desafio que o empreendimento universitário tem pela frente, na virada do XVIII para o XIX, não está apenas no campo filosófico educacional, como questionado por Kant. Tão pouco no campo da gestão administrativa, de uma simples mudança estatutária ou de regimes como a ocorrida em Coimbra e Salamanca. O maior desafio, para a tradicional Instituição chamada Universidade, naquele novo século era estar diante de uma nova modernidade, ilustrada, na qual a sociedade estamental passava a ser substituída por uma sociedade de classes. E, por conta disso, as relações se estabeleciam a partir de outros paradigmas.

Nessa sociedade não cabem mais as figuras do Soberano com seu poder absoluto, que governa os destinos do conhecimento e do saber, tão pouco do Bispo que avalia o que se faz como ciência.

Os primeiros a perceberem essa necessidade foram os Reinos Alemães sob a liderança de Frederico Guilherme III¹⁶, que na busca por dar um salto à frente nesse processo, convoca por meio de um edital os seus intelectuais. Para que estes então pensassem e propusessem projetos para a moderna Universidade; sem dúvida alguma essa foi a principal consequência da reflexão proposta anos antes por Kant em seus escritos.

“[...]Assim é que os Estados Germânicos, visando reestruturar-se após os conflitos napoleônicos, corrigindo as fragilidades que as derrotas militares tinham posto a nu, reformando o seu sistema de ensino superior e integrando-o no processo de desenvolvimento nacional, encomendaram projetos de Universidade aos mais renomados filósofos da época. Ninguém menos que Fichte, Schelling e Schleiermacher apresentaram as suas contribuições, porém o vencedor desta espécie de “edital filosófico” da primeira grande reforma universitária foi Guilherme von Humboldt. [...]” (ALMEIDA, 2012, p.39)

O projeto de Humboldt, na verdade, redefine a ideia de Universidade, ajustado exatamente para aquele momento. Por isso, é senso comum entre os pesquisadores da educação tratar esse Memorando como o documento fundante da Universidade moderna¹⁷. Especialmente por suas propostas serem suficientemente amplas para

¹⁶ Frederico Guilherme III (1770 -1840), Rei da Prússia, filho de Frederico Guilherme II. Assumiu a coroa com a morte de seu pai e teve destacada participação no Congresso de Viena, ao final das guerras Napoleônicas. Marcou seu governo pela austeridade, pelo zelo com a administração pública onde se destaca a grande reforma do ensino em todos os seus níveis, lançando os fundamentos para a estrutura do ensino alemão hoje.

¹⁷ Publicado em 1810 e produzido por Guilherme von Humboldt nos anos de 1808-1809, o documento encontra-se na íntegra ao final dessa Tese, como um dos anexos.

rapidamente reproduzirem-se em lugares fora das Universidades alemães. Muitos de seus princípios básicos norteadores estarão presentes nos diversos modelos que surgirão a partir dessa iniciativa. Ele aponta claramente que o objetivo dessa nova Universidade é “[...]articular, do ponto de vista interno, a ciência objetiva com a formação subjetiva e, do ponto de vista externo, a instrução escolar, que se completa com o estudo sob direção própria. [...]” (Humboldt, memorial, anexo)

Fundamentando toda sua proposta na ideia de que não há possibilidade de ensino separado da pesquisa científica, e que deve haver liberdade de cátedra, garantindo aos mestres a liberdade para estabelecer a melhor relação de convivência com seus alunos. A Reforma Humboltiana dá origem à Universidade de Berlim em 1810, estabelecendo assim o início de uma série de outras reformas que irão ocorrer.

O ensino superior francês, como já mencionado anteriormente, figura com diversas representantes, entre as 50 primeiras Universidades, sendo Paris a terceira. Todavia, ao longo dos séculos, sob a orientação do Estado intervencionista francês, diversas Escolas Especializadas vão surgindo e ganhando destaque. Passam a se posicionar na sociedade e no território espacial, destacando-se cada vez mais, como é o caso da *École des Ponts et Chaussées* ou a *École des Mines*. Durante a Revolução, as Universidades francesas foram ainda mais esvaziadas após o período napoleônico, resultando na necessidade de uma reestruturação do sistema de ensino, especialmente após as mudanças ocorridas nos Reinos Alemães.

Pierre Jean Georges Cabanis¹⁸, liderou o processo de reforma que acabou conhecida como “Reforma Cabanis”. Em sua proposta, as Faculdades e Grandes Escolas autônomas, isoladas da Universidade, passam a ter como grande objetivo atender a formação de mão-de-obra urgente para o Estado. A nova ordem econômica estabelecida com a Revolução Industrial avançava e requeria mais técnicos e tecnologia, assim, ficava claro o alinhamento com os interesses burgueses franceses.

¹⁸ Pierre-Jean-Georges Cabanis (1757-1808) foi um médico francês que, na virada do século XIX, alcançou grande reputação como filósofo e líder político. Em 1780 é aceito na Faculdade de Medicina de Paris, graduando-se com louvor em 1784. Revolucionário desde os primeiros instantes, entre 1790 e 1792 acaba sendo nomeado administrador geral dos hospitais de Paris. No início da Convenção, apresenta relatórios sobre instrução pública e assistência social que muito influenciam as medidas de reestruturação institucional implantadas pela Revolução Francesa é nessa fase que conhece e inicia amizade e colaboração com o pedagogo e filósofo Destutt de Tracy, organizando o movimento intelectual que viria ser conhecido como *Les Idéologues*.

Na Inglaterra pequenos ajustes foram feitos seguindo o que se observou de avanço nos modelos alemão e francês, mas sem perder as características próprias de um saber aristocrático residente em suas duas grandes e tradicionais instituições, Orxford e Cambridge. Elas eram responsáveis por forjar o caráter britânico em seus alunos, tendo uma rede de Institutos Científicos Superiores Técnicos e Profissionais associados, prontos para formar mão-de-obra qualificada necessária para atender ao Império.

As Universidades no continente americano também passam por seus ajustes. As instituições na América Espanhola seguem assim como a metrópole, o modelo binário francês de centralização cartorial para emissão dos títulos e descentralização da oferta dos cursos. O que gera uma verdadeira proliferação de instituições e acaba fragilizando, ainda mais, Universidades mais tradicionais espanholas, como a de Salamanca.

O caso Brasileiro nem entra em pauta, porque as primeiras experiências com ensino superior no país, de forma estruturada vão ser consequência da vinda da família Real Portuguesa e da transferência do Trono para o Rio de Janeiro, durante a invasão de Napoleão. Depois disso a primeira experiência universitária brasileira somente ocorrerá na segunda década do século XX, seguindo o modelo francês. Ou seja, promovendo por meio da unificação cartorial a junção de Faculdades isoladas já existentes e implantadas no país.

Cabe, sem dúvida, registrar sobre o caso norte-americano que tem sua primeira Universidade organizada ainda no século XVII, Harvard, em 1636. Influenciadas pela tradição protestante, as primeiras instituições são réplicas das tradicionais escolas inglesas e escocesas. Contudo, também imersas no cenário de transformações que está sendo descortinado no texto até este ponto, as instituições naquele país não ficariam de fora do processo de atualização.

Guardadas as devidas proporções, pode-se afirmar que as instituições norte-americanas também precisavam passar pelo processo de refundação, tal qual, suas correlatas europeias. Para muitos, entretanto, até meados do século XIX, não havia nos Estados Unidos uma instituição verdadeiramente universitária “[...] o nome Universidade chegou primeiro na América em pensamento e planos durante a

Revolução, mas o seu uso expressava esperança mais que realidade [...]”. (COWLEY, WILLIAMS, 1991, p. 137)

Para Cowley, o marco de referência da moderna Universidade norte-americana foi a criação da Johns Hopkins University, em 1876, justamente pelas características de pesquisa associada ao ensino, seguindo o modelo Humboltiano.

Nessa esteira, diversas instituições seguiram o modelo alemão ajustando-o à realidade norte-americana. À estrutura bidimensional germânica os americanos acrescentam um terceiro elemento que caracterizará por definitivo a Universidade contemporânea e sua relação com a sociedade em seu entorno, a extensão. Mas não apenas isso, sobretudo a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

Esse tripé formacional será o elemento de relação da Universidade com a sociedade, por todo o século XX, onde ela estiver inserida, nas cidades onde estiver implantada. Estabelecendo o canal permanente de diálogo comunitário sensível e presente, uma instituição tradicional atenta às transformações sociais, econômicas e políticas.

Do ponto de vista da territorialidade, a Universidade se manterá seguindo o mesmo padrão até ali estabelecido, ou seja, os modelos de *campi* manter-se-ão integrados ao cenário urbano, ou isolados dele.

O que se observa é que, em função da reestruturação acadêmica ocorrida, novas edificações passam a ser incorporadas, ou mesmo implantadas, sempre obedecendo ao critério de diálogo característico, já existente e consolidado.

Um bom exemplo é o caso parisiense, o *Quartier Latin*, território universitário por excelência. Também se constitui ao longo dos anos como um território aberto da cidade, onde a coexistência de usos e relações é constante. O mesmo se observa em áreas de outras cidades que foram historicamente caracterizadas como eminentemente universitárias, como são os casos de Salamanca, Coimbra, Cambridge, Louvane, entre outras.

As novas edificações se colocam no território segundo o padrão pré-existente, promovendo harmonia estilística e diálogo volumétrico ainda que ocorram ampliações e modificações para atender ao novo modelo de ensino ou às novas demandas. A ideia e a percepção de que a Universidade estava contida no contexto da comunidade

local, como um ente de representação, é fundamental. Uma vez que, nestes casos, toda a atividade da cidade se desenvolveu em função da Universidade.

Característico no modelo norte-americano, o *campus*, enquanto espaço territorial delimitado e afastado, na periferia das cidades, acabou por definir uma certa “identidade universitária”, criando a ideia de um território específico para a atividade educacional, uma nova centralidade coligada à cidade. Isso foi tão forte que passou a designar, de forma genérica, o próprio território universitário.

Claro que a materialidade da Universidade em seus edifícios reflete muito de sua natureza. Mesmo tendo rompido os laços com o clero, ou tendo conquistado a tão desejada autonomia de investigação científica em relação ao Estado, a Universidade moderna ainda mantém elementos icônicos que revelam muito de sua natureza, que está traduzida em sua arquitetura e em sua implantação. Elementos como a monumentalidade de seus edifícios, a venerabilidade de seus mestres, a presença de painéis imagéticos e simbólicos, capelas, ritos, cerimônias; mesmo em sua laicidade, o ambiente universitário traz consigo as digitais de sua tradição.

A materialidade expressa pelo desenho urbano, pelo desenvolvimento local, e tendo como eixo estruturante a atividade educacional, é consequência da notoriedade e respeitabilidade construída ao longo dos anos pela Universidade, associada à capacidade da cidade de prover infraestrutura para todos que afluam para lá. Portanto, retomando alguns elementos referenciais já apresentados, esse fenômeno ocorre no tempo e no espaço, podendo ser observado somente sob o olhar da longa duração.

Muitos são casos de Universidades que construíram e consolidaram, com o passar dos anos, uma identidade mútua com suas cidades. Fazendo com que a atividade educacional fosse o eixo do desenvolvimento urbano e econômico local. A tradicional Universidade diante da modernidade é, então, repensada para promover o ensino por meio da pesquisa e da extensão, da interdisciplinaridade, com autonomia crítica, científica, administrativa e financeira.

A Universidade da modernidade é companheira da cidade, da modernidade em meio ao turbilhão de transformações onde uma retroalimenta a outra, e ambas avançam para o século XX.

2.3 CIDADE E UNIVERSIDADE UMA RELAÇÃO DIALÓGICA

As chamadas *ciudades universitarias* são caracterizadas por essa relação estreita entre o seu modelo de desenvolvimento acadêmico e a vida cidadina. Não é a simples presença da instituição que promove a cidade à condição de “cidade universitária”, mas sim a forma como a Universidade, se fazendo presente, contribui para a organização, estruturação e desenvolvimento da cidade.

A clareza de que essa relação é fundamental para a vida da cidade, uma vez que a atividade educacional é eminentemente uma atividade urbana, representa uma excelente oportunidade de crescimento, de expansão, de ampliação da notoriedade e da sua importância regional. A presença de estudantes e professores em uma cidade produz um “ativamento” das relações econômicas, provocando desdobramentos nos mais diversos níveis da sociedade local.

Como apresentado na Introdução, a Tese investigada propõe que o projeto universitário, quando conjugado com os interesses locais, apresente-se como elemento promotor e articulador do desenvolvimento do território, e como consolidador da identidade da cidade onde está implantado. Cabe então, nesse momento, uma pontuação sobre como desenvolvimento e identidade estão entendidos nesse contexto, se ambos são vistos aqui como resultantes dessa relação entre cidade e Universidade.

O conceito clássico de desenvolvimento apontará fundamentalmente para o crescimento econômico. Todavia, o conjunto dessa investigação não se trata apenas de uma questão econômica, mas sobretudo, de uma questão local, da cidade, do lugar em todas as suas dimensões e comportamentos.

A cidade chega ao final do XIX sendo completamente repensada, justamente por conta de todas as mudanças no modelo econômico. Como já apresentado, o mesmo ocorre com aquelas que já eram reconhecidas por serem centros formadores e, que naquele momento, viviam o desafio de reestruturação. Mas para isso também dependiam da remodelação de suas Universidades, à luz das novas formulações acadêmicas.

A profunda reformulação do modelo de Estado em diversas nações, a redefinição do papel das classes sociais, dos atores políticos e das diversas instituições, entre as quais a própria Universidade, acabam por promover, nesse período, um novo

paradigma no modelo de desenvolvimento baseado no capital, que passa cada vez mais a ter uma aparência transnacional. Isso se revela, por exemplo, no campo da arquitetura e do urbanismo com o chamado estilo internacional, que nada mais era do que uma forma de popularização do moderno na arquitetura, nas primeiras décadas do século XX. O que favoreceu a disseminação do uso de técnicas e materiais valorizados durante o movimento moderno.

No campo da política as tensões pós movimentos unificadores da Alemanha e da Itália, decorrentes da organização sindical e trabalhadora nos grandes centros, vão sendo adensados com o aumento populacional. Essa transição para um modelo econômico em escala mundial, mesmo em suas disputas mais particulares, levará à experiência de um colapso financeiro em escala transcontinental, com a quebra da Bolsa de Nova York em 1929. Além de uma Revolução totalitarista de esquerda na Rússia, em 1917, de regimes totalitaristas de direita na Espanha, Portugal, Itália e Alemanha e de duas Guerras Mundiais.

Paradoxalmente, enquanto se vive o avanço do capitalismo industrial internacionalizado, do ponto de vista político vive-se a consolidação dos nacionalismos. Dos símbolos particulares personalistas, a cultura mais endógena e descentralizada.

Em meio a isso, temos a afirmação das cidades como projeção da identidade nacional. Assim deve ser entendida a transformação de Paris, Madri, Barcelona, Marselha, Londres, Berlim, entre outras, que vão dar a exata proporção do momento vivido no período. As cidades historicamente conhecidas por suas Universidades vivem seu esvaziamento, por conta das guerras e da ausência de alunos. Estes não encontram mais nessas Instituições um local de estímulo e de desafio constante. Muitas vezes estar em uma sociedade científica, em um ateliê, em um laboratório, diretamente em contato com um mestre lhes conferia, naquele momento, maior dignidade do que estar em uma Universidade.

Mais do que nunca, a associação de interesses entre o poder local e os dirigentes universitários deveria caminhar em uma mesma direção, a de reestruturação; já que nessa perspectiva, desenvolvimento e expressão nacional, ou ainda internacional, passaria obrigatoriamente pela recomposição do prestígio local.

Portanto, por mais contraditório que possa parecer em um primeiro momento, a projeção de um capitalismo globalizante necessitava de sua marcha para continuar, de todo o conhecimento que pudesse ser alcançado. Essa projeção ainda levaria décadas para se tornar realidade, e só viria a dar sinais de sua maturidade na segunda metade do século XX. Para tanto, as Universidades deveriam se reorganizar sob a égide do moderno pensamento, retomando plenamente suas atividades.

Isso implicaria em reformulação de ambas estruturas, uma vez que a presença da atividade educacional em escala acabaria por estabelecer uma série de espaços e usos no território citadino. Uma visão moderna de Universidade, na qual ensino e pesquisa estão associados, e laboratórios integrados aos espaços de aula, provoca uma nova dinâmica de espaços, movimentos e vivências urbanas.

Ao mesmo tempo que esse movimento é forçosamente local, ele se pretende global. Na medida em que se busca projetar a reputação e o poder do conhecimento para atrair novos investimentos para própria cidade, criando assim um ciclo virtuoso, é possível afirmar que este instantâneo antagonismo se desfaz rapidamente quando se percebe que são dois elementos de uma mesma equação.

No mesmo instante que o capitalismo produtivista industrial se internacionaliza, é fundamental que os investimentos sejam destinados ao desenvolvimento local para a alimentação constante desse sistema de produção do conhecimento. A Universidade, os centros de pesquisa, os Institutos tecnológicos passam a agregar um conjunto de valor econômico que sustenta e respalda a cidade em suas tradições, cultura e símbolos, fazendo, então, dela referência.

Para que esse movimento ocorra de forma natural, constante e perene, tal como se espera atestar com essa Tese, o diálogo entre cidade e Universidade deve existir.

De certo modo é importante sublinhar que o chamado desenvolvimento, se identifica a partir e em anteposição ao subdesenvolvimento. Logo, para que essa diferenciação seja observada e percebida, critérios e objetivos devem ser acompanhados. No caso das “cidades universitárias”, os elementos a serem observados para o transcurso da investigação que sustentou essa Tese, já foram apontados na Introdução, mas cabe aqui recordá-los:

⇒ Evolução do quadro populacional;

- ⇒ Evolução do serviço educacional;
- ⇒ Evolução do quadro econômico por setor;
- ⇒ Planos Diretores, Urbanísticos ou Similares;
- ⇒ Configuração do Campus Universitário;

A Universidade de Granada, fundada em 1531 pelo Rei Espanhol Carlos I, direta remanescente da Escola Moura ali existente antes da retomada, está entre as mais notórias do Reino. Vivenciou, durante o último quartel do XVIII e a primeira metade do XIX, o esvaziamento e quase definitiva paralização em decorrência de todos os acontecimentos, como registra a professora Mercedes Fernandez Carrión ao falar sobre o XIX.

“[...] O novo século se apresentou com graves problemas sociais, que não fizeram mais do que repercutir negativamente no âmbito universitário. Lembremos que a Universidade de Granada, como as de outras cidades espanholas haviam sofrido uma mudança radical no último terço do século anterior, e praticamente, se pode dizer que estava tentando se adaptar as novas circunstâncias, quando teve que concentrar sua atenção aos problemas externos; a situação política do país não atravessava um de seus melhores momentos pelo contrário. [...] as suspensões de aulas foram numerosas e algumas bastante longas, o exército também se alojou nos locais universitários, [...] em uma palavra, o impacto da nova ordem social foi imediatamente aparente na Universidade. [...]” (CARRIÓN, GRANADA, 1997, p.101)

Como Granada, outras cidades e Universidades da Espanha e da Europa continental, em particular, passaram por processos semelhantes na primeira metade do XIX. Diante desse quadro, diversas viram o natural e gradual esvaziamento da Universidade com a conseqüente estagnação financeira da cidade, uma vez que parte significativa da atividade econômica está direta ou indiretamente relacionada à atividade educacional.

Esse cenário fica bem claro no relato analítico de Gutierrez Ceballos, ao discorrer sobre a cidade de Salamanca no final do século XIX.

“[...]Os setenta e cinco primeiros anos do século passado foram os de maior decadência da Universidade de Salamanca. [...] Magníficos edifícios que pertenceram aos Colégios e a Universidade são utilizados pelo Estado para fins que não são universitários como o Colégio Anaya, destinado algumas vezes ao Governo civil outras aos Correios e Telégrafos e outras como quartel. O número de estudantes experimenta uma baixa extraordinária e queda reduzindo a um número ridículo, já que no ano de 1861 a matrícula chegou apenas a 322; [...] nesse estado de decadência se encontrava a Universidade de Salamanca nos últimos anos do século XIX. [...]” (CEBALLOS, SALAMANCA, 1951, p.44)

Fora da Europa o cenário não era muito diferente. O século XIX é marcado por grandes conflitos internos na busca por consolidar ou estabelecer o desenho uma nacionalidade própria, tanto na América do Norte, quanto na América Latina como um todo. Em meio a esses conflitos as principais cidades e, em particular aquelas que já possuíam uma instituição de ensino superior, viviam os dilemas do momento.

Até o século XVII o capitalismo mercantil se assentou sobre as “cidades comerciais”, construindo verdadeiros enclaves próximo às zonas produtoras, numa perfeita articulação entre o extrativismo e a comercialização dos produtos. Foi assim com as cidades portuárias de Gênova e Veneza, com Campinas e a produção agrícola vinda do interior para a capital do Império brasileiro, ou ainda com a espanhola Bilbao e suas minas extratoras de minério.

O que se vê a partir do século XVIII é a primazia, a das “cidades industriais” que se organizam tendo como centro nevrálgico e articulador o complexo fabril e as suas atividades de apoio.

Todo esforço político nacional, investimento de capital para remodelação, está sendo direcionado para as nascentes metrópoles e para os conglomerados industriais que começam a surgir no cenário mundial. Essas cidades colocam-se próximas dos entroncamentos modais para facilitar a chegada de matéria prima, de produtos básicos, e o escoamento da produção final, do produto já beneficiado pelo processo fabril.

Mas nesse momento, também há uma disputa pelo domínio das técnicas, pelas novas tecnologias, pela mão-de-obra qualificada e formada adequadamente para o cenário veloz e produtivo da sociedade nessa virada de século. Esse é, justamente, o desafio a ser respondido pelas Universidades, ou como Humboldt denominava, pelos Estabelecimentos de Científicos Superiores, ECS.

Para enfrentar desafio de tamanha envergadura, as antigas Universidades teriam que se reestruturar. Para isso, necessitavam da parceria com o poder público de suas cidades e uma rápida percepção de que o que lhes conferia distinção era justamente o seu histórico. Sendo em alguns casos secular, mas de relação estreita com a ciência e com o saber, que agora deveria conjugar pesquisa e ensino.

Diante disto, o que se está afirmando é que a “cidade universitária” está em um plano secundário, paralelo, com papel claro e definido nesse tabuleiro que o capitalismo

industrial dispõe em escala mundial. Ela é o território do saber, da educação, do conhecimento, onde começa a ser gestado aquilo que pela primeira vez será denominado, na década de 1930, de sociedade do conhecimento. Esta se estrutura a partir de polos de desenvolvimento do conhecimento de ponta e de profundidade, nos mais diversos campos do saber; não apenas pelo instrumental tecnológico, antes, porém, por seu conteúdo informacional.

Não se pode deixar de trazer à memória que cidades, no transcorrer de sua história, tiveram suas imagens associadas às de suas Universidades, como Oxford (1096), Salamanca (1218), Heidelberg (1386), Ferrara (1391), Uppsala (1477), entre outras, valeram-se delas para conquistarem notoriedade e riqueza, cultura e uma sociedade local diferenciada em relação a outras.

Tinham elas, então, o capital simbólico necessário para essa retomada, mesmo que o capital econômico já não estivesse mais presente. Da mesma forma que as atividades sociais viam-se esvaziadas pela ausência ativa dos estudantes, professores e outros como apontaram os relatos.

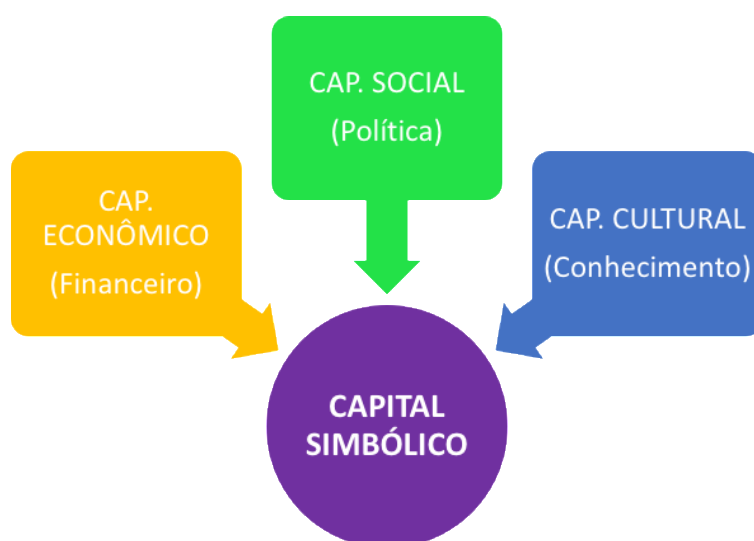
Cabe aqui uma pontuação teórica sobre como são entendidos nesta Tese o conjunto dos capitais que envolvem a “cidade universitária”. Pierre Bourdieu, o sociólogo francês responsável pela teoria dos capitais, aponta que há quatro tipos de capital, propriedade específica que na prática mobilizam e articulam as relações sociais.

O capital econômico, propriamente dito; o capital cultural, ligado ao conhecimento produzido, às tradições e ao patrimônio imaterial de determinada sociedade; o capital social, exposto pelas estruturas da sociedade em sua dinâmica e comportamento; e o capital simbólico, que não possui uma propriedade, mas é decorrente da construção relacional dos demais capitais.

Segundo Bourdieu (2008), o capital simbólico não se trata simplesmente de um tipo específico de capital, mas de um elemento relacional composto pela articulação prática dos demais, que resulta em um novo campo de força social, imagética, carregada de significância. Este dota determinada sociedade, instituição ou indivíduo de uma componente simbólica de valor que o destaca, sublinha, agregando-se como um novo capital atribuído pela percepção e pelo olhar dos que o observam e que estão ao entorno.

A relação existente entre a Universidade e a cidade, entre o espaço urbano e o desenvolvimento do conhecimento, a compreensão da construção que se dá pela articulação entre os três tipos de poder (político, financeiro e o do conhecimento) resulta em um quarto poder, traduzido por ele na expressão do capital simbólico. A cidade adquire o capital simbólico pela presença da Universidade e pelo desenvolvimento do conhecimento. Este por sua vez, faz com que elas cresçam e se desenvolvam juntas, construindo suas respectivas reputações e fundindo suas identidades.

Fig. 11: Esquema demonstrando a construção do Capital Simbólico



Fonte: Compilação do autor.

A partir desse capital simbólico que cidades, como as já citadas, começam a se reerguer em torno de um projeto educacional verdadeiramente alinhado com a segunda modernidade. Nesse novo cenário sócio econômico mundial, embora tenha olhos para a futura globalização não se descolará da perspectiva do arranjo local de desenvolvimento.

Assim, o desenvolvimento local esperado por essa Tese, como decorrência da presença ativa dos ECS, está alinhado com a ideia objetiva de um processo coletivo em que as oportunidades de organização do território urbano, de melhoria dos índices de qualidade de vida e da economia são elementos que se conjugam apoiados uns nos outros. De forma a produzirem a tão esperada notoriedade e respeitabilidade para a “cidade universitária” que tem como principal bem a ser trabalhado o conhecimento em seu estado mais latente.

“[...] Dessa forma, multiplicam-se as oportunidades locais para a geração de emprego e renda, para a atração de novos negócios e para a criação das condições fundamentais para o desenvolvimento humano sustentável. [...]” (JOYAL, FLORIANÓPOLIS, 2011, p. 100)

Essa concepção se aplica também às “cidades universitárias”, que irão surgir já a partir desta nova mentalidade, como é o caso da Universidade da Califórnia (1868) implantada na cidade de Berkeley. Ela já nasce sob as luzes das reformas aqui apresentadas, com a implantação espacial em um campus urbano, do modelo isolado, que se conecta à cidade e sua dinâmica. Ou ainda com cidades brasileiras como São Carlos e Lavras que se tornaram reconhecidas nacionalmente por conta do projeto educacional superior nelas existente.

Desta forma, os modelos analisados no capítulo subsequente estão amparados por essa perspectiva de desenvolvimento local, que se baseia na conjugação dos capitais. Tal qual abordado, desse ambiente coletivo integrado e de um projeto conjugado entre o poder público e os gestores acadêmicos.

Mas a Tese propõe, além do desenvolvimento local, expresso principalmente pela materialidade do território, também indica que uma vez alcançado o desenvolvimento esperado e desejado, passa a ser naturalmente consolidador de uma identidade.

Ou seja, não se trata apenas de uma identidade pasteurizada de “cidade universitária”, mas de uma identificação latente a partir de seus símbolos, elementos, traços, percursos, história; tudo isso realçado pela relevância alcançada com a condição de centro do saber, do conhecimento, de polo desenvolvedor de inovação, tecnologia, técnica, mão-de-obra. Enfim, o reconhecimento amplo de suas qualidades. Deixando, portanto, a condição de genérica e conquistando o lugar da particularidade no conjunto.

Ao discutir a relação entre a cidade e a Universidade, o historiador Franklin Leopoldo aponta os vínculos de dependência mútua, que acabam por caracterizar as cidades universitárias.

“[...] são cidade universitárias porque se constituem -política, histórica, social e culturalmente – em torno da Universidade, e passam a se distinguir por isso. De alguma maneira encontram uma forma de vida e de organização coletiva em que logram combinar exigências nem sempre convergentes, se supomos as diferenças existentes entre a organização política da cidade e a organização política da Universidade. [...]” (SILVA, 2014, p. 119)

Como afirmado, o elemento característico de uma cidade universitária é a construção da sua realidade organizacional, tendo como epicentro a atividade educacional. Por óbvio, ao longo do século XX o papel das Universidades e de suas cidades, centros de produção do conhecimento e do saber, vão ficando cada vez mais à reboque do interesse do mercado e do capital, da mesma forma que as políticas públicas também.

A capacidade de resistência e a manutenção de sua autonomia irão sempre variar conforme o tamanho, a notoriedade, reputação, história de cada conjunto. A configuração histórico social econômica da Universidade e da cidade é definidora para esse comportamento.

Ao levar em consideração o recorte cronológico definido para a investigação, que tem no século XX o seu núcleo temporal, pode-se afirmar que, no que se refere ao processo de desenvolvimento loco-regional que tem como base a atividade educacional, mais especificamente, o ensino superior e a pesquisa a ele atrelada, muitos projetos foram exitosos com características bastante distintas.

As Universidades cumprem, sem dúvida alguma, um papel central no desenvolvimento, a partir da geração do conhecimento. De forma que isso acaba por contribuir na construção de um ciclo virtuoso local, que engloba atividades e centros de pesquisa, atração de pessoas buscando formação e ampliação do conhecimento, financiamento e parcerias públicas e privadas, estruturação do território para melhor receber a demanda crescente.

Do ponto de vista da materialidade do seu território, deve-se levar em consideração que a estruturação do tecido urbano ocorre em inúmeras escalas, obedecendo a critérios físicos como geografia. A pré-existências edificadas e a interesses de projetos locais, justamente nesse nicho que se enquadra o diálogo entre a Universidade e a cidade, no tocante ao uso do território para o desenvolvimento de suas atividades.

Volta-se, então, para o que fora sinalizado na Introdução e será exemplificado no capítulo seguinte. A questão dos dois modelos de *campi* que estarão no contexto analisado por essa investigação, recordando:

- ⇒ Cidade Universitária com *campus* integrado ao desenho urbano; e
- ⇒ Cidade Universitária com *campus* isolado, construindo uma nova centralidade.

Claramente a ideia de se ter um ambiente plenamente adaptado para o exercício da atividade educacional, em todas as suas variáveis, encontra limites no desenho urbano. No caso dos *campus* integrados, as pré-existências são, em si, obstáculos à eventuais expansões e adaptações necessárias. Com isso, gradualmente, o que se vê é a consolidação do ideal de *campus* isolado, ou o modelo norte-americano se consolidando.

O grande exemplo de implementação completa, desde a concepção acadêmica até a estruturação física com o estabelecimento dos devidos símbolos edificadas para que se tornassem referência para a cidade, é a da Universidade da Virgínia (1817). Mais um caso de instituição norte-americana implantada pós Reforma Humboltiana e sob suas influências. Também se destaca por ser o primeiro *campus* universitário inteiramente projetado que se tem registro. Na verdade, ele integrava um amplo projeto educacional que Thomas Jefferson no ano de 1779, na condição de governador, do Estado da Virgínia.

Consistia, basicamente, em uma rede integrada de escolas livres e autônomas por todo o Estado que tinham liberdade de ensino, mas direcionavam para um College Estadual. Lá os melhores alunos receberiam a formação adequada para desempenharem diversas atividades profissionais. Em 1814, o Central College passou a ser denominado Universidade de Virgínia, tendo o próprio Jefferson como seu Reitor.

“[...]A instituição consistia em uma série de casas de professores (pavilhões) alternadas com grupos de quartos de estudantes, ao longo dos lados das colunatas de um *mall – the lawn* –, terminando ao norte em uma biblioteca com domo – a Rotunda – e flanqueada a leste e oeste por jardins e varandas de edifícios[...].” (TURNER, 1995, p. 76)

A ideia era de uma cidade com uma esplanada gramada cercada por edifícios, espaços amplos que permitissem futuras ampliações, a monumental Biblioteca. Tudo pensado para funcionar isolado, em uma colina próxima a cidade de Charlottesville, porém conectado por vias de fácil acesso e deslocamento, de forma a garantir a total relação entre os habitantes da cidade e a comunidade acadêmica.

Fig. 12: Gravura com vista do campus da Universidade da Virgínia 1817

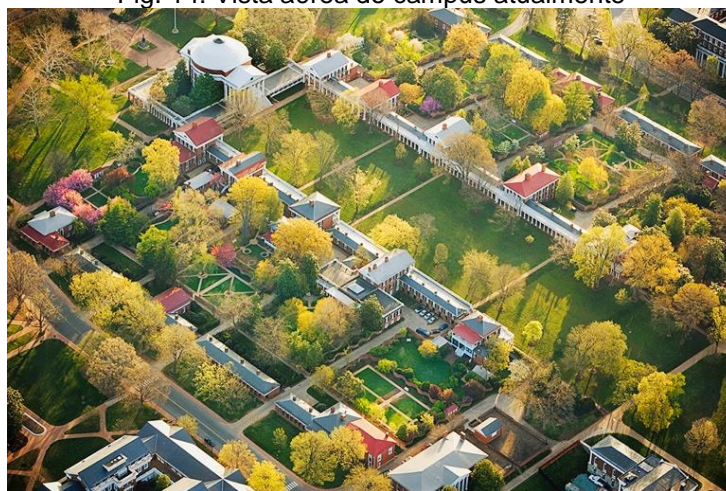


:

Fig. 13: Gravura com vista do campus da Universidade da Virgínia (data desconhecida)



Fig. 14: Vista aérea do campus atualmente

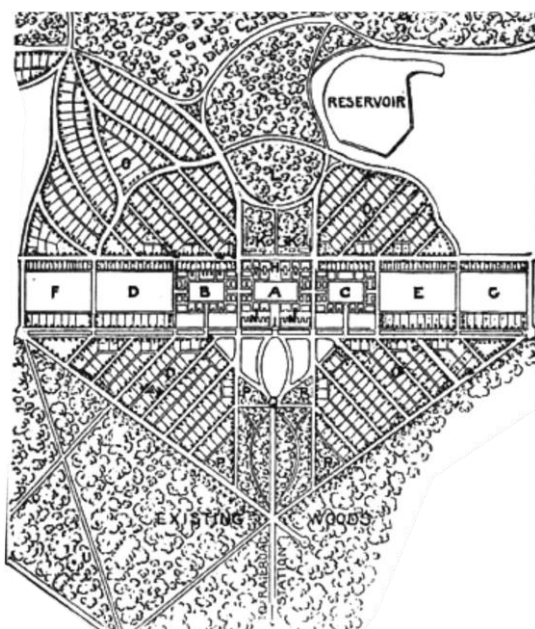


Aos poucos esses modelos vão se consolidando, também por conjugar outros elementos presentes no debate urbanístico pós-industrial. Um exemplo é a questão da natureza, que é o caso dos bairros jardins. O campus universitário isolado passa a atender a esse ideal de uma “Universidade jardim”, o que, de certa forma, resgatava o elemento idílico do isolamento intelectual necessário para a produção do conhecimento.

Turner destaca ainda em sua obra essa característica em diversos *campi* norte-americanos implantados na virada para o século XX e em sua primeira metade.

“[...]Reconhecida por sua beleza e potencial, a natureza tornou-se uma das mais determinantes considerações na locação e no planejamento de *colleges* americanos. Localizações próximas a lagos, mar ou montanhas eram procuradas pelas novas escolas, alcançando uma relação intensa com o ambiente natural. Essa afinidade com a paisagem era desconhecida pelas Universidades europeias, e um dos sinais apresenta-se nos distintos *campi* americanos[...]” (TURNER, 1995, p. 101)

Fig. 15: Imagem do Plano Diretor da Universidade de Stanford em 1888 (observa-se a área verde ao redor)



Na perspectiva da morfologia, o *campus*, seja integra ou isolado, teve tantas quantas variações foram necessárias conforme sua implantação e expansão; variando de projeto para projeto, de momento histórico e econômico, de país e de cidade. O desenho variou das linhas simétricas e dos pontos referenciais, próprios do século XIX ao estilo internacional, a linguagem moderna e aos cânones do CIAM e da Carta de Atenas.

Todavia, o que vai se tornando cada vez mais patente é a proximidade e a relação estreita de cidade do conhecimento com o capitalismo, em sua evolução e com as nuances do poder político, para sua consolidação e expansão. Um bom exemplo dessa aliança com o interesse político e sua necessidade de projetar-se utilizando o espaço universitário, está na criação da denominada “cidade universitária” de Madri.

Registra-se que no entendimento dessa Tese, o tratamento popular dado a uma determinada parcela do território urbano, circunscrita e destinada a atividade educacional universitária, não constitui em si, uma “cidade universitária” na perspectiva do que está sendo investigado.

“[...] A gênese da cidade universitária de Madri parte de uma série de ações sociais e políticas do governo da monarquia e do próprio monarca Alfonso XIII desde 1911. Com ele não somente se pretendia ampliar e elevar a condição universitária, os estudos que se realizavam na capital do Reino, mas também se tentava reduzir o déficit enorme de estrutura sanitária e essencial que faltava em Madri. [...]” (PARRILLA, 1989, p.49)

Fig. 16: Vista aérea da Cidade Universitária de Madri em 1928



Esse modelo de concentração e organização do espaço universitário, em área delimitada para atender ao interesse de um regime, à uma manobra de Estado, ou para conter politicamente movimentos intelectuais de contestação que assim poderiam ser facilmente isolados, é, sem dúvida alguma, o anti-exemplo de desenvolvimento local e do papel de trabalho conjunto entre a Universidade e a cidade.

Esse modelo foi implementado, comumente, nas cidades de referência política, capitais sempre. Não para a construção de uma verdadeira cidade do saber, de uma “cidade universitária”, mas para afastar da vida da cidade a Universidade, criando para ela uma atmosfera estéril. Exemplos brasileiros são da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal do Rio de Janeiro com seus *campi* isolados.

Já após as duas grandes guerras, passa a ser observada uma estratégia clara, como política de Estado, para o desenvolvimento regional e a indução do crescimento populacional e econômico de determinadas regiões. A implantação de ECS passa a ser um instrumento presente no planejamento de diversos governos, inclusive no Brasil.

Intenciona-se que a partir da implantação, o campus universitário passe a funcionar claramente como elemento gerador de capital econômico, promotor de capital cultural, fomentador do capital social e, por consequência, gerador do capital simbólico. Notoriedade e identidade para a cidade, estabelecendo, assim, um ciclo virtuoso de desenvolvimento.

As cidades que se transformam em “cidades universitárias” passam por um verdadeiro rearranjo produtivo na linguagem da economia. A segunda metade do século XX passa a revelar essa tendência de criação de espaços urbanos dedicados ao conhecimento, a discussão sobre a cidade como espaço educacional de forma mais ampla vai tornando-se mais presente.

A ideia de uma sociedade onde o conceito de cidadania passa pela obrigatória escolarização e oportunidade de formação profissional, vai se transformando em algo cada vez mais constante. O conceito era de a economia do conhecimento se construindo e consolidando, permanecendo sempre atrelada aos centros desenvolvedores desse saber, da inovação, da tecnologia.

A economia baseada no conhecimento fundamenta-se justamente do desenvolvimento de processos novos, de ponta, que alcancem os diversos setores produtivos, desde a indústria até a cultura, passando pelo entretenimento, lazer, saúde e outros. Em todos os casos, as Universidades, os centros de pesquisa, laboratórios, são fundamentais para fazer desse conhecimento desenvolvido um *commodity*.

Retomando então o raciocínio, se o final do XIX presenciou o reinado da “cidade industrial”, dos conglomerados fabris e as metrópoles em torno delas se organizaram na primeira metade do século XX, a evolutiva das tipologias de cidade se colocou em camadas.

O final do XX assiste o debate sobre a “cidade sustentável”, a “cidade inteligente”, a “cidade digital”; mas o que se vê é a consolidação da “cidade universitária”, a “cidade

do Conhecimento”. No cenário daquilo que alguns autores como Lyotard chamam de Pós-modernidade, Bauman de Modernidade líquida e o francês de terceira modernidade; o conceito que será acolhido para essa Tese é aquele que se organiza em torno de um projeto claro de desenvolvimento baseado na busca pelo conhecimento em seus mais diversos níveis.

O primeiro grande exemplo desse comportamento, em escala mundial, deu-se exatamente com a Universidade de Stanford, que em uma ampla reformulação de seus projetos na década de 1970, estimulou professores e alunos a desenvolverem em parceria com moradores das cidades vizinhas projetos de alta tecnologia. Este foi a origem para aquilo que hoje é conhecido comumente como Vale do Silício (Silicon Valley).

Uma Cidade, Uma Universidade. Esse é o título do capítulo que até aqui vem sendo trabalhado. Na primeira parte buscou-se apresentar a cidade como uma expressão, como uma linguagem em sua forma. Demonstrando que ela, a cada tempo, contexto e cultura apresenta em si marcas que permitem sua leitura e interpretação de maneira clara e objetiva.

Na sequência buscou-se apresentar a evolução do ensino superior no mundo, com enfoque para as transformações ocorridas dentro do período temporal que está sendo investigado. Destacou-se a importância da consolidação do sistema capitalista em sua fase industrial, como elemento para as Reformas que entre outras coisas intencionavam a formação qualificada de mão-de-obra para a indústria que se expandia.

Na última parte discutiu-se a importância da relação estreita entre a cidade e a Universidade para o desenvolvimento local efetivo. Foram analisados diversos exemplos de estruturação dessa relação, onde pode-se perceber a importância cada vez maior dessa integração de propósitos e interesses.

Considerando o até aqui exposto, nota-se que a promoção do desenvolvimento local e a articulação do território, está na direta relação do projeto acadêmico pensado, de sua materialidade sobre o tecido urbano e de como o gestor público entenderá essa interação de forma a promover a conjugação de interesses. Só assim ambos consolidaram uma identidade unificada e forte.

A relação entre a Cidade e a Universidade deve estabelecer sinergias e reforçar a atividade das pessoas, da cultura e dos elementos sociais presentes naquele território, integrando o espaço da cidade aos ambientes universitários de forma ativa. Preservando as pré-existências quando for o caso, quer pelo desenho urbano, quer pela manutenção das edificações em seus usos adaptados.

Essa relação dialógica deve-se dar na escala urbana, das relações políticas, das relações de caráter econômicas e também na escala humana. A primeira se materializa no tecido urbano, no território, em sua morfologia, em sua ocupação; a segunda, nas políticas públicas, leis, ações conjuntas, projetos extensionistas; a terceira, no campo do financiamento público ou privado; e a quarta escala, se dá na relação das pessoas entre si, mas também das instituições de forma a promover a integração e a cultura da paz e o desenvolvimento local.

Fig. 17: Foto de propaganda da Universidade de Granada em revisteiro, 2018.



3. CIDADES UNIVERSITÁRIAS DISTINTAS ENTRE SI

3.1 A CONSOLIDAÇÃO DE DOIS MODELOS

A cidade, de um modo geral, possui um desenho, uma forma, elementos que a compõem e a caracterizam, como suas ruas, praças, parques, edifícios, equipamentos esportivos, espaços públicos de convivência, que dão personalidade a ela.

Essa construção é resultante da cultura, da política e da economia local, estando a forma urbana sempre a serviço desses interesses. O projeto educacional, da mesma forma, propiciará, como falado no capítulo anterior, a possibilidade de desenvolvimento local, desde que articulado com as políticas públicas pensadas para isso. Nessa direção, a questão do espaço destinado a atividade de ensino e, especialmente, a de pesquisa ganham uma atenção na composição do tecido urbano.

Nessa perspectiva, a “cidade universitária”, entendida aqui como o conjunto da cidade e não como uma área delimitada, traz em si a essência daquilo que, a partir da década de 1990, será preconizado pelo movimento Cidades Educadoras.

“[...] A Cidade Educadora constitui-se como um “modelo organizativo”, na medida que se afasta de uma concepção beneficente e assistencial da ação do município, de ajuda pontual, a reboque dos pedidos que lhes são apresentados. [...] requerendo o diálogo entre a sociedade civil e estruturas administrativas, pressupondo a cooperação público privada e a participação dos cidadãos [...]” (MORIGI, 2016, p.43)

O que se depreende a partir da afirmação acima é que a cidade, enquanto espaço do saber, pela presença da Universidade, das instituições de ensino, professores, alunos, de todo ambiente e consciência educacional e científica presente, terá uma atmosfera natural para vivenciar aquilo que será definido como objetivo pelo movimento.

O século XX, em sua segunda metade, vivenciará uma nova onda industrializante e de expansão dos centros de pesquisa, Universidades, e cidades recebendo projetos educacionais alinhados aos novos interesses das nações e da geopolítica mundial. Volta-se sempre para as experiências já exitosas consolidadas, para os modelos já experimentados e debatidos, de forma que com os devidos ajustes, pudessem atender às novas demandas.

Mas o que chegou consolidado para esse momento? Quer do ponto de vista acadêmico, quer do ponto de vista físico, qual dos modelos que se viu no capítulo anterior, conseguiu melhores resultados?

Claramente se viu que o século XX inicia tendo, do ponto de vista acadêmico, três modelos que acabam por passar por todas as provas e se internacionalizaram: o alemão, o francês e o norte-americano. Estes se distinguiam fundamentalmente quanto à estrutura de gestão e organização curricular, uma vez que a concepção de junção entre o ensino e a pesquisa de nível superior, estavam compreendidas como vitais para a manutenção do progresso tecnológico e econômico.

Do ponto de vista de sua espacialidade, esses modelos acadêmicos se estruturaram tendo como base, basicamente, a implantação da Universidade medieval absolutamente integrada ao desenho urbano, compartilhando os espaços e tendo os seus edifícios inseridos na malha, como parte da paisagem existente como nos casos de Valencia (1499) e Uppsala (1477). Ou a implantação no formato de *campus* seguindo o conceito urbanístico norte-americano que já é em si uma derivação da proposta inglesa de Oxford, como em Harvard (1636) ou Yale (1701).

Assim como afirmado na Introdução essa Tese, não se trata da morfologia do espaço universitário ou urbano, tão pouco há preocupação com as questões de caráter metodológico acadêmico ou ainda com a multiplicidade de legislação educacional e urbanística produzida pelo poder local. O elemento central dessa Tese está na relação existente entre a cidade e o projeto educacional superior, as instituições como eram chamadas por Humboldt, os Estabelecimentos Científicos Superiores. Como esse relacionamento foi capaz de promover, naquelas cidades que acabaram por ser reconhecidas como “cidades universitárias” ou “ilhas do saber”, desenvolvimento local e a consolidação de uma identidade tão simbiótica.

Nas primeiras décadas do século XX há um intercâmbio permanente de estudantes e professores entre Alemanha e Estados Unidos, de modo que diversos acordos de cooperação acabaram celebrados entre a Universidade de Berlim e instituições norte-americanas como Cornell, Califórnia, Harvard e Columbia. Promovendo, assim, uma verdadeira germanização na forma ver e pensar a produção do saber nessas instituições.

O crescimento dos Estados Unidos como nação, sob a lógica do expansionismo imperialista, vai projetando suas cidades e seu modelo de ensino que, em 1910, após uma nova reforma, acaba introduzindo um terceiro elemento fundamental na futura equação relacional entre Universidade e cidade. A extensão, uma atividade que levaria para a sociedade as outras duas atividades já realizadas pela Universidade, o ensino e a pesquisa.

A partir daí, passaria a existir a pesquisa de ponta sendo realizada em meio a comunidade local integrando os alunos ao processo de ensino, estimulando a plena aprendizagem prática profissional. Todos beneficiados, alunos, professores, pesquisadores, comunidade, sociedade em geral, financiadores da pesquisa (sejam eles públicos ou privados), gestores locais, cidade e Universidade trabalhando juntos para o desenvolvimento local. Sendo o conhecimento definitivamente transformado, na lógica capitalista, em uma *commodite*.

Cidade e Universidade, como frutos da modernidade, traduzem a ideia de liberdade e autonomia. Elas também estarão presentes em todas as variações do chamado movimento moderno, da política à arte, do pensamento à economia, o dinamismo e pluralidade cultural presentes na vida e no território da cidade. É o húmus fundante do ambiente universitário nessa primeira metade do século XX.

A construção de espaço do saber, de uma cidade mais ativa onde a ideia de liberdade está presente, onde é alimentado por toda uma estrutura educacional em diversos níveis tendo como ápice os ECS. Demonstra que a articulação, o diálogo entre cidade e Universidade promove o progresso, o desenvolvimento, o bem estar coletivo, sendo os elementos basilares os princípios norteadores das Reformas universitárias e toda urbanística moderna.

A consolidação daquilo que Hobsbawn¹⁹ irá chamar de Era do Capital, produzirá um discurso de plena convicção do capitalismo, como o instrumento propulsor capaz de promover o progresso para a humanidade. Consistindo na Universidade, nas cidades universitárias, verdadeiras ilhas do saber nas quais o conhecimento era produzido

¹⁹ Eric Hobsbawn (1917 – 2012), historiador inglês, graduado pela Universidade de Cambridge, adepto do método marxista analítico ele se tornou um dos principais nomes da historiografia social. Entre suas obras destacam-se a quadrilogia das Eras, das Revoluções, do Capital, dos Impérios e dos Extremos, a História Social do Jazz e Nações e Nacionalismos desde 1870, entre outras.

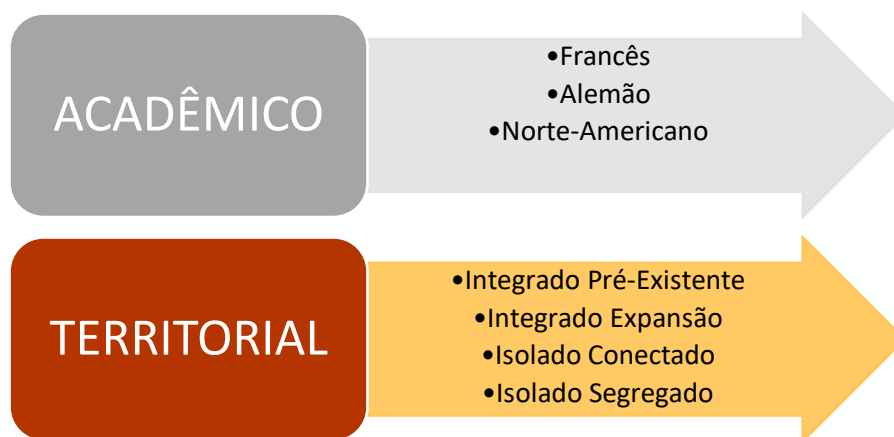
para o bem de todos. Quando, na verdade, atendia a hegemonia ideológica, econômica e política burguesa.

Este sentimento de total confiança na Ciência, no desenvolvimento acelerado tecnológico, na descoberta de novos materiais que possibilitaram a construção de uma cidade com outra linguagem, permanecerão dominantes sustentados pelo pensamento positivista, pelo liberalismo econômico, pelo intervencionismo político ao longo do século XX.

A cidade é sujeito desse processo e a Universidade, em sua materialidade, um dos produtos mais expressivos, independentemente da modelagem territorial que se apresente. O que vai se observar é a preponderância de dois tipos a partir da combinação dos modelos anteriormente apresentados.

Portanto, o que se tem na primeira metade do século XX, do ponto de vista dos modelos, é:

Figura 18 - Esquema apresentando modelos que se consolidaram na virada do XIX para o XX



Fonte: Compilação do autor.

Importante esclarecer as variações apresentadas para os dois modelos territoriais anteriormente citados.

No modelo integrado, aquele em que o campus está absolutamente inserido na paisagem urbana, no tecido, nas edificações presentes na cidade, será chamado de integrado pré-existente. É possível haver uma variação quando ocorre a necessidade de expansão, obedecendo a mesma linguagem, padrão e integração, sem uma necessária ruptura com a cultura imagética estabelecida na relação com a paisagem local. Essa variação passará a ser chamada de integrado por expansão.

No caso do modelo isolado, trata-se do clássico *campus* afastado da região central da cidade, implantado na periferia, com sua área delimitada, com toda infraestrutura acadêmica e de suporte em seu entorno para dar apoio a atividade universitária. Com tantos elementos que o afastam, não deixa de estar conectado à cidade por vias com acessos livres para toda a comunidade, tornando-se, não um obstáculo ao processo de organização do território, mas se conectando a ele de maneira ativa, tornando-se uma nova centralidade.

A variação deste modelo é a do *campus* isolado segregado, onde o espaço territorial estará delimitado e fechado, permitindo o acesso apenas para os integrantes da comunidade acadêmica. Fazendo do espaço um obstáculo a ser incorporado como um elemento único ao desenho urbano da cidade, sem maiores conexões.

Recuperando o que fora apresentado na Introdução, essa Tese concentrará sua investigação em experiências dentro do universo Ibérico, uma na Espanha e outra no Brasil, cada uma seguindo uma modelagem.

A Espanha adotará o modelo francês de modelagem acadêmica promovendo, após a Guerra de Independência, a centralização cartorial da emissão de títulos em Madri e a redistribuição das ofertas de curso por todo território nacional. Quanto ao modelo territorial, a maior parte das instituições estavam implantadas seguindo o modelo integrado em suas variações.

O processo de reconstrução e retomada de uma Espanha livre não foi simples, muito menos fácil, se alongando por todo século XIX. Todavia, a primeira metade do século foi bastante conturbada no que se refere a ocupação do espaço político e da correlação de forças, seja no âmbito nacional ou nas regiões com suas especificidades.

Por óbvio, isso impactou a estruturação do projeto educacional superior espanhol e consequentemente a retomada plena dos ECS sob a égide do novo formato debatido naquele momento. Da mesma forma aconteceu com as cidades reconhecidas como universitárias por sofrerem com o esvaziamento da atividade educacional.

Falando sobre a realidade geral do ensino superior espanhol nesse período e, de forma mais específica, da vivenciada pela Universidade de Salamanca, Hernández Díaz afirma:

“[...] Em qualquer caso, com a Lei Moyano na segunda metade do XIX se confirma a morte anos antes anunciada de um modelo de Universidade, o da velha Salamanca, em favor do nascimento de outro tipo de Universidade contemporânea que alguns qualificam como afrancesado. [...]” (DIAZ, SALAMANCA, 1989, p.208)

Na verdade, a Espanha absolutista entra em convulsão após a fase de submissão ao poder Napoleônico. Não houve uma invasão militar propriamente dita, mas o território espanhol foi utilizado como caminho para que as tropas francesas invadissem Portugal, por exemplo. Nesse caso, fazendo da cidade de Salamanca sua principal base.

“[...] A quintessência da posição afrancesada era a convicção de que a colaboração e não a resistência era a melhor forma de proteger a independência nacional: a subordinação a José servia ao menos para que a Espanha se livrasse do governo militar direto de Paris. [...]” (CARR, MADRI, 2015, p.105)

Ou seja, havia internamente, entre as lideranças espanholas, quem entendia essa aliança uma estratégia adequada para manter o país com alguma autonomia e ainda obter apoio de um aliado continental poderoso.

Esse grupo chamado de “afrancesados” é formado por figuras ilustradas que ocupam posições chaves na corte de José I, e que após esse período continuam defendendo a manutenção das boas relações com a França. Para muitos estudiosos eles se amparam no discurso liberal francês para apontar para um cenário possível de progresso por associação. Outra corrente do liberalismo espanhol nesse momento já propunha uma ruptura mais radical com as estruturas existentes.

Já os conservadores sustentavam em seus discursos, que a semelhança entre ambos deixava patente o caráter estrangeiro dos liberalismos. Assim passam eles a liderar um movimento pela defesa nacional, buscam apoio junto às massas populares e ao clero, que odiava ambas as correntes do liberalismo. Desse modo, a mesma força de oposição interna caiu sobre o liberalismo patriótico e sobre a traição dos liberais “franceses”.

No tocante ao ensino superior, em 1807 ocorre uma reforma universitária durante o Reinado de Carlos III, que embora tenha produzido poucos resultados efetivos, sinalizou uma mudança crucial: o início do processo de centralização do modelo. Contudo, por conta da onda conservadora, a princípio a centralização administrativa não era total, garantindo assim alguma autonomia para os dirigentes das

Universidades locais, mesmo o currículo devendo seguir as orientações da Universidade de Salamanca.

Tais acontecimentos provocaram dois cenários. O primeiro, dando a falsa impressão de recuperação de importância acadêmica dos estudos salmantinos. Mas, logo em seguida, com a intensificação das guerras e o aumento da presença das tropas francesas na região do Tormes, a adesão dos alunos e o esvaziamento da Universidade, passa a ser símbolo de um momento que se desejava abandonar.

Em 1820 se restabelece o plano de 1807 e um ano depois é aprovado o Regulamento de Instrução Pública, que estabelece pela primeira vez na Espanha uma Universidade Central implantada fisicamente em Madri, para atender ao projeto modernizador nacional.

Os avanços e retrocessos políticos, a restauração do absolutismo e sua queda definitiva, a disputa pelo trono, o movimento de independência das colônias americanas, tudo isso fez com que ocorresse pouco avanço no projeto educacional espanhol, especialmente na ideia centralizadora. No entanto, em 1836 uma revisão do Regulamento se consolida a adoção do modelo acadêmico francês.

“[...] O liberalismo quase definitivamente cunhou sua concepção de educação. Desenhou apenas grandes linhas. A novidade está na implantação das escolas especiais. [...] Nele, o ensino secundário é concebido como uma educação não-terminal, mas um trampolim para o ensino superior. [...] O ensino secundário está compreendido no artigo 25 do plano de estudos, [...] ‘mas são necessários para completar a educação geral das classes abastadas e acompanhar com prazer as faculdades superiores e escolas especiais’” (DIAZ, SALAMANCA, 1989, p.191)

Quanto ao modelo territorial, o que se verá é uma mistura circunstancial dos modelos. No próprio ano de 1836 para materializar esse processo de centralização, a Coroa espanhola resolve transferir as atividades da Universidade de Alcalá Henares (1293) para Madri. Retirando-a, assim, de sua configuração espacial original, absolutamente integrada, e já acomodada por séculos ao cenário urbano da cidade de Alcalá, na região metropolitana de Madri, e a reimplantando de maneira dispersa e confusa pelo casario madrileno.

Considerando que as intervenções urbanas reestruturadoras da malha só ocorrerão na segunda metade do século, e que o empreendimento universitário não passa de uma preocupação secundária, a efetiva organização da zona universitária somente ocorrerá século depois. Por outro lado, as principais Universidades espanholas

seguem seu modelo original de ocupação integrada à paisagem urbana, mesmo ao buscar sua expansão não deixam de utilizar uma variação do próprio modelo.

O que se terá durante o século XX é a Espanha adotando, em linhas gerais, as seguintes modelagens: acadêmico – francês e territorial – duplo.

O modelo acadêmico – francês refere-se aos Institutos de formação técnico profissional para atendimento rápido às demandas médias do mercado. E as Escolas Especiais traziam consigo algumas formações mais qualificadas em nível de Licenciaturas e Bacharelados, junto às Universidades com formações de longo prazo e vinculadas à pesquisa de ponta nos mais diversos campos do saber.

No caso espanhol do modelo territorial – duplo, o que se percebe ao longo do século XX é que a grande maioria das Universidades que gozam de notoriedade no país tem uma história secular que a vincula à cidade onde está implantada. Desta forma, o que se tem nesses casos é o modelo territorial integrado em suas duas variações, como nos exemplos já citados de Salamanca e Granada. Contudo, existem outras experiências que seguiram o modelo isolado segregado, com definição específica do território universitário dentro da malha urbana, normalmente nas cercanias, seguindo o modelo de Madri, mas melhorando a implantação do ponto de vista da arquitetura e da paisagem.

Exatamente por ter em sua maioria “cidades universitárias” com implantação seguindo o modelo territorial pré-existente, o caso de referência escolhido para análise da Tese foi o de Salamanca. A mais antiga Universidade da Espanha, que ao longo de 600 anos, de sua organização 1218 até a Reforma de 1820, foi referência de cultura, de erudição, foi fundamental no processo de formação da língua espanhola, tornou-se referência de organização para as dezenas de Universidades já implantadas em todo mundo Ibérico.

Entretanto, vivia sua maior crise, praticamente sua morte, tendo sido inclusive fechada por um período não muito longo, graças a mobilização das autoridades locais que perceberam no enfraquecimento e paralização da Universidade a estagnação conjunta e imediata da cidade como um todo, como se poderá ver melhor mais adiante.

Espanha ingressa no século XX imersa em conflitos políticos internos, em uma profunda desestruturação da sua economia colonial, além de uma industrialização

lenta e tardia. Nesse cenário o quadro educacional permanece quase que estagnado, durante o reinado de Alfonso XIII (1886-1931), vendo seu poderio internacional reduzir e perdendo as últimas colônias.

A crise econômica mundial de 1929, agravada na Espanha pelo cenário local de instabilidade política, acaba por promover a queda em 1930 de Primo de Rivera. O então ditador, apoiado pelo próprio Rei, que na sequência renuncia ao trono e segue para o exílio, dá início ao chamado segundo período republicano.

Nesse momento a construção do *campus* da Universidade de Madri continuava. Por outro lado, a discussão de fazê-lo conectado ou segregado era uma variável que estava vinculada ao programa do governo. Certo era que, do ponto de vista acadêmico, estava se preparando ali uma Universidade liberal, alinhada com o que havia de mais atual do ponto de vista de proposta acadêmica, ainda que sua estrutura administrativa seguisse padrões do século anterior.

O clima instável e em ebulição permanente acabou levando o país a uma Guerra Civil que durou três anos (1936-1939), tendo como principal resultado a chegada ao poder do General Francisco Franco. Estabelecendo uma ditadura o tendo como chefe de Estado até o ano de 1975.

A fase chamada por todos de franquismo é um período de um governo clássico unitarista e totalitarista, que no campo educacional imprimiu sua marca como em tantos outros. Fez isso com a promulgação da Lei de Ordenamento Universitário de 1943 (anexo), onde se destaca a seguinte afirmação:

“[...] Recuperando a Espanha sua substância histórica com o sacrifício e sangue generoso de seus melhores filhos na Cruzada de Salvação da civilização ocidental, e proclamando com vitória o princípio revolução espiritual, é essencial incorporar essa profunda mutação dos espíritos em uma transformação da ordem universitária que, assim como a gloriosa tradição hispânica, adaptado às normas e estilo de um novo estado, antítese do liberalismo e implacável executor de o slogan sagrado dos mortos: devolver à Espanha sua unidade; sua grandeza e sua liberdade [...]”

O liberalismo do XIX cria, entre outras coisas, uma elite tecnocrática que se instala no Estado espanhol se adequa conforme as mudanças acontecem. É ela a responsável por enquadrar docentes e discentes à nova realidade. Elementos culturais nacionais e centralizados em Madri passam a ser cada vez mais potentes e importantes sobre as questões locais, como por exemplo, a obrigatoriedade da língua castelhana em todo território nacional.

A recuperação e conclusão da “cidade universitária de Madri” era peça fundamental para todo o jogo de cena pensado pelo regime, para o projeto educacional franquista. Uma vez que por meio dela poderia promover o culto à sua personalidade de líder máximo da Espanha.

Já o caso Brasileiro será bastante diferente, embora, exista um ponto de contato inicial que pode ser trazido à memória para desenvolver a análise. Em 1808 a família Real portuguesa sentindo-se ameaçada por Napoleão, e sob a proteção da esquadra inglesa, transfere o Trono para a cidade do Rio de Janeiro. Pouco tempo antes elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e ao Algarves, o que tecnicamente garantiria a Rainha D. Maria I de Portugal e a seu filho e Príncipe Regente, D. João, governarem o Reino, mesmo estando em território brasileiro.

Essa viagem se inicia no final do ano de 1807, com a Rainha D. Maria I e o príncipe D. João aportando no Rio de Janeiro em março do ano seguinte. Enquanto faziam a travessia guardados pelos navios ingleses, as tropas francesas, baseadas em Salamanca, partem em direção às cidades do Porto, Coimbra e Lisboa. De maneira que, ao chegarem ao Brasil, Lisboa já estava em mãos francesas.

Embora àquela altura Portugal já contasse com a secular Universidade de Coimbra (1290) e a, não menos importante, Universidade de Évora (1559), o cenário educacional português era muito diferente do espanhol. As reformas pombalinas do século XVIII buscaram oxigenar o ambiente aliviando-o da presença intensa dos representantes do clero, mas com sua derrocada, o retorno dos jesuítas, em especial, foi ainda mais intenso, dificultando profundamente algum outro tipo de avanço estrutural.

A condição do Brasil era ainda mais distinta, mesmo se comparada com as colônias espanholas em continente americano. Nunca esteve no projeto português a criação de uma aristocracia local esclarecida, ou minimamente formada. Assim todos os filhos dos nobres e comerciantes que aqui viviam, quando se interessavam pelas letras, dirigiam-se a Portugal para lá prosseguirem com seus estudos.

É a chegada da família Real ao Brasil que começa a dar os primeiros sinais de organização acadêmica com a criação, ainda no ano da chegada, da Faculdade de Medicina de Salvador, da Real Escola Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, da Real

Escola de Guarda Marinha e da Real Academia Militar. Todas criadas no mesmo ano, mas sem necessariamente representar um projeto integrado de educação superior.

Outras iniciativas, que mais tarde serviram à cultura e à educação, foram criadas também no período joanino, tais como Museu Nacional de Belas Artes, Jardim Botânico, Biblioteca Nacional. Mas em nenhum momento houve um projeto de perenidade educacional, deixando evidente o caráter transitório do já monarca D. João VI, quando após a Revolução Liberal do Porto, em 1820, os nobres que permaneceram em Portugal exigiram a volta do soberano e ele, imediatamente, retorna; deixando o Brasil em 1821.

Alguns historiadores da educação vão apontar estabelecimentos jesuíticos de ensino como os colégios de São Paulo e da Bahia que, já no século XVI, ofereciam uma formação ao modelo escolástico geral do *Triviun e Quadriun*, sendo oferecidos até o século XVIII, quando da reforma pombalina aqui já mencionada. Fato é que, diferentemente da Espanha, que entra no XIX com diversas Universidades implantadas capazes de fornecer quadros docentes; para aquelas implantadas nas colônias portuguesas não era possível, no caso português, uma vez que tinha apenas uma instituição de porte.

A primeira Reforma no ensino brasileiro ocorre em 1890, logo após o golpe republicano, ficando conhecida pelo nome de Reforma Benjamin Constant. Instituída por decreto no mesmo ano, tinha como foco principal o ensino primário, a grande mudança que afetava o ensino superior era que se passava a exigir a conclusão obrigatória e documentada do secundário para ingressar nas faculdades. A reforma também estabelece o ensino seriado, estimula o enciclopedismo e, profundamente influenciado pelo positivismo, caminhou na direção de um ensino mais científico buscando afastar-se dos clássicos métodos jesuíticos.

A legislação favorece o crescimento do ensino superior no Brasil, que se estende por todo Império. Instituições novas foram se espalhando pelo país nesse período, mas em nenhum dos casos, havia um exemplo de projeto universitário que integrasse um conjunto de diversas faculdades e áreas do saber. Ou seja, todas as experiências sempre seguiam a velha estrutura isolada que pouco contribuía para a cidade quanto as suas estruturas edificadas, ou mesmo para o projeto local de reconhecimento e desenvolvimento.

Até esse ponto o que se percebe é a contínua influência do pensamento acadêmico francês sobre o modelo de ensino superior brasileiro. Escolas isoladas com alto grau de centralização administrativa na mão do Estado.

Uma experiência fugiu a essa regra e se beneficiou claramente da Reforma Benjamin Constant, na cidade de São Paulo no ano de 1886, seguindo o modelo americano, o Mackenzie College.

Um claro desdobramento do projeto educacional norte-americano, implantado por missionários protestantes, que em 1870 criam a Escola Americana. Instalada na região central da cidade, e tendo adquirido uma propriedade numa região de chácaras, 16 anos depois, onde se iniciava um loteamento. Com a intenção de seguir não apenas o modelo acadêmico norte-americano, como também promover a implantação de um *campus* conforme o tradicional modelo, já consagrado a essa altura nas principais Universidades e *colleges* de onde vinham os missionários e professores.

Uma área em Higienópolis, bairro da aristocracia cafeeira, começa a ser configurado um território educacional com todos os elementos identitários próprios da cultura universitária norte-americana. Um *campus* de modelo isolado segregado, tendo seus edifícios em seus mais diversos usos, tanto acadêmicos quanto residenciais, um estilo inglês, com uma paisagem marcante transformando-se em uma referência arquitetônica para a cidade.

Fig. 19: Foto do primeiro edifício construído no *campus* do Mackenzie College - 1885



Fonte: Acervo do CHCM

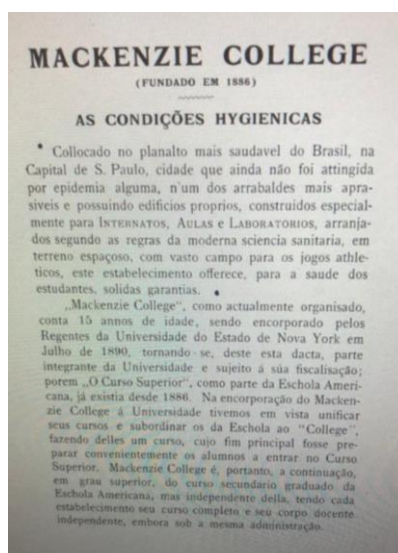
Fig. 20: Foto do edifício Mackenzie recém inaugurado – 1896



Fonte: Acervo do CHCM

Na verdade, essa pode ser considerada a primeira experiência de um projeto em ensino superior não isolado. Ou seja, não realizado apenas por uma Faculdade para instalar uma instituição com um projeto educacional integrado, assim como oferecer cursos em diferentes áreas do conhecimento e de formação, como apresenta um prospecto de 1890.

Fig. 21: Cópia digitalizada de prospecto do Mackenzie College 1905



Fonte: Acervo do CHCM

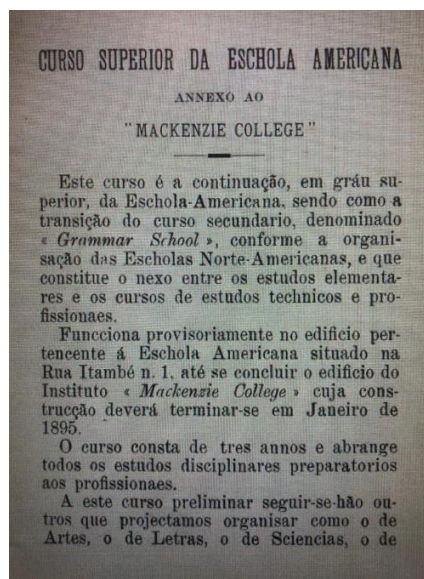
Destaca-se no texto apresentado na imagem, o seguinte trecho:

“[...] Mackenzie College, como actualmente organizado, conta com 15 anos de idade, sendo incorporado pelos Regentes da Universidade do Estado de Nova York em Julho de 1890, tornando-se, deste esta dacta, parte integrante da Universidade e sujeito a sua fiscalização; porém, o curso superior, como parte da Eschola Americana, já existia desde 1886. Na incorporação do Mackenzie College à Universidade tivemos em vista unificar seus cursos e

subordinar os da Eschola ao College, fazendo deles um curso cujo o fim principal fosse preparar convenientemente os alunmos, a entrar no Curso Superior. Mackenzie College é, portanto, a continuação em grau superior do curso secundário graduado da Eschola Americana, mas independente dela, tendo cada estabelecimento seu curso completo e seu corpo docente independente, embora sob a mesma direção. [...]"

Em 1886 o Mackenzie College já funciona com cursos de Engenharia, Artes, Filosofia, Normal Superior e Comércio, todos sob a supervisão da Universidade do Estado de Nova York, obedecendo as regras de ingresso estabelecidas no Brasil. Oferecendo ainda a preparação da Escola Americana como base para que os futuros alunos pudessem conseguir acompanhar os estudos em seus futuros cursos. Além disso, oferecia-se toda estrutura de alojamento, refeitórios, biblioteca, laboratórios, áreas de desporto, tudo como nos verdadeiros *Colleges* americanos.

Fig. 22: Cópia digitalizada de prospecto do Mackenzie College 1894



Fonte: Acervo do CHCM

Fig. 23: Cópia digitalizada de prospecto do Mackenzie College 1894

Engenharia, etc. Estes cursos serão partes integrantes do « *Mackenzie College* ».

O Instituto Mackenzie é uma succursal da UNIVERSIDADE DO ESTADO DE NOVA-YORK e portanto os seus cursos são equivalentes aos das Academias Cornell, Columbia, Union etc. As divergencias permittidas pelos « *Regents* » dessa Universidade são mudanças no sentido de conformar-se ás necessidades do Brazil sem contudo desmerecer o curso

Os estudantes de qualquer curso do « *Mackenzie College* » serão admittidos á matricula em qualquer Academia dos Estados-Unidos no anno correspondente ao que estiverem cursando.

E' o nosso intuito dotar o Brazil com um estabelecimento que offereça as mesmas vantagens de instrucção, que se acham os estabelecimentos estrangeiros para onde se dirige a flor da nossa mocidade e onde perde o amor patrio. Procuramos ministrar uma educação completa e adaptada ao meio nacional.

Fonte: Acervo do CHCM

Mas, de fato, o Brasil entra no século XX sem um desenho institucional legal que tornasse viável o projeto universitário, e seguia sem nenhuma efetiva construção nessa direção. Até que em 1910, incentivado pela economia da borracha, uma experiência privada se inicia na cidade de Manaus, com a criação de uma Universidade ofertando cursos nas áreas de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia e Odontologia. Funcionou até 1926, quando o esgotamento da produção e da economia na região acabou por provocar o fechamento do empreendimento, restando apenas, de forma isolada, a Faculdade de Direito, que anos mais tarde foi incorporada à Universidade Federal do Amazonas.

Praticamente cem anos após a sua declaração de independência, em 1920, o Estado brasileiro faz um movimento concreto na direção de ter uma política nacional universitária, criando a Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Na verdade, o arcabouço legal geral tinha sido engendrado na chamada Reforma Maximiliano, de 1915 que por meio do Decreto nº 11.530. Dispõe a respeito da instituição de uma Universidade, determinando em seu art. 6º: “O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em Universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito,

dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar”.

Cinco anos mais tarde o Presidente da República cria então a Universidade, promovendo a junção administrativa das faculdades já existentes, exatamente como estabelecia o decreto anterior. De fato, somente durante a chamada Era Vargas, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, políticas estruturantes são estabelecidas para o ensino superior.

Do ponto de vista da definição de um modelo de implantação para o projeto universitário brasileiro, o que perceberá é a total influência do modelo norte-americano de *campus* isolado, que em um primeiro momento se pretenderá. No caso dos projetos públicos, se isolado do tipo conectado, será rapidamente convertido em isolado segregado, tendo suas vias de acesso e conexão com a cidade interrompidas por obstáculos físicos.

O Brasil entra na década de 1930 vivendo um regime de exceção, nacionalista, personalista e centralizado na figura de Getúlio Vargas, que nessa sua primeira passagem permanecerá por 15 anos no poder, até 1945.

Em abril de 1931 é promulgado o decreto 19.851, que fica conhecido como Estatuto das Universidades (anexo). Esse documento torna-se o grande marco da centralização administrativa e política concedendo ao Ministério da Educação e Saúde a autoridade de expedir o reconhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelas instituições, fossem elas públicas ou privadas.

O país vivencia uma profunda crise econômica, que o populismo nacionalista desenvolvimentista de Vargas tentará encobrir e, para isso, se utilizará de todos os recursos disponíveis. Estabelecendo políticas sociais que o colocam em diálogo direto com o trabalhador, ao mesmo tempo em que negociava com potências mundiais acordos as vezes polêmicos.

Fato é, que passada uma década da formal criação de sua primeira Universidade (1920), o Brasil se vê diante de duas propostas completamente distintas, resultantes do embate político nacional. Após a sua chegada ao poder, Vargas enfrenta forte oposição liderada pela aristocracia cafeicultora de São Paulo, que em 1932 conflagra um confronto que virá a ser conhecido como Revolução Constitucionalista.

Passado o confronto, os paulistas saem nutridos de uma necessidade de construir um estado dentro dessa federação, absolutamente distinto. Para tanto, se valerá do seu poderio econômico e de sua representatividade política para desenvolver um conjunto de políticas estaduais, que resultarão no avanço expressivo do Estado de São Paulo frente aos demais estados do país.

No bojo dessas políticas estaduais está a criação da Universidade do Estado de São Paulo, em 25 de janeiro de 1934. Assim, antes que se completassem cinco anos de governo, o país tinha claramente duas políticas públicas universitárias distintas estabelecidas. Uma de âmbito federal, sob a qual todos os Estados da Federação se submeteram, mesmo aqueles que já tinham experiências exitosas e consolidadas como o Rio Grande do Sul²⁰, e outra particularmente implantada no Estado de São Paulo. A primeira com seu viés centralizador, nacionalista e autoritário, e a segunda, liberal mais alinhada ao que havia de atual e contemporâneo em termos de projeto universitário no mundo naquele momento.

Na verdade, o que se tem em anteposição no país naquele momento são duas visões de modernização. Um deles era claramente expresso nas ideias do grupo que concebe a USP, e pode ser percebido nas palavras de Fernando Azevedo em seus diversos textos. Desde o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (anexo), publicado em 1932, no que trata sobre a Universidade afirma:

“[...] A educação superior que tem estado, no Brasil, exclusivamente a serviço das profissões “liberaes” (engenharia, medicina e direito), não póde evidentemente erigir-se á altura de uma educação universitária, sem alargar para horizontes scientificos e culturaes a sua finalidade estritamente profissional e sem abrir os seus quadros rijidos á formação de todas as profissões que exijam conhecimentos scientificos, elevando-as a todas a nível superior e tornando-se, pela flexibilidade de sua organização, acessivel a todos. [...]”

Fica clara a visão que havia por parte dos intelectuais, a preocupação com o verdadeiro atraso educacional, sobretudo o universitário, que o país enfrentava.

Ao analisar o ensino superior brasileiro nesse período e sua relação com a sociedade como um todo, o sociólogo Florestan Fernandes aponta exatamente uma das

²⁰ Em 1896 é criada no Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, a Escola de Engenharia, sendo financiada pela Baronesa de Candiota, Ana de Ávila Chagas que dou os valores necessários para a estruturação e contratação dos 50 professores em sua maioria alemães. Seguindo o modelo alemão de ensino a Escola era verdadeiramente uma *Technische Hochschule*, 1928 já com 1200 alunos e oferecendo diversos cursos, passando a ser chamada em 1932 de Universidade Técnica do Rio Grande do Sul e recebendo o status universitário definitivo do Ministério da Educação e Saúde em 1934.

características ainda marcantes desse país em transição, a marcante presença da “sociedade estamental”.

“[...] A escola superior brasileira constituiu-se como uma escola de elites culturais, raras e que apenas podiam (ou sentiam necessidade de) explorar o ensino superior em direções muito limitadas. Como a massa de conhecimentos procedia do exterior e a sociedade só valorizava a formação de profissionais liberais, a escola superior tornou-se uma escola de elites, de ensino magistral e unifuncional: nas áreas do saber técnico-profissional, valorizadas econômica, social e culturalmente pelos extratos dominantes de uma sociedade de castas e estamental. [...]” (FERNANDES, 1975, p.51)

Quanto à sua espacialidade, a Universidade brasileira ainda vivia pulverizada em meio a cidade. Como acabou sendo constituída pela junção administrativa das Faculdades isoladas já existentes, que funcionavam em edificações espalhadas, a primeira fase da história identifica-se com o modelo territorial integrado pré-existente. Até ao final da década de 1930 esse era o modelo de implantação, a exceção era o caso citado do Mackenzie College. Todavia, o que se verá a partir da década seguinte, 1940, tanto para o projeto paulista quanto para o projeto nacional, é a consolidação do modelo territorial de *campus* isolado segregado. São dessa década as primeiras movimentações para a construção dos *campi* da USP e da Universidade do Rio de Janeiro.

Do ponto de vista formal do Estado brasileiro, o modelo seguido será o francês, tanto na sua organização administrativa quanto na sua estruturação curricular até a LDB de 1996. Claro que espaços legais foram encontrados para experiências outras, como a do Estado de São Paulo ou algumas na iniciativa privada, mas todas sob a supervisão do poder central.

Embora na primeira fase seja observada a organização física da Universidade no Brasil seguindo o modelo de *campus* integrado pré-existente, essa não é a tendência. O que acaba se desenvolvendo é a conjugação dos modelos de *campi* isolado segregado e integrado pré-existente em muitas Universidades brasileiras, respondendo a um modelo territorial híbrido.

O que se percebe diante do exposto, é que apesar do aparente distanciamento econômico, político, organizacional e estrutural vivenciado pelas cidades da Espanha e do Brasil, e por suas Universidades, o fenômeno histórico acabou por produzir um momento aproximação entre as duas cidades escolhidas. Suas escalas inicialmente tão díspares e elementos de aparente impossibilidade para a comparação do que se

quer observar, qual seja, a relação entre a cidade e a Universidade, passou não apenas a permitir a observação da relação como também a eventualmente a identificar um padrão de comportamento articulado entre os dirigentes universitários e os gestores públicos, com vistas ao desenvolvimento local.

Conforme proposto pelo título deste capítulo – CIDADES UNIVERSITÁRIAS DISTINTAS ENTRE SI – deste ponto em diante serão analisadas as duas formas de Cidades Universitárias. Aquelas que viram sua história entrelaçada com a Universidade, cujo projeto educacional superior é o epicentro econômico e social de seu reconhecimento e notoriedade, e aquelas outras que em determinado momento de sua história receberam um projeto universitário em torno do qual articularam as demais atividades da cidade.

O primeiro modelo de referência a ser analisado está mais vinculado às clássicas cidades universitárias europeias que viram suas Universidades nascerem durante o final da idade média e a idade moderna. Organizando-se espacialmente seguindo o modelo *campus* integrado pré-existente, para essa análise foi selecionada a cidade de Salamanca na Espanha.

No segundo modelo referencial a cidade escolhida foi Campinas, no Brasil. Representando, assim, um outro grupo de cidade que, já estando estabelecidas e tendo um arranjo local, passa a adotar o projeto universitário como uma alternativa, possibilitando uma nova orientação a dinâmica local.

3.2 SALAMANCA, A CIDADE DA UNIVERSIDADE

Salamanca tem a mais antiga Universidade da Península Ibérica (1218); implantada no modelo de campus integrado suas edificações serviram direta ou indiretamente para articulação e composição do tecido urbano. Nos oito séculos de existência formal da Universidade, ela e a cidade se transformaram em uma mesma foto, tanto do ponto de vista espacial, quanto do ponto de vista econômico e social. Com a primeira influenciando a segunda e vice-versa.

A primeira metade do século XIX é repleta de acontecimentos importantes e definidores para história da Espanha, de Salamanca e de sua Universidade. Em 1807 ocorreu a definitiva ocupação da Espanha pelas tropas napoleônicas, que duraria até

1813. Nesse período, Salamanca é transformada em base operacional do exército francês com vistas a invasão do território fronteiriço de Portugal, como ocorreria no ano seguinte. Essa permanência nas terras do Tormes é salientada por Luis Bezares:

“[...] O General Thiébault instalou seu gabinete no Colégio Maior São Bartolomeu, e em suas sacadas colocou os emblemas da Revolução Francesa [...]” (BEZARES, SALAMANCA, 2016, p. 43)

Na sequência, a guerra de independência provocou novamente um desarranjo local. Como consequência destes dois episódios, tem-se a perda de importantes edificações e a destruição de áreas como o bairro universitário, modificando o cenário urbano. Diversas dessas edificações estavam diretamente ligadas à atividade educacional, uma vez que a Universidade era polinucleada espalhando-se pela cidade, como descreve Eugenio Zarza:

“[...] São várias as formas e que isto se manifesta na cidade. [...] com a abundância de instalações universitárias, tais como os edifícios centrais da Reitoria, Faculdades e Colégios Maiores, [...]” (ZARZA, SALAMANCA, 1986, p. 209)

Outro golpe contra a Universidade e, conseqüentemente, contra a cidade, foi o estabelecimento de uma infinidade de novas regulações educacionais durante o período francês. O que acabou por provocar uma crise sem medida, reduzindo o número de alunos a níveis praticamente insustentáveis, como bem aponta Maria José García ao escrever sobre o período:

“[...] A Salmantina que em 1566-1567 alcançou 7.832 alunos, se apresenta ao curso 1809-1810 com 35. De 1803 a 1805 conhece Salamanca a depressão econômica e uma breve epidemia de tercianas; e rapidamente, a guerra de independência com tropas francesas e espanholas ajudou a destruição da Universidade. [...]” (GARCÍA, SALAMANCA, 1989, p. 186)

A centralização curricular dos cursos ofertados, suas regulações, a redistribuição das ofertas por todo território espanhol e, principalmente, a determinação da exclusividade para emissão de título doutoral pela Universidade de Madri, geraram um impacto devastador em Salamanca. Praticamente todos os cursos foram fechados, excetuando-se Medicina e Direito, apesar disso, precisaram ser subvencionados por verbas do poder público local para suprir parcialmente alguns dos custos.

Sem alunos e professores, a cidade assistiu a imediata redução do comércio, que acabou comprometido. O aluguel de moradias deixou de movimentar os constantes valores, os bares e restaurantes não vendiam refeições e bebidas; toda economia sofreu com o esvaziamento decorrente desta medida, espelhando na menor

arrecadação de impostos pela cidade. E, por consequência, na impossibilidade de custear, a parte que lhe cabia, os cursos que restavam. Esse período pode ser considerado como um verdadeiro anti-ciclo de desenvolvimento, que se prolonga por todo século XIX, se prolongando até a primeira metade do XX.

Salamanca possuía diversas propriedades que pertenciam a diferentes Ordens Religiosas presentes na cidade, tais Ordens administravam instituições de ensino como os Colégios. Em meio a essa recessão iniciada no final do século XVIII, e que se estendeu por todo XIX até a segunda década do XX, se observou também um êxodo significativo dos clérigos da cidade. Além disso, foram proibidos de ministrar seus cursos tradicionais em nível superior, Teologia e Direito Canônico, de forma reconhecida pelo Estado, devido à lei da não laicidade do Ensino Superior.

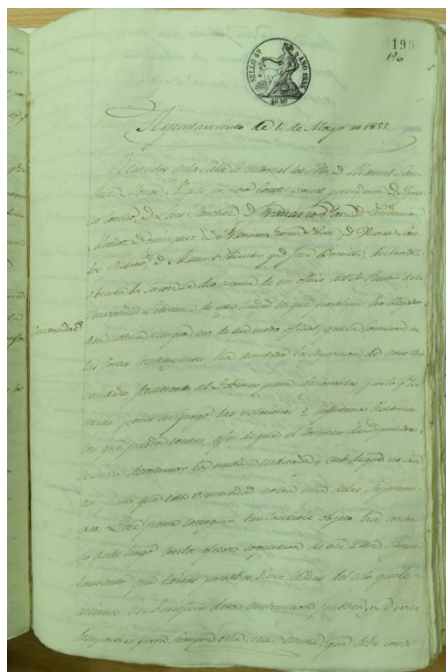
A saída deste contingente de participantes das Ordens, associada ao quase fechamento da Universidade, fez com que a cidade enfrentasse um de seus piores momentos econômicos e sociais, demonstrando efetivamente que a cidade teria que se reinventar.

A preocupação com a conjugação desses fatores gerais de desmobilização, tais como a perda de jovens alunos para o serviço militar em decorrência das guerras, a desamortização com o êxodo das ordens religiosas e as mudanças no cenário educacional que culminaria com a definitiva centralização do ensino superior, se fizeram presentes nos debates entre os representantes municipais.

Na ata da sessão de 14 de maio de 1855 (Anexo III), a Câmara Municipal recebeu um ofício do Reitor da Universidade de Salamanca, onde solicita que o governo municipal envie esforços junto ao governo nacional na busca por uma solução para Universidade.

“[...] sem querer por em jogo as relações com o Congresso dos Deputados, peço que usem a legítima influência para que esta Universidade não seja uma das escolhidas [...]” (ATAS, 1855, pp. 190-193)

Fig. 25: Imagem digitalizada da Ata de 14/05/1855



Fonte: Archivo Municipal de Salamanca (Ata na íntegra em anexo)

Havia uma clareza por parte dos gestores da Universidade e da cidade que aquele cenário de aprofundamento da estagnação era desfavorável para todos, e que somente a união de todas as forças poderia revertê-lo. Nesta mesma direção, e em um esforço de manter funcionando o que ainda estava autorizado, o Reitor encaminhou outro ofício solicitando fundos para reforma e manutenção das Escolas (Ata da sessão de 08 de junho - Anexo III), que foi respondido em outra sessão pela comissão da fazenda do município (Ata da sessão de 18 de junho - Anexo III).

No mesmo direcionamento, o Reitor apresentou mais um ofício com objetivo de oferecer bolsas para Escola Normal (Ata da sessão de 22 de junho - Anexo III). E ainda encaminhou um documento comunicando a celebração de um acordo com o governo Provincial, pra a manutenção da Escola de Agricultura (Ata da sessão de 25 de junho – Anexo III).

Ao final daquele mês, Universidade e Cidade conseguiriam o que desejavam: a excepcionalidade de tratamento por meio da Corte, que garantiria o retorno oficial de seus cursos e a possibilidade de titular seus doutores (Ata de 30 de junho – Anexo III).

Tendo seu território sido palco de diversas intercorrências militares e, ao longo dos anos, tendo uma expressiva parcela de sua população ligada a estrutura burocrática

do Estado ou da Igreja, Salamanca chega ao final do século XIX possuindo uma economia baseada no setor primário. Na qual se sobressai o serviço educacional superior. O historiador David Senabre descreve com nitidez a cidade ao final do XIX início do XX:

“[...] Salamanca era ao começo do século XX uma cidade modesta, provincial, que sofrera com a letargia do século XIX, tendo uma população de 25.690 habitantes, segundo o censo. [...] O atraso na identificação de problemas e na busca por soluções pertinentes esbarrava com as limitações de uma realidade econômica cujos setores básicos mostravam no começo do século um escasso potencial de renovação. [...] a atividade mais destacada era a soma dos setores derivados do serviço administrativo, universitário e assistencial. [...]” (SENABRE, SALAMANCA, 2002, pp.27)

O relato fala sobre a passagem entre os séculos, no entanto, demonstra objetivamente a dificuldade que foi enfrentada pela cidade para se reerguer diante do cenário econômico e político complexo. Quando Senabre, sublinha as principais atividades desenvolvidas em território salmantino, fica evidente que não havia possibilidade de recuperação para a cidade sem a recuperação da Universidade.

O alinhamento de interesses entre o poder público local e a Universidade foi estratégico nesse momento. O relato do cenário descrito acima e o apontamento documental, como já relatado e posto em anexo, dão a exata dimensão dessa ação coordenada em busca da retomada da Universidade e, por consequência, da própria cidade.

Diante deste cenário desafiador, encontrava-se a cidade de Salamanca e sua principal instituição, a Universidade. Trazendo até ali o capital simbólico construído ao longo de séculos de reputação e participação ativa na história da Espanha e do mundo, formando quadros e prestando serviço para Coroa espanhola e para a Igreja Católica. Sua importância para toda Espanha e sua localização geográfica estratégica fizeram com que se tornasse alvo e sede do governo francês. Durante a dominação, sua economia girava em torno da atividade universitária. Cidade e Universidade eram vistas como uma só, os edifícios universitários, presentes na região central e histórica da cidade, continuavam a cumprir seu papel articulador do território. Deixando claro o modelo de *campus* integrado e pré-existente, suas festas e tradições acontecem praticamente integradas à cidade, e vice versa.

“[...] Os problemas docentes, as controvérsias ideológicas, os acontecimentos da cidadania se vivem como num *continuum*, porque na Salamanca desse

momento é muito difícil distinguir até onde começa ou termina a Universidade e a cidade. [...]” (MARIA, SALAMANCA, 1989, p. 224)

Ao serem e dependerem uma da outra, cidade e Universidade, somente encontraram sua reconfiguração desejada em decorrência de uma ação bem articulada entre os gestores. Enquanto os representantes locais negociavam com as Cortes a excepcionalidade para Salamanca, de forma que ela pudesse voltar a atrair alunos e professores retomando seus dias de notoriedade, as autoridades universitárias promoviam as mudanças necessárias para a modernização e enquadramento dos cursos e Faculdades aos novos parâmetros estabelecidos pelo poder central.

Os primeiros setenta e cinco anos do século XIX foram de profunda decadência para a cidade, principalmente por conta do esvaziamento da Universidade. O que começa a ser modificado no último quartel, forçando então uma revisão das estruturas urbanas, intervenções que promovessem melhorias específicas, como no abastecimento de água, saneamento e redesenho de ruas e praças. Sempre levando em consideração a atividade universitária, os equipamentos educacionais e sua presença no cenário urbano.

A centralização administrativa promovida pela Lei Moyano, que dava a Madri o direito de, entre outras coisas, escolher os Reitores das Universidades espanholas. Desse modo, a instabilidade não era apenas na política civil, mas também na acadêmica. A Universidade de Salamanca tem durante a segunda metade do século XIX, seis Reitores, se considerado que um deles ficou no cargo por 30 dos 50 anos. Isso significa dizer que os demais ficaram em média 4 anos à frente da gestão, o que já revela o nível de instabilidade existente na relação da própria Universidade com o poder central.

Tabela 2: Relação de Reitores da Universidade de Salamanca durante a segunda metade do século XIX

NOME	PERÍODO
Simón Martín	1857
Tomás Belestá	1858 - 1865
Juan José Viñas	1866

Simón Martín	1867
Vicente Lobo	1868 – 1869
Mamés Esperabé Lozano	1869 - 1900

Fonte: autoria própria com dados arquivos e livros da Universidade de Salamanca

Entre os listados acima, destaca-se a figura do Prof. Mamés Esperabé Lozano, que esteve à frente da instituição por 31 anos; um feito que merece destaque diante das constantes alternâncias de dirigentes nos mais diversos postos da Espanha nesse período. Homem experimentado na política, liberal, professor, catedrático da Faculdade de Filosofia, assumiu a Universidade em situação de penúria financeira decorrente da desamortização, da centralização dos recursos em Madri; sua gestão foi marcada pela recuperação de fundos próprios e do número de alunos.

Com certeza sua atuação política como deputado em Salamanca, Senador pela cidade de Palencia e integrante da Assembleia Nacional, que proclamou a Primeira República, conferiu ao Don Mamés a habilidade necessária para enfrentar esse período. Alinhar todos os interesses e, uma vez que tenha abandonado a política para se dedicar à causa universitária, contribuir com a recuperação desta e, por consequência, da cidade.

Tabela 3: Número de alunos distribuídos em décadas

ANO LETIVO	TOTAL DE MATRICULADOS
1860 - 1861	218
1880 - 1881	423
1899 - 1900	1034

Fonte: autoria própria com dados arquivos e livros da Universidade de Salamanca

Essa retomada do número de estudantes e, por consequência, do número de professores, ainda não era suficiente para grandes mudanças. Mas foi, sem dúvida alguma, provocadora de um reaquecimento da economia local e da necessária

remodelagem da estrutura urbana por conta do aumento da população, como demonstrado no próximo quadro.

Tabela 4: População de Salamanca no final do século XIX (números arredondados)

ANO	POPULAÇÃO
1875	16.000
1885	18.000
1895	20.000
1900	25.000

Fonte: autoria própria com Dados extraídos de documentos do Archivo Provincial sobre levantamento populacional

Nesse mesmo período são desenvolvidos diversos planos urbanísticos para a cidade, na perspectiva de recuperá-la após sucessivos anos de combate e de acolhimento a tropas. Com a retomada da Universidade, a cidade precisa buscar melhores condições de atender às novas necessidades acadêmicas, às exigências dos estudantes e professores estabelecendo serviços mais modernos e adequados.

Para isso, intervenções urbanas são empreendidas modificando, de certa forma, o cenário que estava, em boa parte, destruído pelas intercorrências do século XIX. Diversos edifícios danificados, ruas estreitas e inadequadas para a nova realidade, contudo tudo passou a ser empreendido tendo como elementos articuladores os edifícios educacionais.

Em 1858 é estabelecido o primeiro Plano municipal, com a delimitação topográfica da cidade. Este desenvolvido pelo engenheiro militar Francisco Coello de Portugal y Quesada, profissional de grande reputação que era, o encarregado pela elaboração do Atlas de Espanha, claramente o que se vê é o conjunto edificado dentro do sítio histórico. Exatamente nessa área está o *campus* universitário.

Fig. 24: Plano Urbano da Cidade de Salamanca de 1858



Fonte: Archivo Provincial de Salamanca

Áreas vão sendo recuperadas, ruas sendo ampliadas, edificações sendo reconstruídas, especialmente no centro histórico. Em 1864 um novo planejamento, coordenado pelo Engenheiro Francisco García San Pedro, serviu de base para as principais intervenções urbanas ocorridas até ao final do século, como bem destaca Enrique Catalán:

“[...] Foi publicado em 1895 no livro do professor José Lopez Alonso sobre a epidemia de cólera em Salamanca. É de grande interesse acompanhar a evolução da cidade no século XIX. [...] chama a atenção é a representação da estação ferroviária [...]” (CATALÁN, SALAMANCA, 2016, p. 116)

Essas reformas vão ocorrer levando em consideração a presença do *campus*. Vale lembrar que um dos elementos de observação para a análise desta tese é justamente como se dá essa relação física, entre a morfologia urbana e o ambiente universitário. O próprio Catalán destaca as tratativas entre o poder público e a direção da USAL quando do alargamento das ruas Libreros e Serranos, região onde está localizada a Reitoria.

“[...] Apesar da diminuição do número de alunos y da decadência do bairro universitário, os planos de alienação também o afetaram. As ruas Libreros e Serranos permitiam a comunicação com a zona sul da cidade e o trânsito aumentou por elas de maneira notável quando se estabeleceram alguns quartéis militares no bairro dos Caídos. Por outro lado, a Universidade tomou a iniciativa para conseguir isolar o edifício das Escolas Maiores e dar-lhe

melhor vista em uma época em que também estava fazendo esforços para ampliá-lo. [...]” (CATALÁN, SALAMANCA, 2016, p.190)

Esses esforços da parte da USAL, a que se refere Catalán, para ampliar e requalificar seus espaços, ocorrem em grande parte sob o comando de Don Mamés. Para levantar recursos, empreendeu um forte programa interno, conseguindo recuperar propriedades e títulos, além de conseguir organizar com antigos alunos alguns fundos para tais obras, que não são poucas.

“[...] As reformas materiais nos escassos edifícios da Universidade foram numerosas e significativas: embelezar o claustro e instalar janelas, reformar a escada de entrada, ordenar a instalação de belos portões em ambas as entradas do edifício, restaurar os baixos-relevos da escada nobre, melhorar coberturas e telhados, ampliar a biblioteca, modificar o Auditório principal em várias de suas partes, [...]” (MARIA, SALAMANCA, 1989, p.214)

O papel de Mamés Esperabé no processo de reestruturação da Universidade e da cidade é muito maior do que pode parecer. Suas três décadas a frente da “Atenas Hispânica” permitiu criar as condições estruturais para que seu sucessor encontrasse outra realidade. Foi substituído pelo já renomado Miguel de Unamuno, que se aproveitou do quadro encontrado para fazer o enfrentamento que desejou fazer com o poder central, até o seu afastamento.

Essas e outras evidências vão demonstrando, ao longo do período, que o desenho urbano e a atividade universitária, secularmente consolidada e com suas instalações monumentais próprias do período de maior destaque da Universidade, vão criando um diálogo próprio consolidando uma marca. Posteriormente, as novas instalações mais modernas já presentes no novo cenário urbano contribuem para uma impressão visual para a cidade, que a fará reconhecida por todos:

“[...] Como se sabe muito bem, estas construções universitárias correspondem a duas épocas muito diferentes e distantes no tempo. A primeira é do século de Ouro, e que se vai além desse período, pois vai do XV ao começo do XVII. Durante ele se construíram muitos e variados edifícios destinados a atender as necessidades universitárias. Uma parte importante deles chegaram até aos nossos dias, cumprindo a função para a qual foram construídos e, como assinalado antes, configuram o espaço urbano onde estão. O outro período durante o qual se levantaram numerosos edifícios destinados a abrigar a crescente demanda de instalações universitárias, se inicia pouco depois do andamento da Universidade Pontifícia em 1940. Desde então até hoje, se tem construído numerosos edifícios para novas Faculdades, ampliação ou restauração dos existentes, Hospital Clínico Universitário, Escolas Universitárias, Colégios e Residências Universitárias. [...]” (ZARZA, SALAMANCA, 1986, p.220)

Diante disto, pode-se afirmar que a proeminência histórica da atividade educacional universitária, no caso específico de Salamanca, sempre foi balizadora e determinante para o planejamento e organização da cidade. A permanência, a manutenção e a ampliação do chamado “bairro universitário”, além de novas instalações acadêmicas se espalhando pela cidade, de maneira que mesmo com o aumento expressivo da população, com o desenvolvimento de outras atividades e áreas urbanas, a presença da Universidade ainda é marcante e viva.

Ficava claro que o maior capital da cidade era exatamente aquele que fora angariado ao longo dos séculos. Em decorrência da vida universitária que ali se fez presente e notória por toda Europa, qualquer rearranjo para uma retomada após a independência, passava claramente por recuperar o prestígio da Universidade e se reerguer juntamente a ela.

A simples recuperação da atividade universitária já provoca uma retomada das demais atividades na cidade, assim com todo trabalho desenvolvido em parceria pelas autoridades universitárias e salmantinas no último quartel do século XIX. O que se vê é um ciclo de retomada, mesmo não havendo uma proporcionalidade direta entre o aumento da população da cidade e da comunidade ligada à Universidade. Aqueles ligados a esta última acabam por exercer forte influência em toda dinâmica local.

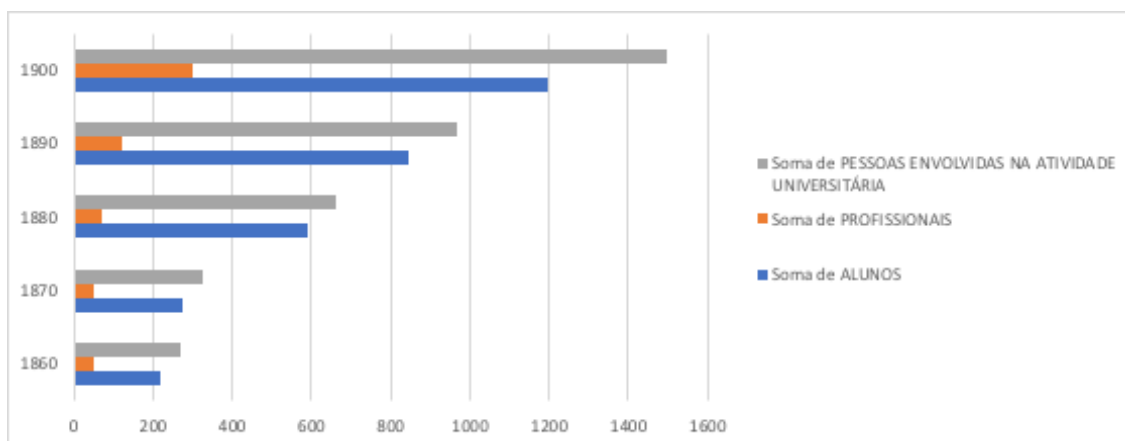
Tabela 5: Comparativo relativo a segunda metade do século XIX (números arredondados)

ANO	POPULAÇÃO	ALUNOS	PROFISSIONAIS	PESSOAS ENVOLVIDAS NA ATIVIDADE UNIVERSITÁRIA
1860	15000	218	50	268
1870	16000	273	50	323
1880	18000	592	70	662
1890	20000	845	120	965
1900	25000	1198	300	1498

Fonte: autoria própria com Dados extraídos de documentos do Archivo Provincial e da USAL

Os números demonstram um substancial crescimento populacional e da comunidade universitária, como se pode ver de maneira mais clara no gráfico que segue.

Gráfico 1: Comparativo relativo a segunda metade do século XIX (números arredondados)



Fonte: autoria própria com Dados extraídos de documentos do Archivo Provincial e da USAL

Os dados demonstram que a comunidade universitária aumentou de tamanho em aproximadamente 80%, enquanto a população a taxa de 40%, no mesmo período. O número de pessoas envolvidas (soma de alunos, professores, funcionários), que em 1860 era de aproximadamente 268, o equivalente a 2% da população, passou em 1900 para 1498, sendo equivalente a 6% da população. Ou seja, em 40 anos triplicou, isso durante o período de governança de Don Mamés.

Tabela 6: Percentual de participação econômica por setores na segunda metade do século XIX (números arredondados)

ANO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	ATIVIDADE UNIVERSITÁRIA
1860	45%	20%	35%	40%
1870	42%	22%	36%	41%
1880	40%	22%	38%	45%
1890	39%	23%	38%	47%
1900	38%	22%	40%	47%

Fonte: autoria própria com Dados extraídos de documentos do Archivo Provincial e INE – Instituto Nacional de Estatística da Espanha

Sem dúvida, a simples observação da tabela acima deixa clara a relevância que a recuperação da atividade universitária passa a ter para a cidade de Salamanca na virada do século. A salmantina consegue se soerguer revendo seus currículos, conforme exigido pelo poder central. Com a ajuda dos líderes locais, mantém suas atividades até que as questões sejam equalizadas junto à coroa; se recupera

financeiramente e, principalmente, resgata seu prestígio, seu maior capital, trazendo um novo ciclo de prosperidade para a cidade.

O século XX começa com a chegada ao reitorado da Universidade do já internacionalmente reconhecido Don Miguel de Unamuno, que chega a essa posição aos 36 anos. Filósofo, poeta, dramaturgo, ensaísta, era um homem reconhecidamente ligado ao pensamento republicano. Em torno dele as forças reformistas e de esquerda irão se reunir e encontrarão um sinal para promover uma verdadeira ruptura com Madri.

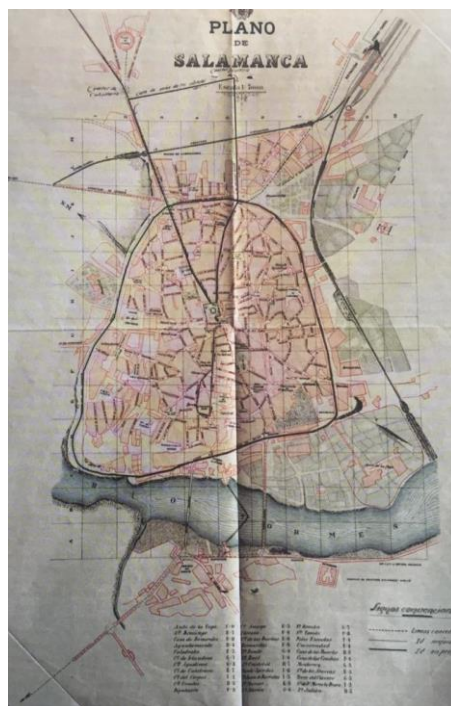
“[...]O século XX começa na Universidade com fortes ares de mudança. Em primeiro de outubro se celebra no auditório principal a solene abertura do ano acadêmico sob a presidência do Reitor Mamés Esperabé y Lozano. [...] O discurso inaugural corre a cargo de Don Miguel de Unamuno, que se dirige aos alunos estimulando-lhes a combater a desesperança em seu futuro e no da Espanha. As forças vivas escuta com expectativa o discurso, esperando alguma luz que esclarecesse os fortes rumores sobre a sua próxima nomeação, e que se dava por segura a aposentadoria por decreto de Don Mamés ‘um Reitor conservador e bom, que não criava grandes problemas,’ [...]” (LÓPES, SALAMANCA, 1989, p.239)

Unamuno exercerá a função de Reitor por duas ocasiões nesta primeira metade de século, a primeira oportunidade de 1900 a 1914 e a segunda de 1931 a 1936. Em nenhuma das passagens se destacou como um bom gestor, mas por sua capacidade intelectual e mobilizadora, um polemista por natureza.

Em sua primeira passagem, Universidade e cidade gozam de um período de tranquilidade e crescimento. O ano de 1900 marca a arrancada de um conjunto de intervenções urbanas que ocorrerão na primeira década e produzirão um efetivo ordenamento para a cidade. Especialmente considerando-se o adensamento populacional em torno da área central, por conta do crescimento da atividade universitária.

É neste ano que o Município resolve o plano de expropriações para aberturas e ampliações de ruas, negocia com o Governo Provincial a construção da nova ponte sobre o rio Tormes que conectará o início daquela que mais tarde virá a ser a Gran Via, que tem seu anteprojeto apresentado em 1903.

Fig. 25: Plano Urbano da Cidade de Salamanca de 1858



Fonte: Archivo Provincial de Salamanca

Apesar de gozar de bom trânsito junto ao governo central, mesmo contrariando as lideranças locais, Don Miguel consegue se manter à frente da Universidade até 1914. Ano que as pressões aumentam muito, especialmente diante de seu posicionamento contra a neutralidade, perante o conflito Mundial que se iniciava. Na medida em que assumiu publicamente sua posição, conclamando inclusive alunos a se disporem para a guerra contra os germânicos, o Rei Alfonso XIII acaba por nomear Don Salvador Cuesta y Martín, até então vice-reitor; mesmo instado pelos setores conservadores que já insatisfeitos com outros posicionamentos de Unamuno.

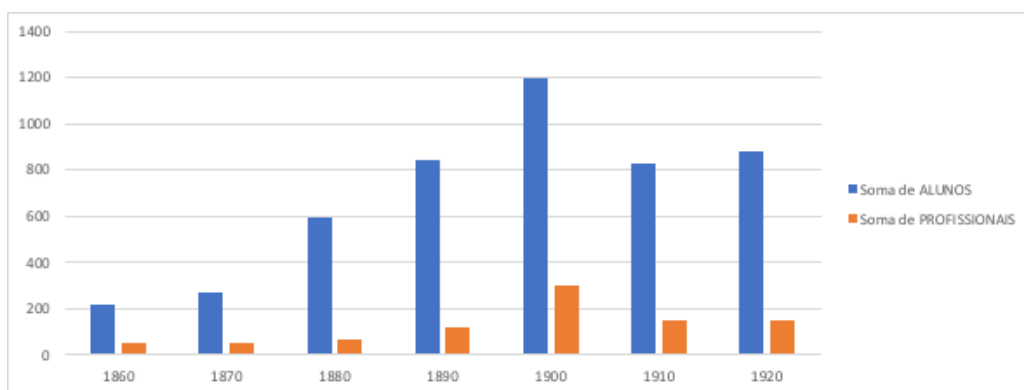
As duas décadas que seguem são complexas, especialmente pelo reflexo das questões externas sobre a vida da cidade e da Universidade. A primeira Grande Guerra, os conflitos internos regionais da Espanha, as ondas migratórias para América, uma nova epidemia, a redução do quadro de alunos, com baixa industrialização, agricultura em pequena escala e tendo sua economia cada vez mais estruturada em torno da atividade de serviços, onde a atividade educacional vai tendo cada vez mais presença direta e maior impacto indireto, tudo isso agregado desenha um quadro de inércia.

Tabela 7: Comparativo de evolução da população x alunos x trabalhadores diretos (números arredondados)

ANO	POPULAÇÃO	ALUNOS	PROFISSIONAIS	PESSOAS ENVOLVIDAS NA ATIVIDADE UNIVERSITÁRIA
1860	15000	218	50	268
1870	16000	273	50	323
1880	18000	592	70	662
1890	20000	845	120	965
1900	25000	1198	300	1498
1910	29800	828	150	978
1920	32400	881	150	1031

Fonte: autoria própria com Dados extraídos de documentos do Archivo Provincial e da USAL

Gráfico 2: Demonstrativo da evolução da comunidade universitária salmantina (números arredondados)



Fonte: autoria própria com Dados extraídos de documentos do Archivo Provincial e da USAL

A tabela demonstra exatamente o impacto que esses acontecimentos tiveram sobre a vida da cidade e da Universidade. A população continua a aumentar, embora o ritmo de crescimento diminua. A comunidade acadêmica volta a números da última década do XIX, há uma estagnação no processo que vinha se acelerando de concentração da economia salmantina em torno do setor de serviços.

“[...] Até 1922 a cidade de Salamanca não começa a ter crescimento vegetativo positivo considerável. Nas primeiras décadas do século foram mais frequentes os anos em que as curvas de mortalidades superavam as de natalidade de modo que se a cidade crescia se devia a chegada dos emigrantes dos povoados. [...]” (ROBLEDO, SALAMANCA, 2001, p. 71)

Os últimos meses da Primeira Guerra coincidem com os primeiros daquela que ficou conhecida pelo mundo como Gripe Espanhola, estima-se que em Salamanca a epidemia no ano de 1918 vitimou mais de 4 mil pessoas. O fato de estar localizada próxima à fronteira com Portugal, e em uma das principais rotas de deslocamento de tropas, fez com que a cidade fosse profundamente atingida.

O esvaziamento econômico, ocorrido no período, é seguido por uma série de mobilizações trabalhadoras, culminando em uma greve geral em agosto de 1917, como ocorrido em outras partes do mundo naquele ano, por exemplo em São Paulo. O movimento sindical salmantino passa então a marcar sua presença nos debates da cidade, sendo capaz de mobilizar novas paralizações nos anos seguintes. Na década posterior o país entra em um momento de colapso político interno com a chamada “*ditablanda*” do General Primo de Rivera, que assume o poder em 1923 ficando até janeiro de 1930. Nesse intervalo temporal, a cidade de Salamanca teve nada menos que 13 prefeitos, demonstrando como localmente se vivia um reflexo da instabilidade política nacional.

Durante toda década de 1920, ocorreram várias discussões sobre expansão da área urbana da cidade, concursos foram realizados em 1923, 1925, 1927, 1929, apontando um vetor de crescimento ao norte da cidade na direção da Estação. Como se viu na tabela 7, a população cresce continuamente e nessa década não será diferente. Chega em 1930 com, aproximadamente, 46.867 habitantes, o que provoca uma ocupação para além do antigo recinto amuralhado e assim bairros vão se constituindo sem um plano definido.

Janeiro de 1923, a Universidade vive mais uma substituição de Reitor. Assume Don Enrique Esperabé, que passa a ter como seu vice-reitor Don Miguel de Unamuno. Don Enrique, filho do antigo Reitor Don Mamés, representa, sem dúvida alguma, a elite local e seus grupos mais conservadores. Seu vice, e também ex-Reitor, Unamuno, representava as forças progressivas, não apenas da Universidade, mas também da cidade.

“[...] Para um setor da sociedade salmantina Enrique Esperabé era um símbolo: filho de Don Mamés, além de salmantino, conservador e católico, conotações que le fizeram ganhar o posto apesar de Don Miguel contar com o apoio majoritário do Claustro como se demonstrou em sua confirmação para vice-reitor [...]” (LÓPEZ, SALAMANCA, 1989, p.251)

Essa tensão seria resolvida de forma definitiva pouco tempo depois, e envolveria tanto as lideranças da Universidade quanto as da cidade. Em setembro do mesmo ano, Primo de Rivera, publica um ato determinando que fossem revistas as práticas de ensino em todas as instituições espanholas, identificados erros e vícios para que mudanças pudessem ser promovidas.

A consequência direta desse processo em todo país é a supressão de diversos cursos que fossem considerados contrários ao interesse do Estado Nacional. No caso de Salamanca, especulava-se a eventual supressão do curso de Medicina, entre outros motivos, por não possuir um hospital da própria Universidade; algo que vinha sendo negociado pelo Reitor junto às autoridades ministeriais.

O caso preocupa tanto as autoridades locais e universitárias, que uma comissão é composta para uma audiência com os chefes do Governo espanhol. Além disso, é redigido um documento pelo Reitor, Don Enrique, onde ele afirma:

“[...] não se pode separar um dos ramos do tronco universitário salmantino sem que os demais sofram consequências, devido especialmente ao exemplo moral que da a cidade “um professorado médico dedicado”; [...] Que não possa jamais dizer-se, senhor, que a Universidade alfosina perdeu em vosso feliz reinado nenhuma das quatro Faculdades que integram o glorioso *Estudio* de Salamanca. [...]” (LÓPEZ, SALAMANCA, 1989, p.253)

O que se vê aqui é justamente uma declaração pública documentada, escrita pelo próprio Reitor, mas subscrita por uma comissão que tinha, entre outros representantes, o Bispo da cidade e três vereadores. Nela fica absolutamente clara a articulação de interesse em defesa aos interesses comuns. No caso do ensino universitário, especificamente na Faculdade de Medicina, que naquele ano tinha 517 dos 1.112 alunos matriculados, o fechamento do curso significaria praticamente reduzir pela metade o número de estudantes, provocando um efeito em cadeia para a já cambaleante economia de Salamanca. Entre os argumentos percebe-se que Esperabé faz uso do capital simbólico e da sua capacidade de retroalimentação para as próprias forças da cidade.

Os esforços se mostraram eficazes e nada ocorreu com nenhum curso da Universidade. A mobilização e o tema tinham ganhado tamanha repercussão por toda a cidade, que no dia 19 de setembro de 1923 o jornal *La Gaceta Regional* publicou um telegrama da Junta Militar ao Reitor, deixando claras as intenções:

“[...] General Navarro e Alonso de Celada, porta vozes da Junta Militar, ao Reitor da Universidade. Reitero ao senhor a segurança de não haver-se tratado absolutamente nada a respeito da supressão de nenhuma Faculdade desse Universidade, nem existir hoje pensamento disso, devendo portanto, cessar o alarme que se apresenta em sua carta. [...]” (LÓPEZ, SALAMANCA, 1989, p. 254)

Essa questão envolvendo a Faculdade de Medicina tem diversos desdobramentos para anos e momentos futuros, entre eles o afastamento e o exílio de Don Miguel de Unamuno. O que acaba por enfraquecer a liderança liberal e progressista na cidade, e a clareza de que havia a necessidade de se ampliar as instalações universitárias, em particular as da área da saúde, levando futuramente a debate a configuração do novo bairro universitário.

O palco político espanhol continua efervescente na década 1930, em Salamanca o cenário não é diferente. Na Universidade, após seu período de desterro, Don Miguel retorna e assume novamente o reitorado em 1931. Em 1934 sucede uma nova onda grevista, seguida de eleições locais impugnadas, tendo o Prefeito reconduzido em fevereiro de 1936.

Mesmo tendo, em um primeiro momento, apoiado a ascensão do General Franco ao poder, Unamuno conduz a Universidade a um momento de enfrentamento, mesmo com suas posições mais progressistas e alinhadas à centro-esquerda espanhola. Justamente quando a cidade estava dentro da chamada “área nacional”, inclusive sendo em 1937 alçada à condição de capital do Estado Novo Franquista.

Em seu último discurso como Reitor, em 14 de outubro de 1934, ele expõe clara e duramente suas divergências com o regime e se coloca contra a elite política local, apoiadora de Franco. No dia 22 do mesmo mês, o governo nacional nomeia para o reitorado da escola salmantina, D. Esteban Madruga, até então vice-reitor e ligado a alas mais conservadoras da Universidade e da cidade.

“[...] Desde o primeiro momento, Salamanca se uniu ao glorioso Movimento Nacional e sua Universidade defendeu ante o mundo os princípios de nossa tradicional civilização cristã, (...) Se a Universidade teve que suspender suas atividades normais, em todo momento cumpriu seu dever de acordo com seu destino histórico nesta grande cruzada, e como disse um cronista local a Cátedra Salmantina foi então a Cátedra Nacional, como capital do distrito docente se havia convertido em Capital da Nação [...]” (LÓPEZ, SALAMANCA, p.286)

Nesse recorte do discurso de posse de D. Esteban, fica claro o alinhamento que se estabelece entre a cidade, a Universidade e o poder central. E isso se perpetuará por todo o período, sendo notadamente visto.

Do ponto de vista acadêmico, a USAL passa dar sustentação conceitual para o regime. Seja no auxílio à construção do edifício jurídico, seja na composição da narrativa histórica nacional, ou mesmo na simples consolidação do castelhano como única língua nacional. Mas é durante o regime, especificamente no ano de 1943, que surge na cidade a segunda Universidade, essa privada, ligada à Igreja católica. Traz de volta para as terras salmantinas as antigas ordens religiosas educacionais, ampliando assim a presença do ensino superior.

O que se vê, a partir daí, é uma movimentação natural da economia, da estrutura física, dinâmica da cidade; enfim, mesmo atravessando um momento ainda muito duro como a Segunda Guerra Mundial, o período das décadas de 1940 a 1970 produziram resultados na direção do fenômeno que se observa nessa Tese.

Pela primeira vez, os dirigentes públicos locais e nacionais, os gestores universitários públicos e privados, a população e a comunidade universitária, estavam todos, ao menos em sua maioria, alinhados quanto aos interesses comuns. Fazendo do projeto universitário um elemento articulador e promotor do desenvolvimento do território e, mais uma vez, retificador da identidade da cidade como sendo uma “cidade universitária”.

Isso fica evidente quando se observa a discussão e o planejamento do bairro universitário na década de 1950. O debate sobre qual deveria ser a atividade destacada e articuladora da cidade vem se desenvolvendo pelas décadas anteriores, com o fim da Grande Guerra e a reestruturação da Europa, Espanha e Salamanca não podem ficar de fora.

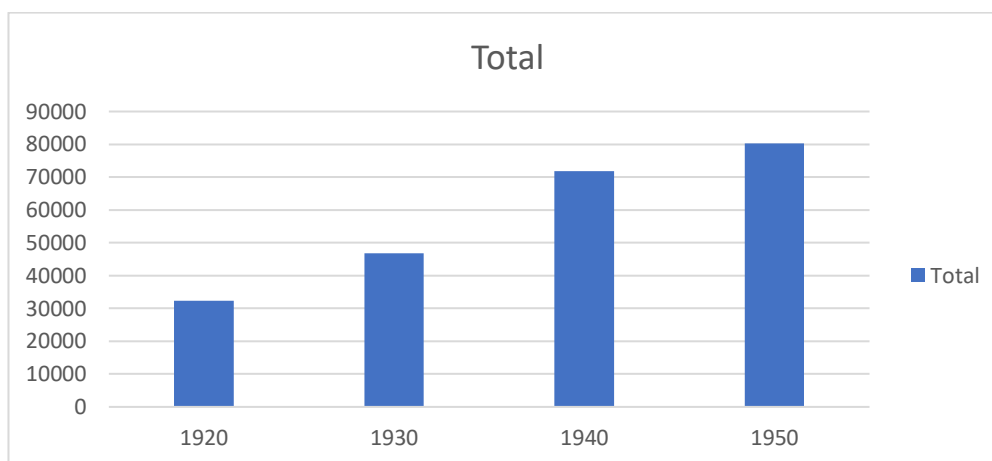
Ter sido a capital da “área nacional”, residência do generalíssimo Franco, fez com que o setor de serviços, em geral, aumentasse a burocracia estatal. Essa se deslocou em grande parte para a cidade e as Universidades passaram a formar profissionais para dar sustentação administrativa ao que viria ser o Estado Novo.

Tabela 8: Comparativo de evolução da população x alunos x trabalhadores diretos (números arredondados)

ANO	POPULAÇÃO	ALUNOS	PROFISSIONAIS	PESSOAS ENVOLVIDAS NA ATIVIDADE UNIVERSITÁRIA
1920	32400	881	150	1031
1930	46800	1836	400	2236
1940	71800	880	200	1080
1950	80240	4664	800	5464

Fonte: autoria própria com Dados extraídos de documentos do Archivo Provincial e da USAL

Gráfico 3: Demonstrativo da evolução da população salmantina (números arredondados)



Fonte: autoria própria com Dados extraídos de documentos do Archivo Provincial e da USAL

O crescimento populacional decorrente da condição da cidade, primeiro em quartel general, depois em capital, por último em berço ideológico e conceitual da sustentação do regime, deu à Salamanca uma característica favorável dentro de todo o quadro mais amplo de instabilidades. Escassez e dificuldades enfrentadas no país especialmente no período temporal apontado.

Como se pode ver na tabela 8, o crescimento da comunidade acadêmica também é significativo, aumentando em cinco vezes, entre 1940 e 1950, o impacto disso sobre a dinâmica da cidade e sobre o debate do perfil e vocação era constante. Reformas urbanas vão sendo empreendidas em toda a cidade e, por óbvio, o espaço universitário é alvo de debate; tanto que em 1943 uma comissão foi contratada pelo município para avaliar as principais intervenções no antigo recinto amuralhado. O

centro antigo da cidade, coordenado pelo arquiteto Paz Maroto oferece o seguinte parecer sobre o espaço utilizado pela atividade universitária:

“[...] sendo Salamanca a cidade de máxima ascendência universitária e tradicionalmente histórica, pois se basta recordar a frase “se queres saber algo que vá a Salamanca”, cremos que se defina como limite para zona as casas que estão próximas a Universidade (...) Não havendo todavia chegado a um acordo definitivo a Universidade sobre seus planos de desenvolvimento, temos limitado as alienações ao mínimo [...]”(SANABRE, SALAMANCA, p.215)

Essa intervenção passa a encontrar vários obstáculos, que vão desde o retorno das ordens religiosas e retomada dos usos de seus antigos edifícios até o caráter monumental de alguns dos mais importantes utilizados. Contudo, a cidade está vendo a atividade universitária crescer e, por consequência, as atividades de suporte e apoio também. Tornando-se cada dia mais importante, levando a necessária readequação e reinstalação de edifícios já não parecia ser a melhor saída.

Tabela 9: Percentual de participação econômica por setores na primeira metade do século XX (números arredondados)

ANO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	ATIVIDADE UNIVERSITÁRIA
1910	38%	22%	40%	47%
1920	37%	25%	38%	45%
1930	38%	26%	36%	44%
1940	37%	27%	36%	48%
1950	36%	27%	37%	52%

Fonte: autoria própria com Dados extraídos de documentos do Archivo Provincial e INE – Instituto Nacional de Estatística da Espanha

O que se observa na tabela acima é justamente o crescimento do setor terciário, ou seja, o de serviços. E neste, a presença cada década maior da atividade universitária. Em meio a isso, em 1949 o debate era a implantação de um novo Parque ao norte da cidade e outro Parque Universitário.

Em 1951, por declaração oficial, o governo define como “Conjunto Histórico-Artístico” de interesse Nacional, as instalações da USAL localizadas no bairro antigo de Salamanca. Em 1954 se prepara a entrega do título de Doutor *Honoris Causa* ao General Franco, para ocasião é organizada a apresentação do projeto de implantação de um verdadeiro bairro universitário.

A repercussão sobre o plano na sociedade salmantina era profunda, o apoio das autoridades totais, e a busca pelo apoio e financiamento do Governo Central fundamental, o jornal *La Gaceta Regional de 16 Maio de 1954* registra:

“[...] Este plano do bairro universitário que envolve em si o esforço por fazer de Salamanca a primeira Cidade universitária da Espanha, como corresponde a sua história acadêmica. (...) Junto a restauração das velhas instalações é preciso colocar os novos edifícios da Faculdade de Direito e as casas dos catedráticos. O recinto universitário deve se estender segundo o ambicioso projeto, sobre o bairro de San Vicente ligando a Faculdade de Medicina, Hospital Provincial, edifício dos Irlandeses e Colégio Maior San Bartomeu [...]” (tradução livre)

As intervenções se estendem por todos os setores da cidade. A segunda metade do século XX consolida o renascimento da Cidade de Salamanca como uma das mais importantes da Espanha, sobretudo, como um importante centro de formação de pessoas e desenvolvimento de conhecimento, resgatando assim seu principal capital, o Simbólico.

O crescimento da atividade educacional superior e, por consequência, também no nível técnico profissional e básico, amplia substancialmente a presença de instituições de ensino na cidade e de pessoas ligadas à educação. Desta forma, segundo o Instituto Nacional de Estatística da Espanha, o quadro da presença por setores econômicos em Salamanca se apresenta da seguinte forma:

Tabela 10: Percentual de participação econômica por setores na segunda metade do século XX (n. arredondados)

ANO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	ATIVIDADE EDUCACIONAL
1960	34%	28%	38%	53%
1970	25%	33%	42%	52%
1980	8%	26%	66%	51%
1990	8%	25%	67%	63%
2000	9%	22%	69%	66%
2010	9%	20%	71%	68%

Fonte: autoria própria com Dados extraídos de documentos do Archivo Provincial e INE – Instituto Nacional de Estatística da Espanha

A expressiva evolução do setor terciário demonstra que os serviços se transformaram na principal atividade econômica da cidade, dentre essas atividades a educacional

responde, direta ou indiretamente, por parte significativa do giro econômico apontado pelo INE. Uma vez que essa análise leva em consideração não apenas os estabelecimentos educacionais propriamente ditos, mas o cruzamento de informações que apontem que as receitas de um determinado estabelecimento são oriundas de outra empresa do setor educacional, ou mesmo de um cidadão ligado ao setor.

Por exemplo, o aluguel de um apartamento por um estudante ou professor, a refeição em um restaurante por um pesquisador que venha até a cidade, as compras feitas no mercado pelo funcionário administrativo da Universidade, as bebidas vendidas nos bares, e assim por diante. Década a década, mesmo que de maneira não planejada e não intencional, o projeto educacional vai se impondo como o epicentro articulador da sociedade salmantina de maneira inexorável. De tal forma que chega à década de 1980 já sujeito às novas ondas e humores da política nacional, mas consolidada como uma cidade que tem no serviço educacional o seu maior patrimônio.

Entre as décadas de 1960 e 1980, novas instalações universitárias são construídas no bairro universitário, com o novo *campus* no modelo já existente. Ou seja, é implantado o *campus* integrado, só que em sua versão expansionista. Com todas as características espaciais dos espaços e ambientes universitários, especialmente sua integração com o tecido urbano.

Os planos de intervenção urbana se organizaram e a atividade universitária, sem dúvida, passou a cumprir o papel ativador e articulador do território. Na medida em que ativa toda uma nova região, que até a década de 1950 tinha baixa e desordenada ocupação, oferece para a cidade um plano claro de ocupação, como já foi falado, onde nasce o hoje denominado Campus Miguel de Unamuno.

Fig. 26: imagem aérea do campus Unamuno – Bairro Universitário 2018



Fonte: Archivo Provincial de Salamanca

Fig. 27: imagem da Hospedaria Hernan Cortez quando década de 1980 e atual



Fonte: Archivo Provincial de Salamanca

Fig. 28: imagem área do complexo esportivo junto ao Parque, na foto se vê no canto direito inferior as estruturas do complexo hospitalar universitário – Bairro Universitário 2018



Fonte: Archivo Provincial de Salamanca

Na perspectiva da Tese, o que é importante se perceber é justamente a confirmação daquilo que se apontava ao denominar a parte do capítulo “Salamanca, uma cidade da Universidade”. A reconstrução da cidade passava obrigatoriamente por resgatar o seu passado glorioso, sua notoriedade decorrente da maior instituição, da maior empresa instalada na cidade, no caso a Universidade, que no século XX se apresenta em duas versões, pública e privada, daquela que em seus anos de ouro era uma só era a “Atenas Hispânica”.

Não é apenas uma questão de retórica, o que se vê é um fenômeno socioeconômico de resgate de uma cidade a partir do inconsciente coletivo e do capital simbólico, construído por séculos que faziam com que ela fosse reconhecida em todo mundo. Na virada do século XIX para o XX, sua reputação acadêmica é o que pode levar Salamanca a se reposicionar diante dos novos desafios. Todavia o que se tem é uma Universidade estagnada, parada, estéril, o esforço coletivo e articulado dos

acadêmicos e gestores públicos, coloca Universidade e cidade novamente no cenário nacional e mundial.

Portanto, como bem apontado na Introdução Referencial, sendo o elemento central a relação existente entre Universidade e cidade, suas consequências e suas capacidades, pode-se afirmar, com base nos dados aqui destacados, que para caracterizar uma cidade como “cidade universitária” essa Tese sustenta que:

- 1 – Deve haver a conjugação de interesses entre o poder local e as Instituições de Ensino Superior, além de Pesquisa instaladas na cidade;
- 2 – Que esses interesses, uma vez articulados, sejam capazes de promover e vincular o desenvolvimento local e do território;
- 3 – Que esse desenvolvimento contribua para a construção e, uma vez alcançado, para a consolidação da identidade da cidade como uma “Cidade Universitária”, um polo gerador de conhecimento.

Do ponto de vista da articulação, o alinhamento, o diálogo e a parceria entre os Reitores e o Prefeito passaram a ser práticas correntes e presentes. Ao longo do século XX e se mantendo até os dias atuais essa parceria, inclusive na discussão sobre políticas públicas para o município, de alunos, professores e pesquisadores ligados a ambas Universidades também participam ativamente.

Construindo, assim, um ciclo virtuoso de desenvolvimento e crescimento, que busca investimentos junto a agências e órgãos de fomento para novos centros de pesquisa serem construídos. De modo que mais estudantes e novos pesquisadores são atraídos, colaborando, por consequência, com o progresso da sociedade, como é o caso do Instituto de Biologia Funcional e Genômica. Este é uma das referências na comunidade europeia em pesquisas microbiológicas e mapeamento genético.

Fig. 29: imagens do IBFG





Fonte: USAL

Essa articulação também foi a responsável pela virada econômica e urbanística de Salamanca. A ocupação planejada pelas Universidades em conjunto com a municipalidade de toda a franja do Cerro San Vicente, produzindo uma nova centralidade, como demonstrado anteriormente.

O desenvolvimento do setor à margem do rio Tormes com a criação do Parque e do Complexo Desportivo da USAL; a requalificação das antigas instalações religiosas para abrigar a nova Universidade Pontifícia; e a preservação dos monumentais palácios onde funcionam várias instalações da USAL, fazem parte da ideia de proporcionar a quem vai à cidade uma experiência única. Com as devidas articulações com área urbana de vias públicas, passeios, calçadas e tudo mais que compõem o cenário salmantino, contribuem para estar em uma verdadeira “cidade universitária”, de modelo territorial integrado em suas duas versões, de pré-existência e de expansão.

Mas essa realidade não seria possível, sem a devida recuperação econômica, que é fruto exatamente da retomada da atividade universitária. Os números mostram como essa retomada é cada vez mais presente.

Tabela 10: comparação de impacto econômico da atividade educacional versus crescimento populacional

ANO	POPULAÇÃO	ALUNOS	PROFISSIONAIS	PESSOAS ENVOLVIDAS NA ATIVIDADE UNIVERSITÁRIA	SETOR TERCIÁRIO	ATIVIDADE UNIVERSITÁRIA - EDUCACIONAL
1950	80240	4664	800	5464	37%	52%
1960	90500	5715	900	6615	38%	53%
1970	126530	8140	2000	10140	42%	52%
1980	153970	19230	3200	22430	66%	51%

1990	162037	25240	3800	29040	67%	63%
2000	156368	31350	4150	35500	69%	66%
2010	154462	35480	4500	39980	71%	68%

Fonte: Construída pelo autor.

Ao observar a tabela rapidamente, é possível perceber que o crescimento da população é constante. Da mesma forma que o aumento do número de pessoas envolvidas nas atividades universitárias e na economia do setor de serviços. Percebe-se também que a participação da atividade educacional dentro do setor de serviços é cada vez maior, chegando a ser responsável por quase 70% do percentual do setor.

Mas, com um pouco mais de atenção, pode-se ver também que a população de Salamanca chega a 2010 em decréscimo. Em relação às duas décadas anteriores, atingiu patamares populacionais da década de 1980, por outro lado, o número de pessoas envolvidas no ensino universitário quase dobrou nesse período. Ou seja, embora a população de 2010 seja praticamente a mesma de 1980, o impacto da comunidade acadêmica sobre ela é muito maior, de 26% para 15% respectivamente. Se ainda forem considerados números de 2019, aumenta ainda mais chegando a 33%.

Quando pensado e olhado sob o ponto de vista econômico, nota-se a importância e o peso definitivo que a atividade educacional ganhou na cidade. O setor de serviço cresce porque a presença da comunidade acadêmica permanente cresce, embora não diretamente proporcional. Acaba representando mais que o dobro em termos percentuais por conta da população flutuante que, particularmente nas duas décadas desse século, foi intensificada pelo amplo e eficaz trabalho da USAL em sua internacionalização nos modelos atuais de parcerias. Na promoção de eventos importantes para as diversas áreas do conhecimento, que contam com o apoio do poder público e de uma ampla estrutura de serviços como bares, restaurantes, hotéis e outros tipos de alojamentos, que fazem com que a cidade esteja pronta a ter em determinados momentos do ano uma população flutuante ligada a comunidade acadêmica e que ativa a economia local em quase 25% a mais, segundo dados da própria prefeitura.

Por fim, a análise indica que esse desenvolvimento deve ser capaz de contribuir para a construção e consolidação da identificação como “cidade universitária”. Em Salamanca essa identidade já existia, construída pelos séculos de história e tradição. Todavia, naquele momento, em pleno século XIX, estivesse vinculada a um mundo que não estava mais presente, que não conectava a cidade à nova realidade de mundo. Precisava ser refundada, reorganizada, reconectada para auxiliar a cidade.

Sendo assim, não é a simples presença da Universidade por mais tradicional, reconhecida ou respeitada que seja, que fará com que qualquer cidade se desenvolva socialmente, que seu território se organize, que sua economia cresça; mas sim um projeto articulado e conjugado. Interesses mútuos e compartilhados entre o poder público e a Universidade pré-existente. Como no caso de referência, é preciso serem capazes de reavaliar seus potenciais, suas fragilidades e juntos lançar mão de todos os esforços para então, tendo a atividade de educação superior como o eixo central da vida econômica, social, cultural e política da cidade, poder se afirmar com sua nítida identidade de “cidade universitária”.

Salamanca é uma cidade da Universidade porque, como afirmou o Prof. Franklin Leopoldo ao falar sobre as “cidades universitárias”, se organiza em torno da Universidade e passa a se distinguir exatamente por isso.

3.3 CAMPINAS, A UNIVERSIDADE DA CIDADE

A Cidade de Campinas, hoje uma das mais importantes dos Estado de São Paulo e do Brasil, reconhecida internacionalmente, remonta sua origem como um pequeno povoado. Ainda no século XVIII, vinculado a Vila de Jundiaí, sendo chamada de Campinas de Mato Grosso, por conta do tipo de vegetação presente ali.

Em 27 de maio de 1774, o então capitão-geral da Capitania de São Paulo D. Luís de Antonio de Sousa Botelho e Mourão, expede ordem de povoamento para as Campinas do Mato Grosso, onde diz:

“[...] Porquanto tenho encarregado a Francisco Barreto Leme formar uma povoação na paragem chamada Campinas de Mato Grosso, distrito de Jundiaí, em sítio onde se acha melhor comodidade e é preciso dar norma certa para a formatura da referida povoação: ordeno que esta seja formada em quadras de sessenta ou oitenta varas cada uma e daí para cima, e que

as ruas sejam de sessenta palmos de largura, mandando formar as primeiras casas nos ângulos das quadras, de modo que fiquem os quintais para dentro a entestar uns com os outros.[...]"

Esse povoado passa à categoria de Cidade em 5 de fevereiro de 1842, sendo, desde então, chamada simplesmente de Campinas. Nesse tempo já estava inserida plenamente no ciclo da cafeicultura na década de 1850. Mostra-se entre as principais produtoras, chegando à marca de 177 fazendas e 6000 escravos, no ano de 1857, segundo dados da secretaria de agricultura da Província de São Paulo.

O crescimento agrícola do Oeste Paulista não pode ser visto como algo simples e homogêneo. Não houve um modelo planejado de desenvolvimento de propriedades ou de ocupação das regiões interiores da Província ao longo do século XIX, tudo ainda era feito de forma aleatória, o que acabava por proporcionar a presença de diferentes tipos de propriedades, não se assemelhando em nada ao modelo agrícola clássico norte-americano.

O Brasil era, no século XIX, um país eminentemente rural e a expansão da fronteira agrícola para o interior de São Paulo foi dotando a Província de uma capacidade financeira e política cada vez maior. Até o final do terceiro quartel do século XIX Campinas tornou-se a cidade com a maior população superando inclusive a capital.

Parte significativa dessa população era composta de negros, segundo dados do Arquivo do Estado. Em 1854 Campinas registrava uma população em torno de 15 mil habitantes, sendo aproximadamente 30% composta por não brancos, ou seja, negros alforriados, mestiços, mamelucos.

Com o golpe da maioria em 1840, o Brasil conhecia então o seu novo soberano, D. Pedro II, que assume um país que vivia a tensão entre liberais e conservadores. Os primeiros antecipam a maioria do herdeiro por entender que essa manobra possibilitaria o retorno de uma figura única, central, equalizando algumas tensões que se viviam naquele momento.

Assume um país com diversas Províncias enfrentando o poder central, mas com o apoio da aristocracia rural controladora da economia nacional. Seus primeiros 10 anos servem para consolidar sua imagem de mediador e, acima de tudo, de governante que não está disposto a abrir mão de seu poder com facilidade. Justamente nesse período enfrenta uma mudança nas relações comerciais internacionais que promove um processo de desestruturação da economia nacional.

Em 8 de agosto de 1845 é assinado o “Ato de Supressão do Comércio de Escravos”, também conhecido como Lei Aberdeen, que proibia o tráfico de escravos no Atlântico permitindo à marinha Britânica apreender navios e cargas que estivessem efetuando a prática. Isso provoca um desequilíbrio significativo na economia rural brasileira baseada na mão de obra escrava.

A intensificação da produção agrícola na região central, oeste e do Vale do Paraíba em São Paulo acaba favorecendo o tráfico interno de escravos entre estas e outras regiões do país. A questão da mão-de-obra será um problema real para o país e, em especial para Campinas, que figura como uma das maiores produtoras naquelas décadas.

“[...] O fim do tráfico atlântico de escravos, em 1850, acarretou, grave restrição de mão de obra para cafeicultura em expansão. Embora a província ainda possuísse uma numerosa população cativa na época, e apesar das transferências internas de escravos de regiões brasileiras menos desenvolvidas, o fim do tráfico pôs em questão o futuro da mão de obra escrava. Isso explica as primeiras tentativas de importar trabalhadores imigrantes livres para as fazendas de café já na década de 1850. [...]” (KLEIN, 2019, p.41)

Essa manobra de transferência interna de escravos, supriu temporariamente a necessidade embora tenha acirrado os conflitos internos entre as Províncias do Norte e do Sul do país. Esse quadro foi se agravando com o conjunto de leis que acabam por culminar na Lei de libertação dos escravos no Brasil, em 13 de maio de 1888.

Na década de 1870 a prosperidade campineira estava visível, inclusive na estrutura da cidade que possuía uma área claramente rural e outra urbana, com seus casarões e palacetes. O que dava a exata noção da importância política e econômica da cidade, é ter chegado a ser aquela com o maior número de nobres fora da Corte, no Rio de Janeiro.

Por diversas vezes D. Pedro II esteve na cidade para eventos e para se reunir com lideranças políticas da região. Claro que esse processo de urbanização e construção na cidade estava ligado diretamente ao crescimento econômico da cidade e às tecnologias construtivas, que passaram a ser levadas para Campinas da mesma forma como chegavam às principais cidades do Império brasileiro naquele momento.

O maior exemplo disso é a mudança no modelo construtivo das casas, que até a década de 1840 são, em sua maioria, construídas de taipa em pavimento único. Em

1842 surgem os primeiros sobrados com beiral, usando ainda o mesmo modelo construtivo. Nas décadas seguintes os Barões do café resolvem transformar a velha Vila, de ruas acanhadas e casas tímidas, em avenidas e palacetes. Para tanto trazem para a cidade engenheiros, construtores, e no ano de 1867 surge em Campinas aquela que vem a ser a primeira Olaria mecanizada do Brasil, de propriedade do fazendeiro local Antônio Carlos de Sampaio Peixoto.

Fig. 30: Imagem de propaganda veicula na Gazeta de Campinas em 1871



Fonte: Centro de Memória da UNICAMP

Outra questão central a ser equalizada no processo produtivo que impactava diretamente o desenvolvimento econômico de Campinas e região, para além da mão de obra, era a logística de transporte e escoamento da produção. Tradicionalmente era realizada por transporte animal, entretanto, com o acelerado aumento das safras já não era solução satisfatória.

A elite cafeeira associada ao capital estrangeiro passa a investir na construção de uma malha ferroviária que suprisse o transporte de carga, e ainda melhorasse as condições para o transporte de passageiros, colocando o Brasil no mesmo compasso expansionista ferroviário que ocorria naquele momento na Europa e nos USA. Assim, em 26 de abril de 1856, por meio do Decreto Imperial 1.759, o Barão de Mauá e seus sócios ingleses recebem a concessão para construção e exploração de uma estrada com 139 km de trajeto, ligando as cidades de Santos e Jundiaí, que seria administrada pela São Paulo Railway Company – SPR.

Fig. 31: Mapa Ilustrativo com trajeto da SPR



Fonte: Museus Ferroviários

Fig. 32: Imagem da construção de trecho na Serra do Mar



Fonte: Acervo da RFFSA

Faltava o percurso que ligasse a Cidade de Jundiaí a região produtora, cuja porta de entrada era Campinas. Essa responsabilidade ficou a cargo do capital dos Barões do café que, em 1868, fundam a Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Inaugurando em 1872 seu primeiro trecho que liga exatamente as duas cidades.

Fig. 32: Imagem da construção de trecho na Serra do Mar



Fonte: Acervo da RFFSA

Na década de 1880 é feita a conexão com a Estrada de ferro D. Pedro II por meio do ramal que vinha pelo Vale do Paraíba, passando por Cachoeira Paulista, Bananal, Vassouras, e indo em direção ao Porto do Rio. Nesse momento Campinas se torna a principal cidade da Província de São Paulo, goza de apoio e prestígio junto ao Imperador, novos investimentos continuam a ocorrer na cidade, destacam-se a criação da Companhia de Iluminação a Gás em 1875, e da Companhia Campineira de Águas e Esgotos em 1887.

A riqueza econômica proveniente do café fazia de Campinas uma cidade distinta de suas vizinhas, chegando a possuir 21 nobres com distinções titulares, ou seja, títulos nobiliárquicos entre as décadas de 1860 e 1880, um número superior ao da capital da Província por exemplo.

Por conta disso a cena cultural da Cidade sempre foi bastante ativa. Em 1850 é inaugurado o Teatro São Carlos que passa abrigar grandes concertos e espetáculos, que aconteciam na Corte e seguiam para lá; além de outros promovidos pelos artistas locais. A fama do espaço cultural trouxe até seu palco uma montagem de “A Dama das Camélias”, contando com a participação de diversos atores franceses entre os quais, a atriz Sarah Bernhardt, famosa em sua época. Claro que no campo das Artes não se pode deixar de destacar a figura do campineiro Antonio Carlos Gomes (1836 – 1896), maestro e compositor de fama internacional, autor de obras como “O Guarani”.

Essa elite precisava educar seus filhos para que estivessem preparados para frequentar os encontros e perpetuar o poder aristocrático. Sendo assim, Campinas passa a contar com significativa estrutura educacional, tendo variadas opções de

ensino e metodologia. Quase todos em regime interno, separando moças e rapazes como era o costume da época.

Cabe sublinhar três casos, sendo dois ligados aos grupos de imigrantes, que no processo de substituição e complementação da mão de obra para o trabalho agrícola ou na indústria nascente aumentava sua presença. A professora protestante Carolina Krug Florence (1828-1913), alemã, cria o Colégio Florence em 1863; a educadora organiza seu internato feminino para dotar as jovens moças das letras, mas não apenas o português, aprendiam também o francês, inglês e alemão, além de aritmética, economia doméstica, prendas do lar e doutrina cristã.

Outra experiência, também de origem na colônia imigrante, se dá com os americanos que fundam o Colégio Internacional em 1869. Dirigido pelos missionários Rev. George Morton e Rev. Edward Lane, ligados a missão da Igreja Presbiteriana do Sul dos USA, promovem a introdução de uma metodologia inovadora para os padrões brasileiros de então. Sendo um interno misto, permitindo o ensino de técnicas agrícolas a meninos e meninas, por exemplo.

O terceiro caso em destaque é o do Colégio Culto à Ciência, criado em 1874. Resultante da reunião e do esforço pessoal de um grupo de intelectuais e figuras ilustres da cidade, entre os quais o comendador Joaquim Egídio de Sousa Aranha, Marquês de Três Rios, e o Coronel Joaquim Quirino dos Santos e o Engenheiro e Construtor Jorge Guilherme Henrique Krug (Pai de Carolina Krug). Estes juntos organizaram a Sociedade Culto à Ciência, que tinha por objetivo principal construir um colégio de excelência e alto padrão para a sociedade campineira, mas que também atendesse as camadas mais populares, como eles próprios já o faziam nas aulas noturnas da Loja Maçônica Independência.

Apesar desses e de outros colégios que surgem na cidade, nenhum empreendimento de ensino superior foi criado na cidade durante o século XIX. Toda a vida e força econômica da cidade girava em torno da economia, uma cidade que vê sua população crescer ao longo do século exatamente por conta disso.

Tabela 11: Evolução populacional de Campinas.

ANO	CAMPINAS
1854	14200

1860	21000
1872	31400
1880	41250
1890	5000

Fonte: Governo do Estado de São Paulo

Na tabela acima se percebe claramente que a população cresceu aproximadamente 50% entre 1860 e 1872, mas praticamente dobrou sua população quando observado o intervalo entre 1860 e 1880. Esses dados são fruto de tudo o que foi até aqui exposto; mas na passagem da década de 80 para 90, se percebe uma queda no número. Há uma explicação objetiva, a Febre Amarela.

Registra-se em 1876 o primeiro caso de uma pessoa que teria morrido vítima da febre, sendo ele comerciante de escravos e tendo vindo de Santos. A mesma linha férrea que fazia circular a riqueza e produzia o crescimento econômica da Cidade, agora era uma das responsáveis pela chegada do vírus que, a essa altura já tinha tomado tanto Santos quanto o Rio de Janeiro.

Em que pese todas as vantagens urbanísticas das quais a cidade vinha sendo provida como resultante evidente do seu bom momento econômico, a condição do saneamento básico era um dos grandes desafios para as autoridades locais. Contar com parcelas significativas da malha urbana sem a qualificação que as áreas centrais e mais nobres já dispunham.

Não era incomum que residências e estabelecimentos comerciais fizessem uso dos quintais, jardins, praças ou ruas para o despejo das “águas servidas”, já que não havia um serviço de recolhimento de lixo, de forma que os detritos eram deixados expostos nas vias públicas. Lotes vazios servindo de foco para insetos e animais, sem contar o mal cheiro e a criação de condições para proliferação de doenças.

A forte e próspera cidade, portão de entrada para o Oeste Paulista, chega em 1890 com cerca de 5000 habitantes, segundo dados do governo provincial. Dois anos após a definitiva abolição do trabalho escravo, um após a Proclamação da República, a cidade viu o êxodo de seus principais fazendeiros para outras cidades do interior, a

morte de alguns e a fuga de outros para capital da Província, São Paulo, que nesse momento passa a assumir seu protagonismo definitivo.

Tabela 12: Evolução por setores econômicos na Cidade de Campinas.

ANO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
1860	1%	83%	16%
1870	2%	80%	18%
1880	1%	78%	23%
1890	1%	75%	26%

Fonte: Governo do Estado de São Paulo

Já começa se observar uma mudança no perfil econômico da cidade, mas o que ocorre de fato é um colapso diante do quadro vivido. Todavia, ao longo desse tempo a cidade, com forte presença conservadora e liderada por uma aristocracia monárquica escravagista, convivia cada vez mais com profissionais vindos dos mais diversos lugares do mundo e com ideias absolutamente contemporâneas para a época.

Campinas tem um dos principais núcleos republicanos e junto de Itu lidera a organização do movimento na Província, que ocorre com grande ardor. Na década de 1880 a propaganda republicana e abolicionista era tão intensa na Cidade, que se chegou a realizar, no Teatro São Carlos em 5 de janeiro de 1882, uma cerimônia reunindo o Partido Republicano Paulista. A Gazeta de Campinas chamou de “O Banquete Republicano”. Estavam no movimento figuras como o jornalista, advogado e político Joaquim Saldanha Marinho que, quando Presidente da Província de São Paulo, viabilizou a criação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e, de não menor importância, o também advogado e político, Manoel Ferraz de Campos Sales (1841 – 1913), que foi Presidente da Província e na sequência eleito o terceiro Presidente do Brasil (1898-1902).

Olhado sob o ponto de vista da presente Tese, em nenhum momento o que fora até aqui relatado apresenta indicativos que a Cidade de Campinas pudesse ser, como é hoje, considerada uma “cidade universitária”. A entrada no século XX é, em claro esforço, para se recompor tentando se reorganizar após a epidemia de Febre Amarela e suas consequências.

A aposta das autoridades locais é aproveitar a estrutura modal disponível, implantada para servir a produção rural e investir na indústria nascente no país, sobretudo, no Estado de São Paulo. Apesar disso, a base da economia continuava a ser a agricultura com predominância para o café; a indústria que ali se desenvolveria, estaria diretamente relacionada ao beneficiamento das culturas, do algodão, café e cana.

No caso do café, o fato de ter representantes diretos no poder central representando os interesses da cidade e da região, sendo esse o principal produto da pauta de exportação nacional, os produtores contaram com uma política protecionista que acabou por prolongar o ciclo cafeeiro de maneira consistente até ao final da década de 1920. Nessa década o parque Fabril do Estado de São Paulo já representava 37% da indústria nacional, e dele 70% estava na Capital e municípios circunvizinhos, 28% em Campinas e Região.

Retornando mais uma vez a olhar para esse cenário da Cidade de Campinas, não se vê até esse momento nenhum projeto de implantação de uma Instituição de Ensino Superior. A única Instituição de Pesquisa, o Instituto Agrônomo, foi criado em 1887, ainda por decreto imperial. A relação entre a cidade e a educação enquanto projeto estruturante é inexistente, seja estimulado pelo poder público ou por qualquer entidade privada.

Mas afinal, como essa cidade se movimenta na direção do que ela acaba se transformando na segunda metade do século XX? Se o seu capital econômico está comprometido por conta de todas as ondas e crises pelas quais o mundo passará, e que afetarão diretamente seu produto principal o café, com que capital Campinas será capaz de se reinventar para o mundo do pós Guerras?

Recuperando a ideia dos capitais de Bourdieu, e trazendo-a para essa análise, Campinas construiu seu capital simbólico de maneira rápida e consistente em pouco mais de um século, desenhando a imagem de ser a Cidade cosmopolita do interior paulista. Conseguiu tal feito com o conjunto de ações, festas, banquetes, personalidades, nobres, visitas do Imperador e estando ao mesmo tempo no epicentro do golpe republicano. Dando sustentação para o novo regime, desde sua concepção estrutural federalista a exemplo da República norte-americana, mas também conceitualmente, por meio do pensamento positivista, e claro, politicamente e oferecendo suporte junto às bases.

A famosa “República do Café com Leite”, como ficou conhecida, tinha em Campinas um de seus pilares. Esse era o grande capital simbólico da cidade, a ideia de que não havia nenhuma grande decisão tomada no país que não tenha passado antes por um salão ou pela mesa de alguém importante da aristocracia campineira.

É assim que cidade vai enfrentar, inclusive, o fim definitivo do ciclo do café e a realidade de sua condição periférica na nova fase industrial. Todavia, valendo-se sempre da belíssima estrutura logística para se consolidar cada vez mais como uma cidade mediadora de negócios, um entroncamento para os produtos que vinham do interior e seguiam para a capital, ou para o Porto de Santos.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em uma aliança que deixava de fora os Paulistas, o quadro se agravou ainda mais. Em 1932 o Estado resolve se sublevar contra as forças federais, a chamada “Revolução Constitucionalista” acaba sendo um definidor para o Estado de São Paulo estabelecer um conjunto de políticas estruturais nas mais diversas áreas, entre elas, na educação.

No mesmo ano um grupo de intelectuais assina aquilo que fica conhecido como “Manifesto dos Pioneiros da Educação”. Embora o documento fosse majoritariamente voltado para a educação básica do país, havia um momento que abordava a universitária. Não se pode esquecer, como já fora pontuado nesta Tese, que no Brasil a ideia de ensino superior estruturado no modelo universitário era efetivamente muito recente, e que a experiência formal e oficial datava apenas de uma década passada.

Ao tratar das Universidades neste manifesto, os signatários, entre os quais, Fernando de Azevedo, Julio de Mesquita, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto e Roquete Pinto, apontavam reconhecer que a Universidade era o ápice da estrutura educacional. E que a sociedade moderna necessitava formar científica e tecnicamente aqueles que seriam capazes de trazer solução para os problemas da sociedade.

Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita são os dois grandes artífices, mas não apenas de um pensamento que concebe a Universidade do Estado de São Paulo, que viria ser fundada em 1934 a partir da fusão das Faculdades de Direito, Medicina e a Politécnica. Agregando-se à recém criada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, são eles os responsáveis por um projeto de ensino superior para o Estado.

Florestan Fernandes, avaliando esse projeto e comparando-o ao projeto nacional existente desenvolvido até então, indica as claras distinções de caráter conceitual e

estrutural. Indica a superficialidade bacharelesca típica da herança do ensino superior português, contudo, continuava em sua essência sendo uma escola das elites para elite.

Em 1941 é criada, por iniciativa da Diocese de Campinas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que passa a funcionar na antiga residência do Barão de Itapura. Essa Faculdade passará em 1955 à condição formal de Universidade, sendo a primeira do Interior e recebendo em 1975 o título de Pontifícia.

Esse é o primeiro estabelecimento de ensino superior na cidade que a essa altura, do ponto de vista urbanístico, já passava por seu primeiro plano de reestruturação urbano completo, coordenado pelo Engenheiro Urbanista Prestes Maia na década de 1930. Tal feito para manter e melhorar a aparência da cidade garantindo sua beleza e o cenário de grande centro.

Passada as duas guerras e estando definitivamente em um momento de efervescência em todo mundo, o Estado de São Paulo não abria mão de seu projeto desenvolvimentista. Por outro lado, Campinas somente continua ligada à realidade no inconsciente coletivo, estando economicamente está cada vez mais dependente das cidades vizinhas; cumprindo seu papel de intermediária, mediadora de negócios e interesses regionais, sustentando-se de seu capital simbólico adquirido nos períodos anteriores.

Tabela 13: Evolução por setores econômicos na Cidade de Campinas.

ANO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
1920	6%	69%	25%
1930	7%	68%	25%
1940	8%	60%	32%
1950	9%	42%	49%
1960	12%	40%	48%

Fonte: Governo do Estado de São Paulo

Nitidamente há uma retração do principal setor econômico, o secundário, com destaque cada vez mais claro para o setor de serviços. Este, até a década de 1940, não contava com nenhuma influência do ensino superior; todos os serviços ali elencados estavam diretamente relacionados a atividade comercial.

A população da cidade continuava a crescer por conta de sua localização, contando com boa carteira de serviços básicos e oferta de empregos nela e na região. Mas tanto as famílias quanto as empresas sofriam até a década de 1960 com a pouca oferta de cursos para formação de mão de obra qualificada em nível superior.

Tabela 14: Evolução populacional de Campinas.

ANO	CAMPINAS
1920	115600
1930	121150
1940	129940
1950	152550
1960	219300
1970	375864

Fonte: Governo do Estado de São Paulo

A força política local conseguiu, junto ao governo do Estado, a implantação de uma extensão do curso de Medicina da Faculdade Estadual, que funcionando de forma precária se tornou o mote político certo para mobilizar todos os atores interessados em um movimento para a criação da Universidade Estadual de Campinas. Separada da USP, com estrutura e projeto próprios, o Governador nomeou o Prof. Dr. Zeferino Vaz, então Presidente do Conselho Estadual de Educação, para coordenar essa implantação, como sendo o Primeiro Reitor da recém criada Universidade.

Ele, por sua vez, convidou para o planejamento e coordenação da implantação da nova Universidade, o Prof. Dr. Fausto Castilho, que entre outras coisas idealiza a implantação física da UNICAMP. Uma vez que já estava definido pelo Governo do Estado que seguiria o modelo de *campus* isolado conectado, ocupando uma gleba doada pelo empresário Ademar de Almeida Prado, no Distrito de Barão Geraldo.

Diferente da USP, a UNICAMP não nascia da fusão de nenhuma Faculdade existente por força de ato legal, por centralização burocrática ou coisa semelhante. A nova Universidade era concebida no que havia de mais genuíno do modelo humboltiano, um centro de Filosofia e Ciências como elemento central e articulador da formação e do conhecimento geral, para compor esse novo empreendimento.

Depois de viver seu momento de ouro durante a segunda metade do século XIX, Campinas reencontra uma forma de exercer seu protagonismo, transformando-se em um polo gerador de conhecimento.

Tabela 15: Evolução populacional de Campinas comparada ao número de alunos matriculados ensino superior.

ANO	CAMPINAS	ALUNOS	PROFISSIONAIS	PESSOAS ENVOLVIDAS NA ATIVIDADE UNIVERSITÁRIA
1940	129940	200	30	230
1950	152550	400	35	435
1960	219300	1100	80	1180
1970	375864	7320	270	7590
1980	664560	12480	1350	13830
1990	847595	22390	2570	24960
2000	969400	54430	12420	66850
2010	1080115	78390	24360	102750

Fonte: Governo do Estado de São Paulo / INEP - MEC

A tabela acima evidencia não apenas o crescimento constante e permanente da população, mas destaca o aumento, também constante e proporcionalmente maior, da comunidade acadêmica. Ela saiu de 200 alunos em 1940 para 54 mil em 2000, devido ao aumento de Instituições de Ensino Superior que hoje atuam na Cidade. Segundo o INEP, hoje existem 3 Universidades (além das duas já citadas, a Universidade Presbiteriana Mackenzie) e outras 6 Faculdades isoladas, além de contar com diversos centros de pesquisas avançadas.

Ao adotar o modelo territorial isolado conectado para o *campus*, a Universidade auxiliou a cidade a promover a ocupação e o desenvolvimento de uma área, que em princípio era isolada do núcleo central, promovendo assim uma gradual ocupação. A Universidade Pontifícia também implantou um *campus* na mesma região, entretanto, optou pelo modelo isolado segregado.

Fig. 34: Imagens da construção e atual do *campus* da UNICAMP



Fonte: CMU

Fig. 35: Imagens da construção e atual do *campus* da PUC- CAMPINAS



Fonte: Arquivo PUC-Campinas

Ao denominar esta parte do capítulo “Campinas, a Universidade da Cidade”, havia uma busca por demonstrar que existem, a exemplo de Campinas, outras cidades que ao longo de sua história construíram trajetórias que naturalmente não as aproximava de um projeto educacional, ou as levaria a se transformarem em um polo de desenvolvimento de conhecimento. É o que se vê exatamente no caso referencial apresentando, onde nada foi inicialmente pensado ou planejado. Os fatos e acontecimentos foram levando e empurrando a municipalidade para se tornar o principal polo desenvolvedor de conhecimento no Brasil hoje.

Na década de 1970 uma série de leis de incentivo à ocupação e ao ordenamento urbano na direção dos *campi* das Universidades foi sendo aprovado, e a região sendo alvo dos novos planos de urbanização.

Tabela 16: comparação de impacto econômico da atividade educacional versus crescimento populacional de Campinas

ANO	CAMPINAS	ALUNOS	PROFISSIONAIS	PESSOAS ENVOLVIDAS NA ATIVIDADE UNIVERSITÁRIA	ATIVIDADE UNIVERSITÁRIA
1940	129940	200	30	230	0%
1950	152550	400	35	435	2%
1960	219300	1100	80	1180	3%
1970	375864	7320	270	7590	6%
1980	664560	12480	1350	13830	25%
1990	847595	22390	2570	24960	38%
2000	969400	54430	12420	66850	51%
2010	1080115	78390	24360	102750	62%

Fonte: Construída pelo autor.

Entende-se por participação da Atividade Universitária no Setor de Serviços, o conjunto de atividades diretas e indiretas que envolvam pessoas relacionadas às Instituições de ensino e/ou pesquisa. Assim sendo, o percentual acima não se refere apenas ao número de alunos matriculados, mas à toda a dinâmica envolvida.

O que se tem então é uma cidade que passa a ser reconhecida internacionalmente como uma “cidade universitária”, mesmo não tendo sido pensada para isso. Sem ter uma Universidade com uma tradição secular, ou alguma outra instituição que a eleve para essa condição.

Quando se pensa então na Tese proposta e em seus elementos de verificação:

- 1 – Deve haver a conjugação de interesses entre o poder local e as Instituições de Ensino Superior e Pesquisa instaladas na cidade;
- 2 – Que esses interesses, uma vez articulados, sejam capazes de promover e vincular o desenvolvimento local e do território;

3 – Que esse desenvolvimento contribua para a construção e, uma vez alcançado, para a consolidação da identidade da cidade como uma “Cidade Universitária”, um polo gerador de conhecimento.

Pode-se afirmar que sim, Campinas utilizou-se de seu capital político para viabilizar, em parceria com a Igreja, a primeira Universidade do Interior Paulista. E na sequência, em uma clara articulação entre as lideranças locais, viabilizaram a área e as condições políticas para a implantação de uma Universidade Pública.

Isso possibilitou modificar o eixo econômico da cidade, fazendo com que saísse da condição de mediadora de interesses econômicos e políticos de outrem, para viabilizar um projeto próprio: o de ser um polo desenvolvedor de inteligência e formador de mão de obra de alta qualidade em meio à sociedade do conhecimento.

O interesse local conjugado com o interesse Estadual, que necessitava promover uma compensação adequada para o Prof. Zeferino Vaz que não tinha sido eleito Reitor da USP, foram conciliados naquele momento em favor da cidade. A implantação do *campus*, ao criar uma centralidade e estimular a ocupação daquela região, só se tornou possível porque a ideia de um território universitário em padrão internacional era apresentada para a comunidade acadêmica de maneira concreta e real.

Por fim, a Cidade que tinha como seu maior capital sua capacidade de articular politicamente os interesses e estar presente nos processos decisórios da nação, agora efetivamente passa a ter algo que é seu. A exemplo do café, tem o conjunto de projetos, pesquisas, pesquisadores, alunos, professores que estão presentes nas diversas Instituições que passaram a compor e fazer de Campinas uma verdadeira “cidade universitária”.

O que se depreende, nesse caso, é justamente a não existência de um tipo específico de “cidade universitária”; o que existe é um conceito. Características e elementos que uma vez presentes, de forma constante e perene, podem vir a fazer com que uma determinada cidade tenha sido caracterizada anteriormente como de outro tipo, passe a integrar esse grupo.

Diante disso, pode-se afirmar, mais uma vez, que o que faz a cidade ser classificada como uma “cidade universitária” não é a presença pura e simples de Instituições de Ensino Superior. Hoje as três Universidades presentes na cidade de Campinas, duas

privadas e uma pública, figuram entre as melhores do país; a UNICAMP está entre as 200 melhores do mundo, segundo os rankings de avaliação internacional.

Os Centros de Pesquisa e desenvolvimento existentes na cidade trabalham em parceria com os principais centros de pesquisa do mundo e, somados às Universidades e demais instituições, hoje são responsáveis por 28% da produção científica nacional segundo CNPQ.

Considerando os números e informações, pode-se dizer que, nesse caso, o projeto de ensino superior teve sim a capacidade de articular e promover o desenvolvimento do território e da cidade. Além de colaborar para construir uma nova identidade para Cidade de Campinas.

Sim, Salamanca e Campinas são “cidades universitárias” distintas entre si, semelhantes no fato de se organizarem e terem hoje o projeto científico universitário em suas pautas, mas distintas na construção de suas identidades.

4. CIDADES UNIVERSITÁRIAS

4.1. MAIS QUE UMA TIPOLOGIA, UM CONCEITO

No Capítulo I foi explicitado que a Tese trata não da Universidade medieval e de seus séculos de triunfo e glória, tampouco da transição vivida pelo espaço urbano na passagem do medievo para era moderna. Ela se propõe a discutir o momento de crise enfrentado por ambos na passagem do século XIX para o XX.

Como estas duas, elementos sociais de tamanho peso e presença na vida da humanidade conseguem se reinventar em meio a um mundo que também está se reinventando. Com o avanço do capitalismo industrial e a geopolítica mundial se reconfigurando, cada vez mais o conhecimento vai sendo a base das novas relações econômicas e de poder.

No segundo capítulo buscou-se demonstrar, por oposição, duas referências de cidade que são reconhecidas hoje como “cidades universitárias”, uma na Europa e outra no Brasil, Salamanca e Campinas. A exposição das características de cada uma e de como foi o processo que as levou a posição de reconhecimento e categorização, deixa claro que não é a simples presença de determinados elementos favoráveis no espaço urbano, nem mesmo a existência de uma Universidade ou Instituto de Pesquisa que fará de uma cidade ser reconhecida.

Salamanca trazia consigo seu histórico e sua tradição de uma cidade que se habituou, ao longo dos séculos, com a presença dos professores e estudantes em seu cotidiano. Mas sem ter feito desta instituição seu elemento social de articulação econômica, política e urbana, tenta em diversos momentos, outros caminhos estruturais para o desenvolvimento local, até se deparar com a plena estagnação. Como descrita, no século XIX, resgata então a Universidade como seu grande patrimônio e assume, a partir daí, o projeto educacional como sendo o eixo central e norteador das relações. Estabelece junto ao poder central um novo ciclo de desenvolvimento, renovando e consolidando para as novas gerações sua identidade de “cidade universitária”.

Salamanca é a cidade da Universidade porque foi esta que lhe conferiu a possibilidade estrutural de se reorganizar e recolocar no cenário nacional. Era ela o maior patrimônio que a cidade possuía, ainda que isto não tenha sido verbalizado. As ações conjuntas

e articuladas entre os gestores universitários e municipais contribui para que a cidade se soerguesse e, claro, a Universidade se beneficiou disso. É nessa simbiose que reside a identidade que se reforça ano após ano por meio do projeto educacional, fazendo das terras do Tormes hoje procurada não apenas por suas duas Universidades, mas também por diversas outras escolas de formação técnica e profissional.

A Universidade brasileira, pela data convencionalmente aceita para a fundação da primeira em solo nacional, acaba de completar 100 (cem) anos. Logo, a ideia de uma “cidade universitária” nos moldes existentes na Europa, USA ou mesmo em outros países da América Latina era um sonho muito distante para a realidade do país até a década de 1950.

A partir da década de 1940 começam a surgir as primeiras propostas de territórios universitários ordenados e planejados, seguindo o modelo norte-americano e sendo denominados de “cidades universitárias”. Deste momento em diante, no imaginário cultural brasileiro, estes dois conceitos se misturaram e passaram a ser usados como sinônimos.

Campinas até essa década não tinha sequer uma instituição de ensino superior; hoje conta com 54 diferentes instituições que oferecem diversos cursos de graduação, Mestrado e Doutorado, outros Centros de Pesquisa não vinculados, mas que para lá atraem pesquisadores do mundo inteiro. Em meio século essa identidade de uma cidade desenvolvedora de conhecimento e formadora de mão de obra qualificada para as diversas empresas de serviços e indústrias que se instalaram na região, valendo-se das vantagens infraestruturais oferecidas pela cidade, desde a época em que era a principal produtora e comercializadora de café.

Aqui se tem a Universidade da Cidade, que foi gradualmente percebendo o potencial do projeto educacional em sua reconfiguração, uma vez que após a crise da economia cafeeira não conseguiu se consolidar como uma cidade com outra vocação, embora tenha tentado apoiar o crescimento da indústria local. Mas colocando seu maior capital, sua capacidade política de articular os interesses locais e regionais visando o seu desenvolvimento, Campinas é hoje a mais reconhecida “cidade universitária” brasileira.

Ambas são consideradas “cidades universitárias”, mesmo que por caminhos distintos. O projeto universitário foi, ainda que inicialmente de forma não intencional, conjugado com os interesses locais de maneira a promover o desenvolvimento, articular o território e consolidar essa identidade distintiva. Cada uma apresenta uma forma de implantação para o seu território universitário, distintas formas para o seu modelo acadêmico, mas absolutamente semelhantes quanto ao fenômeno produzido pela presença da comunidade acadêmica na cidade.

Portanto, mais uma vez, retoma-se o foco de interesse da Tese, a relação existente entre a cidade e a Universidade. É neste processo fenomenológico na escala da sociedade que está a observação, não em uma simples comparação direta, como se esse fosse um estudo de caso onde os dois fossem contrapostos e analiticamente dissecados até que fosse encontrada a chave para o problema.

Longe disso, parte-se da certeza de que há uma realidade já consagrada sobre as duas cidades, sendo ambas consideradas “cidades universitárias”. A questão então passa a ser outra, o que faz de cidades tão distintas em história, geografia, escala, cultura, estrutura política, estarem na mesma categoria? Existe uma tipologia morfológica urbana específica, que estando presente, faz de qualquer cidade que tenha uma Universidade, uma “cidade universitária”?

Se for considerado, por definição, que tipologia é um esquema pré-estabelecido, organizado com determinadas características; que modelo é a representação de algo que possui uma característica específica; e que se pode definir referencial como um componente que mantém uma relação com outro elemento.

No contexto dessa Tese, o que se afirma é que as chamadas “cidades universitárias” são assim categorizadas e denominadas, não por um simples modelo ou tipologia da sua morfologia, de implantação do território universitário, mas sim porque carregam e apresentam em si referências que estão presentes no tecido urbano, na cultura, na economia, na política. Mas, sobretudo, na conjugação dos interesses locais com o projeto educacional e científico como indutor do desenvolvimento local, é isso que lhe confere esta identidade.

Pode-se afirmar, portanto, que não existe uma tipologia de “cidade universitária”, o que há é um modelo referencial. Uma vez reproduzido, e sendo capaz de preservar determinadas características, principalmente referências, adaptando-se à realidade local, buscando para cada uma o melhor modelo de implantação física e integração ao território, sempre com o foco no desenvolvimento local e na construção, há a consolidação e propagação dessa identidade simbiótica entre a Cidade e o Projeto educacional.

O elemento relacional, colocado em destacada posição desde o início do trabalho investigativo desta Tese, diz respeito a um fenômeno sociológico que envolve diversos atores, dimensões e interesses. Estes muitas vezes nem estão sob o controle do próprio município ou da Universidade, como nos dois casos apresentados.

Ao analisar o comportamento das Universidades na última década do século XX, e os desafios que estas teriam pela frente no século XXI que se iniciava, o sociólogo português Boaventura de Souza Santos (2011), aponta que uma das questões que se colocava era justamente a necessidade que a sociedade tinha de um maior e mais estreito relacionamento com o ambiente, e o conhecimento desenvolvido no espaço universitário.

“[...] O conhecimento universitário – ou seja, o conhecimento científico produzido nas Universidades ou instituições separadas das Universidades, mas detentoras do mesmo *ethos* universitário – foi, ao longo do século XX um conhecimento predominantemente disciplinar cuja autonomia impôs um processo de produção relativamente descontextualizado em relação às premências do cotidiano das sociedades. [...] A Universidade produz conhecimento que a sociedade aplica ou não, uma alternativa que, por mais relevante socialmente, é indiferente ou irrelevante para o conhecimento produzido. [...]” (SOUSA, 2011, p.41)

Em sua atividade de ensinar, a Universidade se coloca em conexão com a sociedade. Na justa medida que recebe seus jovens para prepará-los da melhor maneira possível, espera que possam retribuir à sociedade os esforços desta busca, com os domínios culturais da Instituição.

Dessa forma, se algum “cliente”, alguém para quem a Universidade preste serviço, pudesse ser descrito, esse alguém não é outro senão a própria sociedade, a comunidade, a cidade que a abriga. Não por uma questão de comercialização ou negócio, mas por saber que seu “produto”, o conhecimento, é um bem comum e que deve estar a serviço da coletividade.

É evidente que esse conhecimento também pode ser desenvolvido para atender aos interesses de alguns atores específicos, que inseridos na sociedade, podem ser agentes financiadores de pesquisas e de formação de mão de obra qualificada para atender às suas necessidades.

Quando na região metropolitana de Campinas e do complexo fabril, que se implantou ao longo do tempo em seu entorno, contando inclusive com um polo petroquímico, natural imaginar que o conjunto de instituições presentes na cidade tenham como prioridade em seu esforço de ensino a formação de profissionais para multiplicidade de empresas. Por outro lado, os centros de pesquisa de alta tecnologia trabalham na perspectiva de dar sustentação para estrutura que passa a ter na “cidade universitária” campineira seu epicentro.

Organizar tecido urbano de forma que a presença dos ambientes universitários seja articuladora, promotora de integração e não segregadora, é de responsabilidade do poder público, ao reconhecer o Projeto Educacional como eixo de uma política pública para a cidade. Foi o que aconteceu com o caso de Salamanca, na ocasião em que a implantação do bairro universitário promoveu uma ampla requalificação. De uma área pouco estruturada do território urbano, e ainda com o estabelecimento conjunto do Parque junto e do Rio Tormes ao Complexo Desportivo Salas Bajas, para atender à Faculdade de Educação Física da USAL.

No caso de Campinas, é evidente o processo do plano urbano promovido pela Prefeitura em 1970, em que a região do distrito de Barão Geraldo era vista como um vetor de crescimento. Ainda mais por possuir a área de infraestrutura adequada para estimular a ocupação pela comunidade acadêmica e pela população em geral.

Bourdieu, entendendo que o capital cultural de uma cidade também está relacionado a forma como esta se organiza espacialmente afirma:

“[...] O mundo social é também de representação e vontade, existir socialmente é ser percebido como distinto, o espaço social e urbano é a realidade primeira e última a que se dirige as intenções dos agentes sociais que agem em determinada sociedade. [...]” (BOURDIEU, 2008, p.36)

A relação, o conjunto de interesses, a construção coletiva de forma intencional ou não; é justamente isso que faz com que a cidade se prepare para abrigar um Projeto educacional de ensino superior. São todos esses elementos junto que corroboram para a implantação de Faculdades, Universidades, Centros de Pesquisa, de modo que

ela, a cidade, se organize e tenha as melhores condições de serviço, alojamento, entretenimento, acesso e conexão com outras cidades e polos nacionais.

Salamanca, com sua localização fronteiriça relativamente privilegiada de duas capitais europeias (Lisboa e Madri) e bem servida pela malha ferroviária, oportuniza a todos que a buscam uma forma simples e rápida de chegar e sair. Da mesma forma é Campinas que sempre contou com privilegiada posição e estrutura de transporte, embora hoje não conte mais com a conexão ferroviária com São Paulo para pessoas, passou a ter desde 1960 um aeroporto que opera voos regionais, nacionais e internacionais, sendo hoje o segundo em operação de carga do país.

É justamente a esses elementos de representação que Bourdieu se refere na sua fala. Criar condições de habitabilidade, vivência e pertencimento, de modo que mesmo aqueles indivíduos da comunidade acadêmica que venham a viver na cidade se sintam parte dela e, assim, queiram contribuir de forma ativa para o seu desenvolvimento.

O que faz não haver um tipo específico de “cidade universitária”, ou desta ser entendida pela simples presença da Universidade, ou ainda como um recorte segregado do território, como uma unidade a mais dentro do tecido urbano, é justamente o elemento relacional que deve estar presente na equação.

Esse pode se apresentar de duas diferentes formas. Pode ser visto como a “disposição para” e como uma “tomada de decisão para”. Entende-se que ambas estão na dimensão relacional e determinam se a cidade entrará na categoria de “cidade universitária”.

A primeira forma de encarar o desafio relacional que cidade e Universidade podem adotar na perspectiva da construção de uma identidade simbiótica, passa pela condição aqui chamada de “disposição para”. Esta tem relação com o costume, o hábito, a coexistência já naturalizada e quase não mais percebida por toda a comunidade local. Uma cidade que já está habituada à presença de sua Universidade, e uma Universidade que já está acomodada ao desenho institucional e político social a ela definido, se nada for modificado, se a relação não se intensificar, se não houver a construção de um projeto conjugado por ambas, ela até poderá vir a ser chamada de “cidade universitária”, mas não na perspectiva da conceituação que essa Tese

propõem. Será assim chamada pela mera presença histórica da instituição de ensino, mas não porque a cidade constitui-se em torno da atividade educacional.

Salamanca é o típico caso que se enquadraria nesse formato. Sua relação histórica com a Universidade, a notoriedade e reputação internacional de sua Escola, no momento em que a cidade se viu em profunda crise e esvaziada, buscando uma forma de se reorganizar, poderia ter apostado na perenidade secular de sua Instituição e ter desenvolvido outro projeto de reorganização urbana. Por outro lado, a Universidade foi capaz de perceber que necessitava do apoio das lideranças locais para buscar junto ao poder central condições para sua reestruturação na virada do XIX para XX.

Desta maneira, observa-se uma “disposição para” se utilizadas as condições pré-existentes e se agido politicamente na direção de conjugar os interesses, tanto da cidade quanto da Universidade. Como consequência essa conjugação acabaria por fortalecer ainda mais a relação natural e a identidade simbioticamente construída através dos séculos, mas agora articulada na perspectiva de promover o desenvolvimento local.

A “disposição para” articular e conjugar os interesses, se mostra no planejamento urbano, no incentivo à implantação de negócios e serviços auxiliares à atividade educacional, na atração de outros serviços educacionais que não superiores para atender as famílias em geral, à formação de base, técnica e profissional média.

Na segunda forma, a cidade busca um reposicionamento, um reordenamento do arranjo produtivo local. Percebe então, no Projeto Universitário, um parceiro para atrair empresas, investidores, pessoas e, juntos, estabelecerem um novo momento. Para que isso ocorra, é fundamental que haja a capacidade de “tomada de decisão para” que esses atores se conjuguem, seja por talvez não existir a expressiva presença de um Projeto de ensino superior com envergadura para essa retomada, ou caso exista, não tenha força suficiente nem esteja integrado à comunidade de forma plena para ser um agente mobilizador.

Campinas encontrava-se exatamente nessas circunstâncias; sua economia baseada na agricultura colapsava, o caminho para a implantação de um parque fabril na cidade não ganhava velocidade, ao contrário, caminhava para as cidades circunvizinhas restando precisamente uma decisão a ser tomada. Aceitar se apeguar face ao crescimento inexorável da região ou buscar um outro caminho.

É no processo de interiorização da USP, deflagrado na década de 1950 e das boas relações políticas do Prefeito Miguel Vicente Cury e do Governador do Estado, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, que é vista uma importante oportunidade estratégica para a cidade de Campinas. No ano de 1962 e nestas circunstâncias que passa a ser pensada não o estabelecimento de um *campus* da USP, mas sim uma nova Universidade Estadual. Esta sendo pensada e construída do zero, para fazer frente ao Projeto da Universidade de Brasília, entre outros motivos políticos.

As condições políticas, econômicas e o interesse do Estado de São Paulo eram fatores positivos que levavam os atores locais ao lugar da tomada de decisão. Desde o início embarcaram no Projeto e colaboraram criando as condições apropriadas para o bom encaminhamento; foi constituída assim uma relação de parceria. É certo que, por ser novo, nem sempre há concordância em determinadas questões, mas há o senso comum de que nos tópicos estratégicos e mais amplos todos devem caminhar em conjunto.

A implantação da UNICAMP expressa exatamente o que Bourdieu aponta como representação da vontade, como expressão material de um mundo social onde se quer ser percebido e distinguido pelo seu valor intrínseco, presente na intenção dos agentes sociais envolvidos.

As “cidades universitárias”, na perspectiva dessa Tese, não possuem uma tipologia formal, nem do ponto de vista da estruturação social, nem do ponto de vista urbano, sequer do ponto de vista econômico. O que elas trazem em si é o fato de se organizarem em torno do Projeto Universitário e fazer com que todas as demais atividades existentes na cidade orbitem relacionadas, direta ou indiretamente, a ele, funcionando como um sistema rizomático retroalimentado.

Considerando o exposto, a categorização das cidades universitárias baseada na relação estabelecida entre a cidade e o Projeto educacional superior, não como um tipo específico a ser reproduzido exatamente da mesma forma, mas como um modelo que possui variações e é passível de ser equalizado de uma cidade para outra, pode-se verificar a existência ou a não existência desses elementos condicionantes.

1 – Deve haver a conjugação de interesses entre o poder local e as Instituições de Ensino Superior e Pesquisa instaladas na cidade;

2 – Que esses interesses, uma vez articulados, sejam capazes de promover e vincular os desenvolvimentos local e territorial;

3 – Que esse desenvolvimento contribua para a construção e, uma vez alcançado para a consolidação da identidade da cidade como uma “Cidade Universitária”, um polo gerador de conhecimento.

Um exercício, para verificação do que propões esta Tese, pode ser feito rapidamente com a cidade de Covilhã, Portugal e sua Universidade da Beira Interior.

Fig. 36: Mapa de Portugal



Fonte: Acervo UBI

Fig. 37: Imagem de um dos edifícios da UBI.



Fonte: Acervo UBI

A cidade possui uma rica e longa história ligada à indústria têxtil, que remonta ao século XVI quando nela foi instalada a Fábrica Real. No século XIX essa atividade estava consolidada e a cidade conhecida por seus lanifícios. Até a década de 1960 Covilhã conheceu seu auge; era responsável por quase toda produção de tecido do

país, com diversas indústrias instaladas em seu território sua próspera economia podia ser vista pelos edifícios e casas que se construía, além da intensa vida cultural que havia para atender a pequena burguesia industrial portuguesa.

Na década seguinte, após a Revolução dos Cravos em 1972, a nova regulação das leis do trabalho, associada à desatualização tecnológica do parque fabril e ao novo cenário do mercado têxtil mundial, com a introdução em escala do fio sintético, acabou por colapsar a economia da cidade. Embora esta tenha sido considerada uma década perdida, é neste período que surge, em Covilhã, o Instituto Politécnico, que visava a formação de mão de obra para as indústrias que ali estavam instaladas, em seu primeiro curso, Engenharia Têxtil.

A partir deste ponto, poder público local e instituição de ensino tomam juntos uma decisão: fazer do Projeto educacional o centro articulador das demais ações da cidade. Nessa perspectiva o Instituto é reconhecido, na década de 1980, como Instituto universitário por oferecer cursos em outras áreas de formação para além das engenharias. Em 1996 é constituída pelo Governo Nacional Português a Universidade da Beira Interior, com 6 Centros divididos pelas áreas do conhecimento, com cerca de 10 mil alunos, 8 mil em graduação e em torno de 1200 funcionários, além de outros 350 prestadores de serviço.

Portanto, a UBI conta com uma comunidade acadêmica de aproximadamente 11.500 pessoas, que vivem na cidade, consomem, e fazem circular a economia. Se for considerada que atualmente a população de Covilhã é de cerca de 52 mil habitantes, dos quais 36 moram no perímetro urbano, é possível afirmar que ao menos 1/3 da população da cidade pertence à comunidade acadêmica.

Fig. 38: Instalações da UBI em antigas Indústrias.



Fonte: Acervo UBI

Fig. 39: Instalações da UBI em antigas Indústrias.



Fonte: Acervo UBI

Fig. 40: Edifício construído para abrigar cursos da UBI.



Fonte: Acervo UBI

Do ponto de vista da implantação física, a Universidade opta pelo modelo de *campus* integrado, utilizando-se de edificações pré-existentes requalificando-as para o uso acadêmico. Ao mesmo tempo em que constrói novas edificações no interior da própria malha urbana, de modo a manter o processo de integração total.

Hoje Covilhã está entre as cidades mais procuradas de Portugal, particularmente por estudantes e pesquisadores. A cidade, agora em parceria com a UBI, começa a configurar um programa de encubação de *startups* na área de tecnologia e saúde. Outros programas e políticas públicas são articuladas e construídas com o auxílio dos especialistas da Universidade e, assim, o setor de serviços passou a responder por 75% da economia local. Diante desse contexto, é plausível afirmar que o impacto da comunidade acadêmica é inegável.

O que fica claro, ao analisar todas as variantes, é que não se trata de uma questão de escala. Se assim o fosse, seria impossível comparar por exemplo as três cidades até agora citadas, sendo que Salamanca tem pouco mais de 10% da população de Campinas e Covilhã pouco mais de 3%. Se a tentativa de comparação fosse pela lógica dos orçamentos públicos também a discrepância seria enorme favorecendo Campinas, mesmo com a variação cambial.

Por isso, tais indicadores devem ser ponderados na avaliação, sob o risco de esta acabar comprometida. Estabelecer que uma cidade é universitária pela presença de um ou outro índice em determinado patamar é simplório e não alcança o fenômeno social que ela provoca, que transborda a mera questão do negócio, atingindo níveis culturais, comportamentais, mentais, ideológicos, sociais, muitos intangíveis.

Certo é que a conjugação de interesses promoveu em cada uma dessas cidades a articulação do território a partir da presença do equipamento educacional. O desenvolvimento econômico a partir do incremento de diversas outras atividades de apoio e contribuiu para a consolidação de uma identidade, que reconhece naquele território um espaço de construção do conhecimento e formação de profissionais.

Uma comparação que pode ser feita e sinaliza o impacto positivo global, justamente pelo fato das três cidades serem Cidades Universitárias, é a do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. A tabela a seguir demonstra que todas elas possuem índices considerados “muito alto”.

Tabela 17: Comparativo do IDH entre as cidades elaborada pelo autor.

Cidades	Média Nacional	IDH Local
Salamanca	0,893	0,918
Campinas	0,760	0,805
Covilhã	0,850	0,904

Fonte: IDH-PNUD 2019

Para o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento –, o IDH pode variar entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1 mais desenvolvido é o país, a região ou a cidade. A tabela apresenta o IDH médio de cada país e o índice de cada uma das três cidades. Os países que figuram com suas médias no intervalo entre 0,9 e 0,8 tem um IDH considerado “Muito Alto”, que é o caso de Portugal e Espanha; já o Brasil figura entre aqueles considerados “Alto” no intervalo entre 0,8 e 0,7. Contudo,

cabe sublinhar que as três cidades estão enquadradas como índice “Muito Alto”, fazendo com que Campinas tenha IDH de cidade europeia, mesmo pertencendo à América Latina.

Como já abordado, vale reafirmar que a conceituação e designação de uma cidade como Cidade Universitária transcende a ideia de um elemento pré-definido que deve ser encontrado da mesma forma para ser considerado pertencente à mesma categoria. O que essa Tese vem sustentar e defender é que, diferentemente dos outros tipos de cidade que ao terem suas marcas distintivas próprias presentes podem ser facilmente caracterizadas como pertencentes a uma categoria pela tipologia estar presente, o que se busca para identificação da Cidade Universitária não está objetivamente em sua materialidade.

Sua materialidade é resultante de um fenômeno relacional, de construção e articulação de interesses que amalgamados vão compondo a cidade, dando a ela ares e contornos que passarão a identificá-la, marcar seu território e distingui-la das demais.

4.2. UMA CIDADE TÍPICA

Embora tenha sido afirmado que as Cidades Universitárias são mais que uma tipologia de cidade, sendo um modelo referencial onde características marcantes se evidenciam e que a principal marca identitária desse modelo é a conjugação de interesses entre os atores locais do poder público e da gestão universitária. Contudo, o que se observou ao longo da pesquisa, tanto nas cidades usadas como referência quanto em outras também visitadas e analisadas, é que existe, por conta dessa junção de propósitos entre a comunidade local e a comunidade acadêmica, a clareza de que uma depende da outra. Isso é o que promove a capacidade de diálogo entre todos os atores sociais, econômicos e políticos envolvidos, mesmo nos momentos de maior tensão e discordância.

Essa relação dialógica entre as partes na perspectiva da manutenção e avanço do Projeto educacional que faz das Cidades Universitárias, cidades típicas. O adjetivo, típico aqui é exata e corretamente empregado para trazer a noção de estar e viver em uma cidade dessas, faz com que o indivíduo tenha contato com algo particular,

singular que ele só poderá encontrar em outra cidade que guarde as mesmas características.

Mas ainda na medida que a representatividade de união virtuosa de interesses prospere, passa a ser emblemático para o indivíduo no mundo contemporâneo apresentar-se como um profissional que teve contato com aquela cidade e/ou com aquela universidade. Essa informação atribui um valor intangível que se agrega a ele de forma representativa, uma vez que se declara como sendo alguém que fez parte daquela comunidade passa ser algo simbólico.

A entrada no século XXI traz para as cidades e para as universidades desafios objetivos, questões como habitação, segurança pública, saúde coletiva, ambiente, novo modelo formacional, mercantilização da educação, globalização da economia, transformação da educação em *comodities*. O conhecimento escolástico, disciplinar já não responde mais às diversas inquietudes que a sociedade do terceiro milênio enfrenta.

O avanço do neoliberalismo econômico nas últimas décadas do século XX produziu um embate entre os interesses globais das principais potências econômicas do globo, e os interesses locais de nações consideradas emergentes. De fato, o capitalismo, já em sua fase financista e transnacional, não comporta e aceita mais determinados tipos de posturas protecionistas, especialmente quando pode colocar em risco o equilíbrio econômico das grandes corporações.

Essa tensão e esse debate alcançaram a educação na passagem do XX para o XXI, um dos grandes questionamentos trazidos à luz pela ideologia neoliberal é a efetiva necessidade de um projeto nacional, uma vez que as interconexões econômicas em escala global são reais e efetivas, sendo esse projeto local um “obstáculo” ao desenvolvimento efetivo. No campo da educação isso atinge diretamente as universidades, uma vez que o desenvolvimento do conhecimento tem em grande medida o seu financiamento vinculado ao interesse público de projetos nacionais.

Isso posto, o que passou a ser percebido na maioria das consideradas cidades universitárias foi um momento de tensão, uma vez que seu principal ativo articulador do projeto local passou a ser questionado sobre a relevância de sua produção. O que está por trás dessa discussão é justamente o tipo de conhecimento desenvolvido, aquele modelo de autonomia isolada e desconectada, no qual o pesquisador

estabelece seus ritmos, metodologias, organiza e prioriza os interesses. O modelo de ensino disciplinar fragmentado, com foco no conhecimento técnico específico sem dotar o discente das habilidades e competências necessárias para o novo século. Ele requer então dessa nova universidade um conhecimento contextualizado, segundo o princípio da necessidade coletiva, do interesse financiador e da aplicabilidade efetiva do conteúdo produzido.

O Sociólogo Boaventura, chama essa nova orientação do conhecimento universitário de “conhecimento pluriuniversitário”, na medida em que é obrigatoriamente um conhecimento que obriga os pesquisadores, docentes e discentes, a adotarem uma postura menos rígida, menos hierarquizada, mais flexível, contextualizada e apropriada para o cenário globalizante.

“[...] Ao contrário do conhecimento universitário, o conhecimento pluriuniversitário é um conhecimento contextual [...] um conhecimento transdisciplinar que pela própria contextualização, obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de conhecimento, o que o torna internamente mais heterogêneo [...] todas as distinções em que se assenta o conhecimento universitário são postas em causa pelo conhecimento pluriuniversitário e, no fundo, é a própria relação entre a ciência e a sociedade que está em causa. [...]” (SOUSA, 2011, p.42)

Essa ideia de globalização também gera um outro debate, na perspectiva desse conhecimento a ser desenvolvido em uma nova fase pelas universidades, algo que seja capaz de respostas para questões de curto prazo, que estejam alinhadas a essa terceira modernidade, universalizante e que dote ao indivíduo, ao grupo e ao país de vantagens competitivas. Tensionando, sem dúvida alguma, a relação entre a universidade e a cidade, uma vez que a primeira começa a perceber que seu caminho inexorável é o da internacionalização, o que pode significar para a segunda a desconexão com alguns pontos do projeto local. Então o que se vive nesse momento é justamente a tensão entre o interesse globalizante e o de manutenção das singularidades.

Tabela 18: comparativo de elementos entre a visão globalizante e local.

Global	Local
Universal	Singular
Contemporâneo	Tradição
Curto Prazo	Longo Prazo
Competitividade	Colaboracionismo

Conhecimentos Padronizados	Conhecimentos Específicos
Desafio	Experiência

Fonte: Compilação do autor.

Diante desse quadro, as Cidades Universitárias precisam então apresentar-se de modo a estarem inseridas nesse processo, com vantagens competitivas e manutenção da capacidade de atração de pesquisadores, alunos e professores. Essa questão mais uma vez será resolvida pela articulação dos interesses e atores locais, que buscam garantir seus objetivos particulares, mas sem perder a perspectiva do todo.

A forma mais comum que se observa para a suplantar essa tensão é a construção de parcerias estratégicas entre o poder público local, a universidade e centros de pesquisa, empresas dispostas a financiar pesquisas específicas conectadas a sua cadeia produtiva. Há também algumas experiências de parcerias com movimentos sociais, poder público, assessoria para ações comunitárias, de forma a promover cada vez a maior e melhor integração entre as diversas camadas da sociedade.

Diante disso vem o título da segunda parte desse capítulo, “Uma Cidade típica”. Quando se recorre ao dicionário encontram-se como sinônimos para “típico” palavras como emblemático, simbólico, representativo, ou seja, aquilo que é típico é carregado de simbolismo, de representatividade é como um emblema.

Essa distinção marca o indivíduo, atribui a ele um valor, uma experiência por ter passado por uma determinada cidade, em uma determinada instituição que, dependendo do grau de inserção e projeção internacional, de respeitabilidade e qualidade da produção acadêmica da instituição, agregará ainda mais ao currículo do indivíduo. Para a cidade também, entretanto, não basta. É fundamental que ela seja reconhecida como diferenciada das demais, ela precisa ser uma cidade típica.

Avaliando quais seriam as características para que as Cidades Universitárias sejam consideradas típicas, então na perspectiva de que essas características devem contribuir para o desenvolvimento local e consolidação da identidade. Foram elencadas 6 características que dizem respeito à Cidade, à Universidade, mas sobretudo, ao resultado proveniente dessa relação, essa distinção que é gerada a partir do conjunto de ações, atividades, projetos, pesquisas, que produzem vida. Das

peças a certeza, convicção, algo intangível, de que aquela é uma boa cidade para se estar.

TRANSVERSAL

A cidade deve ser transversal em suas políticas públicas, entendido aqui que isso a levará a trabalhar áreas, temas e ter ações em campos da comunidade local, que antes não eram tratados pelas políticas mais verticalizadas. A transversalidade permite ainda que haja uma harmonização de esforços e cooperação em torno de temáticas que sejam relevantes para todos, possibilitando uma nova visão setorial, mais integrada, potencializando recursos e capacidades. A presença da universidade pode contribuir com a reflexão, análise e mediação de determinadas estratégias que forem estabelecidas para se alcançar essa transversalidade e todos os segmentos sociais se sintam representados. Portanto, ter um conjunto de políticas públicas que sejam transversais e se capilarizem por toda a sociedade é fundamental para construir um ambiente social favorável, para o desenvolvimento do projeto educacional, econômico, urbano, social, cultural, político, solidificando assim um traço da identidade da cidade.

INTERDISCIPLINAR

A simples definição diz que quando duas ou mais áreas do conhecimento são relacionadas, essa ação ou projeto é interdisciplinar. É claro que, na prática, estabelecer essas relações de forma que sejam efetivas e realmente promovam integração disciplinar não é tão simples. Humboldt aponta, em seu documento no início do século XIX, a interdisciplinaridade como uma das marcas fundamentais para a Universidade moderna, passados dois séculos esse ainda é um dos maiores desafios no ambiente acadêmico. Quando imaginado na escala da cidade, pode ser ainda mais complexo; contudo, a interdisciplinaridade na análise sobre a sociedade é a possibilidade real de promover a correlação e integração de políticas e medidas que não reforcem o isolamento de áreas. Uma ação de planejamento urbano pode contar com profissionais e especialistas de diversas áreas do conhecimento que estejam na universidade e trabalhem a temática desejada, assim, um grupo com diversos olhares pode estabelecer uma ação mais qualificada, uma política pública mais ampla, possibilitar melhor sustentação para o bem coletivo.

PLURAL

Uma cidade plural não é apenas o aglomerado de cidades diferentes, de áreas e guetos que, por estarem em um determinado território que administrativamente é o mesmo, estabelecem um pacto de não agressão e respeito de limites e diferenças, de forma a garantir uma integração pactuada, forjada, mas não real. No escopo dessa Tese, quando se fala de pluralidade no âmbito da cidade, pressupõem-se a compreensão e o respeito pelo outro, por suas causas, lutas e bandeiras. Mais ainda, uma cidade que promova a pluralidade cultural, integração do território eliminando os obstáculos separatistas de maneira a fazer com que o tecido urbano seja um reflexo da pluralidade acadêmica, nacional, regional, étnica e social, também presente na universidade.

INCLUSIVA

Ser inclusiva é mais do que simplesmente garantir que o direito de ir e vir a quem tem mobilidade reduzida, inclusividade aqui diz respeito a promover a igualdade social, a democratização do debate político, a promoção ampla da cultura, além de promover iniciativas que contribuam para a ativação econômica dos setores populares da cidade. A Universidade, por meio de ações educativas e extensionistas, por receber e franquear o seu espaço de forma plena, a promoção da igualdade de gêneros, do acesso à educação e saúde a todos, a discussão sobre a forma como líder com aqueles que são portadores de deficiências e com os que são marginalizados. Trazer todos para o centro do debate, garantindo espaço e voz para todos é verdadeiramente uma forma de promover a inclusão.

CRIATIVA

Várias teorias existentes sobre o que faz uma cidade ser considerada criativa. Para a compreensão conceitual dessa Tese será adotada a conceituação do americano Richard Florida (ANO) que aponta que para uma cidade produzir um ciclo econômico criativo, ela deve ser capaz de atrair Talentos, ser tolerante com as diferenças e ter acesso à tecnologia. Considerando o que foi exposto até como características fundamentais para um Cidade Universitária, ou seja, que ela tenha políticas públicas transversais, que a capacidade de reflexão interdisciplinar da universidade seja capaz

de transbordar seus muros alcançando a cidade e influenciando as políticas e ações governamentais, que ela seja uma cidade plural capaz de lidar com as diferenças nos mais diversos níveis, e que seja inclusiva promovendo a integração de todos aqueles que estejam à margem das estruturas formais econômicas, políticas, culturais, sociais, religiosas visando fomentar a cultura da paz.

Se a cidade for capaz de apresentar essas características, ela terá também todas as condições para ser uma cidade que desenvolva um conjunto de atividades econômicas e de gestão, que sejam criativas, será capaz de prover aos indivíduos oportunidades nos mais diversos setores econômicos, de forma a aquecer os arranjos locais. Criará condições para que a integração do conhecimento desenvolvido na universidade seja aplicada, na gestão da cidade, em parceria com grandes empresas em projetos inovadores, em empresas e empreendimentos que sejam promissores. Portanto, ser criativa é uma característica das cidades universitárias que envolve plena e abrangentemente a toda sociedade que se organize em torno do projeto educacional.

ACOLHEDORA

Ser uma cidade acolhedora é ser uma comunidade que saiba receber bem o que vem de fora, mas é também tratar de forma humana e distinta aqueles que nela vivem, é ser capaz de viabilizar as condições básicas fundamentais para a qualidade vida, promover a cultura da paz, disseminar a não violência. Acolher os que buscam oportunidade para aprender, para investir, para se desenvolver, para retomar a vida, se colocar de forma afável diante dos indivíduos para se sintam seguros; isso se revela no desenho urbano com o estabelecimento de um traçado que não oprima, não segregue, mas aproxime, acolha, inclua. As cidades universitárias devem apresentar essas 6 (seis) características de forma que, sendo elas identificadas e se apresentando de maneira articulada, façam dela uma cidade.

- ⇒ **T**ransversal
- ⇒ **I**nterdisciplinar
- ⇒ **P**lural
- ⇒ **I**nclusiva
- ⇒ **C**riativa

⇒ **A** colhedora

As cidades universitárias não são típicas no sentido de pertencerem a um determinado tipo, elas são típicas porque ao apresentarem essas marcas distintivas se tornam emblemas. De um espaço onde o saber ser e o saber fazer, se articulam para melhorar as condições de vida, as oportunidades econômicas, reduzindo as potenciais fragilidades e vulnerabilidades sociais.

Claro que para além de uma simples teorização, há que se construir um conjunto de indicadores, para se estabelecer quem sabe um índice geral para as cidades universitárias em que esses fatores fossem traduzidos em números. Mas no âmbito da proposição dessa Tese, o que se busca identificar está no campo da observação empírica, construção e verificação teórica, assim, quando se olha para Salamanca e são identificados planos e programas que estimulam a participação popular em diversas comissões, que garantem pluralidade nessa representação, que as temáticas não são tratadas de forma fragmentada, tampouco setorizada. Havendo de forma prática uma transversalidade no debate, um avanço significativo em algumas ações práticas e, mesmo sem indicadores mais pormenorizados, para cada um das 6 (seis) marcas distintivas elencadas, se observa o IDH da cidade (0,918), comparado com a média nacional espanhola (0,893), pode-se afirmar essas marcas são bem trabalhadas e equacionadas na vida cotidiana, a ponto da cidade ter o índice de desenvolvimento que tem.

O mesmo pode se afirmar de Campinas, que desenvolve uma série de projetos, programas e atividades integradoras nas quais as marcas distintivas das cidades universitárias estão presentes. Claras políticas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e inovação, aproveitando-se, por exemplo, do conjunto de instituições de pesquisa localizadas na cidade, o resultado não poderia ser outro, a exemplo de Salamanca, o IDH local (0,805) é maior que a média nacional (0,761).

Considerando o até aqui exposto, cabe destacar para a reflexão e verificação da Tese proposta, que as cidades universitárias não podem ser pré-definidas ou estereotipadas pela presença de uma instituição de ensino superior, por mais renomada e conceituada que ela seja. O que faz com sejam cidades que possuam características, mas não um modelo hermético fechado sendo simplesmente

reproduzido em outra região poderá se apontar que ali nasce uma nova “cidade universitária”.

O que essa Tese propõe e sustenta que existe é um conceito que norteia a ideia de cidades universitárias e que este se baseia no fenômeno relacional que se estabelece entre estas duas partes a cidade e a universidade. Uma vez estabelecida essa conjugação de interesses entre a comunidade local e o projeto universitário, passa-se a observar o desenvolvimento social, econômico, político e urbano da cidade.

Portanto, como já fora dito, mais que uma tipologia, o que a Tese provoca à reflexão é que as cidades universitárias são fruto dessa conjugação, dessa articulação de interesses. É um conceito que passa a ganhar concretude na medida em que algumas ações e estratégias são pactuadas e executadas, revelando, assim, suas marcas distintivas, que uma vez implementadas passam a representar, a simbolizar essa ideia, passam a ser uma marca T.I.P.I.C.A. das cidades universitárias.

Essa cidade típica mostra-se transversal em suas políticas públicas; interdisciplinar na forma de ver, analisar e tratar os seus problemas; Plural na forma de abordar os temas e cuidar de seus cidadãos; Inclusiva não permitindo o crescimento da marginalização do cidadão seja por qual motivo, estereótipo ou causa for; e acima de tudo, uma cidade Acolhedora, humana, sustentável, responsável coletivamente.

Seja de que tamanho for e em qual continente for, a Tese apresentada aqui sinaliza que essas marcas distintivas deverão estar presentes para que possa ser categorizada como cidade universitária e, uma vez que estejam, são resultantes da conjugação do interesses públicos locais e da comunidade acadêmica, em maior ou menor grau. Mas sem que aja essa articulação de intencionalidades, essas marcas não estarão presentes e essa cidade, ainda que tenha uma Universidade, não poderá ser considerada como universitária.

O exemplo apresentado de Covilhã e sua relação com a UBI demonstra o que se está a dizer. No caso a experiência estruturadora foi semelhante à de Campinas, mas o caso da cidade de Córdoba na Argentina, que tem uma das mais antigas universidades do continente americano, sua estruturação se assemelha mais ao modelo de Salamanca.

Localizada na região central da Argentina e tendo sua Universidade organizada ainda no século XVII, no ano de 1613, originalmente de acordo com o modelo dos *Estudios*

Salmantinos. Córdoba é a segunda cidade do país em população, com mais de 1,2 milhões de habitantes, dos quais cerca de 10% são estudantes universitários nas 6 Universidades existentes ali, além de docentes, funcionários administrativos e prestadores de serviço direto.

Com o *campus* da UNC implantando historicamente no centro da cidade, guardando semelhança com o modelo de implantação salmantino, integrado de pré-existência, também acabou por se expandir mantendo a característica de integração com a malha urbana local. Sendo responsável por parte significativa do parque industrial argentino na primeira metade do século XX, com a crise econômica e política vivida pelo país nos anos de 1980, a cidade mergulhou em uma grande depressão.

Na década seguinte, com o esforço das 3 (três) principais universidades ali instaladas, Universidade Nacional, Universidade Católica e Universidade Tecnológica, juntas com o poder público local pensaram um plano de recuperação da cidade, tendo o projeto educacional superior como eixo. Hoje o setor de serviços representa 82% da economia local; a cidade é considerada uma das mais seguras do país apresentando índices de criminalidade que vem sendo reduzidos a cada ano. Possui um conjunto de políticas de gênero, etnia, de apoio a pequenos empresários, um amplo programa para *startups*.

Sim, a cidade de Córdoba é uma cidade universitária porque entre outros pontos, suas políticas transversais, planos interdisciplinares, a cultura plural, o arranjo produtivo local cada vez mais criativo e ser reconhecida como uma das mais acolhedoras do país, isso tudo como resultado prático da conjugação de interesses entre o poder público e o projeto universitário ali instalado; oferece como resultado para aquela população um IDH local de 0,846, maior que a média nacional Argentina, que é de 0,827.

Fig. 41: Mapa da Argentina



Fig. 42: Imagem do Pátio Interno do Prédio principal da UNC.



Fonte: Acervo UNC

Fig. 43: Imagem aérea do *campus* da UNC.



Fonte: Acervo UNC

O que se pode observar é que, a partir dos modelos escolhidos como referenciais, outras cidades puderam ser identificadas e avaliadas sob as mesmas premissas.

Sendo então identificado o mesmo fenômeno, que ao consolidar o modelo de universidade moderna humboltiana e de cidade moderna pós industrial, diante de uma nova virada do sistema capitalista, de uma nova ordem, ambos precisaram se reposicionar.

A questão da globalização do pensamento neoliberal, como aqui apontado, acaba por estimular uma supervalorização do conhecimento pasteurizado em detrimento do conhecimento elaborado. Isso porque vivemos em uma sociedade cada vez mais rápida, onde o conhecimento se dilui muito rapidamente, bem como o sociólogo Sigmund Bauman conceitua. Fato é, que as universidades acabaram tragadas por essa lógica produtivista e se viram obrigadas, a exemplo dos países, a formarem blocos de cooperação acadêmica, estabelecendo na maioria dos casos um nível de importância maior para o global, o externo, o geral, do que para o local, o interno, o particular.

Nesse processo saber se apresentar como uma cidade universitária a ponto de atrair novos alunos, pesquisadores e até mesmo investidores, requer um esforço não apenas acadêmico ou de gestão da instituição. Deverá haver um dose justa de participação do poder público local, qualificando a cidade do ponto de vista da sua infraestrutura urbana, garantindo mobilidade, habitabilidade, segurança, saúde, condições que sejam atrativas para aqueles que buscam um local para viver ainda que por um breve período.

Ao pensar, ao observar o mote utilizado pela Universidade de Salamanca sobre o seu *campus*, “um *campus* de excelência internacional”, e se percebe que o modelo de implantação física adotado pela universidade é o de *campus* integrado, na verdade a mensagem que está sendo passada é sobre a cidade. Ela é quem recebe em diversos edifícios espalhados pelo tecido urbano, em pontos dos mais distintos quanto a morfologia, qualificação e uso; ela que tem que responder a esse chamado, a esse convite que a universidade está fazendo a estudantes do mundo inteiro. Por certo, essa é uma estratégia casada com o poder público local, como por exemplo o uso de equipamentos culturais que pertencem à universidade, como teatros e centros culturais, por parte de companhias municipais ou subsidiadas pelo município.

Quando a Universidade de Granada usa como seu mote de campanha de internacionalização a frase “A Universidade é a Cidade”, o que está sendo proposto é

que estão juntas, não apenas em seu modelo territorial híbrido, que tem instalações em edifícios pré-existentes e tem um bairro universitário implantado, mas que está absolutamente integrado a malha urbana sem obstáculos ou segregação, além de estar convidando as pessoas a viverem em uma cidade TIPICA.

Com isto, o que se tem é justamente o desafio de enfrentar essa sociedade globalizada, oferecendo a experiência de se viver em uma cidade TIPICA, onde as políticas públicas são pensadas em parceria com a inteligência e experiência acumulada dos pesquisadores para promover dia a dia o desenvolvimento local e a consolidação dessa identidade emblemática. Além de agregar valor à formação daqueles que ingressam nessas instituições de excelência.

4.3. UNIVER CIDADE

O Projeto universitário, quando conjugado com os interesses locais, apresenta-se como elemento promotor e articulador do desenvolvimento local e consolidador da identidade de uma cidade, essa é a Tese sustentada até aqui. Que uma cidade universitária, é reconhecida não por uma tipologia estrutural específica, mas por um modelo que revela essa relação simbiótica e intensa entre a universidade e a cidade.

Essa relação se revela através de marcas distintivas que fazem dessa cidade uma cidade TIPICA, por conta de suas políticas públicas transversais e interdisciplinares, plurais e criativas, sendo ainda uma cidade acolhedora com uma visão humanizada sobre a vivência coletiva e a experiência urbana. Cria-se, assim, a oportunidade para a recepção humanizada de todos que para ela foram, a fim de se integrar à comunidade acadêmica; além de fazer da universidade e todo o conhecimento por ela desenvolvido base para a discussão, implementação e avaliação das políticas públicas propostas.

Assim a cidade universitária passa a ser universal, na perspectiva do seu olhar e de seus projetos, uma vez que com o auxílio e participação da experiência acadêmica e científica busca dar respostas e solução para os problemas e questões fundamentais da sociedade como saúde, educação, meio ambiente, economia, segurança pública, habitação, infraestrutura urbana. De maneira que esta cidade, que é reconhecida em todo mundo por sua universidade, passa a gozar desse prestígio, do conjunto dos talentos e competências ali reunidos para pensar sua dinâmica de maneira mais geral,

mais ampla ao mesmo tempo que encontra saídas e respostas específicas contextualizadas à sua realidade.

Considerando isso, não é errado afirmar que a cidade universitária é uma cidade única, na perspectiva de ser um ambiente sócio econômico espacial com características particulares, decorrentes do fenômeno relacional. Na cadência da sociedade contemporânea, essa realidade particular passa a ser o diferencial buscado e desejado por todos que entendem que a vida em comunidade é a expressão coletiva das individualidades e que saber respeitar é viver plenamente a cidadania.

Portanto, seja o modelo da Cidade da Universidade, ou seja da Universidade da Cidade, o que importa que na sua dinâmica cotidiana os diversos níveis dessa sociedade sejam capazes de cada vez mais pensar globalmente e viver localmente. Usando o espaço urbano para as experiências que possam ser reproduzidas em escala mundial, pensando mediação para conflitos resultantes da multiculturalidade naquele micro universo global, aplicando localmente soluções que sinalizem caminhos para os conflitos internacionais.

Por outro lado, desenvolver experiências econômicas comunitárias, pesquisas de relevância e interesse social, a comunidade acadêmica atua no conjunto de projetos locais. Contudo, com a visão sistêmica mundial, isso permitirá cada vez mais fazer com que o conhecimento por ela desenvolvido seja e esteja internacionalizado e integrado em uma ampla rede de instituições, que por consequência também conectará a cidade.

Quando Salamanca desenvolve projetos na área de saúde pública que têm foco em medicina preventiva básica coletiva, ou ainda desenvolve pesquisas de alta complexidade médico oncológica, e esse trabalho conta com a colaboração e participação de pesquisadores de diversas nacionalidades, que sediados ali na cidade, na universidade, com apoio local buscam respostas para a população mundial, isso não faz apenas a comunidade acadêmica renomada, mas atrai para a cidade um conjunto de investimentos, de pessoas, que sabendo o que lá acontece passa querer a ter contato.

O que se começa então a perceber é que cidade e universidade passam a viver cada vez mais esse processo de integração, chegando ao ponto de serem confundidas uma com a outra, como sendo partes complementares de um mesmo corpo que vive suas

tensões e dificuldades; mas que avançam em direção ao desenvolvimento local de maneira sólida e permanente.

Criada em 1891 a Universidade de Stanford, com sede na cidade de Palo Alto, Califórnia, desde sua origem sempre teve uma estreita relação com o poder público local. Essa relação se materializou em um projeto conjunto de expansão entre as décadas de 1940 e 1950, nesse momento surgia o que hoje é conhecido como Vale do Silício.

Fig. 44: Imagem aérea do *campus* da Universidade de Stanford, Palo Alto – CA – USA.



Fonte: Site da Universidade

Compreendendo que uma de suas missões era estar a serviço do desenvolvimento da região Oeste, a Universidade de Stanford passa a desenvolver uma série de projetos locais com metas e abrangência nacional, sob a liderança do Reitor Frederick Terman. Se estabelece na comunidade acadêmica um desafio que se segue por duas décadas, professores e alunos deveriam transformar seus projetos e pesquisas em empresas que agregassem valor a comunidade local.

Junto ao poder público local, ele conseguiu uma área e estrutura para abrigar as novas empresas que deveriam estar focadas a resolver os problemas apresentados pela comunidade da Palo Alto inicialmente, e na sequência da região. O trabalho foi crescendo e a Universidade da Califórnia se envolveu no Projeto ampliando assim a capacidade de atendimento.

Fig. 45: Imagens da área destinada a implantação das novas empresas na década de 1940.



Fonte: Site da Universidade Stanford

Na região de São Francisco, Califórnia, já estavam instaladas na década de 1970 empresas de tecnologia como Intel, AMD, HP, XEROX. Por conta da presença dessas empresas na região, que se utilizavam do silício como elemento na produção de seus equipamentos, e do apoio ofertado por elas a diversos projetos no parque universitário, a imprensa passou a identificar e chamar a região e o projeto como “Silicon Valley U.S.A.”, o Vale do Silício.

Hoje são 16 cidades atingidas pelo projeto, mais de 40 instituições de ensino e pesquisa, mais de 1000 empresas de médio e grande porte instaladas na região, que passou a ser uma referência em desenvolvimento local. Tudo ainda capitaneado pela articulação entre as Universidades de Stanford e Califórnia como os governos municipais e do Estado.

Fig. 46: Foto aérea Vale do Silício hoje.



Fonte: Site Universidade de Stanford

Nesse projeto estão hoje instaladas empresas como Apple, Amazon, Cisco entre outras. Segundo o *Federal Reserve*, em seu relatório publicado em seu site no ano de 2019, a região responde por cerca de 40% de todo o investimento de capitais de risco do país. Nas cidades o setor de serviços é o predominante e o IDH considerado “Muito

alto”, as Universidades estão entre as melhores do mundo e as cidades onde especificamente elas estão sediadas, Palo Alto e Barckley consideras como verdadeiras cidades universitárias.

Nesse ponto cabe então resgatar o nome dado à parte, “UNIVER CIDADE”. Quando o projeto ganha essa dimensão, que transborda os limites da própria cidade alcançando as cidades circunvizinhas, mobilizando também suas economias e influenciando o *modus vivendi*, como aconteceu no caso da Califórnia, e no de Salamanca onde a USAL implantou *campus* em mais 3 cidades, Ávila, Zamora e Bejar.

Assim, o projeto consolidado em um núcleo, consegue se irradiar levando para a região os mesmos princípios de desenvolvimento e articulação, que, por sua vez, vai reforçando a identidade cultural da região e ampliando as possibilidades de intercâmbios econômicos, culturais, acadêmicos e científicos. Fazendo com que a sociedade da informação, globalizada e carregada de dispositivos e soluções tecnológicas, volte-se para a simples convivência harmônica dos seres.

Justamente aí que a Arquitetura e o Urbanismo, enquanto uma ciência social aplicada, pode oferecer o olhar platônico e contemplativo sobre a sociedade e o indivíduo. Conjugado com soluções pensadas de forma profundamente cartesianas e técnicas, de modo a conjugar os interesses coletivos e individuais, teórico-acadêmicos com os práticos e públicos, aproximar a gestão pública do fazer diário, oferecer a sua face como a única arte que tem a privativa capacidade de poder ser usada.

A “univer cidade” é a cidade universal, é aquela que consegue conjugar o cuidado com o interesse local sem perder de perspectiva as temáticas globais. Isso está no bojo da natureza das cidades universitárias, está no conjunto das suas marcas distintivas que fazem dela uma cidade TIPICA; saber que deverá tratar questões locais para problemas que são globais, como a diversidade cultural, a violência de gênero, a exclusão econômica, a marginalização étnica, entre tantas outras.

As cidades universitárias, são um fenômeno relacional, que constituem cidades TIPLICAS e globais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Exposto todo o raciocínio como fora apresentado até esse ponto, espera-se que a Tese submetida a verificação esteja clara. Todavia, cabe aqui que mais uma vez se apresente qual seja, que o Projeto universitário quando conjugado com o interesse local, é indutor e promotor de desenvolvimento local, articulação do território e consolidação da identidade, fazendo com que a cidade passe então, a ser conhecida como Cidade Universitária.

O foco de interesse investigativo da tese, portanto, não é nem a cidade nem a universidade somente, mas o fenômeno relacional que uma vez estabelecido pode produzir e constituir cidades que pertençam a essa categoria. Para tanto, algumas questões de verificação foram apresentadas:

- ⇒ Será que o simples fato de ter em seu território uma universidade, faz da cidade uma cidade universitária?
- ⇒ Até que ponto a relação político administrativa de uma cidade, que tem em seu território uma universidade, é determinada por esta?
- ⇒ Em que momento a presença de instituições de Ensino Superior em um determinado local, faz com que essa área possa ser considerada um aglomerado econômico de Ensino?
- ⇒ Como a presença da Universidade promove a articulação e a organização do território?
- ⇒ Esse nível de impacto depende da conjugação e da relação dialógica entre o interesse local e o Projeto Universitário?
- ⇒ Existe um tipo específico que caracteriza uma cidade universitária?

Chegando ao final deste trabalho de Tese doutoral e, diante de toda a investigação que se deu, responder à essas perguntas parece muito menos complexo do que quando elas foram apresentadas na Introdução Referencial. Dessa forma, podem ser respondidas de forma clara e objetiva.

- ⇒ Será que o simples fato de ter em seu território uma universidade, faz da cidade uma cidade universitária?

Não. De forma alguma a simples presença de uma instituição de ensino em um determinado território fará dele uma cidade universitária, transformará sua dinâmica em uma realidade inovadora vinculada e transformadora. Não é a simples presença

da uma Universidade, por melhor que ela seja, que fará aquele espaço ser um território educador, tampouco a presença dessa instituição estabelece um tipo específico de ocupação do tecido urbano que possa vir caracterizar, e assim ser chamada de cidade universitária.

⇒ Até que ponto a relação político administrativa de uma cidade, que tem em seu território uma universidade, é determinada por esta?

As políticas públicas de uma cidade somente serão influenciadas pela Universidade que esteja em seus limites territoriais, quando os interesses forem comuns, se conjugarem e forem articulados. Os dois casos de referência que foram utilizados para verificação da Tese deram conta de demonstrar exatamente isso. Foi a nítida compreensão de que a cidade dependia da presença e do bom desempenho da Universidade que fez com que os gestores locais salmantinos se mobilizassem no sentido de defenderem-na em diversos momentos. Da mesma forma, foi perceber a claudicante forma como a cidade se comportava e vinha perdendo prestígio que fez com que os líderes políticos campineiros se mobilizassem não por um *campus* da já existente USP, mas pela criação de uma nova universidade que levasse o nome da cidade, e em torno da qual eles pudessem mobilizar seus esforços.

⇒ Em que momento a presença de instituições de Ensino Superior em um determinado local, faz com que essa área possa ser considerada um aglomerado econômico de Ensino?

Ter o eixo da economia local articulada entorno da atividade educacional passa não apenas pela presença da instituição de ensino superior, como já foi respondido, mas com certeza ela está contida no processo de construção desse arranjo produtivo local, que vai sendo consolidado na medida em que a notoriedade da cidade universitária vai acontecendo. Por sua vez, essa notoriedade está diretamente ligada à explicitação de marcas distintivas particulares, próprias dessa categoria de ambiente urbano, uma delas é a de ser uma cidade comprometida com uma economia criativa.

⇒ Como a presença da Universidade promove a articulação e a organização do território?

Na medida que o Projeto universitário, em seu modelo de ocupação territorial seja integrado ou segregado, tem a preocupação de se aproximar da realidade viva da

cidade, da dinâmica já existente, não sendo um obstáculo, sequer um elemento segregador do tecido urbano, ao contrário promove integração, aproximação, reinserção, inclusão; a universidade pode sim contribuir com a organização do território.

⇒ Esse nível de impacto depende da conjugação e da relação dialógica entre o interesse local e o Projeto Universitário?

Qualquer intervenção urbana dependerá sempre da capacidade de diálogo e da conjugação do interesse entre os atores envolvidos e o poder público. Se esses interesses já forem articulados e conjugados na origem do projeto de intervenção do território, se o poder público se apropriar das competências instaladas na academia para avaliar, estudar, pensar a realidade que está presente em seu cenário, com certeza essa intervenção produzirá um impacto infinitamente maior do que o normal.

⇒ Existe um tipo específico que caracteriza uma cidade universitária?

Viu-se que não há uma tipologia específica, uma morfologia específica. Uma confusão acabou ocorrendo, ao longo do século XX, quando os *campi* isolados segregados passaram a ser chamados de “cidade universitária”. O que há é um modelo referencial, e esse modelo carrega consigo algumas marcas distintivas que, uma vez presentes, reforçam e contribuem para a caracterização das cidades universitárias como TIPICA: Transversal, Interdisciplinar, Plural, Inclusiva, Criativa e Acolhedora.

Essas perguntas respondidas assim, de forma direta e simples, podem dar a falsa impressão de que a Tese foi uma verificação de obviedades, todavia, a observação do fenômeno relacional não é simplista. O que faz do trabalho em si mais complexo e sinaliza uma extensão posterior, para entre outros desafios, estabelecer indicadores para essas marcas distintivas e que se possa acompanhar a evolução, o estágio em que cada uma das cidades universitárias estão.

Nesse momento o que foi usado, como apresentado, foi o IDH que pode auxiliar na conclusão de que, independentemente do tamanho da cidade ou da história e tradição acadêmica da Universidade, as cidades universitárias, de modo geral, possuem altos índices de desenvolvimento. Considerando que o IDH é uma composição de outros tantos indicadores, pode-se afirmar ser ele um bom referencial para sustentar a afirmação da Tese, de que é a conjugação de interesses que cria essa atmosfera

TÍPICA e produz como resultado um IDH de cidade europeia no Brasil ou na Argentina, por exemplo.

Outra consideração a ser feita é que na passagem dos séculos XIX para o XX, observou-se a reconfiguração das antigas cidades universitárias. Conforme o modelo referencial de Salamanca, as cidades de suas Universidades, que diante de toda transformação do capitalismo em sua fase industrial internacionalista, estabeleceu sobre as universidades uma lógica produtivista Taylor-fordista que em muito a afastou do modelo escolástico medieval. Requerendo, por consequência, novos espaços, novas relações menos isoladas e mais integradas com as comunidades e a sociedade em geral.

Assim, enquanto as cidades das universidades lutavam para se reinventar, ganhavam corpo e força, as universidades das cidades, passam a pensar seu projeto associado ao projeto educacional. Como o modelo referencial de Campinas, uma universidade de cidade, diante da necessidade de se pensar enquanto cidade e no seu papel na região, faz dele um vetor de desenvolvimento urbano, de ocupação articulada ao território, de estruturação do arranjo produtivo local, de forma criativa e do ponto de vista das políticas públicas sociais, garantindo uma cidade plural, inclusiva e acolhedora.

Uma vez estas marcas distintivas presentes e consolidadas, é natural que esse projeto se expanda, que rompa a barreira e o limite territorial da cidade, alcançando outros territórios, criando então um outro conjunto de interesses e de articulações que passam a ganhar o nível regional. A isso o arquiteto e urbanista americano Richard Dober está passando a chamar de Edutrópolis, a metrópole educacional.

“[...]Edutrópolis é uma rede metropolitana de centros de educação pós secundária que serve e oferece seu apoio a uma multiplicidade de atividades educativas, sociais, econômicas e culturais. Entre tais funções se inclui a tradicional tríade ensino, pesquisa e extensão e de modo mais crescente projetos de desenvolvimento para a comunidade. [...]” (DOBER, LLEIDA, 2006, p.17)

Levando esse conceito de regionalização em consideração, a cidade universitária que chegou consolidada ao final do século XX, sem uma tipologia específica, mas com modelos referenciais, estruturada sobre a relação entre o poder público local e a universidade. Por conta do desenvolvimento das suas marcas distintivas, ao se consolidar como um espaço de alta qualidade de vida, tende a atrair um conjunto de

arranjos econômicos conexos e interligados aos múltiplos e interdisciplinares saberes nela presente; para se instalarem em sua volta, construindo um verdadeiro sistema rizomático urbano regional.

A expansão da Unicamp para Limeira e a implantação de um conjunto de outras instituições de ensino na Região Metropolitana de Campinas, sinalizam uma construção positiva de médio prazo para região. O mesmo pode-se afirmar da Região de São Francisco, Califórnia, com o Vale do Silício como demonstrado.

Por fim, a Tese mostrou-se como anunciado na Introdução, um trabalho transdisciplinar em sua essência, fluindo claramente pelos campos do conhecimento que pretendeu, História, Arquitetura e Urbanismo, e Educação. Trouxe ainda elementos de outras áreas como economia, comportamento social, cultura, políticas públicas, sem perder o foco principal. Atendeu ao fato de ser uma Tese vinculada ao Programa de História Moderna, Contemporânea e da América da Universidade de Salamanca e, ao mesmo tempo, ao Programa de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Uma Tese que trabalhou temporalmente a passagem do século XIX para XX e o desenvolvimento do XX, tendo como objeto o fenômeno relacional existente entre a cidade e universidade, assumindo que Salamanca e Campinas são dois modelos da TÍPICA cidade universitária, que consolida no século XX e ingressa no XX.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA FILHO, Naomar. Fernando Seabra Santos – “A quarta missão da Universidade” – Ed. UNB, Brasília – 2012, p.39
- ARGAN, Giuli Carlo – “A história da arte como história da cidade” – SP, Ed. Martins Fontes, 1992, pg.73.
- ARQUIVO MUNICIPAL DE CAMPINAS – Documentos de fundação da Cidade de Campinas
- BENEVOLO, L. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Presença, 1994.
- BENEVOLO, Leonardo – “História das Cidades” – Ed.Perspectiva , SP , 2011, pg.615
- Boletim Oficial do Estado Espanhol – “Ley sobre Ordenación de la Universidad española de 29 de Julio de 1943” – Anexo texto original completo – (tradução livre)
- BOURDIEU, Pierre – “Capital Cultural, Escuela y Espacio Social” – Ed. Siglo Veintiuno, Cid. México, 2008, p.36
- BRAUDEL, Fernand – “Civilização material, economia e capitalismo.” Vol. I – Ed. Martins Fontes, SP, 1995. Pg. 471-477
- CARR, Raymond. – “Espanña 1808 – 2008” – Ed. Ariel, Madri, 2015, p.105
- CARRIÓN, Mercedes F. – “La Universidad em el Silglo XIX” – in. “Universidad y Ciudad: La Universidad en la Historia y la Cultura de Granada” – Ed. Univ. Granada, Granada, 1997, p.101 (tradução livre)
- CATALÁN, Enrique Garcia – “Uma Ciudad Histórica Frente a los Retos del Urbanismo Moderno: Salamanca em el siglo XIX” – Ed. Universidade Salamanca, Salamanca, 2016; p.116 (tradução livre)
- CEBALLOS, Carlos G. – “Salamanca a Finales del Siglo XIX” – Pub. de La Diputacion Provincial, Salamanca, 1951; p. 44
- COELHO, C. D. Os tempos da cidade: uma metamorfose imperfeita. *In: COELHO, C. D. Cadernos MURB 2: O Tempo e a Forma*. Lisboa: Argumentum, 2014. p. 14.
- COWLEY, W.H.; WILLIAMS, D. – “International and historical roots of American higher education” - New York and London: Garland Publishing, 1991, p. 137
- DOBER, Richard – “Eduatrópolis: El Surgimento de um paradigma del siglo XXI”, in “Ciudad y Universidad – Ciudades Universitárias y Campus Urbanos” – Ed. Milenio, 2006, Lleida, Espanha, p. 17
- ENGELS, Friedrich – “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”; texto original de 1845, republicado pela Ed. BoiTempo – SP, 2010
- FERNANDES, Florestan – “Balanço da Situação Atual do Ensino Superior”, in “Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução” – Ed. Alfa-ômega, SP, 1975, p.51
- FRAMPTON, K. “História Crítica da Arquitetura Moderna”; Ed. Martins Fontes – SP. 2012, pg. 12
- HERNANÁNDEZ DIAZ, Jose Maria – “El Ochocientos – De La Ley Moyano al Siglo XX”, in.: “La Universidade de Salamanca I – Historia y Proyecciones” - Ed. Universidad de Salamanca, Salamanca, 1989, p. 208 (tradução livre)

HERNANÁNDEZ DIAZ, Jose Maria – “El Ochocientos – Desmantelamiento de la Universidad Tradicional”, in.: “La Universidad de Salamanca I – Historia y Proyecciones” - Ed. Universidad de Salamanca, Salamanca, 1989, p. 187 (tradução livre)

JOYAL, André e Charmain Levy – “Desenvolvimento Local: Histórico dos Conceitos de Desenvolvimento e Governança Local” – in: “O Papel da Universidade no Desenvolvimento Local – Experiências Brasileiras e Canadenses”, Gaetan Tremblay e Paulo Freire Vieira (orgs.) – Ed. Secco, Florianópolis, 2011, p. 100

KANT, I. “O Conflito das Faculdades” – Ed. 70 – Lisboa, Portugal, 1993; p.21

KLEIN, Herbert S. e Francisco Vidal Luna – “História Econômica e Social do Estado de São Paulo 1850 -1950” – Ed. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, SP, 2019, p.41

LE GOFF, J. *Por amor às cidades*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin – “Universidade, Cidade e Cidadania” – Ed. Hedra, São Paulo, 2014, p.119

LÓPEZ, Valentín Del Arco – “El Siglo XX: 1900-1936”, in.: “La Universidad de Salamanca I – Historia y Proyecciones” - Ed. Universidad de Salamanca, Salamanca, 1989, p. 239 (tradução livre)

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995

MAXWELL, K. “Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo” – Ed. Paz e Terra, RJ, 1996, pg. 110

MORIGI, Valter – “Cidades Educadoras – Possibilidade de novas políticas para reinventar a democracia” – Ed. Sulina, Porto Alegre, 2016, p.43

PEREIRA, Elisabete Monteiro de A. – “Universidade e Educação Geral”; Ed. Mercado de Letras, SP, 2016, pg.95

PÉREZ PARRILLA, Sergio T. – “Universidad y Ciudad” – in. “Univercidad y Ciudad – La Construcción del Espacio Universitario”; Ed. Univ. de Las Palmas de Gran Canaria, 1989, p.49

PORTER, Michel – “A Vantagem Competitiva das Nações” – SP, 1989, Ed. Campus

PROENÇA, S. B. *A Resistência da Forma Urbana: a persistência dos traços na forma da cidade*. In: COELHO, C. D. *Cadernos MURB 2 – O Tempo e a Forma*. Lisboa: Argumentum, 2014. p. 47.

ROBLEDO, Ricardo – “Dejar el Campo, Comprar la Tierra: Economía, Población y Sociedad (1880 – 1930)”, in: “História de Salamanca – Vol. V – Siglo XX” – Centro de Estudios Salmantinos, Salamanca, 2001, p.71

SAN PEDRO BEZARES, Luis E. Rodríguez – “Atenas Hispánica – Breve Histórica de la Universidad de Salamanca” – Ed. Univ. Salamanca, Salamanca, 2016, p.43 (tradução livre)

SENABRE LÓPEZ, David. *Desarrollo Urbanístico de Salamanca em El Siglo XX*– Junta de Castilla y León Consejería de Fomento, 2002 (tradução livre)

SOUSA SANTOS, Boaventura de – “A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade” – Ed. Cortez, SP, 2011, p. 41

SOUSA SANTOS, Boaventura de – “A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade” – Ed. Cortez, SP, 2011, p. 41

TURNER, Paul V. – “*Campus: an american planning tradition*” - The MIT Press: Architectural History Foundation Book, 1995, p.76 (tradução livre)

ZARZA, Eugenio G. – “La Actividad Universitária Salmantina – su influencia geográfica em la ciudad” – Ed. Univ. Salamanca, Salamanca, 1986, p.209

ZUCCONI, G. *A cidade do século XIX*. São Paulo: Perspectiva, 2001



... y entrega por conducto de ...

... y ...

Se dice

... de ...

... de ...

... de ...

... de ...

... de ...

... de ...

... de ...

Se dice

... de ...

Se dice

... de ...

Se dice

... de ...

Se dice

... de ...

Se dice

... de ...

Se dice

... de ...

Se dice

... de ...

Se dice

... de ...

Se dice

... de ...

Se dice

... de ...

Se dice

... de ...

8. ANEXO II



TEMA.

La unidad, no la contradicción, es la ley fundamental de los sucesos y de los conocimientos humanos.

ADMET

THE DISTRICT OF COLUMBIA

ADMET
THE DISTRICT OF COLUMBIA
ADMET
THE DISTRICT OF COLUMBIA

ILUSTRÍSIMO SEÑOR:

ARDUA es la empresa que se ha confiado á mi dirección, gravísimo el cargo que pesa sobre mis débiles hombros en estos momentos solemnes. Desplegar á los ojos de una juventud ansiosa de saber, radiante de esperanza, ávida de gloria, el vasto y magnífico panorama de los conocimientos humanos, llevar la voz y sostener ante la faz de la nación española el nombre de una Escuela tan justamente celebrada en la república de las letras por sus escritores

antiguos, por sus maestros esclarecidos, por los servicios prestados á la ciencia y por las victorias alcanzadas en cien palenques literarios; desenvolver en fin con la solidez y brillo que el alto puesto requiere un asunto que sea digno de este ilustre Gimnasio, de la presente solemnidad y de la numerosa y escogida concurrencia que me escucha, es tarea capaz de arredrar el corazón mas animoso y esforzado, y para cuyo feliz desempeño serian necesarias fuerzas superiores á las mias. Solamente sacrificando la repugnancia de mi voluntad en las aras de altos deberes, que me es preciso cumplir, y de mandatos superiores que debo acatar, es como puedo yo, el último de los profesores de esta Escuela, ocupar un sitio que otros han ilustrado con su elocuencia y con su saber.

Para dar interés á la solemnidad académica que nos ha reunido hoy bajo las bóvedas de este templo de la ciencia, ocasion oportuna seria esta de dilucidar, á imitacion de las Academias mas importantes de Europa, un tema de utilidad permanente ó para la ciencia misma, ó para el gobierno y direccion del Estado, ó para el progreso de la enseñanza. Pero si es glorioso al piloto de la ciencia lanzarse en el mar de las investigaciones por derroteros nuevos en busca de playas desconocidas, el mundo no puede con el polvo de muchos Colones, como ha dicho un ilustre y profundo escritor contemporáneo. Bien podria tambien, siguiendo el ejemplo de celosos y entendidos profesores, enumerar los beneficios inmensos que debe la sociedad al cultivo de las letras, ó exponer algunas conside-

raciones acerca de las varias facultades y asignaturas en que está dividida en España la pública enseñanza, ó analizar sus métodos y fijar las reglas que deben guiar al discípulo, á ese nuevo Telémaco del saber, en su viaje por la carrera que emprende con tanto ardor como inesperienza; pero despues de tan eruditas, elocuentes y oportunas elucidaciones, mi trabajo solo seria la segunda y tosca edicion de una obra que ha visto ya la luz en tipos variados y elegantes.

Concretándome, pues, á exponer algunas de las inmensas relaciones que unen en un solo tronco, en un solo árbol, las diversas ramas del saber, á indicar la ley fundamental que preside el desarrollo de los sucesos y de los conocimientos humanos, la unidad, solo á un fin aspiro, á cumplir el deber reglamentario; un solo mérito ambiciono en mi discurso, la brevedad; y un solo motivo me alienta, la confianza, el convencimiento de que la indulgencia es compañera inseparable de la ilustracion.

La antigüedad pagana no concebía en las relaciones que unen entre sí á los hombres otra ley que la fuerza, porque no tenía conciencia de la unidad humana. La falta de este sentimiento se revela en la religion, en la familia, en las leyes. El culto, ensangrentado por los sacrificios humanos, estaba en uso entre los bárbaros, los galos, los germanos, los acitas, los pelagos: la raza fenicia, la mas industriosa del mundo antiguo, era tambien la mas cruel; para que los dioses le fueran favorables, les sacrificaba lo mas caro que hay en el hombre, su pro-

pia sangre. Los griegos, célebres por la dulzura de sus costumbres, inmolaban antes del combate á los que ya habian hecho prisioneros: la misma Roma que tuvo la gloria de imponer á los vencidos la abolicion de los sacrificios humanos los habia practicado en circunstancias peligrosas; y aunque el sello del dualismo resaltaba en su constitucion, destinados los romanos á imponer la unidad al mundo, comenzaron por organizarla en el interior de la ciudad; unidad incompleta, es verdad, pero que revela en el pueblo rey tendencias mas amplias que las de las democracias griegas, mostrándose ménos exclusivos que estas, tomando del pueblo heleno muchas de sus instituciones, concediendo derechos á los vencidos y asimilándoles á los vencedores, para realizar de este modo la obra inmensa que en vano intentarían los conquistadores del Asia y el héroe de Macedonia.

Pero la fuerza no puede erigirse en principio supremo del gobierno de los pueblos, porque el pueblo pereceria muy pronto en el desbordamiento de la violencia. Hay en las naciones, como en los individuos, un instituto de conservacion que les impide destruirse entre si como bestias salvajes: hay la voz de la naturaleza que el hombre, por bárbaro que sea, no puede enteramente apagar: de estos gérmenes saldrá mas tarde la idea de un lazo que una á individuos y naciones bajo la enseña de derechos y de deberes comunes. El instinto de esta comunión se revela ya en los tiempos primitivos, pero no se manifiesta bajo la forma de una relacion jurídica, se confunde con el sen-

ñamiento religioso. Los anales de la mayor parte de los pueblos antiguos nos presentan la religion mezclada con la guerra, y ensayando introducir en ellos la justicia y la humanidad. Se tomaba por testigo á los dioses antes de comenzarla; se cimentaba la paz por su invocacion; los heraldos, colocados bajo la proteccion divina, eran agentes de paz y de concordia; el pueblo conquistador por excelencia tenia un colegio de sacerdotes que sometia las luchas de la fuerza á formalidades y á reglas. La religion puso el primer limite á los derechos del vencedor; podia destruir, devastar las cosas humanas, pero debia respetar los templos y las cosas sagradas. Las personas participaron tambien de esa influencia bienhechora; las castas y la esclavitud, que nosotros maldecimos hoy día, fueron entonces un beneficio para los vencidos; admitiéndoles en la organizacion de la sociedad, aunque con las condiciones mas envilecidas, el vencedor les aseguró al menos la existencia fisica; y el esclavo occidental finó un progreso sobre la condicion de las castas inferiores del Oriente. Una mancha original infama al sudas; solamente Dios le puede elevar á una casta superior en una existencia futura. El esclavo griego puede ser libertado; y la libertad le hace entrar en la sociedad de sus dueños: mejórase en Roma su condicion, y el liberto llega á igualarse al ciudadano. Cesando el vencedor de atentar contra la vida del vencido, el interés y la humanidad le llevarán á respetar no solamente su vida sino tambien su libertad, haciéndole pagar su rescate ó empleándole en trabajos útiles. La Grecia no

se elevó mucho sobre esta especie de servidumbre: Roma dió el gran paso hácia la asociacion; preparó la fusion de las razas enemigas concediendo á los vencidos derechos que les acercaban á los vencedores; los pueblos que se habian desgarrado largo tiempo por medio de sangrientas guerras, acabaron por confundirse en la gran unidad romana.

— Pero no nos hagamos ilusion con esta unidad. La paz del imperio tan celebrada por los poetas era una falsa paz; ocultaba una lucha á muerte: habia de ser turbada luego por los bárbaros que se agolpaban en las fronteras, impacientes por ocupar asiento en el banquete de un rico é inmenso botin, en el banquete del mundo civilizado. Entre Roma y los bárbaros la guerra fué permanente y se hacia sin piedad: fué necesaria la invasion de los pueblos del norte, fué necesaria una religion nueva y una nueva civilizacion, para que la verdadera unidad, la unidad humana, fuera reconocida y entrara en la conciencia general; idea fecunda que se abrió paso por las encarnizadas luchas de los pueblos, que desde entonces pudieron esperar, siquiera como ideal, que las guerras fueran disminuyendo para cesar en el último limite del perfeccionamiento del género humano.

— El mundo antiguo y el mundo moderno representan las dos grandes fases por donde ha pasado la historia de la humanidad. La ley inmutable del progreso que preside á la ley histórica de la ciencia, esculpida en las obras de la creacion, ha tenido en todos los tiempos y en todos los pueblos la manifestacion clara que pluge al Criador en sus

eternos designios señalar para que el hombre, cumpliendo su destino, se reflejara en ella como refleja su imagen en las cristalinas aguas á la luz del refulgente sol. El mundo no está abandonado á la fuerza ni á la astucia, sino que hay un gobierno providencial de las cosas humanas que es la base de la filosofía de la historia, ciencia al menos hasta San Agustín que sentó los principios y trazó el plan en su obra *de la ciudad de Dios*, completamente desconocida de los antiguos, porque los paganos no tenían sino muy oscura conciencia de la intervencion de la Providencia en la vida de los pueblos. La accion de la Providencia no mengua en nada nuestra libertad, antes al contrario hace mas grave la responsabilidad de nuestros actos; de tal manera que por ser un hecho providencial no se deduce la justificacion de los hombres que en él han intervenido; su responsabilidad se determina por la libre conformidad ó oposicion á la ley del deber. Por eso consideramos al fatalismo como la mas triste y la mas falsa de las doctrinas, como que es la doctrina de la ignorancia y de la imprevision; no puede reinar mas que en las sociedades donde no hay ni inteligencia ni sentido moral; es por lo tanto la gran losa que pesa sobre ese gran sepulcro que se llama el Asia. Y hasta el mismo gobierno providencial está sometido á una ley que Dios nos revela en la sucesion de los acontecimientos, la gran ley del progreso. En vano los hombres del pasado tratan de negar esta gran conquista de la civilizacion; el mundo marcha y en su movimiento arrastra hasta á los partidarios de la inmovilidad.

Por poco que meditemos en el asunto, veremos que la historia de la civilización no es más que el desenvolvimiento progresivo del género humano hacia la unidad. La monarquía universal hacia la cual tendía el mundo antiguo fué en realidad la tumba de la antigüedad. El imperio romano enervó las fuerzas de las naciones occidentales, y facilitó la conquista de los bárbaros: la invasión de los bárbaros abrió una nueva era para la humanidad; y al mismo tiempo que los pueblos del norte se apoderaban del imperio romano, el cristianismo destruía los cultos de la antigüedad; el Hijo de Dios vino á abolir el culto de las mil y una divinidades falsas que adoraban los antiguos; y el derecho público europeo en la edad media basado en la unidad de creencias, en medio del caos del feudalismo y al través de la variedad de fisonomía, de lenguas y costumbres que presentaban aquellos pueblos, realizaba la unidad absoluta en el dominio de la fé. Este es su carácter esencial. Los pueblos antiguos estaban divididos porque adoraban á Dios en sus manifestaciones diversas, en lugar de adorarle en su unidad: los pueblos modernos la conciben como el último objeto de sus esfuerzos, porque el cristianismo les enseña que todos los hombres proceden de un mismo tronco, y todos están llamados al mismo fin.

Poco importa que el error se enseñoree y usurpe el sitio de la verdad. Todos los hechos del mundo son impotentes contra la justicia y contra la razón: en vano se mostrarán triunfantes, porque este triunfo es efímero y pasajero, como fundado en base deleznable y falsa: la

dominacion de la fuerza es un trono de cañas que arrebató el viento de la tempestad; es un cetro que rompió la lima del tiempo entre las manos del que le empuñó. Es imposible de toda imposibilidad, repito, que el hecho reine definitivamente sobre la razon que es el derecho: el derecho viene de Dios, en tanto que los hechos que lo destruyen vienen de los hombres cuyas obras, cuando no se apoyan en la justicia, caen desplomadas por el peso de su misma debilidad.

Cierto que se ha abusado en todos tiempos de la razon, de la palabra, de la libertad, de la ciencia, de la autoridad, de la filosofía; pero cuando el horizonte se oscurece, nunca son perpétuas las sombras; el sol de la verdad concluye siempre por disipar las nubes que enturbian su brillante luz.

Admitese generalmente en la ciencia un principio supremo que es la condicion de todo pensamiento y de todo conocimiento y que parte de la legitimidad de las operaciones intelsetuales. Segun ese principio un pensamiento no debe negarse, y por decirlo así anularse á si mismo: este principio es el principio de contradiccion que Kant ha

llamado de identidad y que puede ser enunciado del modo siguiente: una cosa debe ser idéntica á sí misma, ó bien, una cosa no puede ser otra que ella misma, al mismo tiempo y bajo la misma relacion: principio que se nos dá como expresando la regla suprema del conocimiento y de la verdad. Hállase en la cuantidad y la cualidad de las proposiciones que en la aplicacion engendra esas teorías opuestas, una de las cuales, siguiendo la escala ascendente de los términos, busca el principio de la demostracion, la causa y lo absoluto, en el atributo y en el mas alto género; y la otra, siguiendo la escala descendente la busca en el sujeto y la especie, y llega hasta el individuo.

Este es el famoso principio de contradiccion y de *exclusi tertii* que la ciencia erige en principio absoluto del conocimiento. Para mí no tengo inconveniente en afirmar que este principio es la fuente de los errores mas funestos y mas inveterados, y que opondrá una barrera insuperable al conocimiento sistemático y verdaderamente racional. Hasta sus mas ardientes defensores en la antigüedad caen en las mayores inconsecuencias. Despues de haber asentado este principio le pierden de vista y admiten teorías que están en oposicion con él; como cuando tratan de conciliar la teoría de la division con el mencionado principio.

Nada hay, dicen los modernos, á que la razon y la experiencia den mas mérito que al principio de contradiccion, y si se hubiera de admitir como ley de verdad deberíamos afirmar que no ha sido convenientemente con-

prendido. Que una cosa no pueda ser otra que ella misma, ó que no pueda poseer una cualidad contraria á otra, esto es, que no pueda poseerla al mismo tiempo y bajo la misma relacion, como un cuerpo que es blanco no puede ser negro, ó un cuerpo que es pesado no puede ser ligero al mismo tiempo que es blanco ó pesado y con relacion á otro cuerpo al cual se compara, es cosa que no podemos poner en duda. Y si este es el sentido del principio de contradiccion, debemos convenir en que carece de valor científico; porque nadie se atreverá á afirmar que una cosa que es blanca no lo es, ó que la luz no es luz ó que la sombra no es sombra. Pero la cuestion es saber si la contradiccion es una ley necesaria de las cosas, un principio absoluto, que dirige el todo y las partes, y sin el cual ni las partes, ni el todo pueden existir. Poco importa saber que el ser vive realmente mientras vive, ó que tal individuo existe viviendo; el punto esencial y decisivo es saber si al lado de la vida existe la muerte, y si la muerte es igualmente necesaria é igualmente benéfica, y si contribuye del mismo modo á la belleza, á la conservacion y á la armonia de las cosas. Además sería un insensato el que dijera que el hombre llora cuando rie, ó que vela mientras duerme; pero aquí tambien la verdadera cuestion es saber si estas oposiciones existen y deben existir en el hombre.

Una escuela alemana sostiene que esta es la verdadera significacion del principio de contradiccion y pone de manifesto lo que hay de falaz é irracional en el sen-

tido y uso que de él hacian los antiguos; que lejos de ser la identidad y la no contradiccion la regla de lo verdadero, son una fuente de ilusion y de error; que la oposicion y la contradiccion constituyen la ley universal de las cosas y que nada existe en el mundo que no esté sujeto á esta ley. En la naturaleza, dice esta escuela, todo es contradiccion y lucha, y no hay ni puede concebirse ser, desde el oscuro insecto que rastrea la superficie de la tierra hasta las vastas masas que ruedan en el espacio, que pueda existir sin la presencia de elementos, de tendencias y de fuerzas opuestas. En las Matemáticas la oposicion está en el número, en la linea, en el plano y en los sólidos. La oposicion de la unidad y de la dualidad, del número par y del número impar, del número entero y del número fraccionario, de la linea recta y de la linea quebrada, de la linea perpendicular y de la linea vertical. En el dominio de la moral encontramos las oposiciones de la libertad y de la necesidad, y el antagonismo de las tendencias y de los motivos de la accion. En la metafísica y en las demás esferas del pensamiento encontramos las oposiciones de causa y efecto, sustancia y accidentes, infinito y finito; y si consideramos al hombre verémosle compuesto de los elementos mas divergentes, de alma y cuerpo, de alegría y tristeza, de amor y odio, de risa y llanto, de salud y enfermedad; y que no hay uno entre todos los seres en quien la contradiccion y la lucha sean tan intensas. Y por último, concluye esta escuela, cualquiera que dirija una

mirada imparcial y atenta sobre el universo verá que, lejos de que la falta de contradicción sea la ley fundamental de las cosas, cuanto mas numerosas y mas profundas son las contradicciones en un ser, mas llena es su existencia y mas alta es su perfección.

Si la ocasión, Ilustrísimo Señor, nos permitiera tratar el asunto con la extensión que su importancia reclama, probaríamos hasta donde nuestras débiles fuerzas alcanzaran que el principio de contradicción es arbitrario é irracional considerado en si mismo y en su significación abstracta, y que igualmente debe serlo en su aplicación pervirtiendo en la ciencia las nociones naturales y verdaderas de las cosas y engendrando la confusión, el error y los falsos hábitos intelectuales.

Esta ley es la ley del paganismo, de las castas, de la desigualdad y de la violencia, la ley de las gerarquías asiáticas aplicada primero al principio creador para estenderla luego á todas las formas é intereses sociales. Tuvo su época el mundo antiguo; como el mundo moderno tiene tambien la suya, la unidad. La unidad es legítima, necesaria, no como fin sino como medio. El

fin es el desenvolvimiento, la perfección de las facultades de que Dios ha dotado al hombre; mas para desenvolverse, hasta para vivir el hombre debe estar unido á sus semejantes. El lazo que une á los hombres llega á ser mas general á medida que realiza el progreso. La unidad comienza por la familia, comprende despues la ciudad, la nacion y concluye por estenderse á la humanidad. Pero en la organizacion de la familia, de la ciudad, de la nacion y de la humanidad, no se puede prescindir del desenvolvimiento del individuo; y en este sentido decimos que la unidad es necesaria como medio. Los mas grandes genios con que se honra el género humano proclamaron ó al menos entrevieron esta verdad. Aristóteles, como Platon, examinando el principio de contradicción, piensa en la unidad de la ciencia y amalgama la lógica y la metafísica atribuyéndoles los mismos principios y el mismo orden de investigacion. En la edad media el ilustre poeta que se ha inspirado en la filosofía católica, el Dante; ha escrito un tratado sobre la monarquía, donde sienta el principio de que la paz es necesaria á los hombres para que puedan realizar su mision sobre la tierra y que únicamente puede procurarla la organizacion unitaria de la humanidad. En los tiempos modernos ha emitido las mismas ideas en esa tierra prometida de las teorías, donde, fuerza es confesarlo, existe un gran movimiento científico y literario, el mas universal de los pensadores; Leibnitz. Y aunque en la primera mitad del presente siglo una escuela de filosofía ha tomado á su

cargo-explicarlo y construirlo todo por medio de fórmulas metafísicas, no faltan entendidos pilotos que con destreza y maestría dirigen la vacilante nave, con rumbo fijo, en busca del prometido puerto de salvación.

No obstante que los discípulos de Hegel aplicaron al derecho internacional lo que del estado había dicho su maestro, vemos la unidad representada en el estado humanitario de algunos escritores alemanes; según los cuales las naciones estarán sujetas á un estado, representante de la humanidad, como los individuos están hoy sometidos á un estado particular; en este caso no habría cuestión acerca de la soberanía, ni de la independencia de las naciones, puesto que no habría mas que un solo soberano que esese mismo estado representante de la humanidad. La teoría hegeliana se sirve, por lo tanto, de la analogía que establece entre las naciones y los individuos para arrebatar á las naciones la soberanía de que gozan trasladándola á la humanidad: pero nada tiene de común con la violencia; supone que el estado universal se establece por las leyes inherentes á la humanidad, como se han fundado los estados particulares por una necesidad de la naturaleza humana. Hay, pues, un progreso evidente en la unidad que podemos llamar filosófica. Salva el elemento individual y no vicia la sociedad en su esencia; porque decir que las naciones son en la humanidad lo que los individuos en el estado, es reconocer á las naciones derechos de que no puede despojarles la humanidad, como los individuos tienen derechos naturales inalienables é in-

prescriptibles que el estado, lejos de absorber, tiene que garantizar y proteger.

Hay una unidad superior á aquella que tiene su principio y su sancion en la ley y en la fuerza que la acompaña; esta es la unidad que se funda en creencias iguales, en ideas ó intereses comunes. Tal es la unidad hácia la cual marchan las naciones civilizadas. Esta unidad podrá tomar un día formas exteriores, pero no será una unidad como la de los estados actuales; descansará en el concurso voluntario del consentimiento, será el resultado del contrato, no de la ley: ó de otro modo la unidad se establecerá por medio de la asociacion libre, asociacion que dejará intacta la soberanía de las naciones y garantizará su independencia.

«La ciencia tiene un objeto, y su unidad consiste en la unidad de su objeto. El objeto es desde luego concebido en su unidad, en su esencia una y entera, según la ley de la tesis. Pero esta unidad se expresa todavía de otra manera: cada ciencia debe tener su principio: el principio de una ciencia es precisamente su objeto, en tanto que ese objeto, considerado en su esencia una y entera, contiene en sí y bajo sí todas las determinaciones ulteriores que están reservadas al análisis; porque todo está en el principio, bajo el principio y por el principio en cada división de las cosas. Se puede decir del principio de la ciencia, puesto en relacion con los detalles de la ciencia misma, proporcionalmente lo que los teólogos dicen de Dios con relacion al mundo.» *Ex ipso et per ipsum*

et in ipso sunt omnia. «Así se expresa uno de los mas distinguidos discípulos y expositores de Krause. D. Alembert viene á decir lo mismo en el prefacio de la Enciclopedia:» Si el hombre lo conociese todo, todo se resumiría para él en una sola verdad. «Dé donde podemos concluir que todos nuestros pensamientos relativos á la geometría se resúmen en la noción del espacio, como los relativos á la mecánica en la noción del movimiento, como los que hacen referencia á las matemáticas, al arte, á la ciencia, á la sociedad, en las nociones de la cantidad, de lo bello, de lo verdadero, de lo justo; y los que dicen relacion á la realidad, cualquiera que sea, en la noción del ser. El espacio, el movimiento, la cantidad, lo bello, lo verdadero, lo justo, son los principios de otras tantas ciencias, así como Dios es el principio de todo lo que existe.

Dios es el objeto supremo de la filosofía y el fin último de todas las ciencias. En los cedros del libano y en los arbustos que en pocos dias florecen, se marchitan y secan, en el cetaceo y en el mas diminuto de los peces, en el arador y en el elefante, en el grano de arena y en el astro que rueda sobre nuestras cabezas, y especialmente en el hombre, ha dejado al crisol su imagen ó la huella de su acción criadora; y todo este conjunto de seres ordenados en peso, medida y número, enlazados entre sí con miles de relaciones, de inferioridad y superioridad un género á otro y una á otra especie, y de semejanza los individuos de una especie ó de un género, forman el mundo, la creacion, esa unidad relativa

que se va descomponiendo gradualmente desde el espacio hasta el punto geométrico, desde el tiempo en general hasta el instante, el firmamento en sistemas ó grupos de astros, la tierra en sus tres reinos animal, vegetal y mineral, y toda universalidad en sus individuos respectivos. Al estudiar todos esos diversos órdenes la ciencia, aunque por la limitacion del entendimiento humano, necesita ramificarse en tantas secciones como puntos de vista ofrece el gran panorama de las ideas y de la realidad; cuanto mas penetra y se extiende la investigacion, surgen y se descubren relaciones nuevas; y por un fenómeno singular se reúnen en el centro con mas estrecha lazada, cuanto mas se ensancha la circunferencia. A la luz de esta observacion fácil nos es encontrar la base de la unidad y universalidad de los conocimientos humanos.

Si todo está dentro de universalidades, podemos establecer la unidad en las operaciones mentales. La ciencia es una porque uno y solo uno es el criterio de demarcacion. Unas son las humanidades porque uno es el medio de estudiar la palabra. Unas son las bellas letras porque uno es el medio de referir los hechos á la memoria. Unas son las artes porque uno es el medio de la imitacion. Una es la autoridad porque uno es el medio de creer.

Y para demostrar estas verdades, Ilustrísimo Señor, me permitiré señalar algunas de las muchas huellas que en el palenque de la historia, es decir en el palenque del género humano, dejó estampadas aquella filosofía. La ley de la contradicción no solo hacia distinción sino que dividió la naturaleza, el ser, el espíritu: dividió la idea de una causa creadora, inventando monstruosamente un mundo de luz y un mundo de tinieblas, representados por el Ormuzd y Arhimán de la religión de Zoroastro: dividió la gloria, inventando un infierno tan grande y poderoso como la gloria misma: dividió á Dios, inventando un genio del mal tan grande y poderoso como Dios mismo: consecuentemente dividió la naturaleza del hombre; rompió la unidad de la creación, la unidad sublime del Génesis: rompió la unidad de la especie humana que hoy admiramos en la figura serena y apacible de Adam padre del humano linaje, y tuvo que caer en la idolatría. Por esto elevó al apoteosis á los seres finitos y hasta el atributo humano de la fuerza inmolando en las aras de su ignorancia y de su fanatismo hecatombes de sangre humana. La ley de la contradicción fué sin disputa la que, en los tiempos primitivos y que casi se pierden en la noche de la oscuridad, estableció la idolatría de la familia, la idolatría del padre, representada por el gefe de la familia misma. La ley de la contradicción fué la que estableció la idolatría de la fuerza en los tiempos Asirios, idolatría sangrienta y opresora representada por el Dios Belo. La ley de la contradicción estableció la idolatría de la teo-

eracia en la antigua Caldea, personificándola en el sacerdote, así como produjo la idolatría de la herencia, representada por los faraones egipcios; como forjó la idolatría de las clases, representadas por los brahmanes de la India, y la idolatría de la ciencia representada por el doctor celeste del imperio chino; y la idolatría de la superstición representada por el mago de Persia; y la idolatría del sibaritismo social, representada por el fariseo. Esto hizo en el Asia la ley terrible de la contradicción, como estableció en Grecia la idolatría del arte; y en Macedonia, la idolatría de la patria; y en el pueblo latino, la idolatría de la dominación, dando á la conquista un Capitolio que vino á tierra, porque la conquista no es el Capitolio de la humanidad; Capitolio gentil sobre cuyas ruinas debía levantarse un Capitolio mucho mayor; el Capitolio que no se vé; el Capitolio ó por mejor decir el santuario de la conciencia, el templo magnífico de la religión cristiana. Esto hizo la ley de la contradicción en el politeísmo griego y romano, como en los tiempos medios estableció la idolatría del territorio, simbolizada en el Señor feudal; es decir, en la hacha y en el cuchillo. De la ley de la contradicción salieron el paria y el sudra de la India, el esclavo griego, el ilota espartano, también el siervo de la edad media; ese siervo, ese lamento de siete siglos, que se ha transformado en el curso de la historia, y se llama hoy menestral. De la ley de la contradicción, de esa bárbara ley que simbolizando la sustancia nobilísima del espíritu en el señor, y la sustancia material del cuer-

po en el esclavo cree servir á Dios sacrificando al esclavo como si fuera solo materia en honra del Señor á quien supone dotado de un espíritu privilegiado; del caos de esa ley de donde sale el faquir de la India, el cual dejaba petrificar sus carnes para convertirse en la ciencia del Dios Brahma; del caos de esa ley que manda al sunya que se deje aplustar por las ruedas de un carro en las procesiones religiosas; del caos sin fondo de esa ley de donde salieron la incorporeidad absoluta, el éxtasis absoluto y el maya de la India, la ilusion, el vacío, la nada, una nada atea, una nada que no era la nada, porque era un infierno poblado de genios destructores; del fondo de aquel caos, salieron también, formando aleurnias y linages, el noble y el plebeyo, el fuerte y el débil, el sabio y el ignorante, las castas y el monopolio. En una palabra, la ley de la contradicción, la metafísica de los tiempos asiáticos, el éxtasis excéptico de ese negro limbo oscureció el principio de las cosas, el dogma de la creación, dividió la unidad primitiva del género humano, y pervirtió todas las leyes. Equivocó la idea divina, y tuvo por fuerza que equivocar la idea humana.

Llega la plenitud de los tiempos, viene el Hombre-Dios, el Salvador del mundo, y la tierra oye una palabra que había olvidado con el ruido y aparato de los cultos idolátricos, la unidad. Desde entonces no hay griegos ni romanos, judíos ni gentiles, esclavos ni libres, todos son descendientes de un mismo tronco, todos hijos de Dios. Dios es la unidad infinita y eterna. La naturaleza es

la unidad de los fenómenos y de las formas, el espejo donde se reflejan las perfecciones de Dios. La humanidad es la unidad del hombre, la santa unidad por el amor. La ciencia es la unidad del pensamiento. La fantasía y la emoción son la unidad del arte. La ley de que dá testimonio la conciencia es la unidad de la moral. La fé católica es la unidad del dogma. El trabajo del hombre es la unidad de la industria. El cambio es también la unidad del comercio. Uno es Dios, uno es el universo, uno es el hombre, y la ley no puede ser otra que la unidad.

Esta unidad, reflejo perfectísimo de la causa suprema, reflejo perfectísimo de lo absoluto, tiene que ser por todos los siglos el grande y luminoso ideal á donde se dirija la ciencia del hombre. Esa unidad es el cristianismo. El cristianismo que anuló al paria, al sudra, al faquir, al sunnya, al hebreo, al esclavo, al ilota y al siervo: el cristianismo que suprimió el éxtasis absoluto, la absoluta nulidad de la vida: el cristianismo que abolió la idolatría de Belo, del sacerdote, del faraon, del brahman, del doctor celeste, del mago, del fariseo; el cristianismo que borró la idolatría del arte, de la patria, de la fuerza, de la conquista; la idolatría del territorio y del feudalismo: el cristianismo en fin que disipó las idolatrías del volcan, del astro, de las flores, de las fuentes, de los rios y de los mármoles: sí, el cristianismo, esa ley santa que se llama Evangelio, tiene indudablemente la mision divina de echar por tierra la ley de la contradicción, la ley de las castas, la ley de los odios, la ley destructora de la

dualidad y del antagonismo, para crear un nuevo mundo; un mundo mas grande; el mundo sin limites de la caridad, que es la ley suprema de la vida, océano de felicidad en el cielo, cumbre de perfeccion en la tierra, corona de la virtud religiosa, fuente perenne de heróicas virtudes sociales, regla y foco de civilizacion, aroma que purifica, bálsamo que cura, fuego que acrisola, vínculo sagrado que une en suave y firmísimo lazo á los padres con los hijos, á los esposos entre sí, al vecino con su vecino, los ciudadanos en el amor de la patria, á las naciones en el amor santo de la humanidad, y á todos los hombres supremamente con Dios.

Veneremos, pues, Ilustrísimo Señor, esa religion sublime que ha revelado el precio subido, el inestimable valor de esa virtud divina: veneremos esa historia magnífica y casta que tantos y tan relevados ejemplos de su eficacia nos ofrece, que ha realizado obras ó instituciones colosales á impulso de la caridad: saludemos con respeto á esa civilizacion, que es el esmalte de su corona, su fruto y su victoria; y veneremos principalmente la tumba donde se ocultó, para que de la region misma de la muerte saliera la vida, el que se inmoló por la salud del género humano en las aras de un gran sacrificio de amor. En Oriente está el osario del hombre, las cenizas del mundo antiguo; en Oriente está tambien su resurreccion, el génesis del mundo nuevo. Las pirámides de los faraones son el perpétuo funeral del pasado, el sepulcro de Jesucristo es la resurreccion.

He terminado mi tarea, Ilustrísimo Señor: si he conseguido que fijéis vuestra atención en un asunto de tanta importancia, cumplidamente satisfechos quedan mis deseos y aspiraciones; porque la ley de la unidad es el principio social moderno: es como ha dicho uno de mis más predilectos amigos, una industria que constituye la nueva jerarquía del entendimiento, del trabajo, de la actividad y de la virtud; el rescate del antiguo cautivo; la absolución del antiguo reo; la exhumación del antiguo cadáver; esa jerarquía nobilísima y en sumo grado humanitaria que será la solución del gran problema del porvenir.

Para que vosotros, queridísimos alumnos, esperanza de la patria y de vuestras familias, podáis ocupar un puesto honroso en el complicado drama, vuestras familias y el porvenir de nuestra amada patria exigen de vosotros que fijéis la mirada de vuestra aplicación y de vuestro ingenio en el panorama de la ciencia, que tan hermosas y variadas perspectivas ofrece á todo observador inteligente. En el horizonte sereno de las ideas descubrireis todo á lo largo de la inmensa faja de los siglos desde las sublimes teorías de Platon, la armonía del número de Pitágoras, las reglas del raciocinio de Aristóteles, los tres más altos representantes de la filosofía antigua, pasando por San Agustín, Santo Tomás y San Anselmo, los más genuinos representantes de la filosofía cristiana, hasta el célebre principio de Descartes, la armonía de Leibnitz y el criticismo de Kant, tres grandes filósofos de la edad moderna. En el lienzo estensísimo de la historia vereis la

larga posesion de los imperios y de las civilizaciones, y como se suceden los unos y los otros y son dirigidos providencialmente para llenar los altos fines que debe realizar en la tierra la humanidad. Y finalmente en el estudio de la vida práctica del mundo actual vereis sucesos dignos de loor y sucesos dignos de reprobacion, en cuyo criterio y apreciacion os servirá siempre de norma, la regla inmutable de la justicia.

Porque no olvideis, amadísimos jóvenes que para ser sabios es necesario ser virtuosos, como que la virtud es el estímulo mas poderoso de la ciencia; si quereis ser buenos ciudadanos, sed virtuosos, porque la virtud inspira el amor á la patria, á preferir siempre el bien público al bien particular, á no encontrar nada mas necesario que el deber, nada mas estimable que el derecho y la equidad, mas consolador que el testimonio de vuestra conciencia, y nada mas vergonzoso que el vicio. Siendo virtuosos, seréis libres, porque la libertad es compañera inseparable de la virtud; y siendo libres, seréis justos, porque ni los alhagos, ni las amenazas, ni aun las desgracias os harán ceder á la injusticia por poderosa y temible que sea; y siendo justos, en lugar de una aureola de gloria que se desvanece como el humo, os hareis dignos del eterno recuerdo de la historia.

Y vosotros, carísimos compañeros, que estimais la ciencia en cuanto conduce á la virtud, que á vuestra vasta erudicion unis la generosa probidad, no desmayeis en la áspera senda, que habeis emprendido, de aleccionar á esa

juventud, esperanza de la ciencia y de la vida; y vuestros desvelos quedarán recompensados satisfactoriamente cuando esos jóvenes lleguen á ser buenos hijos, buenos padres, buenos amigos, quizá buenos maestros y sobre todo buenos ciudadanos. No olvidéis que sois los sucesores de aquellos preclaros varones, modelos de ciencia y de virtud, honra y prez de esta noble y generosa Escuela, que con razon se enorgullece al recordar que sus amados hijos acudian presurosos á las primeras filas para combatir el error y difundir por el mundo las luces de su bien nutrida inteligencia. Sois además miembros del profesorado español, á quien está encomendada la accion universal del sentimiento y de la inteligencia, que tiene á su cargo el ministerio sublime de lo presente, la purificacion y mejoramiento de lo pasado, el fundamento y esencia continua de lo futuro: profesorado que no puede asistir indiferente al drama inmenso de la vida de las naciones modernas, porque dentro de su corazon siente las pulsaciones del amor de la patria y de la ciencia, porque por su posicion tiene que reclamar una parte de trabajo en el gran taller de las investigaciones científicas y de la mejora de las instituciones.

Para llenar cumplidamente la mision sublime de enlazar una generacion con otra en la cadena de oro de las ideas y de la continuidad científica, para cumplir con exactitud los altos deberes de conservar integro el tesoro de conocimientos acumulado por los siglos, sostener con honra en sus manos el lema de los adelantos y comunicar

á otros sin reserva la verdad adquirida á fuerza de desvelos, conservada como en depósito en el arca santa de su inteligencia, el profesor, testigo y representante de la tradición del pasado, tiene que consagrarse solemnemente al servicio del templo de la ciencia por medio del sacrificio de su reposo; guía y pedagogo de la juventud, esperanza del porvenir, debe estar animado, para inspirarle en el joven corazón del alumno, del nobilísimo impulso de la fé: fé religiosa que asegura una recompensa inmortal al cumplimiento del deber en el tiempo; la buena fé del hombre moral que lleva consigo el galardón en el testimonio de la conciencia; fé científica que alienta al hombre en la difícil y escabrosa subida de las investigaciones. Pero el profesorado español tiene conciencia de sus deberes, llena honrosamente su nobilísima misión y sabe que, si el hombre que carece de fé es incapaz de acometer y mucho más de llevar á cabo grandes empresas, la fé por el contrario es el vuelo del espíritu que se eleva sobre el horizonte del tiempo y del espacio en busca del cielo clarísimo de la eterna verdad, que la fé es la virtud divina capaz de vencer todos los obstáculos, ó según la bellísima y sublime metáfora del Evangelio, *de trasladar los montes de un punto á otro como si fueran un grano de mostazo.*

HE DICHO.



9. ANEXO III

PUBLICACIONES DE LA DIPUTACION
PROVINCIAL

SALAMANCA A FINALES DEL SIGLO XIX

POR

CARLOS GUTIERREZ DE CEBALLOS

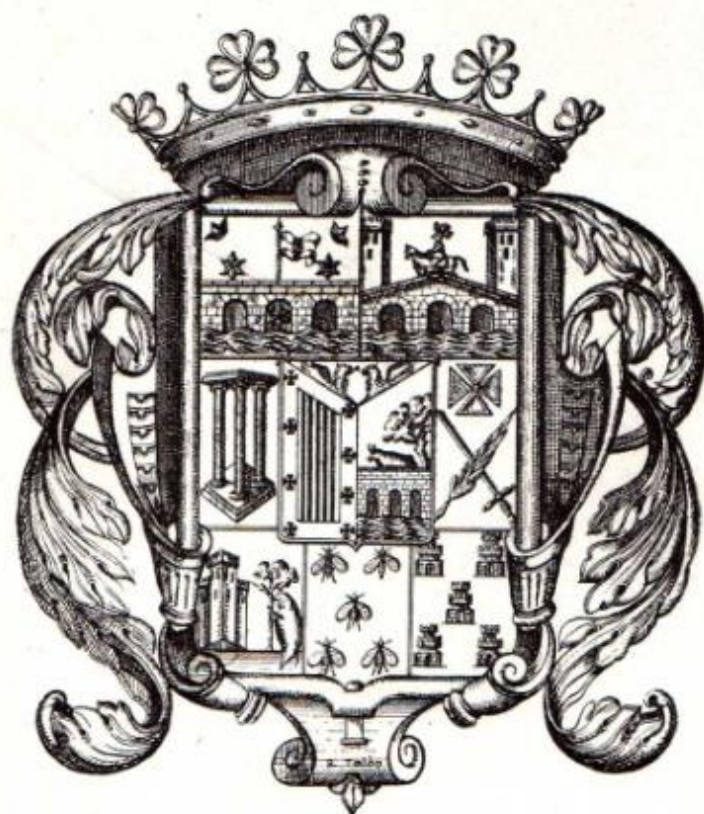


VIII

SALAMANCA
MCMLI

PUBLICACIONES

DE LA DIPUTACION PROVINCIAL.



SALAMANCA A FINALES DEL SIGLO XIX

POR CARLOS GUTIERREZ
DE CEBALLOS

CONFERENCIA
PRONUNCIADA
POR D. CARLOS G. DE CEBALLOS

PRESIDENTE DE LA EXCELENTIS-
MA DIPUTACION DE SALAMAN-
CA, EL DIA 9 DE OCTUBRE
DE 1951, EN LA ASAM-
BLEA DE LAS UNI-
VERSITARIAS DE
ACCION CA-
TOLICA

•

I

PARA LOS salmantinos nacidos, como yo, en la agonía del siglo XIX y próximo el alumbramiento del siglo XX, la Salamanca de 1875 a 1900 es una serie de bellos y simpáticos trozos de vida y de recuerdos, oídos los más a los padres en las tertulias familiares alrededor de la hogareña camilla; y es, también, lo que hemos visto o adivinado en los años de la infancia, cuando la ciudad conservaba todavía la fisonomía y manera de ser que poco antes tuviera.

Por lo tanto, la Salamanca del último cuarto del siglo decimonónico tiene para nosotros el encanto de un cuento escuchado en la niñez y la dulzura de aquellos recuerdos teñidos con la luz de los primeros años de la vida.

Para nuestros progenitores, esa Salamanca es una parte de su propio pasado. Es la ciudad de su época de infancia y mocedad, de la primera novia, de los azares y aventuras estudiantiles, de la boda, de la paternidad, de las aspiraciones, de los éxitos o de los fracasos y de todo aquello, en fin, que dejó honda huella en su alma y en su corazón, siempre presente aunque ligeramente desvanecida. Para nuestros hijos, la Salamanca de hace setenta y cinco años es ya pura y simplemente historia. Pero una historia que les interesa particularmente, por que es aquella en la que han sido actores sus abuelos, sintiéndose vinculados espiritualmente a ella por la participación que en la misma tuvieron sus ascendientes.

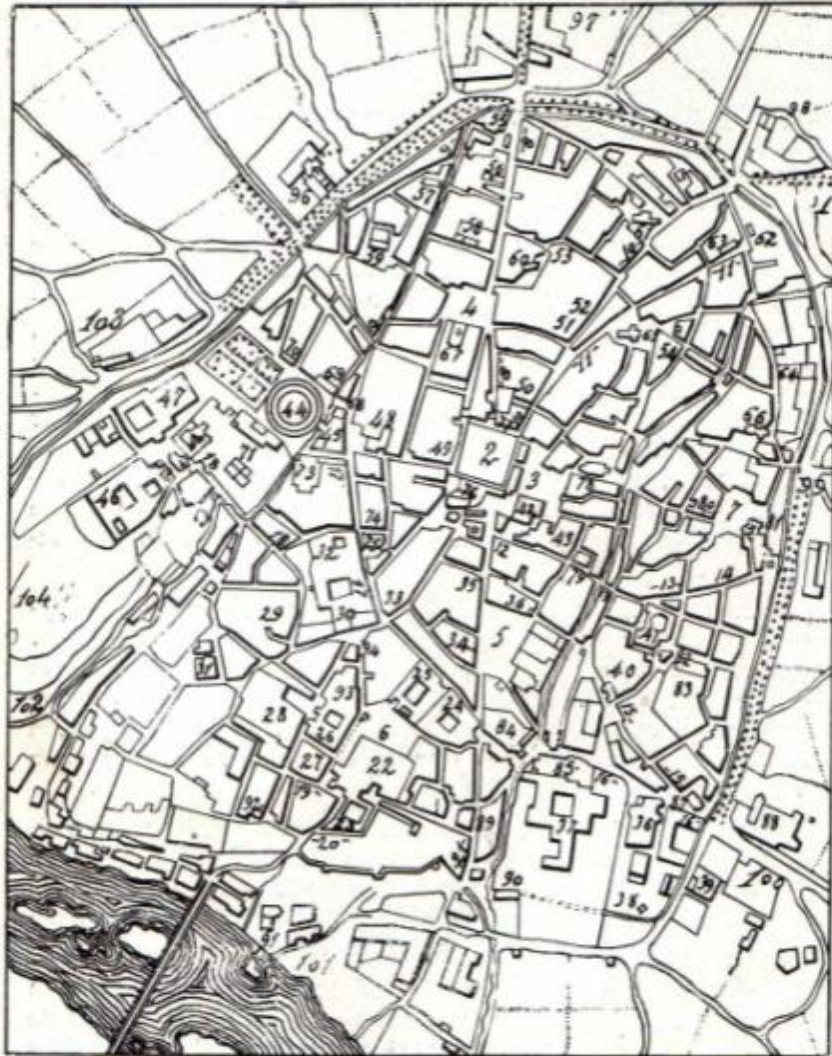
Hablar de cómo era y de cómo se vivía en esta mi Salamanca a últimos del siglo XIX, tiene, pues, que resultar grato a tres generaciones de salmantinos. Y como también ha de suscitar interés a los que no lo son, porque a todos agrada saber, si lo ignoran, cuál era la fisonomía en una ciudad española de tan admirable y glorioso pasado, como la nuestra, cuyo nombre y el de su Universidad, primera de España y princesa de la sabiduría, se ha pronunciado y sigue pronunciándose con veneración y respeto en todo el mundo,

EN EL «PLANO Y GUIA DEL VIAJERO EN SALAMANCA, Ciudad Rodrigo y Béjar», de D. Emilio Valverde y Alvarez, impreso en Madrid el año de 1886, se inserta el adjunto grabado, seguramente anterior a la indicada fecha, que hace referencia a una Salamanca limitada todavía por la carretera de circunvalación. Los números explican suficientemente el gráfico.

- | | |
|---|-------------------------------------|
| 1. Lugar más próximo a la estación. | 53. Palacio de Cerralbo. |
| 2. Plaza Mayor. | 54. Id. de las Cuatro Torres. |
| 3. Id. de la Verdura. | 55. San Marcos. |
| 4. Id. de Santo Tomás. | 56. La Magdalena. |
| 5. Id. de la Hierba. | 57. Corpus Christi. |
| 6. Id. de la Catedral. | 58. Santa Isabel. |
| 7. Id. de San Cristóbal. | 59. San Juan de Barbalos. |
| 8. Calle de Zamora. | 60. San Boal. |
| 9. Id. de la Alberca o Esgueva. | 61. San Mateo. |
| 10. Id. de Toro. | 62. Santa Ana. |
| 11. Id. del Azafranal. | 63. Monjas Franciscas. |
| 12. Id. de San Justo. | 64. Recogidas. |
| 13. Id. de Cantarranas. | 65. Santa Eulalia. |
| 14. Las Cuatro Calles. | 66. Sancti Spiritus. |
| 15. Calle del Caliz. | 67. El Carmen. |
| 16. Id. del Rosario. | 68. Santa Maria de los Caballeros. |
| 17. Id. de Bordadores. | 69. Santa Ursula. |
| 18. Id. de Moros. | 70. La Vera Cruz. |
| 19. Id. Padre Nuestro. | 71. Ex Convento de San Francisco. |
| 20. Id. Gibraltar. | 72. San Blas. |
| 21. Id. de San Pablo. | 73. Monjas Agustinas. |
| 22. Catedral Nueva. | 74. Id. de la Madre de Dios. |
| 23. Catedral Vieja. | 75. San Benito. |
| 24. Escuela Normal. | 76. San Martín. |
| 25. Gobierno Civil y Museo. | 77. Casa Ayuntamiento. |
| 26. Universidad. | 78. San Julián. |
| 27. Palacio Episcopal. | 79. San Justo. |
| 28. Escuelas Menores. | 80. La Misericordia. |
| 29. Colegio de los Verdes. | 81. San Cristóbal. |
| 30. Seminario Conciliar. | 82. San Román. |
| 31. Ex Colegio de la Magdalena. | 83. Santa Clara. |
| 32. Escuela de Niños. | 84. Las Dueñas. |
| 33. Casa de las Conchas. | 85. San Pablo. |
| 34. Palacio de la Conquista. | 86. Ex Colegio de Calatrava. |
| 35. Casa de la Salina. | 87. Santo Tomás. |
| 36. Palacio de Santa Marta y Torre del Clavero. | 88. Bernardas de Jesús. |
| 37. Cuartel. | 89. Seminario de Corvajal. |
| 38. Monte Olivete. | 90. Tercera Orden del Carmen. |
| 39. Casa de Dementes. | 91. Santiago. |
| 40. Hospital Civil. | 92. San Millán. |
| 41. Teatro. | 93. Cristo de la Estafeta. |
| 42. Juzgado y Escuelas. | 94. San Isidro. |
| 43. Posada del Rincón. | 95. San Bartolomé. |
| 44. Plaza de Toros. | 96. Carmelitas Descalzas. |
| 45. Palacio de Monterrey. | 97. Arrabal de la Puerta de Zamora. |
| 46. Hospicio y Casa de Expósitos. | 98. Id. del Rollo. |
| 47. Hospital Militar. | 99. Id. de Sancti Spiritus. |
| 48. Palacio del Marqués de Castellanos. | 100. Id. de Santo Tomás. |
| 49. Correo. | 101. Id. de Santiago. |
| 50. Academia de Bellas Artes. | 102. Id. de los Milagros. |
| 51. Palacio de Castelar. | 103. Id. de San Bernardo. |
| 52. Id. de Montellano. | 104. Ruinas. |
| | 105. Puente. |

PLANO DE SALAMANCA

Escala de 1 por 10,000.



es por lo que he escogido como tema de mi conferencia el de «Salamanca en los últimos años del siglo XIX».

¿Cómo era Salamanca en los años postreros del siglo pasado? En la época de la dominación romana y durante la de los árabes, hasta la Reconquista, Salamanca era tenida como «ciudad grande», y así la denominó Plutarco al narrar el heroico comportamiento de las mujeres salmantinas en el saqueo que de ella ordenó Anibal. Sin embargo, no era tan «grande» aquella Salamanca, puesto que sabemos por los historiadores, que la vieja puebla se hallaba situada en el cerro o colina llamada de San Isidro, en el que están edificadas las Catedrales. La limitaba unas murallas que circundaban lo que hoy es una pequeñísima parte de la ciudad, o sea, la que está comprendida dentro del siguiente perímetro: Puerta de San Pablo, Puerta del Río, Peña Celestina, Plaza de Fray Luis, Calle de Serranos, Plaza de San Isidro, Plaza de Anaya y Colegio Carbajal. Fué después, a últimos del siglo XI y primeros del siglo XII, al ser reconquistada definitivamente a los moros y repoblada por el Conde Don Ramón, cuando Salamanca se extiende y agranda, saliendo de sus antiguas murallas para asentarse también en los cerros de San Vicente y San Cristóbal, y en el terreno entre ambos comprendido.

Así extendida Salamanca, Alfonso VII el Emperador mandó construir nueva muralla que amparase todo el perímetro de la ciudad. Esa muralla se construyó en el año 1147, siendo corregidor el Conde Don Ponce. La línea de la misma se adaptaba a lo que actualmente son el Paseo de Canalejas, la Avenida de Mirat, la Avenida de Alemania o Paseo de las Carmelitas, el Paseo de San Vicente y el del Rector Esperabé.

En posteriores siglos, especialmente durante los siglos XVI y XVII, este segundo recinto amurallado no puede contener la expansión de la ciudad en pleno desarrollo de su magnificencia y se ensancha a extramuros, formándose arrabales y barrios muy poblados dotados de grandiosos y artísticos edificios.

Podeis percataros de ello con sólo deciros que en las afueras de la Puerta de Zamora existieron el Convento de San Francisco de Paula, llamado de los Mínimos; el Convento de los Capuchinos, las

ermitas de Santa Bárbara y del Cristo de los Agravios y numerosas viviendas; entre las Puertas de San Pablo y Sancti-Spiritus, estuvieron el Hospital de Santa María la Blanca, el Convento de San Andrés de los Carmelitas Calzados, denominado el Escorial Salmantino; los Colegios de niños y niñas huérfanos, el Colegio de Santa Susana de Premostratenses, la ermita de San Lázaro, el Convento de los Jerónimos, el de las Bernardas, todavía subsistente; el de San Antonio de las Afueras, las ermitas de Santa Ana y San Mamés y el Convento de Mercedarios descalzos; todos rodeados de casas. En la Puerta de Toro estuvo el Hospital del Amparo, y entre las de Villamayor y San Bernardo existió un gran arrabal con dos parroquias, el Convento de Monjas Carmelitas fundado por Santa Teresa, que aún se conserva, el de San Bernardo y la ermita del Cristo de Jerusalén.

Pero en el último cuarto del siglo XIX, con la decadencia de la Universidad, la desaparición de gran parte de los Colegios, los destrozos causados por la guerra de la Independencia y los muchos que produjo la desamortización y la manía devastadora que abatió sin remordimiento docenas de edificios, Salamanca queda achicada, empequeñecida y encogida entre sus muros.

Han desaparecido, como si un viento fuerte los hubiera barrido de repente, todos los barrios, conventos y edificios que se construyeron extramuros, quedando sólo en pie alguno de ellos y en ruinas los más.

Salamanca se había replegado a lo que fué su recinto de murallas mandadas levantar por Alfonso VII el Emperador, y su perímetro era, por tanto, a últimos del siglo pasado, el mismo que tuvo en el siglo XII.

Fuera de ese recinto, esto es, más allá de lo que en la actualidad forman la Avenida de Mirat, Avenida de Alemania, Paseos de San Vicente, del Rector Esperabé y de Canalejas, nada existía edificado, salvo algunas pequeñas casas de labradores, algún convento como los de las Bernardas y las Carmelitas, un pequeño barrio cercano al Puente Viejo, y la Plaza de Toros. No aludimos a la primitiva Plaza de Toros, que aunque parezca increíble estuvo situada en uno de los más bellos y evocadores rincones de la ciudad como es el de Las Ursulas, pues se levantó en lo que es hoy jardín de las Adoratrices; Plaza en la que frecuentemente toreó el mejor torero de su tiempo, Julián Casas, «El Salamanquino». Ni tampoco a la

Plaza de Toros actual, inaugurada en las ferias de 1893, sino a la que se construyó en 1864 en el lugar donde hoy está la Casa de Socorro, que fué derribada al inaugurarse la nueva, utilizándose los materiales resultantes de la demolición para edificar los Hoteles de la Avenida de Mirat, obra inicial del ensanche de la ciudad por su zona Norte.

Todavía siendo yo niño, Salamanca terminaba allí donde estuvieron las murallas, delatadas por trozos que se conservaban en lo que hoy es Avenida de Mirat, Paseo de Canalejas y Avenida de Alemania. Fuera de ellas sólo había escasas edificaciones, eras y tierras de labor, a las que íbamos en el mes de mayo para cortar espigas de cebada, burlando la vigilancia de un guarda jurado denominado «El Barbas», que nos infundía verdadero terror por la historia que de él se contaba de disparar sin contemplaciones su escopeta, cargada con cartuchos en los que la sal en grano sustituía a los perdigones. Sobre estas eras y estas tierras de sembradío, se levantan hoy barrios populosos, incorporados urbanísticamente a la ciudad.

También de murallas adentro, Salamanca ha visto disminuída su densidad urbana. La guerra de la Independencia redujo a escombros, haciéndolos desaparecer, el Convento de San Agustín, donde moró Fray Luis de León; el Colegio Militar de Alcántara, el Colegio de los Angeles, la Casa de las Arrepentidas, el Monasterio de San Vicente, el Convento de San Cayetano, el Colegio Mayor de Cuenca, el Convento de San Francisco, la Casa Galera, el Hospicio, el Colegio de la Magdalena, el Convento de la Merced Calzada, el Colegio Mayor de Oviedo, el Colegio Militar del Rey, el Colegio de Trilingüe, las calles de Santa Ana, Esgrima y Larga, la Plazuela del Montecillo y cuatro calles más que había en el Cerrillo de San Blas, amén de otros edificios de ese barrio sobre el que franceses e ingleses cayeron devastadores durante las peripecias bélicas de la guerra napoleónica.

Puede decirse que con la guerra de la Independencia desapareció toda la parte Oeste de la ciudad, en la que estaba comprendida la zona universitaria y por ello una en la que más abundaban los bellos y grandiosos edificios, dejándola reducida a espacios despo- blados. Todavía Salamanca tiene sin cicatrizar esa herida, ya que ese sector de la ciudad está actualmente en gran parte sin recon- struir o deficientemente reedificado.



URSULAS.— Nadie conocería sin sus hermosos árboles este bello rincón salmantino de las Ursulas, tal y como se encontraba a finales del siglo pasado. En lo que hoy es jardín del Convento de las Adoratrices estuvo la Plaza de Toros y en la fotografía todavía se advierte el redondel del derribado coso taurino.

Por otra parte, la supresión de Conventos y la exclaustación decretada en los años 1835-36 y 37 y el pase de los bienes de las comunidades religiosas a la Caja de Desamortización, dió lugar a que saliesen de Salamanca centenares de religiosos que se vieron obligados a abandonar sus residencias, la mayoría de los cuales, por incuria o por prurito devastador, se arruinaron o fueron demolidas.

II

Lo dicho es bastante significativo para darnos idea de a qué extremos había quedado reducida en el último cuarto del siglo XIX aquella extensa ciudad, abundosa en su interior y extramuros, en magníficos y notables edificios, que fué Salamanca durante los siglos XVI y XVII; bastante también para que podamos establecer una comparación entre el pequeño y decadente ámbito de la misma en la época postrera del pasado siglo y el actual de la ciudad, ya recuperada y en plena expansión y florecimiento.

A pesar de estar entonces Salamanca encogida o achicada, sobraba ciudad para albergar en ella a sus habitantes.

Según estadísticas de aquel tiempo, Salamanca tenía unos 16.000 habitantes en el año de 1875 y 18.000 en el de 1884, o sea, poco más de los que hoy tienen Ciudad Rodrigo y Béjar.

Esta escasa población permitía que todos los habitantes se conocieran y relacionasen.

En mi niñez, aunque ya sobrepasaba de 20.000 el número de sus habitantes, recuerdo que nos eran conocidos la totalidad de ellos. Yo sabía quiénes eran cuantas personas me encontraba en la calle. Este era un médico, aquel el dueño de un comercio, estos otros el tío Miguel, el zapatero, y el Sr. Bibiano el hojalatero; esta señora la esposa del Juez, y estos niños los de un boticario. Ante una cara momentáneamente desconocida, se la clasificaba de «forastero» y nunca nos equivocábamos. Bien es verdad que el forastero dejaba de ser desconocido con sólo tres o cuatro días de permanencia en la ciudad, tiempo más que suficiente para que todos nos enterásemos de su procedencia, vida y milagros.

Adentrándose en la Salamanca de aquel tiempo, nos encontraríamos con una ciudad achatada y sin altura. La mayoría de las viviendas, incluso los palacios y las casas solariegas, y excepto los muy pocos que conservaban sus torres fuertes, constaban

únicamente de dos plantas y muchas de una sólo, lo que permitía que destacasen las monumentales edificaciones, Conventos, Iglesias y Catedrales con sus torres y cúpulas, reliquias venerables de lo que fué Salamanca en anteriores siglos y casi las mismas que actualmente se conservan.

Las calles eran tortuosas, estrechas, mal empedradas y con defectuosas aceras o falta absoluta de éstas. Predominaban las casitas pequeñas construidas con ladrillo y revocadas sus fachadas. Las menos eran de piedra franca, y todas constaban, en la planta baja, de puerta y una o dos ventanas, y en la planta alta, de dos o tres ventanas o balcones,

La población todavía estaba salpicada de un elevado número de casas-palacios y casas nobles, labradas en piedra, con puertas de arco de medio punto formado por grandes dovelas, flanqueadas de escudos y enmarcadas por un alfiz; o con fachadas artísticamente ornamentadas de bella y sugestiva arquitectura. Abundaban las casas construidas sencillamente en piedra, aunque ennoblecida ésta con la pátina del tiempo. Con el transcurso de los años, muchos de estos edificios los hemos visto desaparecer, aunque felizmente perduren bastantes, que pregonan el rango y la categoría que tuvo Salamanca, prestándole un tono señorial aún más acusado que el que hoy tiene y un carácter muy peculiar y propio de ciudad-artística.

De esos palacios y nobles casas desaparecidas en los años a que venimos refiriéndonos, podemos citar la Casa del Aguila o de la Cadena, sita en la calle del Pozo Amarillo; la Aduana Vieja y la casa del Doctor Lago, esta última en la Plaza de los Bandos; la casa de los Ahumadas, en la Plaza del Peso; el Palacio del Duque de Montellano, conocido por el Corralón, y la casa de los Rodríguez de Varillas, en la calle de Toro. Recordamos igualmente la del Marqués de Flores Dávila, en la Plaza de Fray Luis; la casa de los Pacés, con su recinto cerrado llamado la Alcacería, en la calle de la Rúa, y tantas y tantas más, de las que solamente quedan un nombre evocador en la memoria de algunos salmantinos.

Dos circunstancias contribuían también a acentuar las apuntadas características de señorío de la Salamanca de entonces: la abundancia de calles y plazas con soportales, tan típicamente castellanos, y el que se mantuvieran en pie muchas de aquellas pequeñas, pero interesantísimas parroquias, que tanto abundaron en Salaman-



DIPUTACION.—El noble Palacio de Fonseca, hoy Diputación Provincial, tuvo antes de su reforma este aspecto, del que está ausente la suprema elegancia de los días de su fundación; pero con la presencia de tipos populares que le prestan un colorido muy de la época.

ca desde el siglo XII. Generalmente se hallaban enclavadas en el centro de pequeñas plazuelas, que formaban bellos y recogidos parajes saturados de poesía. Afortunadamente aún nos quedan magníficos ejemplares de las mismas, como son las Iglesias de Santo Tomás Cantuariense, San Julián, San Boal, San Benito, San Marcos, San Cristóbal y Santiago, maravillosos y evocadores rincones que forman y elevan el valor del tesoro artístico salmantino. Existían soportales en la Plaza de la Verdura, entre lo que es hoy entrada de la calle del Pozo Amarillo y la Iglesia de San Julián. Los había, igualmente, en la plaza de San Julián, en el lugar donde hoy se levanta el Colegio de Hernán Cortés y que sirvieron de motivo a un hermoso cuadro pintado por González Ubierna; en la parte de dicha plaza, que comunica con la de la Reina, donde aún existe una pequeña parte de ellos, y los del Corriño, que no habían experimentado la sustitución de las columnas de piedra por las de hierro actuales. Los hubo en tiempos en la Plaza del Peso y todavía se conservan algunos pilares o columnas en la casa que hay frente al Gran Hotel, donde está «El Mesón».

La piqueta tenía a finales del siglo XIX sin acometer la obra demolidora de las Iglesias de Santa Eulalia y San Justo, que se levantaban en lo que hoy son plazuelas de su nombre, y la de San Mateo, donde se alza la de San Juan de Sahagún.

Alguna zona y aun algún barrio de Salamanca, alejados del centro de la capital, se encuentran tal y como estaban a últimos del siglo XIX. Visitándolos, nos podemos formar una idea muy aproximada de lo que era la ciudad en aquella época, esto es, una mezcla de calles en las que perduraba la fisonomía y el carácter arcaico de los siglos gloriosos con otras típicamente décimonónicas.

Entre estas últimas están las calles de Bodegones, del Grillo, del Rodillo, del Lucero, del Banzo, de la Parra, del Pinto y otras del barrio de San Cristóbal, y las del Arco, la Lanza, Bientocadas, la Estrella y el último tramo de Padilleros, del antiguo barrio del Conejal, comprendido entre la calle de Zamora y Toro, que conservan no sólo los mismos simpáticos y pintorescos nombres que tenían en 1875, sino su factura décimonónica; calles estrechas, tortuosas las más y faltas de alineación, mal empedradas, sin aceras o teniéndolas deficientes, con pequeñas casitas de una o dos plantas, fachada sencilla revocada sobre ladrillo y escasas ventanitas o balcones. Y entre las calles evocadoras de pasados siglos, están las callejas

de la Catedral, el recodo de San Benito, la calle de la Compañía, la Plaza de las Agustinas y gran parte de la calle de Libreros y de la zona universitaria.

La calle de la Rúa, hoy perfectamente urbanizada, con casas amplias de tres y cuatro plantas, que tiene en uno de sus extremos el magnífico fondo y bellísima perspectiva de la torre catedralicia y por el otro la plateresca fachada de San Martín, era una calle con tramos estrechos, casas bajas que sobresalían unas de otras, pésimamente empedrada, y terminando en lo que hoy es trozo comprendido entre la calle de Palomino y Plaza de Anaya. Se interrumpía aquí por la parte trasera de la casa de la Corneja y otras de la calle de la Estafeta unidas a la Iglesia de San Sebastián. El acceso a la Catedral y Plaza de Anaya tenía que hacerse por la Rúa Antigua y calle de la Estafeta, hoy de Francisco Vitoria.

Fué el Alcalde Pollo Martín quien tuvo la feliz idea de abrir la calle, comunicándola directamente con la Plaza de Anaya, dando así a la Catedral la hermosa perspectiva que hoy ofrece. Al amparo de esta mejora se inicia por los años 1880 al 1885 la edificación de algunas buenas casas de discreta arquitectura, construidas con piedra, como las de los destacados e ilustres salmantinos D. Vicente Oliva y D. Celedonio Miguel Gómez, siguiendo a ellas otras construcciones y la alineación en que ha cuajado su estado actual.

En la Plaza del Poeta Iglesias, pegada a la Plaza Mayor, se hallaba enclavada a últimos del siglo pasado, la antigua Lonja. En este edificio se instaló la Audiencia en 1882, y constaba de dos plantas con fachada revocada, sin el más mínimo valor artístico, pero que tenía en el balcón central una toza del siglo xv con el escudo de los Reyes Católicos. El acceso desde esta plaza a la calle de la Rúa, se hacía por dos calles estrechas llamadas del Navío y de Quintana, entre las que había una manzanita de viejas y pequeñas casas.

Sobre lo que fué antigua Lonja y más tarde Audiencia provincial, se levanta actualmente el Gran Hotel. La manzanita de casas existente entre las calles del Navío y de Quintana, ha desaparecido. Las casas de la plaza han cobrado altura y se ha suprimido un callejón sin salida que antes existía en aquel lugar.

Conocí la calle de Toro tortuosa, angosta en varios tramos y con las casas formando caprichosos entrantes y salientes. Todas las casas, de aspecto modesto y sin carácter alguno, constaban cuando

más de dos plantas. Existían, sin embargo, cuatro o cinco casas-palacios edificados en piedra, con fachadas de bella traza y señorial fisonomía, como la Casa del Marqués de Castelar, donde vivió el ilustre salmantino D. Luis Maldonado, que aún se conserva; la de los Rodríguez de las Varillas y la casa-palacio del Duque de Montellano, ya desaparecidas.

En los años de 1875 a 1900 y aun en los posteriores, la zona comprendida entre la calle de Toro y Zamora, en la que se encuentran las calles de Calvo Sotelo y Frutos Valiente, era una zona ocupada por las cocheras y cuadras propiedad de D. José Miguel Motta, por el Corralón del Palacio del Duque de Montellano y por el jardín y cocheras de la casa de D. Gaspar Alba.

En la Plaza del Mercado no se había construído todavía el Mercado de Abastos. Como ya hemos dicho, la manzana de casas comprendida entre la calle del Pozo Amarillo y la Iglesia de San Julián, avanzaba provista de soportales sobre la plaza sin formar línea con la manzana anterior. En la parte frontera, adosadas al caserón de la Audiencia, se hallaban las denominadas covachuelas, que eran unos puestos de madera para la venta de artículos alimenticios, cuyo primitivo destino, si nos atenemos al nombre de las mismas, debió ser el de oficina de los memorialistas o personas dedicadas a la redacción de cartas, solicitudes, instancias y documentos.

La calle del Pozo Amarillo no tenía acceso directo a la Plaza de Santa Eulalia, terminando en una rinconada, de donde partía la calle de Caleros, de la que, a su vez, salía la calle de la Guerra, hoy desaparecida, y por la que se penetraba en dicha Plaza.

Igualmente la calle del Azafranal, que hoy es la de José Antonio, no tenía salida directa a la Plaza de España, terminando en los solares y terrenos que fueron de Santa Ana y que los separaba, por lo que, para llegar al paseo de circunvalación, había que tomar, al llegar a las Franciscas, la Ronda de Sancti-Spíritus, que conducía a la Puerta de Toro.



UN RINCON.—Este rincón salmantino, con su Posada del mismo nombre, es una bella estampa que Ubierna ha recogido en un óleo de encantadora factura. El rótulo de esa "Botica" basta para caracterizar una época de evocadores recuerdos.

III

HABLAR de cómo era nuestra ciudad a últimos del pasado siglo obliga inexcusablemente a referirnos a la Plaza Mayor, porque el gran patio de la ciudad es algo consustancial a Salamanca, no concibiéndose una sin la otra.

Primitivamente, la Plaza Mayor estuvo completamente empedrada, sin calzada, jardines, fuentes y farolas que ornamentasen su centro.

En el año de 1871 se llevaron a efecto las obras que se denominaron de «adorno y hermooseamiento», consistentes en instalar en el centro una fuente redonda y en colocar unos canapés de piedra con respaldo de hierro, en cuyos extremos tenían una pilastra sobre la que descansaba un jarrón; canapés, pilastras y jarrones que actualmente se encuentran instalados en la Plaza de Orésimo Redondo, de Colón y de los Bandos. Asimismo se instalaron cuatro columnas-farolas de hierro montadas sobre pedestal de piedra, con tres brazos, una de las cuales está entre la calle de la Rúa y el Corrillo y otra en los jardinillos que existen frente a la Casa de las Conchas, aunque se les han sustituido las farolas primitivas. Para completar el adorno de la Plaza, se plantaron evónibus y acacias y se ajardinó el centro de la Plaza en los trozos que dejaban libres la fuente y los canapés.

Los balcones carecían de las uniformes persianas que actualmente tienen. Para guarecerse del sol, los vecinos de la Plaza empleaban cortinas blancas o de grandes cuadros encarnados y azules, tal y como nos lo muestra el divulgado grabado de la Plaza Mayor, de Parcerisa, dando al severo conjunto arquitectónico un alegre colorido que le animaba pintorescamente.

En las cuatro esquinas de los soportales y dentro de éstos, existieron unos soportes de hierro con un farol de petróleo, única luz que recibía la Plaza después de las horas de cierre de los comercios. En estas condiciones, necesariamente tendría que aparecer oscura,

triste y melancólica. Al realizarse en 1871 la reforma a que nos venimos refiriendo, se instalaron en cada arco los actuales faroles que tanto la adornan y embellecen, aunque en aquella época siguió utilizándose el petróleo en la iluminación urbana.

Conservaba por entonces la Plaza los denominados «tercerillos», que consistían en una planta o piso de pequeña altura situado entre la planta baja y la principal. Estos «tercerillos» tenían unos balconcitos de iguales dimensiones, abiertos sobre los sóportales, con un diminuto antepecho, y existían tantos como arcos, todos en perfecta simetría. Costumbre de los moradores de los «tercerillos» era la de colocar una camilla al lado del balconcillo. Sentados en derredor de ella, los vecinos veían pasear a la gente por los soportales y físgaban todo lo que en ellos acontecía. ¿Podeis imaginaros el encanto de unos interiores, a los cuales la luz del quinqué iluminaba como una estampa romántica? La fisonomía de la Plaza Mayor era; como puede comprenderse, de un delicioso intimismo; cuyo recuerdo aún perdura entre quienes lo conocieron.

Pero poco a poco, los «tercerillos» fueron suprimiéndose para dar mayor altura y capacidad a los comercios instalados en la planta baja. Hace unos cuarenta años todavía los «tercerillos» daban razón de existencia, permitiendo imaginarse lo que fué la Plaza cuando estuviera toda ella poblada de esos pequeñitos balcones tan atractivos y simpáticos, de los que, en la actualidad, sólo queda uno aunque tapado por la muestra de un estanco.

La planta baja de la Plaza Mayor estaba cuajada de comercios. Eran éstos bajos de techo, con sencillas portadas de madera y pequeñísimos escaparates. Los artículos y mercancías se mostraban al público colgadas de cuerdas y alambres en las portadas y hasta en el techo de los soportales. Ofrecían éstos, de tal suerte, una curiosísima apariencia y abigarrada visualidad, donde en revuelta promiscuidad de objetos diversos, había pañuelos, mantas y telas de vivos colores, velas y figuras de cera, artículos de guarnicionería y de mercería, de aquel variado, casero y poco exigente comercio local de finales de siglo.

Entre los comercios de la época, merecen especial recordación los de Doña Elvira «La Cordonera», «Las Migueletas» y «Las Andreñas»; la confitería de Calama, la mercería y sombrerería de los Pozueta, los bazares de Verástegui y Buxaderas, las sastrerías de Allue y del popular Sastrín, y la guarnicionería de Algarbe.



PLAZA MAYOR.—El gran patio de la ciudad sirvió en multitud de ocasiones de coso taurino, perfectamente reglamentada la utilización de sus balcones. En ella torearon los más afamados espadas de la época.

En los comercios de los Pozueta y en la confitería de Calama, se formaban diariamente concurridas tertulias de señores muy conocidos, y en el comercio de «Las Migueletas», se reunían a charlar un grupo de señoras de la buena sociedad salmantina.

En los anocheceres, el vecindario acostumbraba a pasear por los soportales, pero sólo en la parte que entonces se conocía por Acera de Correos, en donde estaba instalada la Oficina Postal, y que es la comprendida entre la calle del Prior y la del Concejo. En tan poco trecho aún sobraba sitio holgadamente para el peripatetismo del vecindario en aquella época en que la ciudad contaba—como ya hemos dicho—escasamente 18.000 habitantes. Era la hora y el momento que aprovechaban los jóvenes para ver a las muchachas que, rompiendo su habitual reclusión casera, se decidían, bien acompañadas de las mamás o de próximos parientes, a dar unas vueltas a la Plaza. Y era también la hora de más apogeo y concurrencia en las tertulias. Los vecinos de Salamanca se veían y comunicaban en ella, acudiendo a la llamada imperiosa de la Plaza Mayor, centro entonces, como en los tiempos presentes, de reunión de los salmantinos.

IV

Los comercios, en la época a que nos venimos refiriendo, eran escasísimos en Salamanca. Una estadística del año 1884 nos revela la existencia de 132 comerciantes y de 28 dependientes, números que indican claramente cómo los patronos no utilizaban dependencia y despachaban ellos mismos, ayudados por sus familiares, al público.

Esa falta de comercio fijo, con establecimiento serio y muestra a la calle, estaba suplida por la gran cantidad de artesanos, por la venta ambulante de mercancías y por la multitud de puestos callejeros, que se aposentaban en cualquier lugar.

Había artesanos para la venta y confección de infinidad de mercancías: alfareros, babucheros, bauleros, cereros, cesteros, chocolateros, cincheros, coheteros, cordeleros, cordoneros, estereros, fosforeros, hilanderos, licoristas, plateros, silleteros, tejedores, torneros y zapateros, los cuales proveían directamente al vecindario de los artículos de su oficio, que venían heredando de hijos a padres desde tiempo inmemorial.

Eran muchos los vendedores ambulantes. Durante todo el día pululaban por las calles de la ciudad anunciando sus mercancías con curiosísimos y musicales pregones: «¡La merenguera ha venido porque ha querido, si no hubiera querido no hubiese venido!»; «¡hígado, hígado, pajarillas y riñones!»; «¡el pajarero con pardales, chivones y verderones!»; «¡cardillos y berros, la verdulera, verduras!»; «¡el botijero, botijos finos y botellas finas!»

La mayoría de estos vendedores callejeros eran popularísimos. El pueblo les demostraba su simpatía por el donaire y la gracia con que se producían. Los salmantinos de todas las clases sociales tenían trato constante con ellos, cuyos pregones y su presencia misma en las calles de la ciudad, daban a ésta un pintoresco y peculiar aspecto. La merenguera, a la que todavía alcancé a conocer en mi niñez,

peinaba raya al medio, rodetes y el clásico moño de picaporte; vestía pañuelo cruzado, sayas cortas de paño y medias blancas y se adornaba con pendientes y collares charros. En el verano lucía un descomunal abanico que manejaba con garbo y soltura, propio, más que de la «La Merenguera», de una dama.

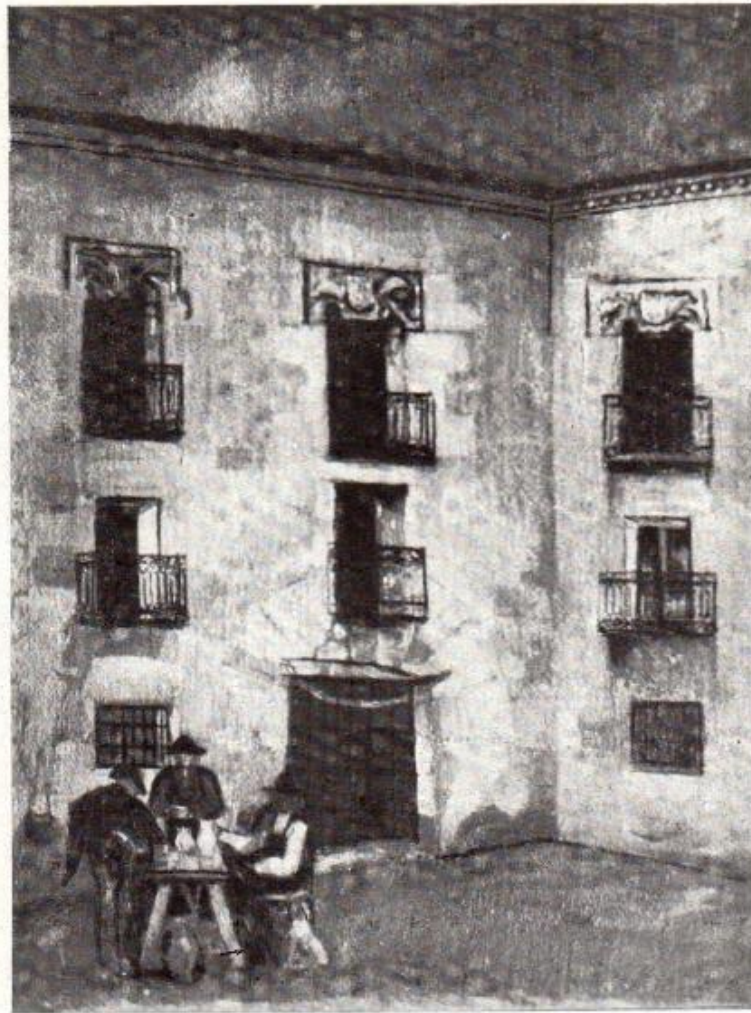
Los puestos callejeros tenían su asiento en los siguientes lugares: En el Corrillo se colocaban los tenderetes y puestos de venta de huevos, aves y caza. En la Plaza de la Verdura se instalaban los de hortalizas, frutas, cintas, hilos, puntillas, etc., lo mismo que en la Plaza de San Julián.

En la Plaza de la Verdura estaban, además, adosadas a la fachada lateral de la Audiencia, unas covachuelas donde se vendían, principalmente, artículos de ferretería, como clavos, tachuelas, tornillos y perdigones. Y para completar las diversas categorías de establecimientos mercantiles, consignemos que existían unos modestísimos cajones o pequeños puestos de madera cubiertos, que se colocaban independientes o en serie en diversos sitios de la ciudad. El núcleo más numeroso era el de los zapateros remendones, y estaban colocados en el Arroyo de Santo Domingo, adosados al Convento de San Esteban y muy cerca del Puentecillo.

Los comercios se concentraban, principalmente, en la Plaza Mayor y calles próximas, situadas en la parte Sur, como las Plazas de la Lonja y del Corrillo y las calles de la Rúa, San Justo y San Pablo.

Hasta muy avanzado el siglo no comenzaron los comerciantes a preocuparse de mejorar sus establecimientos. Uno de los primeros que se reformaron con esa preocupación, fué el de D. Tomás Alonso, que tenía un comercio de telas en la Plaza Mayor. Suprimió el tercerillo para dar altura al local, lo embelleció con una portada de nogal muy entonada y decoró el interior con bastante buen gusto. Por cierto, que como encargado o dependiente mayor de este comercio, estuvo muchísimos años, y yo llegué a conocerle, un hombre muy popular y amable, llamado Felipe, que vestía con singular atildamiento y lucía en el rostro unas enormes patillas terminadas en punta, de las denominadas de «teta de cabra». Lo mismo que con el comercio acontecía con la industria, que corrían parejas en modestia, pobreza y escasez.

Las estadísticas consultadas, nos dicen que en el año de 1884 existían solamente diez fábricas de curtidos, una de almidón, seis de



POSADA DE LA CADENA.—Totalmente desaparecida, fué uno de los edificios sobre el que pesaba una historia más auténtica y remota; tanto, que sirvió de posada real en tiempos de D. Juan I de Castilla.

calzado, tres de fideos, cuatro de jabón y una de licores; y D. Fernando Araujo, en su «Historia de Salamanca», editada en el mismo año, señala como suceso digno de mención acaecido en aquella fecha, el de haberse incrementado la industria salmantina con las instalaciones hechas por los señores Maculet, Moneo y Mirat.

Hay que aclarar, sin embargo, que la industria del Sr. Mirat, que merece ser citada honrosamente por el Sr. Araujo, estaba entonces limitada a una fábrica de pastas para sopa y de almidón, y que hasta muchos años después no se transformó en fábrica de abonos y de productos químicos, y es entrado ya el siglo xx cuando empezó a tener la importancia de que hoy goza; la industria del señor Moneo, que comenzó siendo una modesta hojalatería, se encontraba en aquella época en el momento inicial de convertirse en importante fundición, por lo que tampoco había adquirido la pujanza que logró más tarde.

La fábrica del Sr. Mirat se instaló sobre las ruínas del Convento de los Jerónimos, a la orilla del Tormes, que es donde se encuentra en la actualidad; la de Moneo, en el mismo lugar en que ahora se halla, enfrente del Campo de San Francisco, y la fundición de Maculet, que ya no existe, estuvo muy próxima a la anterior, sobre las ruínas del Convento de San Francisco.

Las fábricas de curtidos, que entonces se llamaban tenerías, estuvieron situadas en la ribera del Puente y debajo de la Peña Celestina. En los últimos años del siglo xix y en los primeros del xx, las fábricas de curtidos experimentaron una extraordinaria mejora y adquirieron gran importancia industrial y económica.

V

DURANTE la mayor parte del último cuarto del siglo pasado, la ciudad careció de alcantarillado. Los detritus y aguas sucias eran recogidos en vasijas de barro que se transportaban por la noche, al amparo de la oscuridad. Las llevaban sobre la cabeza mujeres que se dedicaban a este enojoso menester, denominadas «vertedoras»; las criadas de servicio o la propia dueña de casa cuando se trataba de familias modestas. Su contenido se vertía en los pozos negros, uno de los cuales estaba en el Arroyo de Santo Domingo y otro en la calle de Sorias, o en la gran alberca de la ciudad que atravesaba ésta por la parte de naciente, siguiendo el siguiente trayecto: calle de la Raqueta, parte trasera de las casas de la calle de la Cárcel Nueva, Plaza de San Julián y calle de Ramos del Manzano, pasando después por debajo del puentecillo de Santo Domingo, para continuar por el Arroyo del mismo nombre y junto a la Iglesia de la Orden Tercera del Carmen y terrenos sin edificar, hasta desembocar en el río.

Sobre lo que fué trozo de alberca comprendido entre la calle de la Raqueta y la Plaza de San Julián, se alza hoy la Gran Vía, que constituirá, en su día, la mejor arteria de la ciudad.

Asimismo, hasta muy últimos del siglo, no existió servicio de aguas, pues aunque por el año de 1882 se elevaron a la ciudad las del Tormes, hecho que señala el historiador Araujo como trascendente, y realmente lo fué, es lo cierto que por falta de depósitos, red distribuidora y elementos para establecer un mediano abastecimiento, sólo sirvió para dotar de agua algunos caños, situados en lugares estratégicos de la población.

Para proveerse de agua, el vecindario utilizaba los pozos existentes en los patios, corrales y jardines de casas y conventos y en losaljibes y fuentes públicas, que se nutrían del agua traída desde manantiales como la fuente de la Plata.

Los aguadores se encargaban de transportar el agua hasta los domicilios. Utilizaban cántaros de barro que llevaban sobre angarillas a lomo de asnos y mulos. En todas las casas de la ciudad se disponía de una habitación donde reposaban los cántaros y las tinajas, panzudas y rezumando humedad.

Las criadas transportaban el agua en cántaros de arcilla de Alba, uno a la cadera, sujeto con el brazo, y el otro sobre la cabeza, en gracioso y rítmico movimiento de auténticas canéforas.

Fuentes y caños se veían siempre concurridísimos. Se formaban en ellos animadas reuniones, que eran como los mentideros de la ciudad, con todo lo que de pintoresco y eminentemente popular tenían estas estampas de la vida ciudadana.

Las dificultades para proveerse de agua, obligaban a que ésta se destinase única y exclusivamente para beber y para el indispensable aseo personal y limpieza de la casa. El lavado de ropa se hacía en el río, encomendándose a lavanderas profesionales. De aquí que en aquel tiempo fuera muy característico de Salamanca, el espectáculo de las márgenes del río pobladas de mujeres lavando y las riberas con enormes colgaderos de prendas puestas a secar.

En cuanto a la necesidad de disponer de nieve en el verano para utilizarla con diversos fines, se resolvía depositando la que naturalmente caía en el invierno en un pozo que ha existido hasta hace muy pocos años, debajo del trozo de muralla próxima a la Iglesia del Carmen de Abajo. Por este procedimiento, nuestros abuelos podían permitirse al lujo de regalarse con ricos sorbetes en lo más caluroso del estío salmantino.

VI

LA luz eléctrica no se introdujo en Salamanca si no en los linderos del presente siglo. Fué D. Carlos Luna, personaje de gran relieve en la vida salmantina, quien montó la primera fábrica de electricidad y dotó a la ciudad del alumbrado público. Años más tarde hubo de ser también quien trajera a Salamanca el primer automóvil.

Se hicieron los primeros tímidos ensayos en unas ferias de Septiembre, instalando un bastidor de madera, con numerosas bombillas, en el arco de la Plaza que da a la calle del Prior. Puede asegurarse, y nada tiene ello de extraño, que ante la sorprendente innovación desfiló todo el vecindario, haciéndose los más asombrados elogios al progreso que aquello significaba.

Antes de instalarse la luz eléctrica, la ciudad se alumbraba con farolas de petróleo. En las casas se utilizaban quinqués, candiles y velas. Pero las farolas públicas escaseaban y las calles resultaban lóbregas y tristonas. Cuando las señoras se veían obligadas a salir de noche, se hacían preceder de algún criado, portador de un farol de aceite que las iluminaba el camino. Los inconvenientes y molestias que ocasionaba el defectuoso y pobrísimo alumbrado de las vías públicas, retraía a las gentes dentro de sus casas. Una vez anochecido, las calles de la ciudad presentaban un aspecto solitario y desolador.

Los paseos —nunca ha dispuesto Salamanca de buenos paseos públicos— eran los del Rollo, Carmelitas, Camino de la Estación y carretera de circunvalación.

Los de las Carmelitas y del Rollo existían ya desde finales del siglo XVIII; el de la Glorieta es del año 1854, y los de circunvalación y de la Estación se hicieron ya en la época que nos ocupa, durante los años de 1877 y 1879, obedeciendo el último de ellos a la necesidad de enlazar, por medio de un camino decoroso, la ciudad con

la Estación del ferrocarril de Medina del Campo a Salamanca, primero que surcó la provincia y llegó a la ciudad, cuya inauguración se realizó con gran pompa y solemnidad en 1876, asistiendo a ella el Rey Alfonso XII y constituyendo un acontecimiento de enorme resonancia.

Los paseos del Rollo, de la Glorieta y de la Estación, estaban enclavados en despoblado, igual que una carretera, con sus andenes y doble fila de árboles.

En el paseo de la Glorieta, que comenzaba en la Puerta de Zamora y terminaba en el lugar donde hoy se bifurcan las carreteras de Zamora, Fuentesauco y Valladolid, se celebraban las mascaradas y paseos de carnaval. Posteriormente, el paseo de máscaras, carrozas y coches, se hizo en el circuito formado por la calle de Toro, Avenida de Mirat, calle de Zamora y Plaza Mayor.

Entre uno de los paseos de subida al Rollo y el de circunvalación, existían unos terrenos que se utilizaron para instalar allí una exposición provincial, y como depósito y exhibición del material móvil del ferrocarril de Salamanca a la frontera portuguesa, que había comenzado a construirse en el año 1882. Sobre estos terrenos tuvo el Ayuntamiento la feliz iniciativa de hacer un jardín público. Ese Parque es el actual de la Alamedilla, mejora que llenó una necesidad de la ciudad, donde no había más jardín que el rufiñoso y encantador Campo de San Francisco, ni plazas o zonas ajardinadas que fueran como los pulmones de la urbe.

VII

DEBÍA haber bastante gente ociosa y desocupada. Sin duda alguna también sobraba el tiempo a los salmantinos de los últimos años del siglo XIX, porque con sus sólo 18.000 habitantes, tenían para su recreo seis cafés, cuatro casinos, tres teatros, varios bailes públicos, un juego de pelota y una plaza de toros.

El Café Oporto estaba situado en la casa que hace esquina a la calle de la Rúa y de Palominos; el de Colón se hallaba instalado en la Plaza del Liceo, lugar que hoy ocupan los Almacenes de Rodríguez Galván y que anteriormente fué Convento de San Francisco el Real, cuyo Café tenía como muestra una hermosa carabela de metal que hasta hace poco tiempo se ha conservado en la puerta de los talleres de Moneo; el Suizo, establecido en la calle de Zamora, donde hoy está el Banco Hispano Americano; La Perla Antigua, a la entrada de la calle del Prior; La Perla Nueva, que radicaba en la misma calle del Prior, en lo que es ahora Café Simu, y el de «Las Cuatro Estaciones», que estuvo en la calle de Toro, en el local en que hoy se encuentra el Café Castilla.

Todos estos establecimientos se hallaban decorados al gusto y uso de la época: divanes de peluche rojo, mesas de mármol blanco y espejos.

Había, como más arriba decimos, cuatro Casinos: el de «los Señores», inaugurado en el año de 1863 en la casa-palacio que los Maldonado de Amatos tuvieron en la calle de Zamora, cuya casa, reformada recientemente, subsiste en la actualidad; el Círculo de La Perla, fundado en 1880, en el piso principal de la casa donde estaba el Café del mismo nombre, y el Mercantil y el Pasaje, el primero de ellos situado sobre el Café Suizo y el segundo en el piso principal del edificio que existió en el lugar en que hoy se ha construido el nuevo Café y Hotel Pasaje y las casas de la Caja de Ahorros.

Conoci la primitiva instalación del Casino de Salamanca. Recuerdo perfectamente su aspecto provinciano y su decoración décimonónica, con divanes de peluche rojo, unos puf del mismo color rodeando las columnas, pequeños tapices y espejos colgados en las paredes. Por entonces, sólo se daban fiestas de sociedad durante las ferias y en carnavales. Al Casino de Salamanca asistía lo más distinguido de la sociedad salmantina. La fiesta se inauguraba con un rigodón y se bailaban después los valeses, mazurcas y polkas que imponía la moda de entonces.

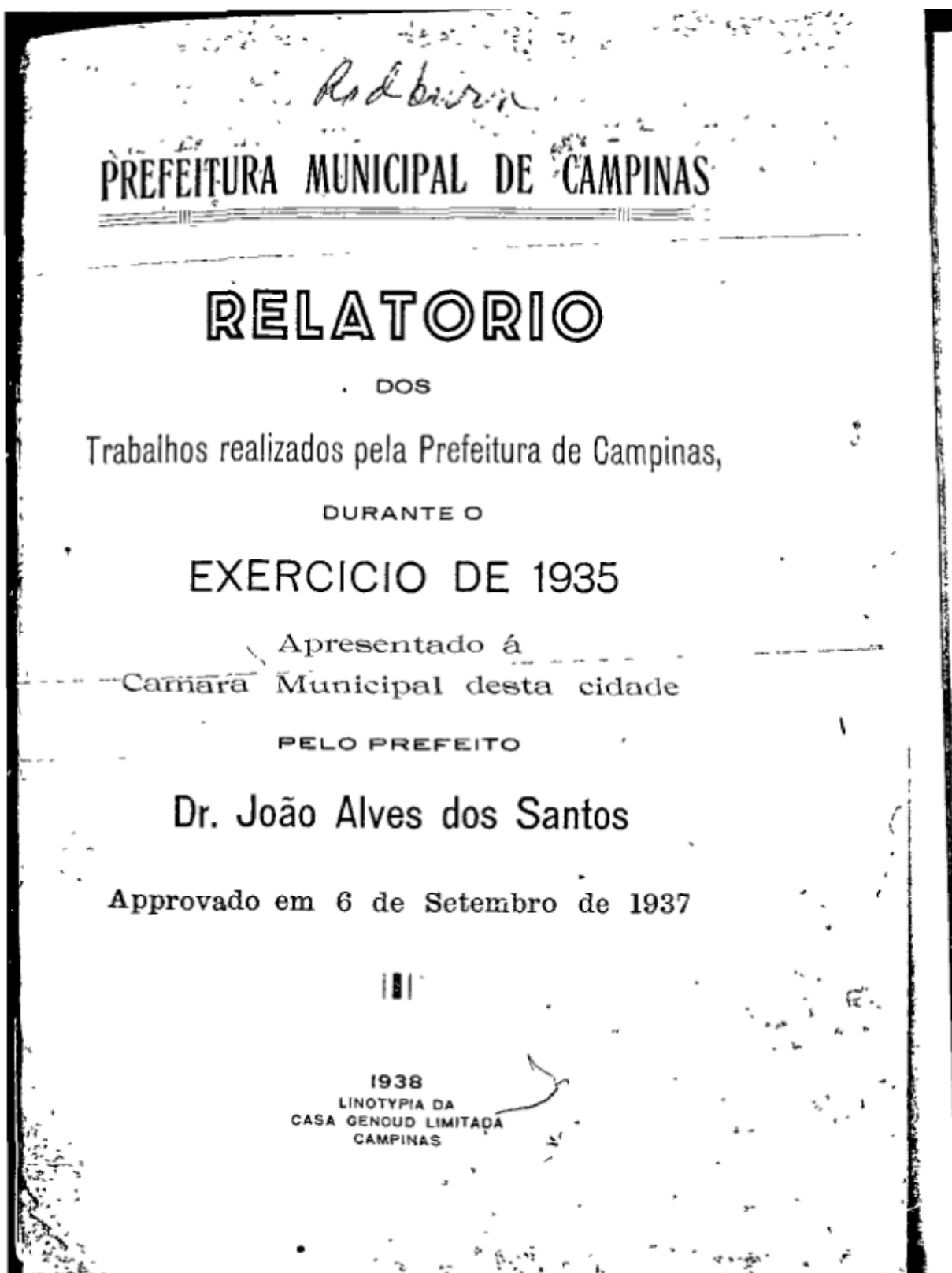
Las muchachas anotaban los bailes solicitados y comprometidos, en diminutos cuadernitos provistos de lápiz que colgaban de cordones de seda con borlas. Las mamás, aparentemente distraídas, vigilaban no obstante a sus niñas, mientras jugaban a abanicarse, sentadas en los divanes que decoraban los salones.

El momento en que las señoras y señoritas debían presentarse en la fiesta, era una cuestión dificultosa de resolver. Se consideraba de mal tono llegar cuando hubiese poca concurrencia. Unas retrasaban deliberadamente la salida de casa para llegar cuando ya estuviese el salón bastante concurrido. No faltaban familias que enviaban a alguno de sus parientes como discretos exploradores y sólo cuando éstos regresaban dando cuenta que habían ido las familias tales y cuales, se decidían a salir del hogar, entonces ya precipitadamente para no perderse un compás más de los exigidos por esta rígida y absurda etiqueta social.

Teatros no había más que el del Hospital, que actualmente lleva el nombre del compositor salmantino D. Tomás Bretón, y el Liceo, también subsistente, y ambos, como es natural, totalmente reformados, pues no puede calificarse de tal un barracón denominado Teatro Artístico, instalado en la que en aquel tiempo se llamaba Plaza de los Menores y hoy de Colón.

Únicamente se celebraban espectáculos teatrales en las ferias de septiembre y de «Botijeros», y muy excepcionalmente en algunos otros días del año, permaneciendo cerrados el resto.

Las familias más distinguidas de la sociedad disponían de plateas o palcos propios, o bien reservados exclusivamente para ellas. Concurrían a las funciones precedidas de criados, que eran portadores de un farol y de un brasero: el primero para iluminarse el camino que debían de transitar, y el segundo para preservarse del



RELATORIO

do

Dr. Francisco Prestes Maia

RASCUNHO DE EXPOSIÇÃO PRELIMINAR

I

O plano de urbanismo de Campinas refere-se a aspectos expostos em exposições anteriores e enumerados em schema já distribuido.

*onde estão
estes relatórios*

Vamos agora encarar concretamente uma parte do plano, aquelle que temos chamado de "plano material", limitando-nos ainda, por necessidade de clareza, aos pontos principaes e ás grandes linhas.

É importante lembrar que esta exposição não tem character de projecto nem proposta formal. Conforme idéas já expendidas sobre a verdadeira funcção das differentes entidades que concorrem no estudo da cidade, o papel do plano preliminar abaixo é apenas o de constituir guia e referencia para melhor coordenação daquellas "manifestações das aspirações collectivas", que cabem á Comissão de Urbanismo...

Observar que este plano é um tanto schematico, que os traçados na planta estão simplificados e, nos detalhes, fóra de escala precisa. Observar ainda que alguns traçados figuram simultaneamente com as variantes, embora na realidade trate-se de uma alternativa.

Deixaram-se de lado os factos que podem ser tratados á parte e os detalhes e questões secundarias.

II ENTRADA DA CIDADE

Começamos a exposição pelo primeiro aspecto que vai se oferecer ao visitante rodoviário.

O trecho rodovia S. Paulo-Campinas, mais próximo à cidade deverá ser tratado mais como alameda ou avenida que como rodovia.

Isto poderá começar perto de Vallinhos e accentuar-se perto de Campinas. O plano da estrada basear-se-á neste critério :

- A — Procurar aspecto agradável e, se possível, mesmo um pouco monumental, por se tratar da “entrada” da cidade.
- B — Aplicar o mais possível as conclusões modernas sobre rodovias principaes, que visam a não interferencia do movimento da travessia com o puramente local, — conclusão que tem culminado, onde as circumstancias justificam, nas auto-estradas.
- a) — Previsão de alargamento para no minimo 4 vias (4 filas de vehiculos, passeio).
- b) — Previsão de passeio.
- c) — Previsão de arborização.
- d) — Motivo inicial ou de demarcação, que poderá ser constituido por portal, pylones, etc.. Em rigor ficaria mais interessante e symbolico na divisã do municipio.
- e) — Pracinha e motivo na entrada da cidade propriamente dito.
- f) — Recuo das casas.
- g) — Alargamentos parciaes nos pontos commerciaes, de modo a deixar livres as 4 vias para a grande circulação.
- h) — Rectificação e melhoramento dos alinhamentos e “grades” nos pontos menos satisfactorics, de modo a permitir grande velocidade.
- i) — Maximo espaçamento das transversacs, evitando o mais

possível o desenvolvimento do movimento local sobre a faixa de interesse geral. Previsão de passagem em desnível onde fôr fácil.

- j) — Máximo descobrimento das vias nos cruzamentos indispensáveis.
- k) — Prever o desenvolvimento futuro da faixa sem viação directa e continua sobre a estrada, mas antes lateralmente e com ligações menos frequentes.

Vê-se que ha aqui (como em geral em todas as rodovias, mas especialmente nas vizinhas ás cidades) uma conciliação a fazer entre as 2 funcções muito diversas do trafego geral e do local. É um erro enorme e ainda corrente entre nós permitir que as rodovias sejam tratadas pelos lindeiros como ruas communs. Resulta que, ao cabo de annos, tornam-se ruas estreitas e de trafego difficil, quando seu fim é principalmente o trafego grande, veloz e de grandes distancias. O direito de approximar as construcções e fechos, abrir portas, porteiras e communicações sobre a estrada, manter estacionamento em frente ás casas e dentro das faixas carroçaveis, são tudo abusos a cohibir ou corrigir. As rodovias em geral receberão assim no municipio, uma regulamentação especial que devêra ter partido do Estado, mas que este, aliás difficilmente o conseguiria plenamente, em vista da enorme diversidade de condições em todo o seu territorio. É porém na estrada principal, a de entrada, e em menor grau nas outras principaes, que tal regulamentação e melhoramento deve ser applicado. As grandes rodovias devem imitar segundo as ideias modernas, os metropolitanos e as ferrovias, que possuem leitos proprios e cruzamentos em desnível. Como a imitação completa é impraticavel, deve haver uma conciliação mas nunca deixar que as grandes vias tornem-se ruas absolutamente communs. Na era do automovel são consideradas defeituosas as estradas que não permitam a estes a maxima velocidade. Nas ruas communs a transigencia é inevitavel porque estas têm por objectivo não só o trafego geral, como a particu-

lar e, sobretudo, ao acesso das casas. Nas estradas e principalmente nas grandes estradas, o primeiro objectivo é o importante, o segundo é secundario. O ideal seria mesmo manter uma

estrada central (longo percurso) e duas lateraes para serviço local, communicando com a central de longe em longe.

Esta é, resumidamente, a concepção a applicar as grandes estradas do municipio (de accordo com o Estado, se possível) e maxime a de entrada.

A praça de entrada da cidade, será pouco a quem de Villa Marietta, num alio, donde podem parti com relativa facilidade, tanto a direita, como a esquerda, os 2 ramos da grande avenida ou rodovia perimetral externa de Campinas.

III

PERIMETRAL EXTERNA

As perimetraes têm um fim triplo, ou mesmo quadruplo.

- a) — Libertar do trafego de travessia o centro mais estreito e congestionado;
- b) — Facilitar a este a passagem das cidades ou aglomerações e permittir-lhe manter grande velocidade;
- c) — Ligar melhor os arrabaldes entre si;
- d) — Servir para passeio, maxime quando são tratados como "park ways". São fins ao mesmo tempo economicos, estheticos, hygienicos, de trafego e de segurança.

O fim (a e b) é tão procurado hoje que os traçados das grandes estradas de rodagem já se desviam systematicamente das aglomerações, que são servidas por derivações ou ramaes.

O objectivo (c) é importante em Campinas, onde se veem muitos bairros e arruamentos, lado a lado, porém, mal ligados entre si, sem grandes vias de connexão, continuas e amplas. Na Capital do Estado o mesmo se verifica

A perimetral externa campineira, passará á dueta pelo alto do Fundão, aproveitará um córté da E F Paulista para

uma passagem superior da arteria urbana, e alcançará o Correio do Novaes. Um ramo, tratado como "park-way" (avenida-parque, larga, bem arborizada e mesmo ajardinada, aproveitando a inferioridade dos terrenos baixos para construção) acompanhará o "thalweg". Outro procurará, em curvas, subir o morro, cruzar a estrada de Souza's e seguir pelo alto, ou a meia encosta.

Do lado esquerdo da entrada da Cidade a perimetral externa descera em direcção a estrada de Itú, que atravessará, dividindo-se em 2 ramos: um passa proximo, ou atravez dos terrenos municipaes de Villa Industrial; outro envolve S. Bernardo. Ambos acabão por atravessar a Paulista, attingir a estrada de Limeira e prolongar-se pelo alto do Chapadão.

E' desejavel que esta perimetral seja sempre ampla, com boas rampas e grandes raios de curvatura. E' m'uitil por'ém fixar-lhe secção uniforme, desde que satisfaça certo minimo nos trechos piores (4 vias e passeios arborisados); procurando 6 vias ou faixas grammadas e arborisadas (futuras) nos trechos melhores. A questão das rampas é mais difficil, porque percorre faixa accidentada; convem tolerar alguns pequenos excessos em vista da importancia predominante da directriz e admitir alguns cortes e aterros pezados. A economia em terraplenagem deve ser regra nos arruamentos secundarios (enchimento das malhas), mas não no caso das arterias principaes.

A perimetral, que estavamos seguindo, prosegue pelo espigão do Chapadão, para o p'ecto da Fazenda Santa Eliza, passa atiaz da Escola Profissional (em um ou dous ramos) pelo valle do Taquaral e fecha o circuito nos terrenos dos filtros do Saneamento. Ella liga bem todas as estradas radiaes e todos os bairros afastados, constituindo bellissimo passeio. Não é obra sumptuaria porque é obra que terá de ser feita mais tarde, em qualquer tempo, e porque, prevista agora, permite preservar-lhe a faixa necessaria. O traçado exacto não é possível no momento por faltar á planta cotada da cidade alguns sectores. Isto será por'ém facil completár. A Commissão poderá suggerir complemento topographico á Prefeitura.

PARQUES

Antes de proseguir podemos deixar logo assentado este ponto importante de urbanismo, que a Perimetral-Externa traz á baila: A necessidade de parques é pouco reconhecida entre nós devido á hábitos viciosos e ideias falsas. O hábito vicioso a relativa mercia e má educação da raça em materia positiva e de recreio Sports, impróprios para o clima ou para as idades; installações nullas ou precárias; embaraços de frequência; falta de incentivos e de exemplo; ausencia de todos os attractivos conexos; preconceitos — tal é o nosso balanço. As ideias falsas versam sobretudo sobre o abandono dos parques existentes; augmento contra os novos. Entretanto a realidade é que desconhecemos o que sejam parques completos. Reduzidos a jardins publicos pequenos e sem graça; sem vegetação abundante, sem installações (que devem ser não apenas boas, mas optimas e completas), sem as separações naturais, sem commodidades, sem attractivos, é natural que nossas populações prefiram permanecer em casa ou frequentar cinemas asphyxiantes.

Sém e porém, que nós temos appproximado da orientação certa, verificou-se o successo. Outra cousa não representam o frequentadissimo "play ground" da Varzea do Carmo, em S Paulo, assim como as modernas installações de muitos Clubs Sportivos, como o Germania e outros. O rush semanal para as praias demonstra que a população não falta de desejo de recreio. Por outro lado é irónico crer que meas medidas satisfazem a installar parques, clubs, etc. é verdadeira arte e exige mesmo, além do grande conhecimento de psychologia popular, certa educação gradual das massas. O recreio activo é um derivativo, hoje mais que nunca, indispensavel ás populações. Outra objecção aos parques entre nós refere-se ao seu coefficiente quantitativo, que se reputa poder ser inferior aos estrangeiros, devido a menor densidade demographica.

Isto é verdade comparativamente a certas cidades europeas velhas e muito compactas. Já não é comparativamente a muitas cidades e bairros novos, assim como as cidades americanas, que, não obstante, procuram altos coeficientes de parques. Vê-se que o coeficiente campineiro não chega a 3 metros quadrados de espaço livre por habitante, ao passo que as cidades alemãs apresentam correntemente coeficientes que vão de 11 a 22, e as americanas de 20 a 40. Porém a cifra referencia não se deve buscar entre as existentes somente, mas ainda e principalmente entre as aconselhadas por hygienistas, urbanistas e auctoridades municipaes. Ora, estas cifras, são ainda muito superiores. Se a cidade americana normal conta 20, m^2/hab , plano de remodelação buenayrense de 1925 aconselha 30 e Lay indica 60. Aliás algumas cidades, entre ellas Washington (com parques externos) já excederam este coeficiente, mais de 20 vezes o campineiro. Não queremos dizer que muitissimas boas cidades não o tenham inferior ao de Campinas. A propria Capital paulista (actual $1m^2/hab$, com Ibirapueira e Agua Funda $8m^2/hab$) teve até ha pouco, coeficiente inferior e está arriscada a voltar, elle, se os 2 grandes parques já iniciados (1.700.000 e 6.300.000 m^2) forem abandonados, como no momento é de temer. Em qualquer caso é evidente a necessidade de augmentar o coeficiente campineiro. Isto far-se-á por 3 meios

- 1 — "Play-grounds" de quarentão no meio das habitações collectivas, etc. São espaços livres efficazes mas com cuja somma não se pode contar muito. A animar nas leis de construcção e de arruamentos
- 2 — Jardim médios das unidades residenciaes. A serem exigidos em todos os futuros arruamentos, que de maneira opportuna se tratará. E' uma área, por ex 19 a 25 % do total conforme as circumstancias. Infelizmente grandes áreas já estão arruadas sem ter sido preservada esta porcentagem e quando ficou preservada, nem sempre foi nas melhores condições. Serão todavia optimas reservas porque proximas de cada secção habitada

3.º Grandes parques. A serem creados pelo poder publico. Satisfazem á outras necessidades que não os play-grounds infantis e jardins médios. Destinam-se a grandes installações, jogos collectivos, adultos, folgas semanaes, passeios de automovel, escolas de debéis, etc.

4.º Em Campiñas propoziamos dous parques deste typo: um em Villa Industrial, outro no Taquaral. Jequitibas (pelo preço que ficaria sua ampliação e pela difficuldade de receber sports sem prejuizo da bella vegetação, approximai-se a mais do typo médio. A área dós filtros do Saneamento poderia constituir um terceiro, por assim dizer, de 2.ª classe, por motivos obvios, mas não menos util. O parque de Villa Industrial aproveita terrenos inferiores para construcção mais pittorescos. Com pequena permuta entre o córrego e a rua Salles de Oliveira, para amplial-o deste lado, ficará com o perimetro satisfactorio. Embora bastante grande sou contrario a qualquer venda parcial para fim lucrativo. As receitas publicas normaes são os impostos, taxas e rendas industriaes ou patrimoniaes e não a venda de bens, que só fornecem dinheiro uma vez. Este parque teria duas entradas principaes: na rua João Jorge (a principal, a ser tratada com certa monumentalidade) e na rua Salles de Oliveira (travessa curva que vae ao Cortume e, mais além, frente ao tunnel de pedestres da E. F. Paulista). Um pequeno reprezamento do córrego daria logar a um lagunho attrahente. O Matadouro, depois a transferir para juzante, perto do aterro da Sorocabana, serviria ainda uns tempós como abrigo e gymnasium provisório. Este parque, como o do Taquaral, teria caracter de bosque e não de jardim. Mais facil portanto de executar e mais pittoresco. Essencial é preservar-lhe parte da matagem direita, para crear uma cortina verde que occulte os fundos da rua Salles de Oliveira. Proximo a fabricas e banhos populosos em desenvolvimento, terá futuramente grande valor. A maior objecção que levanta é de ordem technica: a rumdade do terreno. Delimitado em área glacial, de composição arenitica conhecida por sua pouca fertilidade e mais propicia a campo-batba-de-bóde, apre-

sentado de facto essa dificuldade. Esta porém, nada tem de grave pelos seguintes motivos:

- a) — A vegetação a criar será apenas parcial, devido à necessidade de reservar áreas para sports, instalações, etc., o que reduz proporcionalmente a dificuldade.
- b) — A própria vegetação pode em grande parte inspirar-se na flora dos campos e em espécies pouco exigentes.
- c) — Há água abundante no pequeno valle.
- d) — Pode-se fazer irrigação permanente por canaletas e drenos.
- e) — O lixo municipal poderá auxiliar poderosamente a fertilização.
- f) — Para árvores isoladas maiores, boas cavas em terra fértil resolvem o problema.

A constituição do parque resolverá ao mesmo tempo o problema das bóssorocas locais. Ao fazer os estudos preliminares de Campinas dei especial atenção a muitos aspectos secundários, que á primeira vista nada tinham com o urbanismo, em especial os solos e a vegetação regional. E' baseado nisso e mais na pratica e na observação de 20-annos de jardinagem em S. Paulo (parques da Avenida Independencia, bosque do Museu, matta da Agua Funda, etc.) que julgo praticavel a constituição do bosque na área em questão.

O parque do Tsquaiat differe do anterior em ter por motivo principal o lago central, que poderá attingir mais de 1 kilometro de extensão, ótimo para recreio e sport. A represa obter-se-á pela construção dum dique de terra na estrada de Mogy. Em redor do lago bastará reflorestar uma faixa para receber a cortina verde isolante, instalações e alamedas. Tanto neste como no anterior convirá abrir canaletas de contorno para desvio de enxurradas que poderiam assorear as represas. São porém detalhes secundários. A vizinhança da matta da fazenda Santa Eliza pode suggerir ainda effeitos de realce e de aproveitamento mutuo. Observa-se que ambos os grandes parques acham-se pertissimo em plena área urbana, accessiveis, á pé, um

de cada lado da cidade. - Occorre agora perguntar se a porcentagem de parques não ficaria exaggerada, o que é fácil contestar. Realmente podemos admitir actualmente, uma área de 216.054 ms² de parques (exclusive ruas de contorno) e uma população de cerca de 70 000 almas ou mesmo mais, se levarmos em conta que grandes parques tem interesse mais do que local e urbano, motivo porque algumas auctoridades mandam tambem incluir parte da população regional. Dentro dos prazos habituaes dos planos de urbanismo essa população poderá estar quasi quadruplicada. Não discutiremos no momento esta questão, que depende essencialmente, aliás, de um factor a ser seriamente estudado em Campinas o desenvolvimento industrial. Observaremos contudo que, se as cidades communs do nosso interior tem limites mais ou menos certos e estreitos de crescimento (função da importancia económica da zona de influencia ou do município respectivo), esses limites podem dilatar-se consideravelmente no caso de cidades de interesse regional, cidades de entroncamento (tanto ferro — como rodoviario) e quando, dotadas de possibilidades industriaes. Não duvido das possibilidades no que dizem respeito a Campinas, por motivos que noutra occasião desenvolveremos e, se ellas forem animadas systematicamente, como pode ser previsto em um plano urbanistico *lato sensu*; resultará para a cidade mais um factor de desenvolvimento, que será rapido e quasi sem limites. A asphyxia tributaria que seivia na Capital e tende a estender-se por sobre Santo Amaro, São Caetano, São Bernardo, etc afugentando as industriaes e até o commercio, trabalha nesse sentido, como tambem outros factores; que tambem podem ser accrescentados na balança. Conclue-se que a população de Campinas, ainda dentro dos prazos communmente previstos nos planos geraes (25 a 50 annos), poderá ser assaz elevada. Basta mencionar que S. Paulo (cujo crescimento aliás nada tem de milagroso e excepcional) possui numerosos semelhantes não só nas duas Americas como na Europa e até nos outros continentes), cresceu durante 20 annos a 127% de 55% por decennio, isto é, mais que duplicou em 20 annos. Nada de

mais, portanto, que uma cidade menor (as menores crescem geralmente mais depressa) cresça quasi tão rapidamente sob condições favoráveis. Mesmo dando desconto às cifras acima e suppondo uma população urbana apenas de 200.000, a que poderíamos acrescentar 10% da população rural proxima, vê-se que, á razão de um coeficiente mediocre de jardins (pouco mais de metade do normal americano, de um terço do recommendado buenayrense, de um sexto do apontado por Láy), a área livre total desejavel devia ser pelo menos $220.000 \times 13 \text{ ms}^2 = 2.860.000 \text{ ms}^2$.

Desejamos ás áreas livres a esperar nessa época, a começar pelos jardins médios e pequenos de arrabaldes. Como a área urbana actual arruada (27 kms^2) comporta quasi 3 vezes a população, resulta que, restringindo o desenvolvimento irregular e prematuro, a população quadrupla exigiria mais $1/3$ da área actual ou 9 kms^2 . Deste a lei municipal arrancaria uma fracção para parques. A área a exigir para esse fim (parques de todos os tamanhos) gratuitamente tem variado de 2 a 25% na maioria das cidades. Geralmente a lei pede de 10 a 20%.

Como porém, para parques médios e pequenos só uma parte dessa porcentagem se tira, como, ainda, os pequenos arruamentos não podem fornecer as mesmas porcentagens, como, finalmente, ha imprevistos e nem sempre as áreas possíveis de tirar ao proprietario são as melhores, é necessario reduzir bastante aquelle coeficiente e a não contar apenas com 5 a 10% para médios e pequenos espaços livres, seja por ex 7%. Tere-mos então a área livre:

Existente, a conservar	216 000 ms ² .
Áreas médias e pequenas dos novos arruamentos	
7% de 9 000 000 ms ²	630 000
	846 000 ms ²
Área desejada (coef 20 ms ² /hab)	
$220.000 \times 13 \text{ ms}^2 =$	2 860 000 ms ²

Diferença a obter por meio de grandes parques
 $2\ 860\ 000 - 846\ 000 = 2\ 014\ 000\ \text{ms}^2$, em números redondos:
 2 000 000

Como seriam obtidos? Por exemplo: assim

Parque Villa Industrial	1.200 000 ms ² ✓
do Taquaral	700 000
do Saneamento (parcial)	100 000
	2.000.000 ms ² .

Vê-se que os grandes parques nada teriam de excessivo, conduzindo o coeficiente geral a cifra não só accéptavel (13 ms²/hab.) como até muito inferior aos exemplos considerados mais recómmendáveis. E verdade que no computo dos 2 014 000 ms² supuzemos arvuados apenas 4/3 da área actual, ao passo que a proporção actual (3:1) apontaria um múltiplo 12:3 ou 4:1. Isto porém se explica e justifica por diversos motivos:

- 1.º) — A tendência do urbanismo é para cercear o crescimento excessivo ou prematuro, e para concentrar até certo ponto a cidade.
- 2.º) — Os parques valem mais quanto mais proximos. Conveni por isso evitar no computo as áreas absolutamente baldias e afastadas, arvuadas por pura especulação.
- 3.º) — Um parque na realidade exige 10.20 e mais annos para ser formado e alcançar o aspecto previsto, o que equivale a prolongar consideravelmente o prazo dos desenvolvimentos urbanísticos.
- 4.º) — As previsões referentes a parques devem se entender mais para reserva de área e para plantação, que como construcção completa.

Nas condições expostas vê-se que a previsão de dous grandes parques nada tem de excessiva. Pessoalmente acho mesmo

que as nossas cidades do interior podem se notabilizar muito mais pelos seus parques e por certas outras instituições que por suas avenidas, praças e edifícios centraes, campo em que nunca poderão lutar com a grandiosidade das grandes capitães.

GRANDES RADIAES

São as radiaes que servem as direcções principaes de trafego urbano. Ellas são indicadas naturalmente pelas estradas principaes que affluem ou se apartam da cidade. Primitivamente não se fazia grande distincção entre as grandes radiaes e as ruas communs. Hoje ha duas distincções essenciaes :

1.º — São arterias principaes e por isso differenciam-se das secundarias. As ruas duma cidade separam-se claramente em ruas de grande transito e ruas de interesse local, como são em maioria as residenciaes. E' o principio da especialização das funcções. Dahi decorre o estreitamento e curvamento das ruas secundarias (que não só não pretendem attrahir trafego como mesmo desçam afastal-o ou desanimal-o) e o alargamento e melhoria de todas as condições technicas das arterias principaes (grande largura, curvaturas insensíveis, "grades" suaves; bom calçamento, etc.)

2.º — Além de arterias principaes, são arterias que se devem approssimar o quanto possivel das condições de trafego rapido, ao menos na zona suburbana. (As ruas centraes são tambem principaes, mas não teem o segundo característico aqui mencionado, por terem movimento local proprio muito forte). Isto conduz a novo melhoramento de condições technicas (poucos cruzamentos, separação dos trafegos local e de travessia em vias parallelas, signalização preferencial, etc.)

As radiaes geralmente devem deitar entre si 600 a 1 000 ms, esgalhando sub-radiaes ou afluentes quando o espaçamento se torna excessivo. Em Campinas as grandes radiaes já exist-

entes e a melhorar são, as estradas de Vallinhos, S. Paulo, Itú, Vira-Copos, Roseira, Limeiras, Cosmópolis, Mogi, Anhumas, Pedreiras, Souza's.

A estrella radial porém, offerecendo sectores em que o espaçamento é excessivo, exige intercalações a prever, embora, no momento pouco ou nenhum trafégo exista nessas direcções. Nas radiaes apparecerão assim, p. ex., no Chapadão em direcção á fazenda, e na encosta além do córrego do Novaes. A Av. Andrade Neves, a rua Benjamin Constant, etc., receberão assim prolongamentos futuros. Sobre as condições técnicas das grandes radiaes já falamos ao tratar da principal (estrada de S. Paulo) e podem ser atenuadas conforme as circumstancias e as proporções variaveis do trafégo de travessia e do local.

VI.

UNIDADES RESIDENCIAES

Em exposições oiaes anteriores insisti sobre a concepção nova que é a unidade residencial ("neighbourhood" = unit). Assim denominam-se porções de cidade que, ao menos para as actividades do bairro, funcionam como unidades "self-sustaining" ou completas. Enchem o vão da grande malha formada pelo reticulado da radiaes e perimetricas. Ellas resolvem os seguintes problemas do urbanismo:

1º) — Permittir um zoneamento *permanente*, isto, é, que não necessite alterar-se continuamente com o desenvolvimento da cidade. Esta cresce por constituição de novas unidades e não por transformação continua dum dado local e por expansão continua das zonas commerciaes ou mais densas. A *permanencia* garante no tempo as vantagens, p. ex., da "*amenity*" nos bairros residenciaes.

2º) — Permittir um zoneamento *logico* proporcionando as áreas aos usos, que geralmente se dispõem em proximidade mutua, evitando a dispersão do commercio local, collocando-o a

3.º) — mão dos residentes, dispondo as escolas nos centros de gravidade dos frequentadores, etc.

3.º) — Permite e concorda perfeitamente com o princípio da especialização das ruas, evitando o tráfego perigoso e incómodo nas áreas residenciais, tudo sem impedir o da travessia ou rápido, que as grandes radiais e perimetrais satisfazem.

4.º) — Elimina a maior parte das dificuldades que se originavam nas incertezas sobre o crescimento futuro da cidade. As previsões de crescimento podem errar consideravelmente, sem que a estrutura proposta à cidade tenha de variar. A repetição manifesta-se a apenas no maior ou menor prazo em que as "unidades" se encherão. As unidades residenciais apresentam dois aspectos interessantes.

a) — Podem assemelhar-se a jardins invertidos. A diferença consiste em terem zona residencial no centro e comercial no perímetro ao passo que nas cidades-jardins verifica-se o inverso.

b) — Os arranjos e disposições interiores estão assumindo ultimamente aspecto muito curioso devido ao alongamento dos quarteirões, ligação ou antiguidade dos "play-grounds" e jardins de bairro, uso dos "cul-de-sac" e inversão do plano das casas. Expliquemos mais por pormenor.

As quadras clássicas, sobre uniformes tanto nas zonas residenciais como industriais, aproximam-se dos quadrados. A diferenciação (maiores e mais regulares para indústria, menores e irregulares ou curvas para residências) deu-se logo. A forma quadrada ou pouco alongada porém persistiu. Depois, reconhecendo que há direções melhores para casas, que as transversais então só actuam como ligações, que estas ligações constituem supplementos caros (calçamento, áreas de terreno, etc.) que o tráfego transversal pedestre pode satisfazer-se com viellas e que o motorizado tolera espaçamento maior das travessas e maiores voltas, — os urbanistas estreitaram e alongaram as qua-

dras, que vão às vezes até 600 ms, apenas cortadas por viellas de espaço a espaço. Em segundo lugar adoptaram os "playgrounds" posteriores e os jardins de bairros, e lembraram-se de ligal-os ou pôl-os em contiguidade, chegando a constituir grandes faixas ajardinadas. Notando porém que estas áreas ajardinadas e plantadas eram mais aprazíveis que as ruas barulhentas, acabaram por consumir a revolução virando o trazeiro da casa para a rua e a sua frente para o jardim. Estes permitem também acesso aos pedestres. Quanto às ruas (falo sempre de ruas apenas de interesse local), perdeiam seu prestigio, tornaram-se até certo ponto ruas de serviço (automovel-que entia para a garage, carinhos de pão e fornecedores, entrada de cosinhenos, etc). Por outro lado esta concepção anima os "cul-de-sacs", muito economicos sob o ponto de vista das despesas de viação por metro de testada. E preciso não occultar que esta economia é toda ou quasi, gasta nos jardins, mas vê-se que a troca é vantajosa. A revolução acima parece-nos um pouco inadaptable. Não tenho a menor duvida sobre o contrario e alguns brasileiros que já estiveram em Radburn, uma das ultimas palavras no assumpto, voltaram encantados. A applicação concreta destas concepções á zona de expansão de Campinas seria uma das cousas mais notaveis do urbanismo nacional. Temos visto planos recentes de cidades nossas em que esta questão, do maior alcance social, hygienico, esthetico, economico, e aó mesmo tempo barata, no estrangeiro posta quasi sempre em primeiro plano, não era sequer lembrada, mas em que praças e pontos monumentaes carissimas figuravam, com estardalhaço. A applicação fai-se simplesmente determinando que os grandes vãos da malha radial-perimetral fossem tratados nos projectos de aruamento, daqui por deante, segundo o principio das "unidades residenciaes". A facilidade cresce com o facto de serem quasi todas estas áreas de expansão, propriedade de fazendos ricos e adeantados, e de não estarem anda paicelladas. A Prefeitura estabelecerá a grande malha e os proprietarios faião o aruamento interno sob a orientação do principio exposto, incluindo

zonamento simultâneo. É natural que alguma experiência e
 (ateação) seja necessária no início, mas versará apenas sobre de-
 talhes e precisões numericas (proporção de áreas residenciaes,
 de fronteiras commerciaes, etc). — Estas proporções basear-se-
 ao, em primeira approximação, em estatística de bairros existen-
 tes, como a Prefeitura já tem realizado a meu pedido. Para il-
 lustrar o que tenho dito figuram no esboço do plano duas "uni-
 dades residenciaes" schematicamente traçadas, uma no Chapa-
 dão, outra na encosta do Novaes. As áreas quadriculadas signi-
 ficam áreas zoneadas como commerciaes (commercio mais ou
 menos, de bairro); as hachuradas ou tracejadas significam zo-
 neamento para apartamentos ou casas mais compactas, não gran-
 des predios, mas os pequenos do typo, p. ex., ha pouco construido
 na Capital na rua Augusta, intermediario entre a casa indivi-
 dual e a "maison de rapport" typica. Diriamos talvez melho-
 zona residencial semi-intensiva



VII

PLANO ESCOLAR

O assunto anterior conduz immediatamente ao plano esco-
 lar, parte do plano de urbanismo. Neste aspecto é importante
 e já tem probabilidade de ser bem comprehendido e acolhido,
 depois que a Directoria do Ensino enveredou recentemente (em-
 hora ainda um pouco incerta) em bom caminho. Em Campinas
 procurámos a principio estabelecer um plano escolar, infeliz-
 mente a estatística escolar e demographica recente não fôra pu-
 blicada e não permittia assim base alguma exacta. No caso da
 cidade nova, porém, a estatística é dispensavel porque a uni-
 dade residencial, tendo "zonung" e planos precisos, sabe-se de
 antemão a população total e, por porcentagem, a população es-
 colar. Em geral considera-se conveniente um grupo escolar de
 600 a 1 000 alumnos (900, fixam alguns) e a este numero cor-
 responderá justamente a unidade. Colocado no centro desta

evita a creança a travessia das grandes arterias perigosas. As vezes os jardins e viellas são de tal modo dispostos, e de tal modo é aproveitado o relevo do terreno, que muitas creanças podem ir a escola sem atravessar nenhuma rua. Ao lado da escola ou mesmo como parte della ha por vezes installações para conferencias, concertos, gymnasium, banhos, leitura, etc.; que nas horas vagas e dias feriados franqueam-se ao povo. Nos Estados Unidos, onde aliás a instrucção é organizada e dirigida um pouco differentemente (por meio de "boards" em que tomam parte paes de alumnos eleitos), o successo da ideia é grande e formam-se verdadeiros centros de *communiidade*. Certas installações, que as escolas communs não justificam, tem então cabimento porque serão usadas muito mais efficientemente. Esboço neste momento em São Paulo o futuro e modelar Gymnasio do Estado, baseado nesta concepção.

É evidente que tudo isto exige no projectista uma unidade de concepção extraordinaria e no administrador e politico absoluta ausencia de preconceitos ou ideias feitas. Mas, isto a parte, é forçoso reconhecer nas concepções urbanisticas modernas uma grande harmonia. Ha outras questões, tanto escolares como de urbanismo em geral, ainda a tratar. Fal-o-emos todavia depois, adstringindo-nos agora ás questões principaes e mais connexas á cidade.

VIII

RADIAES INTERNAS

Sob este titulo referimo-nos ás radiaes nos trechos interiores e mais proximos do perimetro externo.

e) — A radial mais interessante é a entrada da estrada de São Paulo. Acho que deve ser tratada com largueza até a Av. João Jorge. Como um dos maiores males de Campinas é a estreiteza de suas ruas convem contrabalançá-lo e neutralizar a má impressão que ellas produzem pela largueza

algumas das principais novas ruas. O trecho em questão, quasi paralelo á rua General Carneiro presta-se bem a tal tratamento. Proporiamos ahi uma largura minima de 25 ms.

A intersecção com a Av. João Jorge deve ter uma praçinha ou "rond-point", donde sairão outras rodovias e onde será a estrada principal do bosque de Villa Industrial

b) — A estrada de S. Paulo deve porém ter outros escoadouros, de modo a poder encaminhar o trafego facilmente sem concentrá-lo sobre uma única rua. Uma fácil ligação será assim necessaria, a que corte ás ruas José Paulino (ou Avenida da Saúde, que é sem prolongamento) e a rua da Abolição, que conduz á passagem sobre a Paulista. Esta ligação pode ser a propria rua Alvaro Ribeiro ou outra mais ao Sul, nos terrenos do Isolamento (1 Victoriano dos Anjos). Trata-se apenas de melhorar ou completar as ruas existentes.

c) — O leque de entrada poderia ter uma terceira palmeira destinada a conduzir (por sobre a Paulista no cruzamento desta com a - Dr. Quirino) á rua Lima Serafina, cujo alargamento então viria até a rua Proença. Tratando-se porém do trecho mais caro, será posto de lado certamente no projecto final.

d) — Prolongamento da Av. Andrade Neves — já approvedo pela Prefeitura, inclúe-se no plano geral. A praça terminal no Chapadão receberá um motivo central que poderá ser o reservatorio tratado como terre ou templete. A estrada prolongar-se-á além, nos terrenos da Fazenda, com deflexão. Estes trechos afastados terão o tratamento de avenidas semi-ripidas, isto é, com largura ou faixas sufficientes, para separação dos trafegos lento e rapido (pele meaos 6 faixas, sendo 4 em movimento). Inicialmente contentar-se-iam com 2 ou 3 faixas centras, em uma só via.

- e) — Prolongamento da Av Itapura (lado do Collegio). Pequeno prolongamento de modo a conduzir além do collegio, ao futuro parque do Taquaral e a perimetral externa, que passa neste valle.
- f) — Rua Benjamin Constant. Conduz a um sector externo, que ainda não tem acesso conveniente (entre a estrada dos Souza's e o corrego do Saneamento), prolongará numa rua central que será melhorada.
- g) — Prolongamento da Av Itapura, ao lado da Estação. A avenida bate hoje no pateo da E. F. Sorocabana. Ao traçar das ferrovias veremos como a remoção desta estação é desejavel. Isto permitiria prolongar a Av Itapura e ligal-a facilmente com a estrada de Limeira e com a rua Pereira-Lima.
- h) — Deixamos de enumerar outras radiaes, que a planta mostra claramente, como Joaquim Villac, etc. não novas, mas a melhorar mediante previsão de alargamento (recuos) onde não permittem 4 vias.

IX

PERIMETRAL MÉDIA

Já lembrada pelo Dr Stevenson, está em grande parte já constituída por boas arterias existentes. Andrade Neves, Itapura, Santa Cruz, Mesquita. Faltam as faces ligações Santa Cruz: Mesquita e um lado (Estação-Mesquita).

Este lado pode ser composto pela Avenida que chamaremos Paulista, ao longo da E. F. Paulista. Esta arteria tem as seguintes vantagens:

- a) — É facil de abrir porque apanha quasi só quintaes, triangulos baldios, e cantos ou cotovellos de ruas, praemhas hoje sem utilidade. Será porém mais caro o trecho inicial.
- b) — Constituirá boa rua diagonal, facilitando e abreviando na razão $\sqrt{2}$ 1 o percurso paralelo á estrada.

c) — Resolve o problema colectivo da primeira impressão da cidade ao viajante que vem da Capital pela estrada de ferro. Hoje, como em innumeras cidades, só se vêem quintaes;

fundos de casas e trechos pobres de rua. Isso será transformado numa boa e util arteria. Esta transformação seria desejavel ao longo de todas as estradas. Isto porém é impossivel na maioria dos casos, por questão de custo ou para não impedir desvios e arruagens. No trecho em questão, porém, este obstaculo não existe. Além disso, por ser entrada da cidade e o lado em que pode haver panorama, é aquelle em que a esthetica deve ser mais exigente.

A ligação Av Paulista-Mesquita, é a mais difficil. O ideal seria prolongar a Av Mesquita deste lado (quer em recta, quer mediante deflexão na pracinha triangular do cruzamento Conego Scipião X Ant Cesarino), fazel-a seguir pela rua Ant Cesarino até o bosque dos Jequitibás e atravessar este. Repugna-me um pouco cortar e destruir parte de tão lindo e intimo bosque com uma arteria. E' todavia a solução mais facil e que conduz á rua Proença. Contornar o bosque não é impossivel, mas depende de estudo topographico local mais minucioso. Solução da Alameda Santos (em S Paulo) atravez do Bosque da Av Paulista, mantendo-se a ligação das duas partes deste por uma ponte, exemplifica uma solução parecida.

O preferivel parece ser a travessia com caracter de rua do proprio parque, só para automoveis de passageiros, e com obras complementares para conservar o pittoresco local e a segurança dos passeiantes. A ligação SantaCruz-Mesquita será facil pela travessa Irmãos Bierrembach. Não se trata de nenhum alargamento urgente. Em todos estes projectos é indispensavel observar que um plano geral da cidade é obra para 25 a 50 annos e que a maior parte das propostas referem-se a simples medidas de previsão, a serem effectivadas opportunamente

CENTRO DA CIDADE

Neste ponto da nossa exposição convém chamar atenção para um ponto interessante. A cidade de Campinas oferece especial dificuldades a uma solução perfeita e elegante, mais que muitas cidades maiores e comparavelmente mais defectuosas. Os problemas em Campinas são mais indeterminados que alhures. A planta é um reticulado mais ou menos uniforme de ruas todas estreitas e com poucos pontos notáveis. Não ha directrizes absolutamente obrigatorias, nem a topographia indica ou facilita grandes possibilidades. A gravidade dos problemas é assaz grande para requerer melhoramentos, mas, por outro lado, assaz pequena para admitir soluções muito caías e decisivas. A importancia da cidade é média, justamente nessa especie de ponto-motto, que não aconselha a deixar tudo como está (como nas cidades estacionarias do interior); mas que também levantará resistência do contribuinte, ás suggestões mais ousadas. Certas circunstancias urbanas cream problemas difficeis e cuja diffi-
 culdade augmenta com o numero. Ha, por assim dizer, uma imperfeição leve mas muito espalhada, que não pôde, com um ou alguns poucos golpes elegantes, resolver de uma vez. Ha muitos retoques parciaes a prever, e os projectos parciaes são sempre a assombração dos urbanistas. Resolvem pouco e, somados, arriuam as finanças municipaes. São Paulo, no plano que lhe estudamos em 1930, era susceptivel de soluções absolutamente interessantes, originaes, decisivas e sobretudo, perfeitamente concordes com a topographia. Grandes obras indispensaveis ou desejavaes indicavam naturalmente as soluções, creavam-lhes as opportunidades, auxiliavam sua execução. O vulto dos problemas e a riqueza da cidade já permitia certas ousadias. A canalisação dos rios, a perfuração das collinas, a previsão do metropolitano, o aproveitamento dos valles, a remoção das estadas de ferro e suppressão dos cruzamentos de nivel, a travessia dos valles centraes, tudo concorria para constituir um con-

juncto de obras absolutamente original, típico, notavel, grandioso, e, tudo não obstante, razoavel. Em Recife, que ha 5 annos discute seu caso, a cidade prestava-se também a soluções interessantissimas. Sôcos mangues, rios e a cidade velha abriam credito immenso ás possibilidades urbanisticas. Em Campinas o problema é muito differente, mais impreciso e indeterminado em suas soluções

PARQUES E JARDINS DE CAMPINAS

(Cifras approximativas)

Luiz de Camões	77 × 77	5 929
Corrêa de Mello	77 × 88	6 776
Praça do Pará	175 × 66	11 550
Pedro II	168 × 100	16 800
Carlos Gomes	210 × 80	16 800
15 de Novembro	120 × 50	
Andorinhas	25 × 50	7 250
Corrêa de Lemos	20 × 30	600
Ramos de Azevedo	80 × 50	4 000
Imprensa Fluminense	30 × 45	1 350
Triangulo da Av Itapura	143 × 90	12 870
da rua Antonio Cesario	$\frac{1}{2}$ 40 × 25	500
Praça Bento Quinto	$\frac{1}{2}$ 45 × 40	900
Bosque dos Jequitibas	110 × 22	2 420
	230 × 255 = 71 400	
	$\frac{1}{2}$ 55 × 95 = 2 612	
	$\frac{1}{2}$ 270 × 140 = 18 900	
	$\frac{1}{2}$ 125 × 23 = 1 437	91 349
Mercado	150 × 24 = 3 600	
	100 × 20 = 2 000	5 600
Jardim Chapadão	155 × 84	13 020
em S Bernado	110 × 95	10 450
na r Joaquim Villac (arruamento novo) II 352		3 840
Villa Marietta *	$\frac{1}{2}$ 60 × 35	1 050

216 054 ms²

*) Na realidade estão apenas reservados os terrenos

AREAS LIVRES

ESTATÍSTICA DE ALGUMAS CIDADES

A	Barmen	14 5 m ² /hab.
	Bonn	16 0
	Breslau	10 8
	Cassel	14 3
	Gorlitz	12 2
	Magdeburg	22 3
	Dusseldorf	17 0
B	A cidade americana considerada normal	20 0
	A cidade ideal (Lay):	60 0
	Boston (c/ parques externos)	90 0
	" (sem " " " ")	20 0
	Washington	40 0
	Indianapolis	28 0
C	Vienna	25 0
	Paris	7 3
	Buenos Ayres (plano)	30 0
D	São Paulo, 1911	0 7
	São Paulo, 1935 (com Ibirapuera e Agua Branca)	8 0
	Campinas, actual	3 0
	" , proposto	13 0

A questão da circulação em Campinas não apresenta o aspecto económico de que se reveste nas grandes metrópoles. Nestas é frequente que as perdas anuais em tempo, combustível, guardas, etc., capitalizados, justifiquem grandes obras de viação. Na realidade estes casos não são *communis* e outras consequências, que são as valorizações imobiliárias, os motivos *etheticos*, também devem pesar na balança. Em São Paulo houve época em que o "congestionamento" era um "*leit-motif*" e não

poucos, desapontaram quando Dabrymple, tecnico inglez afamado, declarou que aqui não só havia não congestionamento, como não havia cousa que siquer de longe se parecesse com isso. Em Campinas, com mais forte razão, não existe nenhum problema de congestionamento. Raros pontos e em excepçõaes instantes accusam 3 vehiculos por minuto, em toda extensõ da rua principal da cidade (rua 13), raramente se veem mais de 3 vehiculos em movimento, ao mesmo tempo. As distancias sendo pequenãs alcançam-se amda os arrabaldes, mais afastados em pouco mais de 5 minutos de bond ou 3 de automovel. Nas passagens de nivel das ferrovias nunca se verifica um verdadeiro engarrafamento. As distancias sendo pequenas, o regimem dos escriptorios centraes sendo pouco desenvolvidõs, o centro sendo assaz dilatado relativamente ao tamanho da cidade, e o automovel sendo menos util nos serviços quotidianos, resulta que tambem o problema do estacionamento tambem não se impõe.

O problema não é assim de congestionamento, actual, maxime de congestionamento com perdas economicas graves. E' apenas de commodidade e de esthetica, e a ser encarado sobretudo sob o ponto de vista do desenvolvimento futuro da urbs. Considero necessario o parenthese acima para ficar clara a minha opiniõ sobre a importancia relativa dos diversos problemas urbanisticos em Campinas. Realmente é corrente entré nós exaggerar-se a importancia das questões centraes e reduzir e pôr de lado as questões residenciaes e de expansõ, já não falando dos aspectos colateraes do urbanismo. Feita a restricçõ acima passo ao problema, que se apresenta assim como melhorar e impedir que se agravem as condições duma cidade cujas ruas mais centraes são todas muito estreitas e, poi conseguinte, desagradaveis e de circulaçõ incommoda. A soluçõ parece-me que, em resumo, pode-se enunciar assim:

- a) — Ampliar com relativa urgençia 2 ou 3 logradouros que se tornarão os logradouros principaes. Estes alargamentos obedecerão á concepçõ que chamaremos das "avenidas

de concentraes, embora o titulo seja um pouco pomposo demais para a coisa.

b) Prever e facilitar alargamento gradual e futuro de mais algumas ruas, obedecendo agora á concepção da "perimetral".

c) Melhorar isoladamente alguns trechos de conexão mais importantes

d) Limitar-se a medidas secundarias nas ruas centrais (restricções de construcções, cantos cortados, regulamentação do trafego, etc.).

Hesitei (e com o Dr. Stevenson já succedeu o mesmo) ao escolher a solução inicial. Neste assumpto ha duas escolas opostas a do "sventramento" ou das *avenidas centrais* e a do "anel" ou das *avenidas perimetraes*. A primeira ataca de frente os centros acanhados e congestionados, adapta-se quando ha saneamento a fazer, exemplo a da, quando as valorizações não são excessivas, quando a dilatacao commercial não é de esperar tão cedo. A segunda contorna o nucleo central, respeitã-lhe os monumentos e aspectos tradicionaes, evita as expropriações em áreas valorizadissimas, aproveita espaços baldios proximos, ás vezes esquecidos. Distribue o trafego por fóra e não por dentro. Alarga o centro em vez de consagrar centros insanaveis. É menos intuitiva mas frequentemente mais interessante e intelligente. Originou-se na Europa, do aproveitamento de certas muralhas ou circumvallações medievas, que o progresso condemnava á demolição. Deu tão bom resultado, que se extendeu ás cidades não mudadas e até ás americanas. Não me deterei nestas considerações, que os membros da Commissão encontrarão mais desenvolvidas no meu memorial sobre as "Avenidas de São Paulo", de que ha um exemplar na Prefeitura de Campinas. Dizei apenas que na Capital do Estado as 2 concepções brigaram longamente nas eras priscas do nosso urbanismo, lá por 19.0 Victor Fierre, que então se dedicava a taes assumptos, preconizou e fez acertadamente vencer a solução perimetral. Postas de lado as

1930
1928

avenidas que deviam rasgar o triângulo, praças das estrellas sem propósito, diagonaes que rasgavam brutalmente quarteirões inteiros, tudo o que custaria caríssimo, adoptou-se uma solução que não só desviava o trafego do triângulo tradicional como correspondia a uma dilatação desta o anel Badaró-Benjamin Constant-Bôa Vista. A etapa seguinte do urbanismo paulistano, seguiu, graças a Ulhôa Cintra, a mesma directriz e propoz francamente o grande perimetro de irradiação que aprovei e inclui em meu plano de 1930. Esta concepção, está hoje um tanto esquecida e, como o momento decisivo está passando, todo o futuro da Capital fica condemnado a soffrer irremediavelmente no futuro e a procurar permanentemente, sem plano e mediante despesas continuas e fortes, soluções parciais, dispersas e mediocres. As condições paulistas justificaram o anel topographia, centro demais *concentrado*, valorizações excessivas, existencias de ruções desvalorizadas separando sectores bons, etc.

*Ulhoa
Cintra*

As condições campineiras são diferentes: o centro é mais espalhado, a topographia é mais uniforme, não-ha sectores proximos isolados entre si, não-ha espaços baldios annulares que facilitem as perimetraes, não ha salto tão brusco de preços entre o centro e a zona média, não ha monumentos ou aspectos tradicionais centraes a conservar, não-ha praça commercial para encher e construir condignamente, dentro de prazo curto, mais de uma ou duas avenidas.

Assim sendo parece preferivel em Campinas a solução das "avenidas centraes", desde que bem ponderada, deixando para phase muito posterior o complemento perimetral. As duas concepções não se contrariam forçosamente. Se por metro linear a obra é mais cara, em compensação a extensão total será menor e a satisfação será mais rapida. Quantas e quaes seriam estas primeiras grandes arterias? Duas parecem mais que sufficientes uma em cada sentido principal da cidade, que é um reticulado rectangular. A avenida principal deve satisfazer evidentemente a direcção principal do trafego, que liga o centro principal (Praça Indaiatuba e zona entre o Theatro e a Praça Bento

Quirino), ao centro secundário (Estação). A faixa em que deve ser traçada delimita-se pelas ruas Ferreira, Penteado e General Osorio. Deve ainda satisfazer outra condição: ligar-se bem ás praças extremas. Procuremos dentro dessa faixa a directriz exacta.

— Refiro-me sempre ao centro e não á zona média e á afastada, onde as cousas apresentam-se diversamente

- a) — A solução ideal seria, como já têm pensado muitos cidadãos entusiastas, arrazar os quarteirões entre 13 de Maio e Costa Aguiar. Forá o custo elevadíssimo restariam 2 problemas connexos: como dar passagem junto á Cathedral e ao Theatro, como rematar a avenida no seu topo inferior. O primeiro exigiria alargamento ou arcadas lateraes ao longo daquelles edificios, o segundo seria resolvido collocando um edificio publico nos fundos do Theatro. Este remate soffreria ainda um defeito que a topographia central de Campinas provoca: o remate focal na extremidade inferior das ruas ou avenidas em vez de na superior. E' o mesmo que tambem se verifica relativamente á Escola Normal.
- b) — A solução pela rua Ferreira Penteado seria um pouco lateral demais.
- c) — A solução pela General Osorio padeceria do mesmo mal (do outro lado), e affectaria uma rua regularmente valorizada. Ligação difficil com a Estação, salvo pela Av. Andrade Neves, o que seria absolutamente forçado.
- d) — A solução pela rua 13 seria boa mas não perfeita: a de custo talvez mais elevado, encontrando o mesmo defeito do estreitamento ao lado do Theatro e da Cathedral. Além disto, ás ruas centraes commerciaes as soluções de continuidade por edificios publicos e praças, são prejudiciaes.
- e) — A solução por Costa Aguiar, mais barata (por ser rua menos valorizada, mais mal construida e já demais larga) teria o mesmo inconveniente relativo aos dous edificios.

A ligação a praça da Estação exigiria o prolongamento até a Costa Aguiar do alinhamento da parte larga da praça (hotél). Isto daria uma entrada mais franca á rua Costa Aguiar, e seria aliás um melhoramento sempre útil, embora não indispensavel, e desviaria para esta rua parte do trafego da rua 13. Seu custo, por "assessment" seria pago quasi todo pelos proprietarios desta rua. Na realidade a distribuição do trafego ali sempre exigiu uma combinação com a rua 13, actuando ambas como um binario.

f) — A solução pela rua Campos Salles parece levar alguma vantagem ás outras. Acha-se bem na faixa central, sem coincidir entretanto com as ruas mais valorizadas (ruas 13 e Gen Osorio). Apresenta grede ligeiramente melhor. Affecta predios em geral insignificantes. Conduz directamente ao coração da cidade (o que aliás não é essencial, se considerarmos a segunda avenida, a transversal, de que logo trataremos). Sua maior difficuldade é a ligação com a Estação, que deve ser directa e não por meio duma volta por Andrade Neves. Esta ligação poderia ser por um trecho largo, normal á Estação, centrado sobre a torre ou corpo principal da futura estação, e o quanto possivel no centro da praça. A ligação com a av. Campos Salles seria por um "rond-point" de bom diametro, capaz de receber um motivo central. Esta ligação soffriera dum mal irremediavel grede excessivo. A ligação com a praça Indaiatuba traz a discussão a remodelação desta e é problema facil, como se verá adiante.

g) — A solução por uma rua paralela e cortando o centro dos quarteirões entre 13 de Maio e Campos Salles, é interessante, mas crearia quarteirões muito estreitos, embora os quarteirões a contar sejam dos mais largos da cidade. Não eliminaria o problema dos remates, antes crearia 2 (um em cada extremidade) em vez de um. Surgiria um ter-

ceiro problema, aliás não grave, dos lotes estreitos remanescentes

h) A solução por uma obliqua (Estação-Indaiatuba) resolveria bem a questão dos grades, resolveria mediocrementemente a dos remates, e introduziria um problema difficilissimo, o da obliquidade dos lotes e ruas cortadas.

Passemos á segunda avenida.

A primeira, de que acabamos de falar, seria o principal. Porém a cidade, pela sua topographia, não é longitudinal (como Amparo, São Bernardo, etc) e tem uma segunda direcção perfeitamente caracterizada, dotada de trafego e que satisfaz as ligações rodoviarias importantes (S. Paulo, Mogy). Não só para o trafego, como sobretudo para alargamento do centro e por esthetica e para disposição de edificios publicos, a transversal é desejavel. Reduzir uma cidade á rua de acesso é mais ou menos como reduzir uma casa ao corredor.

A segunda avenida seria tambem o "living-room". A topographia da cidade requer que ella conduza ao perimetro de ambos os lados, mas como isto pode ser feito por ruas auxiliares ou alargamentos menores, o trecho principal poderia ser limitado em extensão.

Se quizermos aproveitall-a para disposição de edificios publicos esta extensão limitada é favoravel. Aliás as ruas campineiras já peccam pela extensão, uniformidade, monotonia e sobretudo pela falta de remates. Se quizessemos invocar regimhas de algibeira podiamos apontar a de Stubleu, que procurou estabelecer a relação maxima comprimento/largura das ruas.

A avenida transversal deve se dispôr na faixa que vaé da rua Luzitana á rua José Paulino. A rua Barão de Jaguará é muito valorizada e é ensinamento do urbanismo evitar ruas assim, procurando alguma parallela proxima. No caso parecemos melhor a Francisco Glycerio, pelos seguintes motivos: a) — corta bem ao centro a faixa central, (b) — liga as duas praças mais centraes (Indaiatuba e Cathedral), (c) — economico alargamento não só nestes trechos como amda. adéante, na praça

Para d) tem acesso directo ao S. pela ponte sobre a ferrovia Paulista, ponte que, futuramente, poder-se-a centrar, exactamente, sobre a rua; c) ao N. conduz facilmente á av. do Saneamento, onde a distribuição do trafego é facil. Hesita-se, a principio, se convem, realizar aqui uma avenida, quando está em alargamento a José Paulino, ou por outra, se convirá manter o alargamento desta. Os motivos da affirmativa são os seguintes. a) — A segunda rua é indicada não tanto pela boa situação da directriz, como pelo facto de já ser uma passagem a que os alargamentos e as facilidades extremas de acesso conduzem certo trafego b) — O alargamento da José Paulino, para 14 ms apenas, não basta para erigir-a em grande arteria c) — O melhoramento da rua Glycerio influirá beneficemente, em um trecho morto da cidade, proximo á praça Bento Quirino d) — A rua José Paulino será mais cara, lenta, e de aspecto não monumental. Intimamente ligada ás 2 avenidas está a questão da praça Indaiatuba.

A solução que a Comissão indicar ou approvar para ella tem a maior importancia porque será o melhor padrão e escala para aferição do "pensamento e do animo local" no que diz respeito ao urbanismo.

Até agora o urbanismo tem andado neste campo (opinião publica autorizada, aspiração geral concieta) inteiramente ás cegas. Salvo uma ou duas opiniões valiosissimas mas individuais, isoladas e mesmo sobre aspectos parciaes, e salvo reclamações muitas vezes sobre pontos particulares, o urbanista ignora ainda a escala da remodelação desejada. Pessoalmente ella acha que os planos aqui expostos representam um "maximum". E' porém uma opinião que não deve prevalecer sem a manifestação da maioria da Comissão.

A solução ideal para a Praça Indaiatuba, consiste em amplial-a, demoliu a Igreja, collocar um edificio publico numa face. Esta seria na rua Regente Feijó, onde existem uns predios pouco importantes, ou na propria área da praça actual, o que investeria a praça. Uma solução intermedia, mais barata seria

collocar o edificio principal na praça e um segundo no local apontado da rua Feijó. O edificio principal por sua vez poderia occupar quer a área do actual quarteirão da Igreja, quer o da actual praça, realizando a dita inversão.

Esta inversão seria logica para combinar com a avenida Campos Sallés, caso esta fosse adoptada. Evitaria que a rua de accesso principal chegasse á praça principal da cidade pelos fundos, como hoje curiosamente succede relativamente a diversos edificios (p. ex. Théatro, Cathedral, Igreja da praça Indaiatuba).

Estas transformações chocam á primeira vista, mas são logicas.

XI

MELHORAMENTOS CENTRAES SUPPLEMENTARES

As 2 avenidas e a praça central são o fulcro da remodelação. Mas não exgotam o assumpto, devido aquelle mal já apontado da cidade, — que os defeitos acham-se nella muito espalhados e não podem ser elegantemente resolvidos por uma ou poucas obras.

Haveria assim mais alguns pequenos melhoramentos, quasi todos graduaes, a prever, para não chegar a sommas inacessiveis.

Seria por exemplo :

- a) — Constituição de arcadas em trechos da praça Indaiatuba para resolver a questão do alinhamento dos passeios, sem quebra relativamente ás ruas de accesso. As arcadas (melhor duemos galerias, porque hoje adoptam-se vãos rectangulares e não arcos) são muito aconselháveis entre nós, por esthetica, clima, commodidade e economia. Até em Nova York, de clima frio, tem sido aconselhada. Ellas occupam mais ou menos 0 50 de passeio, 1 00 de columna, 4.00 a 5.00 de passeio. Facilitam as esperas para bonds. Estas arcadas devem ser adoptadas sem receio nos pontos em que possam auxiliar ou substituir os alargamentos completos.

- b) — Pequeno alargamento (p. ex. 13 a 15 ms.) da rua Regente Fênix, entre a Cathedral e a futura Praça
- c) — Idem da rua Conceição até Jaguará.
- d) — Idem da rua Gen. Osório, entre José Paulino e Praça Carlos Gomes.
- e) — Idem da rua Thomaz Alves até Glycerio.
- f) — Idem de Benjamin Constant desde Andrade Neves até Praça Corrêa de Mello (Sobre o trecho Corrêa de Mello a Andrade Neves, ver adiante).
- g) — Poderíamos extender a lista, sem necessidade. Os planos de urbanismo devem em regra reduzir o numero de melhoramentos ao minimo e procurar aquelles que satisfaçam melhor ás necessidades geraes. Quando se alarga uma rua é quasi sempre para evitar bulir nas vizinhas. E' por isso que collocamos nesta série de lembranças em plano secundario o prolongamento da rua Barão além da rua Barreto Leme. Desde que a rua Barão é já rua a que não convem attrahir mais trafego, desde que para desafogal-a já se alargam parallelas (Irmã Serafina, J Paulino, qu'á Glycerio) seria um pouco penástico prolongal-a, tanto mais que Glycerio (mesmo sem alargamento) conduzirá optimamente á varzea do Saneamento.
- h) — Ligação Benj Constant ao sector O ou NO. Póde ser pelo seu alargamento até Andrade Neves (a partir da praça do Mercado) ou pelo prolongamento de Culto á Sciencia até esta praça, em recta. Dado porém as demolições este prolongamento, que seria a solução ideal deve ser posto de lado. Na realidade não ha nenhum problema urgente de trafego ou de congestionamento, que justifiquem taes despesas. Na maioria dos casos um bom calçamento e uma signalização preferencial (mais ou menos nos moldes das "rough-streets") resolverão a questão. Prefiro Benjamin Constant á Bernardino de Campos, por já muito proxima d' Campos Salles.

- j) — Cantões cortados. Prosseguir a exigência dos chanfros.
 É questão porém de detalhe, que não cabe discutir agora.

XII

EDIFÍCIOS PÚBLICOS E SEMI-PÚBLICOS:

Sua previsão deve ser parte integrante de qualquer plano. Precisa primeiro estabelecer a lista dos prédios mais necessários, não hoje, mas dentro de 25 a 50 annos. Os edificios públicos não devem ser tratados como prédios particulares, alinhados a margem das ruas. Ellles devem sempre que possível occupar pontos focaes, eixos, praças, pontos dominantes. Considero a prever

- a) — Paço Municipal
- b) — Forum e repartições estaduais.
- c) — Correios e telegraphos
- d) — Hotel
- e) — Centro de communitade (Bibliotheca publica, sala de conferencias, reuniões, sports, gymnasium, piscina, odeons, pequeno museu, etc.)
- f) — Igreja do Rosario, a remover
- g) — Matadouro.
- h) — Mercado.

Deixamos de lado no momento (g) e (h); o primeiro será removido futuramente para jusante do valle em que está; o ultimo, está a decidir se daqui a 25 annos convirá mantel-o onde está, ou se convirá fazer aqui uma bella praça, duplicando-o ou afastando-o p' ex para jusante do Canal do Saneamento e para Villa Industrial. Restam os 5 outros, a alojar no centro dentro dum circulo de 300 a 400 ms de raio. São logares aconselháveis :

- 1 — Praça Indaiatuba (na praça, no caso da solução intermedia)ria)

2 — Praça Indaiatuba, na face da rua R. Feijó.
 3 e 4 — Nos topos da avenida central transversal, próximo, as ruas Conego Scipião (futura perimetral interna) e Benjamin Constant ou Barreto Leme).

5 — No terreno triangular da rua Cesar Bierriembach, com frente para o jardim Carlos Gomes.

A necessidade desses edificios, se, por um lado complica, por outro ajuda a composição architectonica da urbs. Elles auxiliarão sobretudo a rematar ou dar fundo ao centro, e em particular a av. transversal. Pode-se perguntar se nesta avenida tal remate não embaiacará o trafego. A resposta é negativa, por diversos motivos: a) — O trafego poderá contornal-os; b) — Poderá atravessal-os por baixo, como p. ex. do Paço Municipal de Nova York e de recentes projectos em Rosario, onde, o mesmo problema se apresentava; c) — Podet-se á, em ultimo caso, recorrer á dous edificios lateraes, em vez dum focal.

E' innegavel que a reserva de terrenos para estes edificios e praças adjacentes será dispendiosa, motivo porque se póde prever que, no plano final, muitos destes planos parciaes não serão incluídos, subsistindo só os principaes. Penso que o "edificio da communitade" ficaria optimamente no terreno da Praça Carlos Gomes, (com terraços sobre este), ou no topo N da av. Transversal, dando vista para a baixada, ou mesmo no lugar da actual escola Corrêa de Mello, se o Mercado tivesse de ser futuramente removido.

O Paço e o edificio estadual ficariam bem na Praça Indaiatuba ou nos topos da av. Transversal. O Hotel ficaria bem na praça (r. Feijó) ou na praça Carlos Gomes, maxime se houvesse para cá uma galeria, como a planta indica em pontilhado, aliás obra secundaria. O Corteio ficaria p. ex. na r. Feijó, se na frente se elevasse outro maior (Paço). O cloquis anexo exemplifica diversas disposições. Convem examinal-as sem o preconceito das disposições usuaes.

PERIMETRAL INTERNA

Vimos que as 2 avenidas centrais e obras supplementares são o maximo que se pôde aspirar em prazo curto. Em compensação a perimetral interior pôde ser prevista a longo prazo, exigindo apenas, desde inicio, o recuo obrigatorio das reconstrucções. Este recuo seria com jardim provisório na frente, para evitar as remtrancias e cantos mortos, durante todo o tempo. Haveria certa dificuldade, mas não intransferivel, no caso de terrenos de pouco fundo, p ex nas esquinas. Neste caso seria forçoso ora transigir (casas térreas, puchados, etc), ora compensar (permissões especiaes de alturas) ou mesmo indemnizar. A perimetral interna tem uma rua já iniciada. Irmã Serafina Convém prosèguir o alargamento até a praça Pedro II. Conviaria ir mesmo além, até a rua Proença, onde ha muito terreno baldio (p ex o recuo do Diocesano) se houvesse probabilidade de ligação directa com a radial externa (estrada de S Paulo) — como noutro capitulo se viu, o que será aliás pouco provavel. A outra rua componente de perimetral interna seria Conego Scipião, Moraes Salles ou Duque de Caxias.

O Dr. Stevenson preferiu a segunda, por conduzir directamente á passagem da av. João Jorge e á saída para Souza. Acho que Conego Scipião é equivalente por ter tambem vantagens: a) — é menos valorizada, b) — é um pouco mais curta, c) — aproveita 2 trechos largos sem expropriações (Praça Pedro II), d) — poderia tambem ter uma rampa própria á ponte da Paulista (que ficaria então em T em vez de L). O traçado pela rua Duque de Caxias teria vantagens semelhantes, sendo porém mais afastada só conviaria se a perimetral média pela av Paulista e rua Proença não fosse aprovada, porque a substituiria, podendo conduzir tambem directamente aos Jequitibás.

O 3º lado da perimetral interna poderia ser a rua Benjamin Constant. O quarto lado seria a propria José Paulino, a que se poderia acrescentar Alvares Machado, Senador Sampaiva, ou

mesmo Saldanha Marmho, que conduzem a pontos relativamente importantes (rua Culto a Sciencia, facil. de levar até o prolongamento Av. Andrade Neves, largo do Mercado, etc)

XIV

ESTRADAS DE FERRO

Não temos até agora tocado no assumpto das estradas, para evitar difficuldades que entrariam o plano; Agora podemos já fazel-o. Tenho notado que em muitas cidades pode-se atacar o estudo das remodelações geraes pelo das ferrovias. Ellas offercem opportunidades por vezes de grandes e uteis metamorphoses, transformações até radicaes e razoaveis, pois desde a implantação desse meio de transporte, tudo mudou e cresceu espantosamente. Assim succedeu em São Paulo onde a remoção das estradas para a banquetá dos rios crearia aspectos e transformações originalissimos, e da maior repercussão em todo o plano.

Assim tambem em Recife, com a eliminação da estrada Norte e a unificação das estações em Cinco Pontas. Idem no Rio com Agache e em Paris com os vencedores do concurso de ante-projecto. Em Campinas as cousas são mais difficeis e differentes

A E. F. Paulista difficilmente poderá ser tocada no seu espigão obrigatorio, e ligada como está ao seu grande pateo. O traçado da Mogyana é mais nocivo ainda que o da Paulista, pelo facto de cortar zonas residenciaes, mas a solução é quasi tão difficil, pelo preço. O caso da Sorocabana é apenas em parte mais facil. Deixando de lado a Paulista, o ideal seria deslocar ligeiramente a Mogyana, no Chapadão, para fazel-a passar em corte e sob as ruas transversaes e, mais além, deslocal-a francamente para o valle do Taquaral. (margem esquerda), de modo a libertar as vizinhanças de Guanabara, Taquaral e Cambuhy.

A Sorocabana acompanhal-a-ia de Guanabara á Villa Nova, transferindo-se a mais sua estação para junto da Paulista ou, em ultimo caso, para Guanabara. A localização da estação So-

rocabana no ponto onde está, parece-me exemplificar uma questão de plano e interesse geral resolvido ao sabor de interesses particulares ou de momento. O facto é que sua remoção deve

ser aconselhada, o que libertaria esse ponto da cidade e permitiria a av. Itapura vir até o Campo de Corridás e ligar-se perfeitamente a estrada a Limeira e a rua Pereira Lima. O Campo de Corridás, um pouco difícil de tratar, pela sua alitude, poderia em parte transformar-se em praça ampla (o desafogo, ao menos para a vista, é tão desejavel em Campinas), em parte em terreno para as ferrovias, para compensar a tomada da estação da Sorocabana. A estudar a chegada da Mogyana e da Sorocabana, por esta faixa, parallela á Pualista, até a Estação Ceial. O estudo desta questão exige uma planta com as cotas e detalhes dos terrenos e linhas ferroviarias, cujo levantamento suguo á Comissão, pois a planta cadastral da Cidade é aqui deficiente e a complexidade da materia prohibe soluções á olho. A terra dos cortes e regularizações aqui necessarios destinariam ao dique do lago do Taquaral e a alguns aterios da perimetral externa, p ex nas vizinhanças do Cortume.

Infelizmente a importancia da cidade e do trafego não permitindo grandes esperanças de remodelação ferroviaria, mesmo resumida á Sorocabana, convem desde já encarar sua permanencia e attenuar pelos unicos remedios possiveis. — Exigir que as casas e lotes á beira da linha tenham tratamento posterior, isto é, tenham fachada e jardim para a via-ferrea como se fosse esta uma rua commum. Salvo casos de armazens e desvios industriaes, é tempo de melhorar entre nós a primeira impressão que produzem as cidades, onde se entra pela cosinha b). — Assentar desde já as poucas passagens em desnivel possiveis, fazer convergiu para ella os arriamentos vizinhos c) — Corrighu da melhor maneira que ainda fôr possivel em cada caso (por "cul-de-sacs", passagens de pedestres, etc) as ruas realmente obstruidas. Nos Estados Unidos, cujos programmas de eliminação de cruzamentos tem sido enorme, os gastos distri-

buem-se entre a cidade, o county (condado, entidade administrativa de que não temos correspondente) e a cidade. As porcentagens variam mas duma maneira muito grosseira pôde-se dizer que são em média respectivamente 50, 25 e 25%. As estradas escripturam-na naturalmente em sua conta de capital e, as vezes, lucram a dispensa de guardas e signalizações caras. A despesa é por vezes pezada, maxime em vista da actual situação precaria das ferrovias, mas tem sido realizadas porque o problema não é daquelles cuja gravidade se atenua com o tempo, antes pelo contrario.

Ao menos para effeito de registro a justificação posterior das soluções creio necessario mandar effectuar uma estatística das passagens existentes no municipio ou pelo menos na cidade (passagens de vehiculos, pedestres, trens, despesas de custeio, desastres ou accidentes, tempos da interrupção do trafego, etc.). As Estradas devem possuir já os elementos necessarios.

XV

Para não complicar a concepção do plano geral da cidade e permitir aos membros da Comissão, ou pelo menos, aos membros leigos, concentrar a atenção sobre o que é essencial e geral nesse plano, sem desviar-a para os problemas accessorios e de detalhes, acho preferivel não considerar por enquanto, outras questões, mesmo importantes mas cuja adaptação, conciliação ou inclusão no plano, far-se-á depois (problema sanitario, zoneamento, industria, etc.)

Convem entretanto chamar mais uma vez a atenção que hoje a tendencia é para estender o dominio da racionalização a outros domínios, que não o puramente physico ou material, e que a parte culta da população receberia com muito agrado o esboço dum plano geral que além das medidas mais sumptuarias e urbanas, tambem recommende medidas politicas e administrativas uteis e de alcance

ASSUMPTOS DIVERSOS

A) BAIRROS INDUSTRIAES

O principal será localiza-
 do na faixa da Paulista, além do Armazem Regulador, onde
 serão facilmente servidos pelas 3 Estradas e pela rodovia.
 Distam pouco da cidade e, pela situação em relação aos ven-
 tos, não enviarão suas fumacas sobre a cidade. Distando
 pouco de Villa Industrial, São Bernado, etc, o recrutamen-
 to da mão de obra será facil. A boa distancia da Estação
 Central convirá reservar logar para futura estaçãoinha su-
 burbana (ou melhorar a existente), o que será util quando
 a zona e principalmente a faixa ferroviaria do municipio, es-
 tiverem sufficientemente industrializadas e povoadas da po-
 pulação operaria, dispersão esta, que, bem dirigida desde
 inicio, será conveniente. Ao fixar tal zoneamento industrial
 será preciso reservar simultaneamente passagens em desn-
 vel nos pontos mais favoraveis.

1 Bernado

2 Villa Nova

Segunda zona industrial, menos importante, será perto de
 Villa Nova, servida pelas 2 estradas de bitola estreita

Terceira poderá ser prevista a SE da cidade servida pela
 Paulista, pela estrada de Vallinhos, e mesmo do outro lado,
 por futuras rodovias. Será zona bem mais dispersa e afas-
 tada, por serem desfavoraveis os ventos dominantes. Diver-
 sas faixas planas proximas á Paulista devem ser zoneadas
 com preferencia industrial, para garantir amplamente o fu-
 turo industrial do municipio. Isto evitará ou pelo menos
 dificultará que loteamentos residenciaes prematuros e fa-
 ceis de localizar noutros pontos, venham ocupar desneces-
 sariamente áreas mais indicadas para outros fins

Nada impede ainda outras áreas, convenientemente regu-
 lamentadas, para industrias não incommodas. Não é esser-
 cial que todas sejam servidas pelas ferrovias, pois os cam-
 nhões exercem hoje grande papel nas industrias leves. No
 total as áreas industriaes não occupam grande porcentagem
 em relação a área urbana e, se entre nós, é preciso conceder-

— lhe certo excesso, é devido ao regime de propriedade, que não é o mesmo caso duma cidade construída de novo e de "tontes-pièces" e pertencente a uma única empresa. A imposição do "zoning" industrial, a detalhar depois, levantará algumas questões de direito.

B) — **ARTERIAS DE THALWEGG** — São traçados naturalmente indicados. Fregou-os entre nós Saturnino de Brito. Alguns discípulos exaggeram, porém, quando pedem "avenidas" em todos os valles. Na realidade os "thalweggs" aconselham simplesmente ruas. Se não coincidirem com necessidades muito fortes de circulação e possibilidades de traçados de viação far-se-ão simplesmente ruas, o que será o caso normal. Se percorrerem gargantas apertadas, valorizadas ou difíceis, poder-se-á admitir méras viellas. Estas, porém, sempre que possível bem visíveis e fiscalizáveis. Parece comportar arteria de certa importancia o "thalwegg" entre rua Villac e o Asylo de Invalidos, que permitiria talvez passagem sob a Paulista.

O "thalwegg" entre Villac e rua Salles de Oliveira permitiria arteria semelhante se não houvesse em cima (junto aos depositos de combustíveis) o problema da remodelação das linhas de bitola estreita, que convem prevêr para permitir a supressão da estação Sorocabana actual.

O "thalwegg", que ladeia a rua Proença e que, subindo, atravessa a Paulista, já não comporta grande arteria por terminar num quasi poço, onde se veem muitos eucalyptos.

O "thalwegg" do Saneamento receberá o prolongamento da avenida existente e seu complemento na margem direita, que aliás pôde ser mais estreito que a rua da margem esquerda.

O "thalwegg" do Proença será tratado como "park-way", como já foi dito.

C) — **LARGURA DAS AVENIDAS CENTRAES** — Para a av. Estação-Centro.

Minimo :	2 passeios × 4.00	= 8.00
	2 filas estac. × 2.50	= 5.00
	2 filas em movim. × 3.00	= 6.00

19.00 ms.

Estreitando os passeios daria para 5 vias.

Maximo:	2 passeios × 4.50	= 9.00
	2 filas estac. × 2.00	= 4.00
	3 filas em movim. × 3.00	= 9.00

22.00 ms

Para passeios arborizados 4.00 é um minimo. Como geral os commerciantes, os pedestres e a propria administração não gostam de arvores centraes, a arteria poderá deixar de ser arborizada, exigindo porém iluminação mais decorativa e regulamentação mais severa das fachadas, principalmente sob o ponto de vista da continuidade das linhas. Os argumentos a favor da largura minima são:

- 1) — Necessidade da economia em vista do grande-vulto da remodelação total, que, para ser exequivel, exigirá cortes im-piedosos de todas as demasias.
- 2) — Volume reduzido do trafego, como se póde verificar mesmo nas parallelas mais movimentadas. Possibilidade de re-mover o trafego pesado os bonds, etc. para as parallelas, a serem dotadas de sentido unico.
- 3) — Ruas demasiado largas destoarão longamente da cidade e exigem predios proporcionaes — Os argumentos a favor da largura maior são:
 - 1) — A terceira fila (cêntral) augmenta notavelmente a vasão
 - 2) — O alargamento total que a 3.ª fila em movimento exige é proporcionalmente muito mais barato. Por outra, a difficuldade é obter 19 00, passar a 22 00 é facil
 - 3) — O augmento da largura torna mais viavel a arborisação, sempre desejavavel em clima tão quente. Ha um verdadeiro

equilíbrio de argumentos. Para a avenida Glycerio (trecho que pretenciosamente chamaremos "monumental" a largura mínima é: 2 passeios \times 5.25 = 10.50 (arborizados)

2 filas est. \times 2.25 = 4.50

3 filas \times 3.00 = 9.00

24.00

e a máxima:

2 passeios \times 4.75 = 9.50 (arborizados)

2 filas est \times 2.00 = 4.00

2 filas em mov \times 2.75 = 5.50

2 filas em mov. \times 3.00 = 6.00

refugios centraes = 1.20 (só candelabros)

26.20 ms

Ha quasi uma coincidência de medidas. O centro de rua deve ser aqui maior para permitir a vista dos monumentos extremos.

A título comparativo damos aqui as seguintes referências:

Av Rio Branco (Rio) — A largura reside sobretudo nos passeios
33.00

Av de Mayo (Buenos Ayres), typo semelhante ao nosso
Glycerio de 26.20 ms 30.00

Boulevards parisienses 30.00 a 35.00

Avenidas de Nova York 30.00

Ruas transversaes de Nova York 18.00

Rua Libero Badaró (passeios de 2.40) 18.00

Ruas de Villa Buarique e em geral as typicas de São Paulo (passeios de 3.20) 16.00

Ruas de Santa Ephigenia (média) 13.00

Ruas de S. Bento 8.00

Ruas médias de Campinas 8.00 a 10.00

Alargamento de José Paulino (Cathedral) 14.00

Avenida Independencia (S Paulo) 45.00

Rua Xavier de Toledo (S Paulo) 25.00

Não ha necessidade de serem regulares os alinhamentos tanto das casas como das guias. Os esboços mostram suggestões, onde as reintrancias cream pittoresco e possibilidade de *bars* ao ar livre (que dão tanta vida aos boulevards e a Av. Rio Branco) e isso sem exigir alargamento excessivo em toda a extensão. O trecho inicial ou de ligação da Av. Campos Salles pôde ter 26 20 ms, como a Glycerio

D) — Convem evitar, nesta phase do estudo, considerações de detalhe; para só fixar as grandes linhas. Não obstante, só para exemplificar, citar alguns

a) — O laigo da Cathedral poderá ser modificado ficando apenas com um refugio enclat ou elliptico central. Isto desafogal-o-a muito

b) — A escada externa da Cathedral, que intercepta a rua Regente Feijó, desapparecerá mais tarde, assim como as pequenas lateraes da rua 13. Será facil deslocar a escada principal para dentro. Inumeros templos possuem entrada de nivel, o que é até mais logico, por ser passagem de multidões.

c) — Já se discutiu ha tempos, a inconveniencia da demolição da igreja da praça Indaiatuba, por motivos de tradição e de valor artistico. Tradição (aliás secundaria) creio que só possuia a antiga. Valor artistico especial, nenhum, architectonicamente uma banalidade pelo menos externamente. E verdade que seria preferivel poupar-a, infelizmente seria assim difficilimo compôr condignamente a unica praça que poderá ser centro civico da cidade. E também por este caracter civico, que acho inconveniente reconstruir-a na mesma praça, como edificio dominante. Esse papel deve caber a um edificio publico principal, p ex Paço ou Fórum (com outras repartições estaduais), sobre o eixo da praça

d) — Proponho, introduzir em Campinas uma cousa interessante e util, barata e original * uma passagem coberta ou abriga-

) — Aos cofres municipaes seria mesmo gratuita

da desde a praça da Estação até o Centro da Cidade. Isto será facilmente obtido apenas pela exigência e regulamentação de marquises em uma das ruas nessa direcção: Costa Aguiar, 13 de Maio ou na própria Campos Salles. Pelo menos em um lado. Pode-se combinar diversas ruas assim, incluir arcadas ou galerias. Se esta novidade obtivesse successo seria facil fazer ligações sobre as ruas transversaes e, theoreticamente, até passagem subterranea, sob a praça da Estação. Poder-se-ia atravessar a cidade inteiramente ao abrigo do sol e da chuva.

e) — A estação Paulista será com o tempo reconstruida. Nessa occasião uma torre ou portal ficaria no eixo da ligação Estação-Campos Salles.

f) — Campo de Corrida — Segundo informações, não é justificavel sua permanencia. Para aerôporto é muito exiguo, cercado de linhas e predios que o tornam perigoso. Será assim aproveitado para modificação das ferrovias, para armazens e quarteirões, e para alguns logradouros amplos. O ideal seria reservar a área fronteira ao prolongamento da Av Itapura para o futuro stadio municipal.

ORÇAMENTO E CUSTO

A avenida Campos Salles está orçada approximadamente (talvez com optimismo) em 4 000 contos, já feita a deducção da taxa de melhoria. É uma base, e base pouco tranquilizadora, pois faz prevêr um custo total excessivo, que exigirá córtes no plano, o que aliás era esperado. A Directoria de Obras vai orçar outras obras. Taes orçamentos exigem attenção especial neste

a) — Aljar todos os accessorios não essenciaes, que pelo numero pesariam muitissimo. Por isso não considere os prolongamentos da rua Baião de Jaguará e da Campos Salles que aliás, no meu parecer, são pouco uteis e até, sob certo ponto de vista, contraindicados. Em todas as cidades repete-se o

combate entre os urbanistas e a opinião commum, sobre prolongamentos, sobre a necessidade e belleza de ruas compridas, sobre certas regularidades que o povo julga essenciaes e sobre preconceitos urbanisticos curiosos. Quando os urbanistas encontram ou podem dispor uma praça ou monumento importante no topo duma rua importante, como conclusão, escopo e remate desta, geralmente exultam por haverem encontrado uma solução logica e agradável. O leigo, pelo contrario, quer por força atravessar e prolongar, monotonamente as ruas ou, pelo menos, até um remate menos logico ou menos importante. Mais interessante e pittoresco seria, nessa directriz, (*) uma simples galeria para pedestres, que conduzisse até o Centro da Communidade, edificio que, como vimos, poderia elevar-se no quarteirão triangular entre a rua Cesar Bierrembach e a Praça Carlos Gomes, com terraços sobre esta, em bellissima posição.

b) — Não confundir orçamentos de obras da remodelação (mais urgentes) com os de obras novas ordinarias relativas ao desenvolvimento normal da cidade. A somma de tudo seria cifra assustadora mas sem significação. E' como se sommassemos todas as obras publicas desde João Ramalho até hoje. Por exemplo as perimetraes externas serão futuramente obra normal da cidade. "fazer duma certa maneira o que teria de ser feito de qualquer maneira". Também excluir do custo da remodelação propriamente dita melhoramentos que deviam ser normaes (melhorar jardins existentes, calçamentos, etc). Naturalmente, para acção administrativa o orçamento total incluiria tudo. A cifra importante é a das obras immediatas novas, as de substituição ou remodelação, todas referidas aos prazos respectivos.

c) — No nosso caso admittamos em primeira hypothese, para plano de execução das obras onerosas.

*) — Campos Salles

Obras imediatas (6 annos) — 3

Av. Campos Salles	4.000 contos
Av. Glycerio (trecho principal)	4.000 "
Parque de Villa Industrial (inicio)	400 "
Entrada da Cidade	400 "
Canalizacao do Proença	1.000 "
Prolongamento da Av. Andrade Neves	400 "
Alargamento de trechos mais velhos e necessarios de Benjamin Constant, Bernardino de Campos.	
Casa da Communidade (1ª parte) ou outro edificio	1.500 contos
Escolas Ruas, edificios	200 "
Melhoramentos diversos e eventuaes	1 100 "
	<hr/>
	13.000

Melhoramentos a executar á medida que se impuzerem (demolicao e construcções novas):

Alargamento da José Paulino, terrenos e composicao	$2\ 000 \times 6 = 12\ 000\ m^2 \times 50\$$	+ ou —	600 contos
Alargamento de Glycerio (restante)	$1\ 000 \times 20 = 20\ 000 \times 50\$$		1.000 contos
Alargamento da r. Conceicao (até Carlos Gomes) e Gen. Osorio (entre José Paulino e Carlos Gomes)	$(400 + 400) 5 = 4\ 000 \times 100\$$		400 "
Mesquita, ligacao com a rua Santa Cruz	$300 \times 20 = 6\ 000$ $300 \times 10 = 3\ 000$		
	<hr/>		
	$9\ 000 \times 55\$$	+ ou —	500 "
Alargam. no Chapadão (+ ou — r. Germania ou parallela) e outras perimetraes	$3\ 000 \times 10 = 30\ 000\ ms^2 \times 20\$$		600 "

Conclusão do edifício da Comunidade, ou outro Paço	1 000 contos
Terrenos para o Fórum e Correio, (já concluídos atrás)	2 500 "
Melhoramentos no Jequitibás	300 "
Melhoramentos na Villa Industrial	500 "
Serviços ferroviários (parte a fazer p/ estradas)	1 600 "
Aterros de perimetraes, passagens de nivel, etc	1 000 "
Av. Paulista $1\ 500 \times 20 = 30\ 000 \times 33\%$ ou	1 000 "
Campo de aviação	600 "
Mônumentos, portaes, etc	1 000 "
Parkway	1 200 "
Av do Saneamento, prolongamento	400 "
Diversos (terreno; matadouro, mercado, trechos a adquirir, das perimetraes, auxilio ao Hotel, etc)	2 800 "
	<hr/> 17 000 contos

A prevêr e regulamentar

- Av. Cônego Scipião (recto)
 - Av. Irmã Serafina
 - Perimetraes e radiaes (faixa a preservar)
 - Ruas de Thalwegg
 - Conclusão dos parques
 - Verba a reservar para fracções madiaveis destes serviços
- 1 000 contos

A desistir

- Mudança de estradas no Taquaral
- Parque do Taquaral
- Saneamento
- Acropollo bom
- Etc, etc.

Total: immediato (6 1/2 annos)	13.000 contos
dos annos gradual	17.000
eventuaes	1.000
Total	31.000
Prazo: 35 annos	
Por anno = cerca de	1.000 contos

E verdade que a receita augmentará todo anno, mas tambem augmentarão os custos de terrenos e obias, e apparecerão necessidades novas. Para considerar estas variações não temos estatisticas perfectas. Como os orçamentos publicos crescem *per capita* com o tempo, em valor absoluto. (embora este crescimento seja muito menor do que o cambio e outros factores apparentam) conclúe-se que relativamente a situação não tenderá a piorar, pelo contrario. O orçamento proximo apresentará uma arrecadação de quasi 7.000 contos, mas esta inclúe os districtos extra-urbanos, que naturalmente desejam melhoramentos próprios e não se conformarão com o pagamento das obias sumptuarias da metropole na mesma base dos urbanistas. Logo a renda exterior é a reduzir pelo menos a 1/2, seja uma redução de p. ex. $2/3 \cdot 1.000 = 600$ contos. — Por outro lado as rendas industriaes, se bem que unico meio de fazer participar toda população no custeio do urbanismo, não poderão soffrer augmento de tributação na mesma proporção. Segue-se outra deducção de p. ex. $1/2 \cdot 2.000 = 1.000$ contos. Receita restante destinada a soffrer o augmento $7.000 - (600 + 1.000) = 5.400$.

Em relação a ella os 1.000 contos annuaes para urbanismo são cerca 20%. Sobre quem recahir? Sobre todos, um pouco mais aos directamentê beneficiados, (em especial, taxa de melhoria), um pouco menos aos já sobrecarregados ultimamente pela mudança de regimen fiscal nacional, um pouco mais aos alliviados pela mesma reforma, alguma coisa a novas fontes de receita. Não se deve esperar muito das taxas de melhoria, cuja fama é maior que o poder. Na realidade serão os contribuintes

gerações os mais atingidos. Ao critério exposto acrescentar o de ordem geral: procurar o mais habilitado e o mais fácil. A renda é o melhor critério de *habilitação*, mas só pode ser justa e plenamente aplicado, pela entidade máxima (governo nacional), podendo todavia servir de fonte subsidiária da informação. A *facilidade* indica mais os imóveis e menos o commercio, que pôde mudar, se fôr muito sobrecarregado. A politica económica do municipio, a cujo futuro convém o desenvolvimento industrial, aconselha tambem não sobrecarregar as industrias, antes atrahir as novas.

PLANO NÃO MATERIAL

Dissemos por occasião das primeiras palestras que a tendencia do urbanismo moderno é para a extensividade (abranjer todos os campos da vida municipal e até regional) e para a racionalização (melhor organização de todos os serviços). Assim os planos de urbanismo constituem oportunidade para novas medidas, além das estritamente materiaes (avenidas, parques, etc.), e estas, incluídas dentre as recommendações do plano, serão por vezes boa recommendação para este aos espiritos mais positivos e menos amantes da esthetica ou das "amenities" urbanas. Não é nosso fim no momento atacar este assumpto. Para dar ideia completa, porém, do plano, citarei como exemplo alguns pontos que deveriam ser simultaneamente apresentados.

A) — *Creação da Secção Agrícola Municipal*

E' um serviço cuja necessidade está ha muito reconhecida. Nos programmas de urbanismo preconizei-o já em 1923. Recentemente foi officializada pela Secretaria da Agricultura. Já em 1930, no Secretariado Queiroz Telles, fôra proposto. Creio que já está estabelecido em Jundiáhy. Acho que não se deve resumir a um só funcionario nem ser inicialmente organizada como cousa definitiva. A forma proposta em 1930 (agronomos regionaes) era mais viavel.

em certas zonas, por pezarem menos nas finanças municipaes e pela falta de profissionaes não só habilitados como dotados do temperamento especial requerido. Na realidade a nova secção deve contar ainda com um veterinario, com um serviço meteorologico supplementar (com collaboração particular dos fazendeiros mais adeantados); uma sub-secção de cooperativismo; e outra de propaganda escolar (collaboração com a Secretaria da Educação). Toda a secção deve ter commexão com a Secretaria da Agricultura, em particular com o Fomento e com o Instituto Agronomico. Pela proximidade deste Instituto, pelo caracter agricola da zona, pela sua tendencia á pequena propriedade, pelas possibilidades industriaes (que por sua vez requerem horticultura proxima), etc, o municipio de Campinas é o que melhor se presta no Estado para a introduccão e experiencia da nova instituição. É sabido que o Fomento Estadual difficilmente pôde prestar assistencia immediata a todos. Ao agronomo municipal caberá tal incumbencia. Seu alcance economico é consideravel; basta passar os olhos sobre os resultados da selecção de sementes, da genetica, etc., que elevam a agricultura moderna á categoria de verdadeira sciencia. Os estudos meteorologicos completariam os actuaes, muito resumidos e localizados.

Fóra o interesse aeronautico e scientifico teria este outro para permittir base ao "seguro agricola". Nos Estados Unidos ha seguro contra o tempo até para empresas de diversões ao ar livre, por ex, nas feiras. Accresce a circumstancia de que não necessitaria ser serviço permanente, bastando funcionar certo numero de annos. O interesse da Secção Agricola avulta devido ao momento, que é de transição (desmembramento das terras, passagem do café para outias culturas, solução decisiva para as terras montanhosas e pedregosas, etc). A sub-secção de cooperativismo orientará os pequenos lavradores num campo em que os bancos não resolvem a situação, como succede com o commercio, o credito

mercantil significa especulação, prazo curto, juro alto e garantias reaes; o crédito agrícola deve significar assistência e racionalização, prazo da colheita, juro baixo e garantias pessoais. O Departamento Estadual de Cooperativismo daria as instrucções centraes. O Cooperativismo entre nós está apenas ingressando na via certa e é preciso ir-lhe ao encontro. Não é panacea, mas prestará sempre serviço, maxime na animação das zonas velhas. As vizinhanças da Capital e de Bragança illustram-no. A fructicultura, possível na região de Campinas, não só na faixa sedimentaria, como na archeana e até mesmo (com especies mais difficeis) nos pontos altos, poderá receber na industria das fructas em calda e crystallizadas um complemento natural. A assistência municipal poderia indicar e preparar este campo. Ao lado da Secção Agricola Municipal outras medidas podem beneficiar a pequena lavoura: estradas e instrucção adequada!

Vemos que ha aqui uma serie enorme de cousas do maior interesse economico, que evitariam ao urbanismo a pécha de só cuidar das súperfluídades das cidades.

B) — *Commissões Civis*

E' uma recommendação de ordem politica (politica no sentido elevado de governo e alta administração). Analogas á actual Comissão de Urbanismo, porém mais reduzidas e destinadas a collaborar, com caracter mais consultivo e tecnico, nos assumptos principaes do municipio: vida industrial, educação e cultura, urbanismo, agricultura, assistência, etc. Apolíticas, utilizam capacidades que doutro modo ficariam perdidas ou acabariam por se exercer nocivamente. Semelhante aos conselhos technicos, que a ultima reorganização nacional introduziu, ainda serão, no parecer dalguns, o melhor elemento de salvação das democracias. Impraticaveis em muitas cidades pequenas, poderão funcionar perfeitamente em cidades progressistas e cultas, como Campinas. Toda a difficuldade reside em saber organizal-as e regula-

mental-as. Os municípios são, conforme phrase consagrada, a escola do cidadão. Para que isto se effective, as commissões civis são o meio justo e legitimo. Pouco temos em materia de organização politica partidaria. Nada temos de organização, da consciencia, e da collaboração politica, (elevada) e administrativa geral. Até ha pouco isto era mau, mas passava. Com os perigos de dissolução, que só agora muitos perceberam, a mesma situação não póde perdurar. Dissolução não é evitavel por meio de policia e de decretos a unica barreira possivel será a consciencia geral. Uma das commissões, a de "serviço civil", já funcção na Capital, embora introduzida defeituosamente a meu vêr. Ella cuida das promoções e provimento das funcções publicas, descarregando os administradores de uma tarefa penosa.

Nos Estados Unidos quaesquer que tenham sido os successos e as criticas, o saldo, nos casos de boa vontade, tem sido incóntestavel. Nas Commissões ha "sub-commissões de contacto" composta por ex. de 2 membros, cuja missão é manter contacto immediato com os chefes das repartições, de modo a obterem informações e suggestões valiosas, mas cuja exteriorização os regulamentos ou as praxes ordinariamente impêdem. Ellas concorrem ás vezes para mudanças beneficicas de attitudes e de opiniões. Ainda ha tempos pediu coisa semelhante para a sua repartição, o Director do Serviço Meteorologico Federal, Dr. Sampaio Ferraz, cansado de aturar as intervenções da politica e da alta administração, mal informadas. As commissões de recursos fiscaes já funcção no Estado e na Estatística Imobiliaria. Estas porém são um pouco diversas. Os rotarys, os "amigos da cidade", as associações technicas, ou mesmo de interesses, etc, constituem por vezes um passo no mesmo sentido. Estão porém muito longe de alcançarem os fins collimados, que exigem uma certa responsabilidade não só moral como effectiva, attitudes systematicas e não accidentaes, funcionamento regular, contactos immediatos, etc. Podem ser, não obstante, viveiros de membros para as commissões.

C) — *Juiz Municipal*

Assim chamamos uma espécie de juiz de 1.^a instancia, para pequenas questões, reclamações contra repartições e funcionarios, infracções de posturas, accidentes de trafego, erros fiscaes, etc. Nos Estados Unidos, onde a instituição tem desenvolvimento muito maior, são-lhe attribuidos muitos casos da vida particular, a ponto de ser considerada, (sob o ponto de vista do numero de pessoas interessadas e da impressão que produz na mente popular) da mais alta importancia social. Entre nós a questão das relações do povo e das repartições, principalmente fiscaes, é da maior importancia. O serviço publico, mesmo nas repartições mais idrizadas, é entrave irritante á actividade da população. Tudo o que puder lubrificar estes contactos é recommendavel, pelo menos a titulo experimental. Embora no interior os males da burocracia sejam menos sensiveis, ellas existem em certo grau. A "secção judicial", ligada a uma secção de orientação e informação para o publico, seria (além da racionalização interna) o unico meio de arrancar nossas administrações do estado medieval em que, sob tal aspecto, ainda se encontram

D) — *Racionalização administrativa e technica.*

O assumpto é tão vasto que não nos deterá no momento. O proprio urbanismo não é senão um exemplo de racionalização de toda a cidade. Apontaremos um detalhe, pelo qual se avaliarão outros

As repartições devem em certos ramos corresponder-se com os interessados, evitando-lhes pernadas inuteis. Por exemplo os lançamentos, os pagamentos, as reclamações, tudo, em grande parte, poderia ser feito pelo correio. Isto já é intelligentemente feito, em parte, pelo serviço federal do imposto da renda. Na maioria dos casos, porém, as relações do publico com as repartições, feitas nos "guichets" no meio

de confusão, são absolutamente da era da pedra lascada. Haverá naturalmente, muitos casos de atrapalhação. Uma organização bem feita, porém, reduz o a. e. dar-lhes a, expediente. O suplemento de custo, seria gostosamente pago pelos interessados por meio duma taxa.

E) Reinodelação da Secção de Estatística.

A secção campineira pouco pôde produzir até agora por ser uma recém-nascida. Além disso os administradores geralmente as consideram superfluas. São, entretanto, da maxima importancia, e sabem-nos os urbanistas mais que ninguém por experiencia própria. As estatísticas são os termómetros da vida da comunidade, e sem termómetros os médicos não diagnosticam nem tratam. Exigem porém extremo cuidado e conhecimentos múltiplos, que só pelo contacto com secções especializadas podem alcançar. E, onde a racionalização mais se fará sentir, para que as cifras possam apresentar significação, precisa, e, ser comparaveis. As estatísticas feitas em 99% das nossas repartições são totalmente inúteis. Uma articulação geral, nacional e mesmo internacional, seria necessaria, emquanto isto não é possível, ao menos uma estadual é desejavel.

O Departamento de Administração Municipal daria o critério director. Uma secção de estatística estadual, funcionando como "clearing-house" de informações administrativas técnicas e municipaes, seria dum enorme valor para instrução e emulação dos municipios. Elle tambem teria, finalmente, função divulgadora e popular, por meio de graphicos e artigos suggestivos. Nos Estados Unidos o Departamento Federal de Commercio exerce uma função desse genero, que não envolve aliás nenhuma intervenção nos interesses particulares dos municipios.

F) — Escolas Rurales

Deixando de lado a questão do ensino no municipio ha um aspecto que seria interessante fazer participar do plano

de urbanismo, a construção de algumas escolas rurais, uma ou duas do tipo modelo e meia dúzia do tipo normal.

Como as municipalidades devem obrigatoriamente consagrar uma porcentagem de suas receitas a educação, nada demais representa esta proposta. Uma escola rural modelo comportará um pequeno alojamento para o mestre, certo material necessário ao ensino, um terraço ou galpãozinho, chuveiros e instalações sanitárias para inculcar hábitos hygienicos as creanças, armario para serviço medico e dentario periodico, ambiente rural e aspecto rústico.

Outros aspectos da questão escolar não cabem no momento. Adeantare apenas que seria interessante attrahir para o municipio uma colonia de férias, um instituto disciplinar (de cuja mudança hoje se cogita em São Paulo) e uma "universidade secundaria". Por tal entendo uma referente apenas ao ensino secundario commercial, normal e profissional, para a qual apresentaria vantagens a cidade de Campinas, tradicional por sua cultura e seus collegios, dotada de todos os recursos da civilização, com menos perigos que as grandes capitães, de facil accesso, e, hoje, muito preferida para residencia. Uma universidade secundaria, se não tem a vantagem das superiores para investigações originaes, apresenta vantagens para estudo, sportes e instalações geraes.

A zona destinada seria p. ex. o Taquaral, em torno do lago, englobando o parque e o actual Collegio, que tem facil accesso pela Avenida Itapura. A proximidade da fazenda Santa Eliza, dos campos da estrada de Cosmopolis, do matto de Capão Fresco, etc, offerecem possibilidades de notaveis complementos recreativos. O mais interessante seria distribuir a colonia de férias, o instituto disciplinar etc, nesta zona, cujo accesso ferroviario tambem é facilimo.

C) — Outras iniciativas municipaes, apenas a enumerar, no momento.

HOTEL — Necessidade de bom hotel, embora pequeno. Poderá funcionar em prédio maior, com possibilidade de ampliações. Deve concorrer para decoração urbana. Pelas idéias antigas este não seria campo para acção municipal. Pelo principio do intervencionismo, porém, o poder publico deve intervir nas questões de interesse geral onde a iniciativa particular houver falhado. O que se exige é cautela, porque o desinteresse privado revela ás vezes a inopportuna ou risco das iniciativas.

BIBLIOTHECA — (Genero moderno, com serviços de bairro ou mesmo ambulante, com correspondência com as congêneres da Capital). Com serviço de informações e fichário em collaboração com os collegios e instituições locais. Poderia fazer parte do "edificio da comunidade"; dotado este de installações sportivas, recreativas, salas e terraços de descanso, salas de reunião, pequena pinacotheca, etc. Toda a difficuldade deste edificio reside na organização de modo a satisfazer a muitos sem incommodo mutuo. Nalgumas cidades alugam-se salas para sede de sociedades culturais, que assim tem á mão salões para reunião, conferencias, festas, etc.

ASSISTENCIA — A assistencia social é sobretudo medica e hygienica total é ainda uma utopia e apresentaria difficuldades e custos enormes. Porém uma assistencia, especialmente rural, limitada, seria interessantissima, não só pelo objectivo utilitario e humanitario, como pelas conveniencias de um serviço estatístico e de fiscalização, articulado com o serviço sanitario estadual e com a assistencia urbana, privada e municipal.

Uma agência municipal de empregos (sub-secção da secção de informações) poderia filiar-se a assistência social.

FUNCCÃO DA COMISSÃO

1) — Explanando em grandes linhas o "plano typo", destinado mais a guiar e unificar as ideias que a constituir proposta propriamente dita, cabe agora a Comissão a sua maxima responsabilidade, que é manifestar em primeira entranca, as aspirações geraes da community. No caso presente, em que, para facilitar, está apresentado um "plano preliminar" ou "typo", essa manifestação poderia ter lugar dizendo-se reputa o "plano preliminar" excessivo, deficiente ou justo (em programma), se a orientação geral satisfaz ou não, se as diferentes necessidades da cidade foram aqui equilibradamente consideradas, se a força economica e o futuro foi ou não superestimado. É importante notar que não só interessa, nesta phase, o aspecto geral, o vulto total do empreendimento ou de suas grandes secções.

2) — Sob o ponto de vista financeiro a exposição anterior enunciou uma base grosseiramente approximada mas sufficientemente concreta para uma primeira apreciação. O empreendimento exigiria cerca de mais 20% na tributação geral. Não é cifra exacta (as cifras parciais escrevi-as em Santos, sem os dados mais exactos á mão) mas dá a ordem de grandeza.

Pessoalmente já disse que reputo esse plano a um maximum.

Isto traduz-se desta maneira: as condições economicas do paiz não permitem ainda que as nossas cidades, mesmo as mais progressistas, consigam todas as perfeições que o urbanismo e o progresso moderno tem inventado (avenidas, edificios publicos perfectos, parques grandes e bem installados, ferrovias não incommodas, aeroportos, optimo

calçamento, assistência, perfeita, etc.) No plano preliminar diversas destas questões foram já postas de lado e, entretanto, alcançou-se a uma cifra ainda elevadíssima. Con-

clusão prática: a) — o plano completo e perfeito deve ser reduzido; b) — as obras secundárias, de interesse muito local e que pelo numero possam pesar na balança, devem ceder lugar as de interesse mais geral; o esforço deve ser menos disperso, mais concentrado em menos cousas para que sejam exequíveis, muitas obras devem entrar para a cathegoria das obras a prevêr (mediante recuos, mediante expropriações apenas a medida das reconstrucções, mediante opções, mediante aquisições sem demolição imediata, etc.), cuja possibilidade futura se precaverá. Assim pensando dou o exemplo deixando total ou quasi totalmente projectos taes como

— alteração de estradas de ferro, ✓

— grande parque do Taquaral, ✓

— parque do Saneamento,

— ciudades satélites industriaes,

— aeroporto, etc

deixando para plano secundario e etapas muito posteriores projectos como

— stadium municipal,

— remoção do mercado,

— remoção do matadouro,

— avenidas perimetraes,

— radiaes externas (exceptuada parcialmente a entrada da cidade)

— modificações de bonds, etc

A propria avenida Glycerio poderia em grande parte ficar para 2ª phase, executando na primeira apenas o trecho Cathedral-Indaiatuba e (se se quizer garantir ou "comprometer" o proseguimento) o inicio dos prolongamentos Alonguei o prazo da phase immediata (av Campos Salles) para 6 ou 7 annos. de modo a evitar empréstimo inicial ex-

cessivo e consequentes juros, capazes de absorver todo o suplemento pedido da receita.

- 3) — Chamo a atenção também da Comissão sobre a repercussão externa dum programma muito elevado de despesas, maxime num meio pouco ao-par do urbanismo e das condições peculiares a Campinas; sobre a attitude dos contribuintes, alguns ainda recentemente sobrecarregados; e, finalmente, sobre o risco duma desautoiação pela futura Câmara.
- 4) — Em segundo lugar a Comissão poderá opinar sobre algumas das obras immediatas, ou mais importantes, em particular a av. Campos Salles, a ampliação de Indaiatuba e a av. Glycerio.
Sobre a canalização do Proença, a entrada da Cidade, as escolas rurais; o prolongamento da Andrade Neves, etc, a D. O. V. apresentará breve os peças da E. I., de modo a permitir mais fundada opinião.
- 5) — Convem, por outro lado, não incluir no plano despesas que, embora necessárias, lhe são extranhas (melhoramentos de certos calçamentos, estradas, concertos de predios, etc, conservação de jardins, etc) que devem correr por verbas e recursos ordinarios.
- 6) — Reduzindo assim o plano, approvadas (em primeira discussão, provisoriamente, porque a approvação definitiva só caberá após revisão deante do plano completo) as linhas geraes e o modo de financiamento e prazos, estará o assumpto já passado pelo primeiro crivo (este estrictamente civico, local e bem representativo) e poderá ser explanado claramente de modo suggestivo, com alguns croquis e desenhos, e então levado ao publico em primeira apresentação.
- 7) — Nada impede que, nesse interim, as partes iniciais sejam levadas ao Conselho Consultivo ou Câmara Municipal e approvadas de modo que a inauguração, seja dos serviços, seja de uma primeira parte já realizada, possa ter lugar por ocasião das festas a Carlos Gomes.

Relatório dos trabalhos executados pela Secção de Estatística Imobiliária e

Cadastro durante o anno de 1935

SERVIÇOS DE CAMPO.

TRIANGULAÇÃO. — Com a extensão da primitiva rede de triangulação da cidade a Vallinhos e Arraial dos Souzas e com os novos pontos exigidos para o levantamento dos bairros de Villa Nova, Taquara, Bomfim, Villa Marietta e parte de Villa Industrial, o total dos pontos de triangulação, que no inicio do anno era 57, elevou-se a cerca de cem (100).

Todos os novos pontos foram obtidos com triangulos directos e as leituras dos angulos feitas com um instrumento Wild Universal, podendo o erro medio dessas leituras ser tomado como inferior $3''$.

POLYGONAÇÕES. — Neste serviço trabalharam durante o anno, em média, duas turmas de campo. A área levantada foi de 2 500.000 metros quadrados, mais ou menos, excluindo o levantamento do Arraial dos Souzas, cujo serviço foi interrompido pouco antes de sua conclusão, afim de apresiar a terminação do serviço da cidade. Neste serviço foram respeitadas as tolerancias para erros que vinham sendo adoptadas e aconselhadas pelo Departamento Central de Estatística Imobiliária e Cadastro de São Paulo. Em 31 de Dezembro de 1935 faltava levantar cerca de 4 360 000 de metros quadrados.

Neste serviço foram empregados 2 teodolitos Kern de $20''$ e Cleps Salmoiraghi de $1'$ centesimal.

CADASTRO. — Concluido o serviço de cadastro passou-se á revisão dos quarteirões cadastrados em 1933 e cuja revisão foi julgada necessaria, e ao cadastro de novas construcções e reformas feitas.

Considerando que a referida Comissão, desobrigando-se de sua elevada incumbência e, superiormente orientada pelo consagrado urbanista Dr. F. Prestes Maia, apresentou ao estudo da extinta Câmara Municipal um plano de urbanismo que mereceu um parecer favorável das comissões permanentes da mesma Câmara e que é realmente digno da Cidade de Campinas; e

Considerando que o referido parecer reconheceu que “Campinas necessita da aprovação imediata de um plano de urbanismo, a fim de serem corrigidos os defeitos da cidade e preparar esta última para o progresso futuro, dentro das normas de beleza, estética e bem estar da população”, e

Considerando mais que o plano proposto pela Comissão de Melhoramentos Urbanos, sobre ser completo e grandioso, e o fruto dos estudos acurados que ela fez com a mais absoluta liberdade, inteiramente livre da influência da Prefeitura e do funcionalismo municipal, não acarreta, no momento, despesas para o município, nem demolições precipitadas, por isso que deverá ser executado gradativamente, e

Considerando, que o plano proposto pela Comissão de Melhoramentos Urbanos merece o inteiro apoio desta Prefeitura, e que a sua aprovação se impõe desde logo por ser necessário habilitar as Diretorias de Obras e de Viação e de Águas e Esgotos a resolverem, dentro da lei, diversos casos de construções e reconstruções dependentes de solução e que não podem ser protelados,

Considerando, ainda, que tratando-se de um plano de melhoramentos para execução paulatina, a sua adoção imediata, mesmo que se tratasse de uma resolução imperfeita, não irá criar nenhum transtorno ou situação irremediável, uma vez que durante o longo prazo de sua execução poderá ele sofrer as alterações que forem determinadas por circunstâncias supervenientes, resolve baixar o seguinte

ATO N. 118

Art 1º — Ficam determinados os seguintes melhoramentos da cidade de Campinas, de acordo com o plano de urbanismo apresentado pela Comissão de Melhoramentos Urbanos:

I — Serão construídas as seguintes Avenidas Centrais, com a largura de 22 metros cada uma: —

a) — A “Avenida Francisco Glycerio”, na rua do mesmo nome, que passará a ser denominada “Avenida” com o alargamento do lado ímpar entre as ruas Marechal Deodoro e Conego Scipião, tendo pequenas praças nos cruzamentos com essas ruas;

b) — A “Avenida Câmpos Salles”, na rua do mesmo nome que passará a ser denominada “Avenida”, com o alargamento do lado ímpar entre as ruas Francisco Glycerio e 11 de Agosto

II — Será construída uma “Avenida de Ligação”, com a largura de 26 metros, entre a Praça Marechal Floriano Peixoto e a rua 11 de Agosto, partindo de uma praça no cruzamento desta última rua com a Avenida Campos Salles

III — Será construída uma segunda “Avenida de Ligação”, com 22 metros de largura, entre a praça circular e o ponto de cruzamento da rua General Osório com Av. Andrade Neves, simetricamente com a primeira.

IV — Ficam aprovados mais os seguintes melhoramentos —

1 — Alargamento bi-lateral para 16 metros, da rua Francisco Glycerio, entre a rua Marechal Deodoro e o Canal do Saneamento.

2 — Alargamento bi-lateral para 16 metros, da mesma rua, entre as ruas Conego Scipião e Duque de Caxias.

3 — Alargamento do lado par, para 16 metros, da mesma rua, entre as ruas Duque de Caxias e a Linha Ferrea.

4 — Alargamento da rua General Osório, para 14 metros, do lado par, entre a rua José Paulino e Avenida Anchieta

5 — Alargamento da rua Conceição, para 14 metros, do lado par, entre Francisco Glycerio e Irmã Serafina

6 — Prolongamento da Avenida Dr. Thomaz Alves, com a largura atual, até Francisco Glycerio pela rua Bernardino de Campos.

7 — Alargamento da rua Benjamin Constant para 14 metros, entre a rua Luzitana e a rua Dr. Ernesto Kuhlmann

8 — Prolongamento da rua Culto á Ciencia, com a largura atual, entre Marechal Deodoro e Benjamin Constant e entre a Avenida Barão de Itapura e o futuro prolongamento de Andrade Neves.

9 — Prolongamento da rua Hercules Florence, com a largura de 12 metros, entre Saldanha Marinho e Dr. Mascarenhas, sendo alar-

gada do lado ímpar, para 12 metros, entre Saldanha Marinho e Barão Geraldo de Rezende, e prolongada até encontrar a rua Alvaro Miller.

10 — Prolongamento da rua Delfino Cintra, em suas extremidades, até a Avenida Andrade Neves e até a rua Francisco Glicério, com a largura de 14 metros e com alargamento bi-lateral no trecho José Paulino-Hercules Florence.

11 — Alargamento da rua Irmã Serafina para 14 metros, entre Conego Cipião, do lado par.

12 — Alargamento da rua Conego Cipião do lado par para 16 metros, da Linha Ficareá até Barão de Jaguará, bi-lateral até Dr. Quirino e do lado ímpar até encontrar a rua Itú onde se ligará com a praça inicial da Av. Julio Mesquita.

13 — Prolongamento da Avenida Julio Mesquita, mantendo a largura atual, até a rua Moraes Salles, alargando-se do lado ímpar, entre Benjamin Constant e Ferreira Penteado.

14 — Construção de uma praça de remate da Avenida Julio Mesquita e da concordância das ruas Conego Cipião e Itú.

15 — Alargamento da travessa Irmãos Bietrenbach do lado ímpar, para 20 metros

16 — Prolongamento da Avenida Brasil, até a rua Major Solon nas proximidades do cruzamento desta com a travessa Irmãos Bietrenbach.

17 — Construção de uma avenida ao longo da linha feteira, com 15 metros de largura, entre as praças 9 de Julho e Pionença

18 — Prolongamento da rua Antônio Cesário até a rua Uruguaiana, com caráter paisagístico e através do Bosque dos Jequitibás.

19 — Prolongamento da Avenida Barão de Itapura do lado do Liceu, em direção á estrada do Mogi-Mirim, abriundo-se uma praça de distribuição de trafego, entre as cótas de nível 675 e 680, de acôido com diretrizes a serem exigidas quando da aprovação de novos arnuamentos no local.

20 — Prolongamento da Avenida Cel. Silva Teles a partir da extremidade Este e obedecendo ás diretrizes que serão dadas por ocasião dos arnuamentos dos terrenos que atravessar

21 — Alargamento da rua Abolição do lado par, para 16 metros, entre a rua Alvaro-Ribeiro e a Linha Férrea, visando a concordância de alinhamento com a avenida Francisco Glicério

22 — Alargamento da rua Pioneira do lado par, para 14 metros, até a rua Padre Vieira

23 — Alargamento da rua Padre Vieira, dos dois lados, para 14 metros, entre Uruguaiana e Pioneira.

24 — Alargamento da rua Alvaro Ribeiro, do lado ímpar, para 16 metros, entre Abolição e a Estrada de São Paulo

25 — Alargamento da rua José Paulino, para 14 metros, do lado ímpar, entre a linha férrea da Cia Paulista e a rua General Osório e com o mesmo alargamento, do lado par, entre Campos Salles e o Canal do Saneamento

26 — Construção de uma avenida, com 14 metros de largura, na faixa marginal direita do Canal do Saneamento

27 — Construção de uma praça de remate da Avenida João Jorge, com frente para o Quartel de Polícia, já projetado.

28 — Construção de uma avenida de entrada da cidade, partindo da praça João Jorge, ao lado do Quartel e terminando na Estrada de São Paulo. Esta Avenida obedecerá às diretrizes que serão dadas por ocasião da aprovação dos arnuamentos futuros nesse local.

29 — Prolongamento da Avenida Andrade Neves, com a largura atual, até a praça circular do Jardim Chapadão

30 — Alargamento da rua Major Solon, do lado ímpar, para 15 metros, entre a travessa Irmãos Bierrenbach e a Av. Anchieta.

Art 2º — Ficará reservada uma faixa entre a via Férrea Paulista, a futura avenida ao longo dessa via e ruas Conego Cipião e Senador Saraiva, para oportuna ligação com o pontilhão da Avenida João Jorge.

Art 3º — Nenhum prédio poderá ser construído ou reconstruído na rua da Conceição entre Boaventura do Amaral e Antonio Cesarino, sem que medeie entre a frente da construção e o alinhamento da rua, respectivamente, 5 ms. e 4 ms. dos lados ímpar e par.

Art. 4.º — Nos cruzamentos das vias publicas dos dois alinhamentos das ruas mencionadas neste Plano serão concordados por um terceiro normal á bissetriz do angulo e de comprimento variavel entre 4,50 e 5,00 metros. Este remate poderá, porém, ter qualquer fórma a juizo da Prefeitura, contanto que seja inscrito nos tres alinhamentos citados.

Art 5.º — Todos os melhoramentos indicados obedecerão ás plantas apresentadas com o Plano de Urbanismo, pela Comissão de Melhoramentos Urbanos e que constam do processo referente a este Ato.

Art. 6.º — Ficam declaradas de utilidade publica, para serem adquiridas por compra, permuta, doação ou desapropriadas, as faixas de terrenos necessarias para os melhoramentos determinados por este Ato.

Art 7.º — Os referidos melhoramentos serão executados gradativamente, de acôrdo com o disposto neste Ato e com as disposições que ulteriormente determinar o Poder Competente.

Art 8.º — Em todos os predios e terrenos alcançados por este plano, não serão permitidas refôrmas, reconstruções e construções que contribuam para aumentar a durabilidade desses imoveis, exceptuadas as pequenas reformas necessarias á conservação pura e simples dos mesmos imoveis.

Art. 9.º — Desde que duas terças partes de uma quadra tenham sido alargadas, a Prefeitura, immediatamente providenciará a desapropriação da terça parte restante, completando o serviço de acôrdo com o plano aprovado.

Art. 10.º — Quando a Prefeitura determinar a execução de qualquer melhoramento urbano, tais como calçamento, alargamento, etc. deverá publicar editais convidando os proprietarios dos terrenos marginais a requererem colocação de pontos de agua e a tomarem todas as medidas necessarias para que, uma vês concluido o melhoramento, não seja necessario abrir a rua para dar passagem a encanamentos que se destinam aos predios que se construirém.

Art. 11.º — Enquanto não se fizer o alargamento completo da

quadra, o terreno que ficar para dentro do alinhamento, na frente do predio recuado, será imediatamente desapropriado pela Prefeitura, podendo ser fechado, com gradil, conforme fôr estabelecido oportunamente para cada caso, sendo a obra de fecho retida logo que se complete o alargamento.

Art. 12° — As faixas de terreno que passarem para o patrimonio municipal serão indenizadas imediatamente, por meio de Resolução prévia, e os terrenos que forem ocupados pelas construções que avançarem sobre a via publica, serão pagos pelos proprietarios que os quizerem adquirir, na base da valorização do momento

Art. 13° — Quando, das desapropriações para alargamento, retificação ou formação de novas ruas, resultarem sobras de terreno em que não se possa edificar, a Prefeitura desapropriará o imovel todo que fôr prejudicado

Art. 14° — Ficam aprovados para execução remota e oportuna, os melhoramentos abaixo indicados —

A — Radiais externas

1 — Rodovia para Mogi-Mirim pelo prolongamento da Avenida Barão de Itapua e Jardim Campinas, até encontrar a estrada atual na futura bairragem da represa do Taquaral.

2. — Rodovia Anhumas-Pedreira.

3 — Rodovia para Fazenda B de Paranapanema, visando a futura ligação com o Bairro Industrial da C. A. I. C

4 — Rodovia para Valinhos, São Paulo, Itú, e Indaiatuba, Vira-Copos, Roseira, Asilo, Limeira, Amarais (Campo de Aviação) e Cosmopolis. Fica estabelecido o recuo obrigatorio de 6 metros para as construções nos trechos dessas vias com alinhamento já definido, desde que o afastamento das fachadas em relação ao eixo da via não seja inferior a 13 metros, cabendo á Prefeitura fixar oportunamente as larguras dos trechos sem alinhamento aprovado

B — Perimetral externa (Canal do Proença, Vila Industrial, Alto do Chapadão e Vale do Taquaral)

1 — Avenida e Canal do Proença (Park-way) entre o Saneamento e a praça circular, no cruzamento das ruas Abolição e Dr. Angelo Simões, com passagem superior na linha da Paulista

2 — Prossegue em direção da 1.^a rua de São Bernardo com passagem superior nas travessias das estradas de rodagem de São Paulo e Itú

3 — Prossegue pela rua de São Bernardo até a estrada do Piçarrão, deflete á esquerda e segue rumo á praça da Vila Teixeira.

4 — Prossegue em direção á rua Joaquim Vilac, por esta pela rua Di. Alberto Sarmiento em direção á praça circular situada na extremidade da Av. Andrade Neves, continuando pela Av. do Espigão do Jardim Chapadão até encontrar a rua Maria Lins, na Vila Nova.

5 — Prossegue pela rua Maria Lins atravessa a Estrada Sorocabana e estrada de rodagem de José Paulino, desenvolvendo-se ao longo da margem direita da futura represa do Taquaral, corta a estrada de Mogi-Mirim e descrevendo uma curva vai fechar a perimetral na Avenida Proença, junto ao futuro Parque das Instalações de Aguas e Esgotos. Fica estabelecido o recuo obrigatório de 6 metros para as construções ao longo do perimetro acima descrito nos trechos com alinhamento já definido, cabendo á Prefeitura fixar oportunamente a largura dos trechos de ligação

C — Melhoramentos complementares.

1 — Abertura de uma Avenida com 16 metros de largura através terrenos municipais a partir da futura Praça João Jorge, até a perimetral externa, acompanhando o correço do Piçarrão

2 — Prolongamento da rua Lopes Trovão, com 20 metros, nas duas extremidades, de forma a ligar diretamente a Av. Proença, com o prolongamento da Av. Itapura, passando na extremidade leste junto ao Parque do Saneamento.

3 — Alargamento das partes catroçáveis aproveitando espaços livres das praças:

- a) — Carlos Gomes — ruas Conceição, Irmã Serafina e Boaventura do Amaral;
- b) — Pará — ruas Francisco Glicerio e Duque de Caxias;
- c) — D. Pedro II — ruas Conego Cipião, Irmã Serafina e Boaventura do Amaral,

- d) — Imprensa Fluminense — rua Conceição e Avenida Julio Mesquita;
- e) — Luz de Camões — rua Marechal Deodoro e Saldanha Maranhão.

D — Parques:

1 — Será construído um Parque na Vila Industrial abrangendo todos os terrenos municipais da antiga Chacaria Fina e pastos do Matadouro, tendo acesso pela Av. João Jolge e pelas ruas Prudente de Moraes e São Carlos.

2 — Será formado o Parque do Saneamento, aproveitando-se os terrenos pertencentes ao município

3 — Será intencionalmente reformado e modernizado o Bosque dos Jequitibás

4 — Será formado o Parque do Taquaral, no cruzamento da estrada de Mogi-Mirim com o prolongamento da Avenida Barão de Itapura, à margem do lago existente, cujo nível será elevado de 8 metros.

5 — Será aproveitado parte do terreno em que está localizado o Hipódromo, no prolongamento da Av. Barão de Itapura, para uma praça.

E — Banhos Industriais — Serão facilitadas as formações dos banhos industriais —

1 — Ao longo da Estrada de Ferro Paulista, além dos Armazéns Reguladores.

2 — Ao longo da Paulista, além do Cemitério

3 — Na Vila Nova e Taquaral

F — Edifícios públicos —

1 — Serão reservados depois de estudos convenientes, lugares para a construção futura do Paço Municipal, Matadouro, Stadium e instalações esportivas populares, Mercado, Hotel Municipal e Escolas.

§ 1º — Na aprovação de projetos de arrendamentos, loteamentos, construções, etc., a que se refere este artigo, a Prefeitura providenciará para que fique assegurada a exequibilidade dos melhoramentos referidos

Art 15° — A Prefeitura providenciará o zoneamento sistemático e gradual da cidade

§ 1° — Nos novos arnuamentos na periferia da cidade poderá ser exigida obediencia á concepção de unidade residencial.

Art 16° — A Prefeitura só aprovará na Praça Visconde de Indaikatuba e seus aumentos futuros até a rua José Paulino, projetos para construções com 6 pavimentos

§ 1° — Será tolerada, a juizo da Prefeitura, a execução parcial do prédio até o minimo de 3 pavimentos

§ 2° — As construções de mais de 6 pavimentos deverão obedecer ao tipo torreão, com recuos nas faces aparentes

Art 17° — A Prefeitura exigirá harmonização das linhas principais das fachadas, sendo que os predios construidos em lotes de 7 ou menos metros de frente, deverão se subordinar ás linhas arquitetônicas de um dos predios contiguos, desde que um destes já tenha sido construido de acôrdo com as exigencias do artigo anterior.

Art 18° — Para a execução do plano aprovado por este Ato, a Prefeitura pedirá ao poder competente a concessão dos créditos necessarios.

§ Unico — Anualmente a Prefeitura incluirá na lei orçamentaria uma verba no minimo de 5 por cento da receita municipal para ser aplicada em desapropriações

Art 19° — O presente Ato entrará em vigor 30 dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrario e ficando expressamente mantidos os decretos, leis e atos que não contrariem os seus dispositivos, especialmente os Decretos 83 e 160, aquele de 1934 e este de 1936, bem como o Código de Construções baixado com o Decreto n.º 76, de 16 de Março de 1934.

Campinas, 23 de Abril de 1938

João Alves dos Santos

Publicado na Diretoria do Expediente da Prefeitura, em 23 de Abril de 1938.

O Diretor,
F. Campos Abreu

ATO N. 119

Dá denominação a uma rua da cidade

O DR JOÃO ALVES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Campinas, usando das atribuições que a lei lhe confere, e

Considerando os valiosos serviços prestados ao município pelo prestante cidadão José Theodoro de Lima, recentemente falecido e que por diversas vezes ocupou o cargo de vereador municipal desta cidade, com brilho, dedicação e honestidade, e

Considerando que, prestando homenagens á memoria daquelle saudoso ex-vereador, nada mais faz a municipalidade do que resgatar uma divida de gratidão para com um seu devotado servidor, resolve baixar o seguinte

ATO N 119

Art 1° — Fica denominada — JOSÉ TEODORO DE LIMA — á atual rua 16 de Julho

Art 2° — Este ato entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario

Campinas, 25 de Abril de 1938.

João Alves dos Santos

Publicado na Diretoria do Expediente da Prefeitura, em 25 de Abril de 1938

O Diretor.

F Campos Abreu

ATO N. 120

Modifica o horario estabelecido pela lei municipal n.º 520 para o funcionamento de fabricas, oficinas e outros estabelecimentos

O DR JOÃO ALVES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Campinas, usando dos poderes que a lei lhe confere e

Considerando a solicitação, devidamente justificada, que lhe foi dirigida por diversas casas comerciais e fabricas desta cidade para a modificação do horario fixado pela lei municipal n.º 520, de 22 de

- gares se vagassem, intensificando-se, por outro lado, o emprego de hervicidas, utilizado em uma área de 7 500 m²

VASSOURAS Uma das primeiras providencias tomadas foi a substituição de vassouras improvisadas de bambús e "guanxuma", por vassouras de piassava do typo geralmente usado em serviços dessa natureza. As primeiras foram adquiridas na Directoria da L. P. de S. Paulo, á razão de 5\$000 e tiveram uma durabilidade média de 25 dias. Posteriormente a secção iniciou com resultado, a fabricação de vassouras, adquirindo o material em S. Paulo e conseguindo reduzir o custo a 3\$400 e aumentar a durabilidade a 35 dias. — Constan de annexos o resumo dos trabalhos orientados pelo Eng^o A. J. Ribeiro, acompanhados de quadros e graphicos comparativos de bastante interesse

* * *

Sivo-me do ensejo para reiterar a V. Excia. os protestos de alta estima e consideração.

P. Leite de Barros
Eng^o-Director

NOTA — Segue-se uma exposição de preliminares, feita pelo Sr. Dr. Francisco Prestes Maia, sobre os estudos de urbanismo que lhe estão affectos

Ilmo. Snr. Prefeito.

1 — Na antiguidade a fundação duma cidade era uma solenidade religiosa e não se realizava antes de afirmarem os augúres que os Deuses eram propícios. Podemos fazer um paralelo: hoje é a inauguração dos estudos urbanísticos que pode ser considerada solenidade cívica, porque marca o início da vida urbana consciente e perfeitamente organizada.

2. — Aproveito esta oportunidade, quando se iniciam os nossos trabalhos; — dos primeiros e mais promissores no genero, que se fazem no paiz — para saudar nas pessoas de V. S. e dos membros do Conselho Consultivo a cidade de Campinas.

3. — Passo a propôr o carater e o programa do plano da cidade, premissa essencial para o andamento dos estudos (*). Começo, por amor ao metodo, pelas ideias mais gerais e intuitivas

4 — *Caracteres*

1° — O plano deve ser muito comprehensivo, isto é, abranger todos os principais aspectos gerais da vida da população e estender-se a todo o municipio, embora dando o especial destaque á cidade e aos aspectos materiais.

Hoje a tendencia é para conceber o “urbanismo” no sentido lato. Elle está longe de resumir-se a um plano de ruas. todos os fatos e aspectos urbanos e municipais se entrelaçam

Como o desenvolvimento duma cidade é determinado pelas condições e possibilidades (principalmente economicas) do mu-

(*) Os programas para planos urbanísticos estão mais ou menos standardizados nos paizes mais adiantados. Seguiremos mais de perto o de Lanchester que pode ser considerado classico

nicipio e da região. resulta que um plano de urbanismo bem pensado deve enquadrar-se num plano — embora muito sumario — regional. No nosso caso diremos “municipal”, para não complicar.

2.º — O plano deve ser tecnico. Pederíamos dizer “scientifico”, isto é .

a — estribado em estatísticas e investigações mais ou menos minuciosas,

b — baseado em criterios precisos;

c — orientado pela experiencia estrangeira no que fôr cabivel

Importa acentuar esse carater “tecnico” em contraposição ao “sentimental” ou de “palpite” a que não escapam habitualmente os leigos. E mesmo alguns profissionais . . . Embora o inquerito (survey) civico e tecnico não determine estreitamente o plano, é sempre uma referencia valiosa para precisar e esclarecer as questões. Maior ainda que a utilidade immediata será a sua utilidade futura, como elemento comparativo, quando se proceder á revisião do plano, — cousa necessaria a grandes intervalos para atender tanto á evoluçãõ natural das ideias como á experiencia local.

A experiencia estrangeira é evidentemente util, desde que o bom senso saiba pesar-lhe o valôr. Dos exemplos/coloco em primeiro lugar o americano e o alemão!

E' preciso principalmente não confundir um “plano geral de urbanismo” com simples exposições preliminares de ideias ou com méras coleções de aquarelas, como tem sucedido no paiz.

3.º — O plano deve ser pratico, isto é, atender :

a — ás possibilidades economicas,

b — a exequibilidade financeira;

c — á exequibilidade legal;

d — ás necessidades reais;

e — aos desiderata razoaveis da população,

f — á experiencia alheia

g — O clamor por cousas grandiosas; mas impraticaveis

pelo custo e geralmente desproporcionadas ás necessidades, traz quasi tanto embaraço como a visão estreita, que não atenta ao lapso de tempo visado nem á larga distribuição dos encargos.

Notas — (b) e (c) dependerão muito da nova legislação que vamos receber, em especial da extensão dos poderes que, em materia de desapropriação e taxação, forem concedidos ás municipalidades

(a) — liga-se intimamente á prosperidade do municipio.

4.º — O plano deve visar um espaço de tempo dilatado, que costuma variar, conforme os casos, de 20 a 50 anos

Esta condição, a que o leigo não está habituado, muda muito a perspectiva das cousas. A execução gradual de muitas obras e um criterio “plano de ação” acabarão por convencer os mais tímidos

5.º — O trabalho comprehenderá

a — coleta de dados

b — inquerito civico e técnico

c — elaboração e critica dos resultados anteriores

d — esboços preliminares

e — concursos auxiliares

f — plano propriamente dito

g — exposição de recursos

h — exposição geral ou relatório

i — propaganda

j — estudos complementares e eventuais (questões gerais tais como governo municipal e organização técnica e administrativa, detalhes mais importantes, adaptações, etc.)

Notas — (a) — visa obter maior numero de dados possível, já elaborados, sobre a cidade, seu desenvolvimento, suas riquezas, suas necessidades.

(b) — é tambem uma coleta, porém ativa e organizada; parte pode ser feita por meio de funcionarios municipais, parte

por consulta a pessoas, instituições e repartições competentes ou interessadas. Campinas conta, dentre seus filhos e moradores, uma pleiade de técnicos distintíssimos, cujo concurso será apreciável.

(c) — é a apreciação e síntese dos dados anteriores: tabelas, gráficos, comparações, conclusões, etc.

(d) — são tentativas para fixar ideias, partindo de preferência das grandes linhas. A marcha inversa, que parte de detalhes para conseguir efeitos imediatos, é condenável. Essas tentativas devem ser numerosas em Campinas, onde o problema parece-me menos determinado e mais difícil que em outras cidades que tenho examinado. Os concursos (e) são admissíveis em urbanismo em certos casos e desde que convenientemente propostos. Não podem todavia desempenhar o mesmo papel que em arquitetura.

(e) — A exposição de recursos trata das leis de expropriação, das leis de regulamentação, dos recursos fiscais, do plano de ação.

(f) — O relatório final deve comportar: noções gerais do assunto, resumo dos trabalhos, explicação do plano. Deve visar a publicação.

(g) — A propaganda far-se-á por meio de artigos, palestras, inqueritos populares pela imprensa, publicação do relatório, etc.

Durante os trabalhos as conclusões devem ser consideradas provisórias até a última fase do plano. Realmente, dada a múltipla conexão dos assuntos, modificações podem se tornar necessárias até o último momento, para a harmonia geral.

6.º) — O plano será elaborado sob a responsabilidade do urbanista, que ouvirá a Prefeitura, a Comissão do Plano ou outro órgão a quem incumba cuidar da iniciativa, afim de apreender as desiderata gerais. Conservará porém uma liberdade técnica. A cidade, por seus poderes, aprovará integralmente ou não o plano, ou utilizá-lo-á como julgar mais acertado. Assim

permite-se maior liberdade tanto á Prefeitura como ao urbanista, evitam-se embaraços e delongas, e resultará maior unidade de trabalho.

— O plano (f) compreenderá

1 — plano sumario do municipio (organização, estitadas, reservas florestais, etc)

2 — plano da cidade (organização, zonas, rêde arterial, arruamentos, sistema de parques, etc)

3 — plano da cidade (leis e regulamentos de construções, de zonas, de arruamentos, de circulação, etc)

4.º Baseado nas ideias anteriores damos o programa do survey para a primeira parte do plano o plano municipal, moldura e em parte determinante do plano urbano.

A — Historia da cidade e do municipio em linhas gerais. Seu desenvolvimento e suas causas. Plantas e fotografias velhas Estudos e monografias sobre o assunto.

B — Geografia do municipio Mapa da Com Geol e Geografica (C G G) Cadastro rural (Estatistica Imobiliaria, Prefeitura, Secr da Agric) Vasão dos rios principais. Riqueza florestal Especies vegetais locais

C — Geologia—Mapa da C G G -Referencias. Geologia agricola (Instit Agron). Sondagens, lençol dagua superficial e profundo. Aguas gerais minerais Minas Jasidas. Pedreiras Tarfeitas. Schistos betuminosos. Areia e pedregulho Pario para olarias Erosão.

D — Metereologia (C G G, I A).

a — Organização do serviço local Estações, localização, instrumentos e processos.

b — Ventos dominantes, frequencia, intensidade. Variações diurna, anual. etc.. Efeitos

c — Chuva Numero de dias por ano e mez Alturas separadas e integradas Variações locais, mensais e anuais.

d — Temperatura Médias, extremas; variações.

e — Pressão

f — Nebulosidade.

g — Higrometria

E — Estradas de ferro — I — Passagens de nível no município, suas condições, numero de passagens de trens e de veículos, estatística dos desastres especificadamente, custeio de guarda, etc II — Estações, movimento em passageiros e mercadorias. crescimento

F — Estradas de rodagem Rêde estadual, municipal e privada Condições técnicas (largura, curvas, raios mínimos, declividades, sobre elevação, secções, alargamentos, abaúlamento, visibilidade, revestimentos, valetas, boceros tipicos, etc) regulamentares Movimento; estatística Veículos numero por hora, dia ano, especie, peso, velocidade, gabaritos, etc Regulamentação: regras, sinalização Conservação especificada, custos Cruzamentos, visibilidade Trechos novos desejaveis, remodelações desejaveis Policia instruções, pontos, pessoal. Cargas (para pontes)

G — Aeropostos Locais aproveitaveis para tal solo, ocupação atual humidade, declive, área, planta, distancia, acessibilidade, nevoens, custo, custo de melhoramentos indispensaveis (drenagem, etc)

H — Reservas florestais — Principais ou mais interessantes matas existentes, características (área, destino, relevo, custo, localização) Cabeceiras protegidas Locais ou belezas naturais notaveis (cachoeriras, penhas, arvores, etc)

I — Recursos hidraulicos para alimentação e para força Queda, vasão, regimem, extensão Recursos minerais

J — Recursos vegetais e agricolas. Cadastro agricola; matas, campo, capoeira, cafesais, lavras, etc Recursos animais (gado, pesca, etc)

K — Escolas fóia da cidade. Localização em planta, tipo, numero de alunos, distancia das casas destes, condições, aluguel, lugrene, frequencia, residencia do professor.

L — Instalações de serviços públicos. Rêde e adutores; água, electricidade, telefone, etc.

M — Aglomerações no municipio. Subdivisões deste. Estações, vilas, fabricas, nucleos, colonias, fazendas Repartição da população Recenseamentos federais Higiene rural, condições sanitarias atuais Habitação: tipo, despejos, alimentação, assistencia

N — Recursos economicos Monografias sobre as riquezas e possibilidades do municipio. Culturas Safras Possibilidades industriais. Possibilidades comerciais, centro distribuidor; alfandega interna. Relatorios de estradas de ferro, bancos, grandes estabelecimentos, de empresas de serviços publicos

O — Recursos financeiros Impostos municipais, estaduais e federais desde antes da grande guerra. Arrecadação annual, taxas, criterio de lançamentos Explicação dos saldos eventualmente observaveis

P — Organização municipal: administrativa e técnica. Quadros dos serviços e pessoal (não nominal) Leis e regulamentos concernentes.

Q — Coleção de relatorios municipais.

U — Organização sanitaria: municipal e estadual Relações Estatisticas demograficas de diversos anos Mortalidade, natalidade, molestias especificadas, localisação dos fatos, referencia ás condições sanitarias, etc Etc, etc

8°) — Dos documentos anteriores, devem ser colhidos os que fôr possível, sem preocupação por enquanto, de harmonizalos ou reduzir a criterios identicos ou compataveis.

9°) — Para ganhar tempo convem adiantar alguma documentação referente á cidade propriamente. Por exemplo :

Linhas de bond. Sua marcação separada em planta (p. ex uma côr para cada percurso) Horario ou frequencia, passageiros transportados por linha e hora Relatorio da empresa. Contrato.

Idem de ombus Regulamento Concessões

Coleção de leis e regulamentos municipais, em especial :
padrão de construções, lei de arruamentos, regulamentos de tra-
fego, etc..

Plantas das rêdes de agua, esgoto, esgoto pluvial, gaz, etc.
Diametro e profundidades principais Relatorio Saturnino de
Brito.

Bombeiros Séde, organização, postos de sinal, material,
pessoal Estatistica de incendios (localisação, hora, especie, re-
sultado, causa, etc).

Lixo. Condições Taxa. Retida. Destino. Organiza-
ção. Analise. Etc

Movimento Geral da Repartição de Obras e Viação

ANNO DE 1934

MEZES	Predios novos re- queridos	Reformas	Approva- ções	Alvarás	Requeri- mentos	Rendimento
Janeiro	9	25	34	94	151	3.299\$700
Fevereiro	27	8	41	105	128	3.120\$550
Março	20	17	43	106	145	2.588\$300
Abril	37	23	30	151	174	4.134\$350
Maió	30	12	43	117	167	3.421\$350
Junho	26	24	53	104	186	3.763\$000
Julho	16	13	34	107	179	2.467\$500
Agosto	27	19	58	129	184	4.372\$600
Setembro	28	10	41	118	159	3.038\$800
Outubro	27	27	67	137	193	4.037\$850
Novembro	25	18	44	104	137	3.315\$800
Dezembro	23	6	32	90	175	2.316\$600
Totales	299	202	520	1.362	1.978	39.876\$400